

REPÚBLICA DE CABO VERDE: DIAGNÓSTICO ESTRATÉGICO DO PAÍS (SCD)

República De Cabo Verde

Ajustando o Modelo de Desenvolvimento
para Revitalizar o Crescimento e
Fortalecer a Inclusão Social

DIAGNÓSTICO ESTRATÉGICO DO PAÍS (SCD)

 @WorldBank/Africa
www.worldbank.org



República de Cabo Verde

Ajustando o Modelo de Desenvolvimento para Revitalizar o Crescimento e Fortalecer a Inclusão Social

DIAGNÓSTICO ESTRATÉGICO DO PAÍS (SCD)

Associação Internacional de Desenvolvimento
Departamento de Países AFCE1
Região da África

Corporação Financeira Internacional
Departamento da África Subsaariana

Agência de Garantia de Investimento Multilateral
Departamento da África Subsaariana

Este volume é um produto do *staff* do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento/Banco Mundial. As constatações, interpretações e conclusões expressas neste documento não refletem necessariamente a opinião dos Diretores Executivos do Banco Mundial ou dos governos que eles representam. O Banco Mundial não garante a precisão dos dados incluídos neste trabalho. As fronteiras, cores, denominações e outras informações apresentadas em qualquer mapa neste trabalho, não implicam qualquer parecer por parte do Banco Mundial sobre a situação legal de qualquer território ou a aprovação ou aceitação de tais fronteiras.

O material nesta publicação está protegido por direitos de autor, assim copiar e/ou transmitir partes ou todo este trabalho, sem permissão, pode constituir uma violação da lei aplicável. O Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento/Banco Mundial incentiva a divulgação do seu trabalho e geralmente concede, prontamente, a autorização para reproduzir partes do mesmo.

Para obter permissão para fotocopiar ou reimprimir qualquer parte deste trabalho, envie um pedido com informações completas para Copyright Clearance Center, Inc., 222 Rosewood Drive, Danvers, MA 01923, EUA, telefone 978-750-8400, fax 978-750-4470, <http://www.copyright.com/>.

Todas as outras consultas sobre direitos e licenças, incluindo direitos subsidiários, devem ser dirigidas ao Escritório do Editor, Banco Mundial, 1818 H Street NW, Washington, DC 20433, EUA, fax 202-522-2422, e-mail pubrights@worldbank.org.

Crédito das fotos: *center cover*—Isidro López-Arcos, “Cabo Verde. Isla de Boavista” May 19, 2010 via Flickr, Creative Commons CC BY-ND 2.0; *page xii*—F Mira, “Faces of Cabo Verde” June 21, 2009 via Flickr, Creative Commons CC BY-SA 2.0; *page 6*—Frank Bach/Shutterstock.com; *page 9*—Matthias Lemm/Creative Commons; *page 10*—Julien Lagarde, “Mulher” March 10, 2009 via Flickr, Creative Commons CC BY-NC-ND 2.0; *page 14*—Julien Lagarde, “Menina” March 8, 2009 via Flickr, Creative Commons CC BY-NC-ND 2.0; *page 58*—Samuel Borges Photography/Shutterstock.com; *page 70*—gishasse0/Creative Commons; *page 76*—Sabine Hortebusch/Shutterstock.com; *page 78*—Larwin/Shutterstock.com; *page 94* - Matthias_Lemm/Creative Commons; *page 96*—Samuel Borges Photography/Shutterstock.com; *all others*—World Bank.

Design da Capa: Circle Graphics, Inc.

Design e Layout: Circle Graphics, Inc.

Material adicional relativo a este relatório pode ser encontrado no site sobre Cabo Verde do Banco Mundial (www.worldbank.org/caboverde).

O material inclui uma folha informativa. © 2018 Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento/Associação Internacional de Desenvolvimento ou

O Grupo Banco Mundial
1818 H Street NW
Washington DC 20433
Telefone: 202-473-1000
www.worldbankgroup.org

Agradecimentos

O Diagnóstico Estratégico de Cabo Verde é um Grupo Banco Mundial preparado por uma equipa composta pelo Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e os funcionários da *International Finance Corporation (IFC)*, com o envolvimento da Agência Multilateral de Garantia de Investimentos (*MIGA*). A preparação do SCD foi liderada por Rob Swinkels (Economista Sénior para a Área da Pobreza) e Rohan Longmore (Economista Sénior). A equipa agradece a orientação de Louise Cord (Diretora Nacional), Andrew Dabalén (Gestor Especializado), Lars Moller (Gestor Especializado), Faheen Allibhoy (Diretor Nacional IFC, Senegal), Sophie Naudeau (Líder de Programa), Paolo Zacchia (Líder de Programa), Eric Lancelot (Líder de Programa), Ambar Narayan (Economista Chefe), Fiseha Gebregziabher (Economista), Edson Medina (Consultor), e António Baptista (Consultor). O quadro abaixo apresenta a lista completa das pessoas que ofereceram as suas contribuições. O apoio administrativo foi fornecido por Maude Valembun (Assistente de Programa) e Aimee Niane (Assistente de Programa). A análise da pobreza foi realizada pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) e Yadira Diaz, consultora. António Henriques produziu uma nota contextual sobre o desenvolvimento humano. Os avaliadores pares foram Manohar Sharma (Economista Sénior da Pobreza) e Francisco Carneiro (Gestor Especializado).

Gostaríamos ainda de agradecer Olavo Correia, Ministro das Finanças, e Carla Cruz, Diretora Nacional do Planeamento do Ministério das Finanças, pela organização de consultas nacionais. Agradecemos os especialistas entrevistados para este estudo, incluindo Suzano Costa, Odair Barros-Varela, Clara Barros, Vanilda Furtado, Carlos Varela, José Manuel Marques, Carlos Santos, Luís Pedro Maximiano, Remi Nono Womdim, Heloisa Marone, Carla Cruz, Clarimundo Gonçalves, Serafina Alves, Mónica Furtado, Sofia de Mello Figueiredo, Joana Borges, Rosana Almeida e Adriana Mendonça. O Cônsul Geral de Cabo Verde em Roterdão, Belarmino Silva, facilitou as consultas com a diáspora de Cabo Verde na Holanda, juntamente com Luiza Soares. Estamos satisfeitos com as observações recebidas durante essas reuniões de consulta, inclusive de representantes do Governo, do Banco Central, do setor privado, da sociedade civil, dos parceiros de desenvolvimento, e dos cidadãos. Foi recebido feedback útil sobre o projeto de relatório por António Pires, Luca Monge Roffarello e Vanilde Furtado do escritório das NU em Praia e Helena Guerreiro da Embaixada de Portugal em Cabo Verde. Por último, agradecemos também o Instituto Nacional de Estatística (INE) por facilitar o acesso a informações de estudos, por meio de seu enclave de dados.

Prática Global / Área Transversal de Apoio	Fornecedores de Contribuições
Educação	Kamel Braham e António Henriques
Energia e Extrativas	Karen Bazex, David Vilar, e Pedro Antmann
Meio Ambiente e Recursos Naturais/ Pesca	Mimako Kobayashi e Berengere PC Prince
Finanças & Mercados	Julian Casal
Governança	Kjetil Hansen
Saúde, Nutrição e População	Edson Correia Araújo
Proteção Social e Trabalho	Eric Zapatero Larrío
Comércio & Competitividade	Penelope Fidas, e Laurent Corthay
Transporte	Tojoarofenitra Ramanankirahina, Shruti Vijayakumar, e Arthur Foch
Água	Oumar Diallo e Pierre Boulanger
IFC / Parcerias Público-Privadas	Faheen Allibhoy, Anne Bastin, Luciana Harrington, Elsa le Borgne, Vincent Floreani, Marieme Travaly
MIGA	Conor Healy
TIC	Jerome Bezzina
Gestão do Risco de Desastres	Doekle Geert Wielinga e Oscar A. Ishizawa

República de Cabo Verde – Exercício Fiscal do Governo

1 de Janeiro–31 de Dezembro

Moeda Equivalente

Taxa de Câmbio Efetiva [31 de março] 2018

Unidade de Moeda = Escudo Cabo-verdiano (CVE)

CVE1.00 = US \$ 0,01124

US \$ 1,00 = CVE89.24

Abreviaturas e Acrónimos

BCV	Banco Central de Cabo Verde (Banco de Cabo Verde)
BIRD	Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento
CEDEAO	Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental
CVE	Escudo Cabo-verdiano
DSP	Diagnóstico Estratégico do País
EU	União Europeia
FEM	Fórum Económico Mundial
FMI	Fundo Monetário Internacional
GBM	Grupo do Banco Mundial
GPRS	Estratégia de Crescimento e Redução da Pobreza
IDA	Associação Internacional de Desenvolvimento
IED (FDI)	Investimento Estrangeiro Direto
INE	Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde
M & A	Seguimento e Avaliação
MDG	Meta de Desenvolvimento do Milénio
MDS	Metas de Desenvolvimento Sustentável
MF	Ministério das Finanças
MIC	País de Médio Rendimento
NU	Nações Unidas
ODA	Assistência Oficial ao Desenvolvimento
OMS	Organização Mundial da Saúde
PEMFAR	Gestão da Despesa Pública e Revisão da Responsabilização Financeira
PFM	Gestão Financeira Pública

PIB	Produto Interno Bruto
PME	Pequenas e Médias Empresas
PPC	Paridade do Poder de Compra
RNB	Rendimento Nacional Bruto
RU	Reino Unido
SIDS	Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento
SOE	Empresa Estatal
SSA	Subsaariana
TFP	Fator Total de Produtividade
TIC	Tecnologia da informação e Comunicação
TVET	Educação e Formação Técnica e Profissional
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
VAB	Valor Acrescentado Bruto
WGI	Indicadores de Governação Mundial

Vice-Presidente Regional: Makhtar Diop
Diretor nacional: Louise Cord
Administração Sénior: Carolina Sanchez-Paramo, Felipe Jaramillo
Gestores Especializados: Andrew Dabalen, Lars Christian Moller
Líderes das Equipas Operacionais: Rob Swinkels, Rohan Longmore

Conteúdos

SUMÁRIO EXECUTIVO	1
CAPÍTULO 1 Introdução	9
CAPÍTULO 2 Criando as Condições: Contexto do País	13
Geografia	13
História.....	13
Demografia	14
Cabo Verde enquanto uma Economia Pequena e Insular	15
CAPÍTULO 3 As conquistas do passado.....	17
História do Crescimento Económico de Cabo Verde	17
Pobreza e Padrões de prosperidade partilhada.....	23
A Pobreza Não-Monetária	29
Governança.....	34
Manifestações de um Modelo de Desenvolvimento que Precisa de Ajustes	37
CAPÍTULO 4 Constrangimentos-chave	45
Quadro Analítico	45
Constrangimento de Capital Humano.....	46
Abandono Escolar do Ensino Secundário Relativamente Alto	46
Falta de Competências	47
Ligações Restritas.....	48
Falta de Transportes Inter-Ilhas Confiáveis.....	49
Infraestrutura TIC nadequada.....	50
Fracá Gestão do Setor da Energia	52
Riscos para a Estabilidade Macroeconómica.....	53
Dívida elevada	53
Volatilidade Económica alta.....	55
Desempenho do Setor Público.....	57
Concretização Insuficiente da Reforma	57
Descentralização	61
Falta de Resiliência.....	62
Resiliência Limitada dos Agregados Familiares a Choques.....	62
Proteção Insuficiente do Capital Natural.....	65
CAPÍTULO 5 Oportunidades/Percurso Possíveis para o Crescimento e para a Redução da Pobreza	67
Turismo Diversificado e Mais Inclusivo	67
Produtos de Nicho Agrícolas e Pesqueiros de Apoio ao Mercado Turístico	70
Logística e TIC	71
Oportunidades Específicas das Ilhas.....	74

CAPÍTULO 6	Resumo dos Constrangimentos Vinculativos e das Lacunas Restantes de Conhecimento	77
	Processo de priorização.....	77
	Principais Lacunas de Conhecimento	78
REFERÊNCIAS	81
APÊNDICE A	Definição de Países Pares	87
APÊNDICE B	Dados de Bem-Estar	89
APÊNDICE C	Explicando a Transição do Crescimento em Cabo Verde	91
APÊNDICE D	Análise da Subsistência Rural	93
	Zona de Subsistência de Milho, Feijão e Gado (CV01)	93
	Zona de Subsistência de Legumes, Banana e Papaia (CV02).....	96
	Zona de Subsistência de Pescas, Criação de Caprinos e Suínos (CV03)	99
APÊNDICE E	Simulação de Melhorias na Produtividade através dos Níveis de Escolaridade	103
APÊNDICE F	Consultas Nacionais para o SCD	107
APÊNDICE G	Mapa de Cabo Verde	109

Lista de Quadros

Quadro 1. Avaliação comparativa da pobreza em Cabo Verde.....	10
Quadro 2. Perspetivas de crescimento e pobreza de Cabo Verde, a longo prazo	30

Lista de Figuras

Figura 1. Cabo Verde tem feito progressos notáveis no crescimento económico e nas realizações qualificação do capital humano.....	10
Figura 2. Características de pequenas economias insulares.....	14
Figura 3. Migração anual líquida de Cabo Verde e alguns de seus pares desejáveis (Em% da população total).....	15
Figura 4. Distribuição setorial de valor acrescentado e o emprego.....	15
Figura 5. PIB real por crescimento per capita (%).....	18
Figura 6. PIB e RNB per capita	18
Figura 7. Contribuição para o crescimento real do PIB (oferta).....	19
Figura 8. Indicadores-chave do turismo	19
Figura 9. A decomposição do crescimento do PIB desde 1990	20

Figura 10. Decomposição setorial de crescimento da produtividade (% de crescimento)	20
Figura 11. Correlação entre a produtividade do setor e evolução nas quotas de emprego (2000–2010)	21
Figura 12. Correlação entre a produtividade do setor e evolução nas quotas de emprego (2010–2015)	21
Figura 13. A crise financeira e a dívida da Zona Euro afetaram Cabo Verde principalmente através de uma queda em subvenções, exportações e IED	22
Figura 14. A velocidade de crescimento do capital	22
Figura 15. Total de hóspedes (número) e ganhos turísticos (como % do PIB).....	23
Figura 16. Receitas do turismo por chegada	23
Figura 17. Crescimento anual das despesas de consumo, 2001–2015, por percentil de gasto (1 = pobre, 100 = ricos) (%) (crescimento curva de incidência)	24
Figura 18. A incidência da pobreza e número de pobres	24
Figura 19A. As taxas de pobreza por ilha, 2001–2015	25
Figura 19B. Decomposição de redução da pobreza por áreas urbanas e rurais, 2001–2015 (%)	25
Figura 20. Decomposição da redução da pobreza, por fonte de renda do sustento principal da família	26
Figura 21. Taxas de pobreza por Município (proporção de habitantes que são pobres), 2015	28
Figura 22A. Distribuição ocupacional da pobreza extrema, 2001 e 2015 (%)	29
Figura 22B. Proporção de cada grupo de trabalho que é extremamente pobre, 2001 e 2015 (%)	29
Figura 23A. Progresso nos indicadores de capital humano e nas condições de vida, 1995/2000–2015.....	31
Figura 23B. Desempenho relativo do SDG (média de indicadores de cada SDG)	31
Figura 24A. Proporção de jovens de 19 – 24 anos com, pelo menos, o ensino secundário (%).....	32
Figura 24B. Despesa do governo no ensino (% do PIB).....	32
Figura 25. Retenção de alunos e escolarização secundária líquida	33
Figura 26. Tendências de quatro indicadores de governação para Cabo Verde e seus pares desejáveis (classificação percentual entre todos os países, 100 = melhor)	36
Figura 27. Proporção de empresas que identificam o crime como um grande constrangimento (%) em 2009	39
Figura 28. Proporção da população que se sente sempre insegura ao andar no seu bairro, 2011–2013 e 2014–2015	39

Figura 29A. A dívida total aumentou acentuadamente (% do PIB)	41
Figura 29B. A dívida de Cabo Verde é mais do que o dobro da média para os pequenos Estados e ASS (% do PIB).....	41
Figura 30. Receitas do turismo em Cabo Verde (% do PIB).....	42
Figure 31. Quadro analítico para a redução da pobreza	46
Figura 32A. Percentagem de empresas que identificam uma força de trabalho adequadamente formada como um grande constrangimento (%)	47
Figura 32B. Fronteira dos países na eficiência do ensino, o último valor disponível (Cabo Verde é o grande ponto em vermelho)	47
Figura 33. Relatório de Competitividade Global, 2017–2018: indicadores de qualidade de infraestrutura.....	49
Figura 34A. Os indicadores de risco.....	53
Figura 34B. Valor presente da relação dívida-PIB	53
Figura 35. Fraca diversificação das exportações de Cabo Verde	56
Figura 36. IDE, receitas do turismo em% do PIB e crescimento do PIB, 2000–2016	56
Figura 37. A posição externa flutua com a evolução global, 2000–2016 (% do PIB)	56
Figura 38. Classificação global no índice do Doing Business, 2018 (classificação mais baixa = melhor).....	58
Figura 39A. Restrições de competitividade de acordo com os empresários Cabo-verdianos, 2016	59
Figura 39B. Sub-pontuações da competitividade de Cabo Verde e Seychelles ao longo de uma gama de constrangimentos; As pontuações variam de 1 (pior) a 7 (melhor)	59
Figura 40A. Mudanças nos preços agrícolas e importações como consequência de um choque de seca simulada.....	63
Figura 40B. Efeito da seca sobre os principais agregados económicos, % de alteração em relação à referência.....	63
Figura 41. A posse de terra e a sua utilização por grupos de riqueza rurais (ha) em duas zonas de subsistência em Santiago rural.....	64
Figura 42. Contribuição total de viagens e turismo em 2016, 2017, e 2027	68
Figura 43. Número de chegada de navios de cruzeiro em Cabo Verde.....	69
Figura 44A. Indicadores de infraestruturas de comércio, 2017	72
Figura 44B. Índice de conectividade do transporte marítimo, anual, 2004–2015.....	72
Figura 45. Estrutura Analítica e restrições de vinculação	78
Figura B1. Taxa de pobreza extrema (%) utilizando a situação de referência e um cenário de crescimento mais rápido da produtividade	30
Figura B2. PIB per capita da taxa de crescimento (%) utilizando a situação de referência e um cenário de crescimento mais rápido da produtividade.....	30

Figure C.1. Cabo Verde: Taxa de crescimento real do PIB	92
Figura D1. Fontes de rendimento dos diferentes grupos de riqueza	96
Figura E.1. Despesas do ensino em % do PIB per capita	104
Figura E.2. Mudanças nos prémios salariais por cenário, 2017–2030.....	104

Lista de Tabelas

Tabela 1. Restrições vinculativas e um resumo das provas	8
Tabela 2. Indicadores de acesso e de utilização em países selecionados de África.....	51
Tabela 3. <i>Doing Business 2018</i> , indicadores do comércio transfronteiriço: desempenho nos principais indicadores de Cabo Verde e seus pares	59
Tabela 4. Resumo das restrições vinculativas	78
Tabela 5. Restrições vinculativas e um resumo das evidências	79
Tabela A.1. Pares estruturais e pares aspirantes de Cabo Verde.	87
Tabela C.1. Cabo Verde: Taxas de crescimento a longo prazo de variáveis macroeconómicas	92

SUMÁRIO EXECUTIVO¹

Ao longo do último quarto de século, o progresso do desenvolvimento de Cabo Verde tem sido notável. O seu Rendimento Nacional Bruto (RNB) per capita cresceu seis vezes, de cerca de US \$ 500 per capita em 1986 para mais de US \$ 3.000 em 2008. Em 2007, o país transitou para o *status* de rendimento médio-baixo, tornando-se na única economia não-extrativa na África subsaariana a fazê-lo em um curto período de tempo. O rápido crescimento económico traduziu-se em melhorias de bem-estar substanciais para a sua população. Usando uma linha de pobreza nacional de Paridade de Poder de Compra (PPC) US \$ 5,60 por dia, a incidência da pobreza caiu de 58 por cento em 2001 (quando a medição da pobreza começou) a 35 por cento² em 2015, enquanto a pobreza extrema, usando a linha de pobreza alimentar nacional de PPC US \$ 2,90 por dia, caiu em dois terços, isto é, para 10 por cento durante este período. A desigualdade caiu, e o índice de Gini baseado no consumo caiu de 53 para 42. As realizações de capital humano têm sido igualmente impressionantes. Aos 73 anos, a expectativa de vida é a segunda maior na África, depois das Maurícias. No índice de disparidade de género global, Cabo Verde está entre os melhores do mundo nas dimensões de “saúde e sobrevivência” e da “matrícula escolar”. Ele está entre os 30 países com melhor desempenho em termos de realização dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio.

As impressionantes conquistas de Cabo Verde foram baseadas na estabilidade política, políticas económicas sólidas e instituições fortes que mantiveram o Estado de Direito, sustentaram a sua democracia aberta e mantiveram a corrupção sob controlo. Essas conquistas foram impulsionadas economicamente pelo desenvolvimento exponencial de resorts turísticos com tudo incluído em duas das dez ilhas. A liberalização económica que ocorreu durante a década de 1990, juntamente com altos níveis de investimento público em infraestrutura, um dos níveis mais altos do mundo de assistência ao desenvolvimento per capita e o alto investimento direto estrangeiro (IDE) no setor de turismo impulsionou o crescimento e a redução da pobreza. As remessas contribuíram ainda

mais para a melhoria das condições de vida. O setor de turismo, impulsionado por um modelo baseado em resorts com tudo incluído, tornou-se o principal impulsionador do crescimento económico e da criação de empregos no país.

A crise financeira mundial de 2008 levou a uma desaceleração súbita, dramática, e sustentada no crescimento económico que expôs o esgotamento do modelo de desenvolvimento de Cabo Verde. O colapso do crescimento económico foi causado por uma queda acentuada no nível de IDE, influenciada por sua vez, pela crise da dívida soberana na Europa. O aumento dos gastos de capital anti cíclico pelo governo, compensou apenas parcialmente por este declínio. Além disso, os retornos sobre os investimentos públicos e privados contraíram em mais de 20 por cento, destacando as fraquezas na qualidade dos investimentos realizados após a crise. Embora o número de visitantes se recuperou rapidamente e os ganhos do setor aumentaram, os gastos por turista diminuíram em 37 por cento desde 2008. A pobreza, no entanto, continuou a baixar entre 2007 e 2015, provavelmente refletindo os investimentos em infraestrutura rural, o aumento das remessas e um novo aumento no volume de trabalhadores do turismo. A redução da fertilidade também contribuiu para esse declínio.

No rescaldo da crise de 2008, o impacto limitado no crescimento das despesas públicas contra cíclicas de investimento do governo e as crescentes ineficiências e as crescentes ineficiências no setor público levaram a um rápido aumento da dívida pública. A dívida de Cabo Verde aumentou cerca de 70 pontos percentuais, para 130 por cento do produto interno bruto (PIB) em 2016, e o risco de sobre-endividamento externo é elevado. Uma parte significativa da dívida é detida por empresas estatais fracamente geridas (SOE), que representam uma fonte significativa de risco. O governo teve que, repetidamente cobrir as despesas operacionais das empresas estatais insolventes do orçamento. Embora a dívida de Cabo Verde seja esmagadoramente concessional, o que manteve o serviço da dívida baixo, as fraquezas nas práticas gerais de gestão fiscal levantam preocupações em relação à sustentabilidade.

Até o final de 2016, o stock total da dívida das três maiores empresas estatais atingiu 34% do PIB (US \$ 550 milhões), com a maior dívida das empresas de habitação social, eletricidade e companhias aéreas. Os recursos advindos da administração fiscal para promover a competitividade e combater a pobreza, são limitados.

Embora o investimento público desde 2008 tem contribuído para aumentar o endividamento, o investimento nas áreas rurais pode ter ajudado o declínio contínuo na pobreza. A análise da pobreza realizado para o SCD mostra que a construção de barragens e estradas rurais, juntamente com a expansão da rede de energia elétrica rural e acesso à água, coincidiu com uma queda acentuada no número de pobres rurais, de 121.000 para 87.000. Essa redução ocorreu principalmente nas ilhas de Santiago, Santo Antão e Fogo. A migração rural para urbana e um aumento nas remessas, também desempenharam um papel na melhoria do bem-estar rural.

O baixo crescimento económico contínuo, destaca as limitações no modelo de turismo atual que não prevê benefícios suficientes para os Cabo-verdianos. Embora a chegada de turistas continuou a crescer, o lucro por visitante diminuiu por quase metade entre 2007 e 2015. O crescimento de stocks de quartos de hotel também abrandou. O país é predominantemente vendido como um destino de “sol, mar e areia”, dominado por alguns operadores turísticos internacionais, com duas das nove ilhas habitadas recebendo 90 por cento dos turistas. Há espaço para continuar a explorar o potencial de fortalecimento das cadeias de abastecimento de turismo local e aumentar os gastos fora dos *resorts*, que são baixos. Os grandes hotéis importam a maioria das suas necessidades de alimentos e bebidas, citando preocupações como a falta de confiabilidade do abastecimento local e da segurança alimentar. Existem também preocupações de competitividade mais amplas e uma baixa capacidade institucional; da mesma forma, os vácuos políticos têm limitado um desenvolvimento mais estratégico do setor do turismo.

A diversificação económica tem sido prejudicada por um clima de negócios relativamente fraco. De acordo com o relatório *Doing Business 2018*, Cabo Verde é agora classificado 127 entre 190 países; isto coloca-o abaixo da média de outros países de rendimento médio-baixo, que têm uma classificação média de 118. O relatório

identificou que os fatores mais problemáticos, são o acesso ao financiamento, uma burocracia governamental ineficiente, as taxas de imposto, e uma força de trabalho inadequadamente formada.

A falta de perspetivas económicas para os grupos desfavorecidos leva à exclusão social e poderia potencialmente minar a coesão social. A elevada taxa de desemprego, especialmente entre os jovens (63 por cento de jovens dos 15 aos 24 anos de idade em Praia estão desempregados), ameaça levar a problemas comportamentais. O crime juvenil e o abuso de drogas estão a aumentar. Um estudo recente dos jovens na Praia revelou que um quarto de indivíduos de 12–21 anos de idade, tinham cometido pelo menos um crime violento.³ Os Cabo-verdianos sentem-se cada vez mais inseguros⁴, e há também alguma evidência de que o descontentamento e insatisfação estão a aumentar. As oportunidades de participação das mulheres no mercado de trabalho são limitadas devido a normas existentes de género, que lhes concedem a responsabilidade quase exclusiva das tarefas domésticas, da educação dos filhos e de cuidar da família⁵.

Como uma economia insular pequena e aberta, a exposição à alta volatilidade do comércio e à suscetibilidade a riscos climáticos e geológicos afeta negativamente a resiliência da economia e das famílias; isto poderia minar a sustentabilidade das conquistas de Cabo Verde. A crise financeira global de 2008 causou uma queda brusca nas receitas do turismo e do IDE. Da mesma forma, os dados mostram que a crise pandémica de 2014–2015 da Ébola na África Ocidental coincidiu com uma queda no turismo em Cabo Verde. Além disso, as secas severas e repetidas têm afetado bastante o país e a resiliência da população rural, conforme testemunhado em 2014 e 2017. O país está também exposto a outros riscos, tais como furacões, deslizamentos de terra, erosão costeira, e erupções vulcânicas. Embora Cabo Verde seja um dos países mais vulneráveis do mundo em termos de alterações climáticas, não está adequadamente preparado para enfrentar os riscos futuros.

A retomada e sustentação do crescimento económico em Cabo Verde requer uma mudança de paradigma no atual modelo de desenvolvimento com vista à diversificação económica do turismo de baixa margem, um papel maior para o investimento privado, uma maior

eficiência do setor público, programas mais direcionados de redução da pobreza, foco na qualidade e relevância económica do ensino e melhores práticas nacionais de gestão de risco. Constrangido pela dívida, o governo terá que promover um ambiente passível de maior participação do setor privado na economia. Isso inclui atacar os vários fracassos do mercado e do governo que foram ignorados durante o boom de investimentos. A falta de diversificação tornou o país vulnerável a choques económicos. São necessárias modificações no seu modelo de desenvolvimento, para melhor explorar as vantagens comparativas de Cabo Verde, aumentar a sua resiliência e abraçar a inovação para aumentar a produtividade.

Embora Cabo Verde tem vindo a beneficiar da sua localização geográfica, ser um pequeno país insular também vem com desafios económicos inerentes que o país partilha com outros pequenos estados insulares em desenvolvimento (SIDS). Estas dificuldades têm de ser tomadas em conta na concepção do novo modelo de desenvolvimento. Os SIDS tendem a não conseguirem atingir economias de escala; consequentemente, têm uma estrutura de exportação altamente especializada e lutam para serem competitivos. A falta de economias de escala tem também, muitas vezes, um efeito atenuante sobre os benefícios do IDE, o que limita os efeitos positivos indiretos da interação entre empresas estrangeiras e nacionais. A indústria do turismo de Cabo Verde é um exemplo disso. Ela é dominada por grandes *resorts* de propriedade estrangeira com ligações limitadas a pequenas e médias empresas nacionais e à economia doméstica. Consistente com outros SIDS, Cabo Verde tem dificuldades em reduzir a sua dívida pública, devido ao maior gasto público enquanto proporção do PIB em relação a outras categorias de países.

Este Diagnóstico Estratégico do País (SCD) visa identificar os constrangimentos vinculativos, bem como as oportunidades para reduzir a pobreza extrema e aumentar o bem-estar dos 40 por cento mais pobres da população de Cabo Verde de uma forma sustentável. O SCD é orientado por evidências e baseia-se na revisão de 50 estudos existentes, uma análise dos dados disponíveis e discussões de especialistas no país que ocorreram em 2016 e 2017. Ele avalia o desempenho de Cabo Verde em relação a um conjunto de países pares estruturais e desejáveis, incluindo as Seychelles, Ilhas Maurícias, Maldivas e Santa Lúcia

(dependendo da disponibilidade de dados). O SCD constitui a base da colaboração entre Cabo Verde e o Quadro de Parceria com o País (CPF) 2018–2021 do Grupo do Banco Mundial.

O quadro analítico para o SCD está organizado em torno de três grandes pilares para a redução da pobreza e aumento da prosperidade partilhada em Cabo Verde. Estes pilares são os seguintes: (1) o crescimento económico e a criação de emprego; (2) a inclusão social de grupos desfavorecidos; e (3) o fortalecimento macro e resiliência das famílias. Em primeiro, um crescimento económico mais rápido será essencial para aumentar o rendimento familiar através da criação de empregos decentes e do trabalho autónomo mais produtivo. Em segundo lugar, a inclusão social irá fortalecer o capital humano e ativos físicos de grupos populacionais que, atualmente, não estão suficientemente envolvidos no processo de desenvolvimento e que não conseguem realizar atividades produtivas. Em terceiro lugar, a estabilidade macroeconómica vai ajudar a combater a dívida pública, reforçando a resiliência familiar e limitar a sua exposição a choques. Um setor público forte e eficiente que pode reformar e produzir resultados, será uma importante dimensão que atravessa os três pilares.

Dentro deste quadro, foram identificados constrangimentos com base no *benchmarking* sistemático de Cabo Verde contra os seus pares desejáveis nos indicadores-chave de desempenho e evidências adicionais. As onze restrições são agrupadas em quatro grandes categorias: falta de capital humano, conectividade fraca, fraco desempenho do setor público, e a falta de resiliência.

A melhoria do capital humano será de vital importância para a concretização do potencial de Cabo Verde de aumentar o seu setor privado interno, e aumentar a produtividade e promover a competitividade e a inovação. As taxas de abandono escolar são relativamente altas comparado com os seus pares desejáveis. A percentagem de repetentes no ensino médio é alta (23%), e a taxa de sobrevivência até ao último ano do ensino médio é de apenas 77%, quase 8% a menos do que os pares desejáveis do país. As competências e qualificações inadequadas da força de trabalho, são grandes limitações para o comércio: em 2009, 40% das empresas identificaram isso como uma grande restrição. Poucos testes sistemáticos de resultados de

aprendizagem são realizados, mas a Prova Nacional de Aferição realizada em 2010 revelou resultados de aprendizagem fracos a matemática e português, para cerca de 40 por cento dos alunos no sexto ano. O Ensino Superior tem relevância limitada para o mercado de trabalho, com 70 por cento dos estudantes universitários matriculados nas ciências humanas e sociais. O Ensino e Formação Técnico-Profissional (TVET) não está bem integrado no sistema educacional e não atende às demandas do mercado de trabalho. As normas sociais discriminatórias contra as mulheres, deixa-as com uma parcela desproporcional de deveres de cuidado doméstico e infantil, impedindo-as de se engajarem no mercado de trabalho e melhorarem as suas condições de vida.

A fraca conectividade entre as ilhas é outro constrangimento identificado quem tem dificultado a malhoria das condições de vida das populações. O arquipélago é constituído por nove ilhas habitadas que estão dispersas e rodeadas por mar agitado, o que representa enormes desafios do ponto de vista do desenvolvimento de infraestrutura. No entanto, apesar das melhorias consideráveis nos últimos anos, a oferta global e a qualidade da rede de infraestrutura de transporte continuam a ser insatisfatórias, abaixo das Seychelles e Maurícias. Uma restrição-chave é a capacidade insuficiente do governo para regular o setor e para desenvolver e administrar concessões de transportes. Os serviços de tecnologia da informação e comunicação (TIC) são inadequados; apesar do acesso generalizado à Internet de banda larga, a largura de banda disponível por usuário de Internet, é relativamente baixa (cerca de metade do montante disponível para os usuários nas Seychelles ou Maurícias) e aplicação do regime de regulamentação é fraca. Apesar do progresso no acesso e na qualidade dos serviços de energia elétrica, as deficiências no planeamento e gestão do setor energético levaram a altas perdas de eletricidade: 27 por cento em 2016. Isso contribui para os altos custos de energia elétrica e dessalinização da água potável, que estão entre os mais altos na África.

Os riscos para a estabilidade macroeconómica são atualmente substanciais devido à alta dívida pública e à exposição à volatilidade económica. A dívida pública de Cabo Verde continuou a aumentar apesar da consolidação fiscal nos últimos anos.⁶ Isso limita o espaço fiscal para mais gastos públicos em infraestrutura, capital humano e proteção aos

popres. A eficiência técnica e operacional dos gastos do governo, incluindo as estatais, é baixa. Um envolvimento melhor e mais sistemático da diáspora no investimento no país, poderia possivelmente ajudar a mobilizar recursos. Tal como muitos outros SIDS, Cabo Verde tem uma base económica estreita e a sua elevada dependência no turismo e remessas, aponta para vulnerabilidades externas significativas. A alta concentração de visitantes de alguns países da Europa, juntamente com a vulnerabilidade da economia doméstica às decisões de investidores estrangeiros, expõe a economia a altos riscos, conforme testemunhado durante a crise financeira. Cabo Verde também tem aparecido vulnerável a explosões de doenças transmitidas por vetores que levaram a uma breve epidemia de dengue em 2009–2010 e a um surto do vírus Zika em Outubro de 2015.

Apesar de Cabo Verde ter superado muitos dos seus pares desejáveis nos indicadores-chave do governo recentemente disponibilizados⁷, o setor público é considerado como relativamente ineficaz e ineficiente. A concretização da reforma é fraca.⁸ Esse paradoxo aparente é causado por vários problemas no setor público, que incluem: (1) normas e procedimentos governamentais antiquados, e a orientação atual em “processo” em vez de “resultados”; (2) falta de coordenação entre os organismos; (3) baixa capacidade técnica e alta rotatividade de pessoal altamente qualificado; (4) seguimento limitado do desempenho e da avaliação de programas-chave, que limita a aprendizagem sobre o que funciona, e a falta de estatísticas em tempo hábil para a elaboração de políticas baseadas em evidências; e (5) a falta de diálogo público-privado eficaz, à medida que o governo tem sido relativamente fraco na oferta de orientação estratégica para o setor do turismo. Finalmente, a descentralização não foi suficientemente eficaz. Os 22 municípios – o único nível do governo abaixo do governo central—dispõem de uma quantidade razoável de autonomia, mas sofrem de restrições de capacidade e deficiências na supervisão e fiscalização. O PEDS 2017–2021 do país enuncia várias medidas para combater os desafios.

Dadas as suas características geográficas e a sua localização no meio do Atlântico, Cabo Verde está altamente exposto a desastres naturais, e os riscos das alterações climáticas têm o potencial de desviar significativamente as conquistas de Cabo Verde e

impedir novos progressos. Os eventos climáticos extremos tornaram-se mais frequentes, exacerbando a resiliência limitada das famílias para recuperar e melhorar os seus meios de subsistência, o que afeta particularmente os pobres. No entanto, a mitigação climática, as estratégias de adaptação e as capacidades financeiras de Cabo Verde permanecem limitadas. O país está em 79º lugar no “índice de prontidão para a mudança climática”, que é abaixo do que seus pares desejáveis, incluindo as Seychelles, Maurícias e Santa Lúcia. Apesar do impacto bem-vindo na redução da pobreza rural, a operacionalização incompleta dos investimentos em infraestrutura rural e a fraca facilitação das cadeias de suprimento, impedem que os pobres rurais desenvolvam a sua resiliência. Os programas de proteção social são fragmentados e têm dificuldades em alcançar as famílias em idade ativa, para protegê-las contra os choques e desenvolver os seus ativos. A monitorização de seu impacto é fraca.

Há preservação insuficiente do capital natural de Cabo Verde—talvez o seu bem nacional mais importante—o que prejudica a indústria do turismo. Cabo Verde é considerado um dos 11 centros mais ameaçados do mundo, relativamente à biodiversidade marinha, entretanto o país ocupa apenas o 78º lugar entre 141 países na “execução de regulamentos ambientais” no Índice de Competitividade de Viagens & Turismo. A aplicação de regulamentos ambientais, continua a ser inadequada e a gestão ambiental tem sofrido com a atribuição pouco clara de papéis e responsabilidades. A gestão de resíduos sólidos nem sempre é feita de acordo com os padrões normais.

No curto prazo, Cabo Verde poderia priorizar a resolução das restrições que permitiriam o acesso a dois caminhos principais para impulsionar o crescimento, reduzir a pobreza extrema e promover a prosperidade partilhada: turismo diversificado e produtos agrícolas de nicho. Estes devem formar os elementos principais de um modelo de desenvolvimento modificado e podem ser desencadeados quando as restrições de vinculação forem removidas. Embora existam oportunidades adicionais no médio prazo, elas são afetadas por barreiras estruturais substanciais que devem ser removidas primeiro.

Um setor do turismo diversificado e mais inclusivo será o percurso mais provável para o progresso de Cabo Verde. A atratividade de Cabo Verde como destino

turístico tem gerado muita riqueza para o país. No entanto, a sua natureza, distribuição geográfica e forma precisam de mudar. A imagem de Cabo Verde como destino de um único produto “sol, areia e mar” é injustificada e obscurece uma grande variedade de potenciais produtos turísticos que Cabo Verde tem para oferecer, incluindo ecoturismo, caminhadas, aventura, cultura e história. Isso ilustra um sério desafio de marca e *marketing*. A diversificação é suscetível de espalhar os benefícios mais amplamente em todas as ilhas. As previsões do *World Travel and Tourism Council*, sugerem um potencial de crescimento substancial para o valor acrescentado e o emprego. O turismo diversificado geraria empregos fora dos principais centros turísticos e também reduziria a pressão sobre a infraestrutura habitacional em Sal e Boa Vista. No entanto, os *rankings* de competitividade do turismo internacional sugerem que ainda existem sérios obstáculos. Melhorar a conectividade entre as ilhas e fortalecer os conjuntos de habilidades de sua força de trabalho será essencial. A concretização do potencial turístico de Cabo Verde requer uma estratégia do sector do turismo bem desenvolvida que apresente uma visão clara e políticas de diversificação. É necessário melhor gerenciamento e seleção de investidores estrangeiros, em conjunto com o apoio às micro e pequenas empresas para aumentar sua capacidade de oferecer produtos turísticos de alta qualidade e aproveitar as cadeias de fornecimento turístico de alto valor.

Os produtos de nicho agrícola, pecuário e pesqueiro têm o potencial de serem ampliados para proporcionar melhores condições de vida e renda aos segmentos mais pobres da população. O sector hortícola de Cabo Verde tem se expandido com sucesso na última década e se beneficiado com a extensão da rede de energia elétrica, da melhor disponibilidade de água para irrigação e da melhoria das estradas rurais. O crescimento médio anual de 4,6 por cento ao ano do sector agrícola e das pescas durante 2007–2016 reflete a crescente mudança da agricultura de subsistência para um sector da agricultura cada vez mais orientada para satisfazer as demandas do mercado urbano. Em todo o arquipélago, uma gama de produtos agrícolas é produzida e exportada com sucesso para mercados específicos. A estratégia de desenvolvimento realista para o sector agrícola e pecuário deve realmente concentrar-se em produtos de nicho e nichos de mercado, tal como o comércio orgânico,

TABELA 1. Restrições vinculativas e um resumo das provas

	Limitação	Sub-constrangimento	Evidência
1	Capital humano inadequado	Taxa de abandono do ensino médio	<i>Benchmarking:</i> Cabo Verde fica atrás de os seus pares desejáveis em termos de inscrições líquidas no ensino secundário, e a retenção de estudantes é relativamente baixa e não melhora. <i>Outra evidência:</i> Uma alta proporção de crianças não está na escola, não está a trabalhar (IDRF 2015).
		Competências insuficientes	<i>Benchmarking:</i> Percentagem de empresas que indicam que a força de trabalho inadequadamente instruída é um grande constrangimento, é maior do que os seus pares desejáveis. Longa distância para a fronteira da eficiência do ensino. <i>Outra evidência:</i> Pontuações baixas na nas provas de aferição em matemática e português; 37% dos professores não possuem nenhuma licenciatura.
2	Ligações fracas	Transporte inter-ilhas problemático	<i>Benchmarking:</i> Cabo Verde fica atrás dos seus pares desejáveis no índice de qualidade de infraestruturas do WEF, especialmente em relação à qualidade da infraestrutura portuária e do transporte aéreo. <i>Outra evidência:</i> Entrevistas realizadas com especialistas para o SCD em 2017 sugerem que os transportes marítimos e aéreos não são confiáveis em termos de tempo.
		Fraca Infraestrutura das TIC	<i>Benchmarking:</i> A ITU classifica Cabo Verde atrás de seus pares desejáveis em termos de desenvolvimento das TIC. A utilização da Internet e da banda larga por usuário de Internet, também é mais baixa do que os países pares desejáveis. Baixa classificação global (103) no índice de e-governança das NU. <i>Outra evidência:</i> Entrevistas a especialistas realizadas como parte deste SCD, revelaram um regime de regulação inadequado e falta de capacidade de cabo.
		Altos custos de energia	<i>Benchmarking:</i> Cabo Verde tem custos mais altos de energia elétrica e de água potável dessalinizada, do que os seus países pares. As perdas de energia são mais elevadas do que a média para a ASS. <i>Outra evidência:</i> Perdas comerciais elevadas de ELECTRA.
3	Riscos para a estabilidade macroeconómica e a sustentabilidade fiscal	Dívida elevada	<i>Benchmarking:</i> O rácio Débito-PIB é maior do que seus pares; as taxas de riscos macroeconómicos são superiores às das Maurícias (semelhante às Seychelles). <i>Outra evidência:</i> Valor atual da dívida encontra-se acima do limiar de sustentabilidade.
		Alta vulnerabilidade económica	<i>Benchmarking:</i> Volatilidade alta do crescimento do PIB relativamente aos seus pares desejáveis.
4	Fraco desempenho do setor público	Concretização insuficiente da reforma	<i>Benchmarking:</i> Menores pontuações no WGI na “eficácia do governo” e na “qualidade regulatória” em comparação com países pares desejáveis; ranking mundial inferior aos seus pares desejáveis no <i>Doing Business</i> e a classificação está em queda. Maior massa salarial pública do que os seus pares. <i>Outras evidências:</i> Estudos de economia política sugerem que o sistema político bipartidário paralisa a sociedade civil e os grupos de pressão.
5	Falta de resiliência	Baixa resiliência das famílias	Avaliação comparativa: Maior frequência de secas e tempestades do que os seus pares; classificação mais baixa do que os seus pares no que concerne à vulnerabilidade; propriedade de terreno altamente desigual e com a proporção de pobres como proprietários de terreno, muito baixos.
		Falta de proteção do ambiente natural	<i>Benchmarking:</i> Baixa classificação no cumprimento dos regulamentos ambientais no Índice de Competitividade de Viagens & Turismo. Cabo Verde é um dos centros de biodiversidade mais ameaçados do mundo. <i>Outra evidência:</i> Pontuação CPIA para Cabo Verde são as mais baixas para a sustentabilidade ambiental.

étnico, justo, produtos de nostalgia (produtos da terra) para a diáspora e outros produtos de baixo volume/alto valor agregado com foco naqueles que já demonstraram algum desempenho nas exportações. Estes incluem café, vinho, *grogue* (rum), queijo, e produtos processados de peixe. É importante resolver a ausência de um sistema logístico nacional eficiente e adequado, a isto acresce-se a necessidade de organização da produção e dos agricultores, de melhoria da informação do mercado e a comercialização, e de apoio a políticas públicas que promovem ainda mais o aumento da produção, de sistemas de qualidade e de apoio a empresas exportadoras. A reciclagem de águas residuais pode ser crucial para garantir o fornecimento adequado de água para a produção expandida.

Apesar da localização geográfica de Cabo Verde no meio de quatro continentes oferecer o potencial para desenvolver um centro logístico, um centro digital e de inovação, ou mesmo tempo que um centro financeiro, as principais restrições ainda precisam ser superadas, e mais trabalho é necessário para estudar o potencial e avaliar o interesse do setor privado. Tornar-se um centro logístico exigiria desenvolver e manter uma vantagem competitiva global. Atualmente, a conectividade a cadeias de apoio globais é fraca e os indicadores de infraestruturas de comércio, mostram valores mais baixos do que os países de pares desejáveis de Cabo Verde. O desenvolvimento de uma economia centrada em *logística/hub* não se trata simplesmente da realização de grandes projetos de infraestrutura; envolve também a criação de uma plataforma para um fluxo eficiente de atividades de negócios para as quais o ambiente não é ideal ainda. O desenvolvimento das

TIC está abaixo da média, com a largura de banda relativamente baixa por usuário da Internet e fraca aplicação do regime regulatório das TIC, o que afeta a competitividade internacional. A viabilidade de desenvolver Cabo Verde como um centro financeiro ou das TIC é adicionalmente limitada pela gestão inadequada do setor de energia, o que contribui para os altos custos de energia e também para a qualidade relativamente baixa do ensino, além dos problemas de conectividade de transporte. A curto prazo, o sector das TIC deverá provavelmente concentrar-se no reforço do seu apoio a outros sectores, tal como a modernização da prestação de serviços de ensino e saúde em todo o arquipélago e o desenvolvimento da logística e do turismo. Uma série de medidas estão especificadas nos PEDS 2017–2021 do país que visam corrigir as deficiências.

NOTAS

1. A análise apresentada no SCD é baseada nos dados e estudos mais recentes, principalmente até 2016. Beneficiou-se também, da análise realizada como parte do novo Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do governo (PEDS) 2017–2021, que delineou várias medidas para resolver alguns dos constrangimentos vinculativos para a prosperidade partilhada em Cabo Verde identificados neste SCD.
2. Visto que a taxa de pobreza geral é de 35 por cento, os pobres quase que sobrepõem com os 40 por cento mais pobres—o grupo-alvo para a criação de prosperidade partilhada, que é um dos objetivos individuais do Banco Mundial.
3. Dias 2015.
4. Afrobarometer 2015
5. Ver o Memorando Económico do País do Banco Mundial 2013 para Cabo Verde.
6. A dívida pública total diminuiu ligeiramente em 2017, a primeira contração em dez anos, devido, principalmente, a movimentos cambiais favoráveis.
7. Até 2014
8. Ver, por exemplo, os relatórios recentes do Banco Mundial do ‘Doing Business’ sugerindo que Cabo Verde não tem conseguido melhorar o clima de negócios desde 2012.

Introdução

Este Diagnóstico Estratégico do País (SCD) apresenta uma avaliação das principais oportunidades e constrangimentos a fim de atingir as metas gémeas do Banco Mundial em Cabo Verde. Ele avalia as vias para a redução da pobreza extrema e elevar o bem-estar dos 40 por cento mais pobres da população de forma sustentável, e identifica os principais constrangimentos para a operacionalização destes. O SCD é baseado numa revisão dos documentos existentes, na análise dos dados disponíveis, e em discussões e entrevistas com especialistas no país, que tiveram lugar durante 2016 e 2017. É orientado por evidências e referências do desempenho de Cabo Verde contra um conjunto de países de pares desejáveis que incluem as Seychelles, Maurícias, Maldivas, e Santa Lúcia (quando os dados estão disponíveis, ver apêndice A para obter mais informações sobre a sua seleção). O SCD não se limita a áreas ou setores onde o Banco Mundial se encontra atualmente (ou pretende a vir estar) ativo, mas concentra-se no potencial do desenvolvimento do país e os desafios para o cumprimento dos objetivos de redução da pobreza e a posteridade partilhada. O SCD estabelece as bases para o programa de colaboração entre Cabo Verde e o Grupo Banco Mundial: o Quadro de Parceria do País 2018–2021.

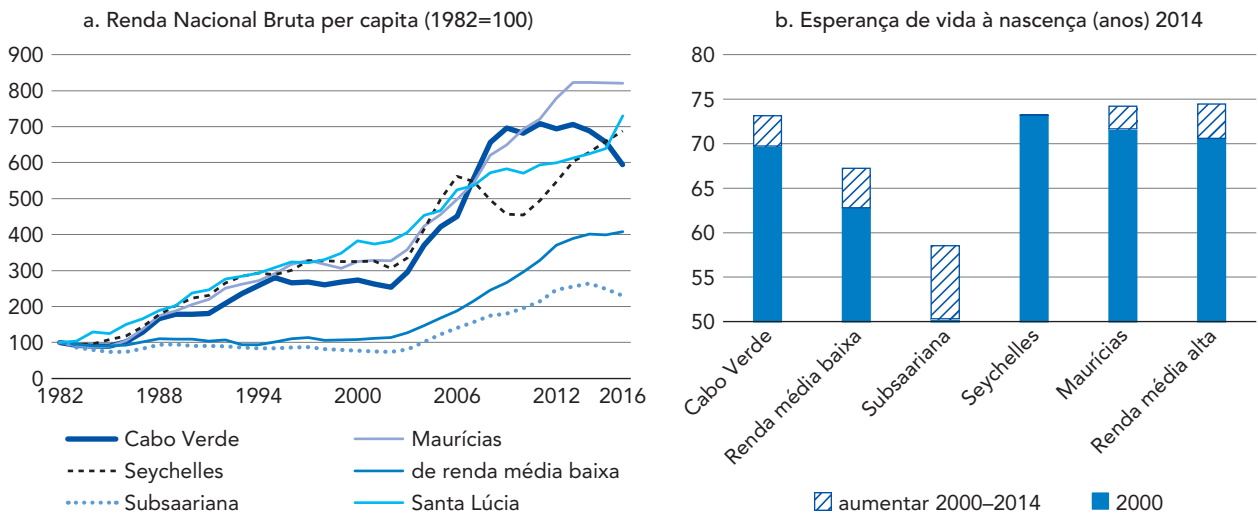
As conquistas económicas de Cabo Verde nos últimos 30 anos têm sido espetaculares e não têm precedentes no continente Africano. Essas conquistas são assinaláveis por causa dos desafios singulares que o país enfrenta devido ao seu pequeno tamanho, à falta de escala para a produção de bens e prestação de serviços económicos e sociais, ao seu afastamento, à dispersão geográfica, fragilidade ambiental e à alta exposição a choques. Entre 1985 e 2016, a média do PIB per capita aumentou seis vezes e o crescimento médio anual foi superior a 5%. O crescimento foi particularmente espetacular durante o período 2000–2007, quando atingiu uma média anual de 7%, permitindo que o país se gradue para o *status* de baixa renda em 2007 (ver figura 1a). Isso fez de Cabo Verde o único

país Africano com uma economia não-extrativa, a atingir esse *status* em tão pouco tempo. Atualmente, é o país mais rico da África Ocidental e o 9º mais rico da África Subsaariana (SSA).

O desempenho económico do país é principalmente atribuível ao investimento significativo nas infraestruturas relacionadas com a promoção do país como destino turístico. O número total de quartos de hotel disponíveis cresceu 12 por cento ao ano nos últimos 16 anos. O número de visitantes também aumentou a uma taxa anual de 10 por cento, posicionando o país como um dos destinos turísticos com crescimento mais rápido em 2016.

As conquistas sociais foram igualmente impressionantes. A taxa de pobreza extrema—baseada na linha nacional da pobreza alimentar—reduziu de 30% em 2001 para 10% em 2015, e o número de pessoas extremamente pobres baixou de 138.000 para 55.000 durante este período (ver o quadro 1 para uma breve descrição das linhas de pobreza de Cabo Verde). A desigualdade caiu à medida que índice de Gini caiu de 53 em 2001 para 42 em 2015. As melhorias dos indicadores de pobreza não monetários foram ainda mais importantes, incluindo a esperança de vida (ver figura 1b), mortalidade materna, matrículas no ensino primário e acesso a uma fonte melhorada de água.

As realizações sociais e económicas de Cabo Verde beneficiaram-se da sua estabilidade política ancorada em instituições democráticas fortes, no Estado de Direito e numa base de capital humano relativamente forte. Desde a independência, as transições políticas tiveram lugar sem violência ou instabilidade—poucos outros países no continente possuem tal experiência. As fortes instituições de Cabo Verde e o capital humano relativamente bem desenvolvido, são em parte o resultado do período colonial quando o país serviu como centro administrativo para os interesses imperiais e comerciais de Portugal na região.¹ Esta

FIGURA 1. Cabo Verde tem feito progressos notáveis no crescimento económico e nas realizações de capital humano

Fonte: Indicadores de Desenvolvimento Mundial.

Nota: 1982 é o primeiro ano para o qual os dados do RNB para Cabo Verde estão disponíveis.

característica, e a abertura da economia, aumentaram a atratividade de Cabo Verde para os investidores estrangeiros, provocando quantidades consideráveis de investimento direto estrangeiro (IDE) no setor do turismo e apoio dos doadores.

A crise financeira de 2008, seguida pela crise da dívida soberana europeia, teve grande impacto em Cabo Verde. O seu RNB per capita estabilizou-se em torno de US \$ 3.300 per capita desde 2009, e chegou a baixar para US \$ 3.000 per capita em 2016,

QUADRO 1. Avaliação comparativa da pobreza em Cabo Verde

A pobreza extrema, baseada na linha internacional da pobreza de PPC US \$ 1,90 por dia, caiu pela metade entre 2001 e 2007 (de 16 para 8%) e novamente 4 por cento em 2015. No entanto, existe alguma incerteza em torno do PPC 2011 para Cabo Verde. Por isso, usamos a definição nacional de pobreza extrema, que é baseada nos custos de satisfazer as necessidades básicas de alimentos em Cabo Verde, que é de CVE 136 por pessoa por dia. A linha de pobreza geral, que é baseada nos custos de satisfazer as necessidades alimentares básicas e não alimentares, é de 250 CVE por pessoa por dia. Usando uma PPC de 46,7 CVE por US \$, esses números são PPC US \$ 2,90 por pessoa por dia e PPP US \$ 5,36 por pessoa por dia, respetivamente.

interrompendo a conclusão de sua transição para um país de renda média-alta. O crescimento real do PIB teve uma média de apenas 1,4% ao ano entre 2009 e 2016, apesar da recuperação das chegadas de turistas após 2010, uma vez que a receita por chegada de turistas baixou. Isto confinou Cabo Verde à lista das cinco economias de crescimento mais lento da África Subsaariana e resultou num alargamento do fosso entre Cabo Verde e outros pares desejáveis como as Maurícias e as Seychelles.²

A desaceleração do crescimento desde 2008 foi principalmente atribuída aos investimentos mais baixos e uma deterioração da qualidade dos investimentos. O IDE caiu e a produtividade total dos fatores também desacelerou acentuadamente. Em resposta à crise, o governo aumentou inicialmente o investimento público em projetos de infraestrutura (até 2013); no entanto, isso não reavivou o crescimento económico. Em vez disso, contribuiu para um aumento acentuado do rácio da dívida pública em relação ao PIB, de 68 por cento em 2008 para 132 por cento em 2016, colocando o país em alto risco de sobre-endividamento. A alta dívida pública provavelmente restringirá as despesas públicas. No entanto, como o país procura a consolidação fiscal, será importante assegurar gastos adequados para promover o crescimento económico e desenvolver os ativos dos pobres.

A crise financeira global e a crise da dívida em euros, expuseram as debilidades subjacentes do modelo de desenvolvimento de Cabo Verde, o que sugere a necessidade de ajustes. O progresso recente na redução da pobreza foi parcialmente impulsionado por um fluxo relativamente robusto de remessas, que contribuiu para aumentar o consumo das famílias, mas sem criar empregos suficientes e crescimento de produtividade. As evidências disponíveis sugerem que a retomada do crescimento requer a criação de espaço para o setor privado nacional e a solução dos gargalos estruturais que impediram a participação nos setores de crescimento do país. O envolvimento reduzido do estado (sempre que possível) e um foco renovado no desenvolvimento de competências terão de ser uma parte importante do ajustamento ao modelo de crescimento de Cabo Verde. Existe ainda, a necessidade de melhorar a gestão e a priorização do investimento público e privado para reverter o declínio da produtividade e garantir que elas contribuam mais efetivamente para o desenvolvimento do país. Isto não será fácil, a medida que a experiência internacional mostra que os países podem ser resistentes a romper com políticas que tenham produzido sucesso anterior.

O relatório está estruturado da seguinte forma. O Capítulo 1 fornece o contexto relevante, descrevendo as principais características do país, a sua geografia, economia e as implicações de ser um pequeno estado insular. O Capítulo 2 analisa as realizações passadas em termos de crescimento económico, redução da pobreza, desenvolvimento humano e boa governação, e apresenta algumas manifestações de problemas que sugerem a necessidade de uma mudança no modelo de desenvolvimento do país. O Capítulo 4 apresenta um quadro analítico e discute os principais constrangimentos para a concretização do potencial de Cabo Verde. Isto é seguido pelo Capítulo 4, que resume as principais oportunidades/percursos para reduzir ainda mais a pobreza e aumentar a prosperidade partilhada. O Capítulo 5 subsequentemente resume as restrições de vinculação e as evidências correspondentes e apresenta as lacunas de conhecimento remanescentes.

NOTAS

1. As Estratégias de Crescimento e Redução da Pobreza Sucessivas (GPRS) em Cabo Verde priorizam a boa governação como um pilar central do desenvolvimento do país.
2. Ver INE 2018.

Criando as Condições: Contexto do País

O capítulo anterior apresentou o relatório e ofereceu um resumo conciso das realizações e desafios de desenvolvimento de Cabo Verde. Este capítulo apresenta as principais características definidoras de Cabo Verde, colocando-o dentro do contexto de outros SIDS. Como um arquipélago pequeno e fragmentado localizado ao largo da costa Oeste Africana, Cabo Verde enfrenta um conjunto exclusivo de restrições de desenvolvimento. Ao mesmo tempo, a sua geografia oferece vantagens e torna-se um destino turístico atraente. A elevada emigração e rápida queda na taxa de natalidade, levou Cabo Verde a uma transição demográfica mais rápida do que no resto da África. É o segundo país mais urbanizado na África. A economia de Cabo Verde e os meios de vida de seus habitantes dependem em grande parte do setor de serviços, e a estrutura da economia manteve-se relativamente inalterada ao longo dos últimos dez anos. O país enfrenta muitos dos desafios que são típicos dos SIDS, incluindo uma estrutura altamente especializada de exportação, um setor público relativamente grande, e exposição à alta volatilidade do comércio e desastres naturais.

Geografia

Como um arquipélago pequeno e fragmentado, localizado 650–850 km a oeste da costa da África Ocidental, Cabo Verde enfrenta um conjunto único de restrições de desenvolvimento. A sua pequena população (540.000 em 2016) está espalhada por nove ilhas separadas até 300 km por mares turbulentos. Aproximadamente 88% da população vive atualmente em quatro ilhas: Santiago (56%), São Vicente (15%), Santo Antão (9%) e Fogo (8%). A massa total de terra de 4.033 km² é pequena e forma menos de 1% de seu território total, embora o seu tamanho de terra ainda seja muito maior do que o de seus pares desejáveis (é 9 vezes o tamanho das Seychelles e o dobro das Maurícias). O seu vasto oceano tem uma fertilidade marinha modesta e seu

clima é como o Sahel da África continental, com chuvas fracas e erráticas. A disponibilidade de água doce per capita é baixa, a segunda mais baixa na África. Apenas cerca de 10% da terra é considerada arável. O país é altamente vulnerável a eventos climáticos, incluindo secas frequentes, aumento do nível do mar e tempestades. Também é atormentado por erupções vulcânicas.

Ao mesmo tempo, a sua geografia também tem vantagens. A sua beleza natural, o clima atraente durante todo o ano e a proximidade com a Europa—o seu principal mercado turístico—permitiu o rápido crescimento da indústria do turismo de Cabo Verde. Sendo um arquipélago longe da África continental, isto protege o país de questões transfronteiriças de segurança, as pragas e doenças transmissíveis podem não atingir as suas ilhas tão facilmente.

História

Cabo Verde nasceu do colonialismo Europeu e da escravidão Africana. As dez ilhas desabitadas foram descobertas no século XV e tornaram-se território português. Os colonos começaram quase imediatamente a reforçar os seus números com escravos trazidos da colónia continental da Guiné-Bissau (então Guiné Portuguesa), e através de casamentos mistos criaram uma identidade étnica cabo-verdiana distinta. Dada a sua localização estratégica nas grandes rotas de comércio entre a África, a Europa e o Novo Mundo, Cabo Verde rapidamente tornou-se uma parte crucial da economia do comércio transatlântico de escravos.¹ Depois que a escravidão foi formalmente abolida em 1878, os Cabo-verdianos voltaram-se para a caça às baleias (a origem da grande comunidade de emigrantes de Cabo Verde nos Estados Unidos) e a pesca do bacalhau, concentrando-se cada vez mais no transporte de carga. Uma grande parte da população obtinha o seu rendimento por meio de atividades agrícolas, onde secas frequentes levavam à fome, à pobreza e à migração forçada.

Devido aos seus modestos recursos naturais e localização estratégica, Cabo Verde serviu por muito tempo, de centro administrativo dos interesses imperiais e comerciais de Portugal na região. Nesse contexto, recebeu investimentos relativamente grandes no seu capital físico e humano. Após o fim do regime militar em Portugal, a República de Cabo Verde declarou oficialmente a sua independência em 5 de Julho de 1975. Inicialmente, manteve uma união estadual com a Guiné-Bissau, mas terminou em 1980. Ao contrário de Guiné-Bissau, as forças armadas de Cabo Verde permaneceram pequenas mesmo no auge da luta pela independência, e sempre permaneceram separadas do governo civil.²

Demografia

Com 540.000 pessoas, a população de Cabo Verde é pequena e a quinta menor na ASS—e é relativamente urbanizada. A sua taxa média anual de crescimento da população caiu de 2.0–2.7 por cento na década de 1990 para 1,0–1,2 por cento durante 2010-2016.³ Em 2016 cerca de 66 por cento da população vivia em áreas urbanas, acima dos 27 por cento em 1982, e Cabo Verde é o país mais urbanizado do continente após o Gabão. A urbanização tem sido impulsionada principalmente por secas frequentes e criação de emprego nas atividades relacionadas com o turismo. Mais de um terço das crianças, vive numa casa chefiada por uma mulher solteira.⁴

O país experimentou altos níveis de emigração, especialmente durante a década de 1980 e, em menor medida de 2003–2007 (ver figura 3). A população imigrante total é estimada entre 750.000 e 1.000.000 de pessoas, muitas das quais saíram antes da independência em 1975. Nos últimos 30 anos, mais de 100.000 Cabo-verdianos (um quinto de sua população atual) migraram para o exterior. A maioria foi para Portugal, França e Estados Unidos. Dos migrantes mais recentes, a maioria saiu para estudar no exterior (cerca de um terço de todos os migrantes durante 2009-2014).⁵ Não está claro quantos regressam depois de completar os seus estudos, à medida que não são mantidos registos. Os migrantes continuam a desempenhar um papel importante no desenvolvimento de Cabo Verde através dos recursos financeiros que canalizam na economia através de remessas e investimento estrangeiro. Por exemplo, 17 por cento das pequenas empresas turísticas pertencem a ex-emigrantes.

A transição demográfica de Cabo Verde está a ocorrer mais rápido do que no resto da África, proporcionando oportunidades, mas também aumentando a pressão sobre o mercado de trabalho. A parcela da população que está em idade de trabalhar tem vindo a aumentar desde 2000, e a percentagem da população entre 15 e 64 anos de idade aumentou de 1,6 por cento por ano durante 2001–2013 (em comparação com 0,6 por cento por ano durante 1990–2000). Cabo Verde já se

FIGURA 2. Características de pequenas economias insulares

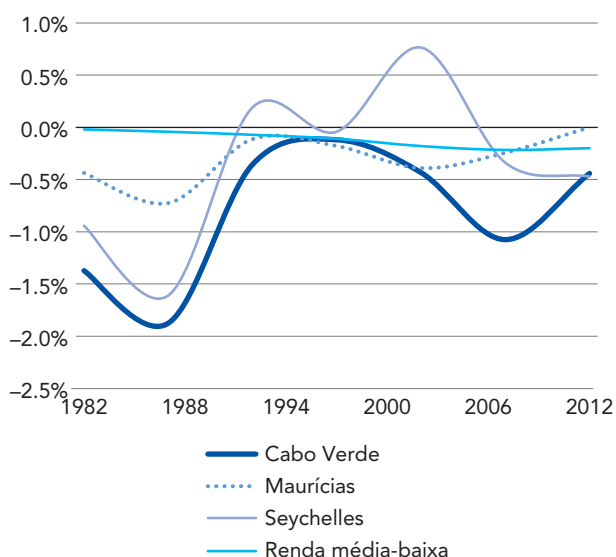


beneficiou de seu dividendo demográfico. A contribuição do crescimento da participação da população entre 15 e 64 anos para o aumento da renda per capita subiu de 7,6 por cento em 1990–2000 para 41,4 por cento em 2001–2013.⁶ A parcela da população que está em idade de trabalhar deverá atingir o pico à volta de 2030.⁷ Em comparação, espera-se que a quota da ASS atinja a sua maior proporção em 2080. Assim, Cabo Verde tem apenas mais 13 anos para colher os benefícios deste dividendo demográfico. No entanto, desde 2012, a proporção da população que está “ativa” (ou seja, realiza trabalho remunerado ou procura ativamente trabalho) caiu de 63% para 58% da população em idade ativa. Juntamente com a elevada taxa de desemprego juvenil (49 por cento nas áreas urbanas em 2016 e 74 por cento entre as jovens mulheres urbanas), Cabo Verde corre o risco de perder a sua oportunidade histórica de colher os máximos benefícios do seu dividendo demográfico.⁸

Cabo Verde enquanto uma Economia Pequena e Insular

Cabo Verde partilha muitos desafios económicos com outros SIDS, o que tem implicações para a sua estratégia de desenvolvimento (ver figura 2). A fragmentação de seu território e a dispersão de sua

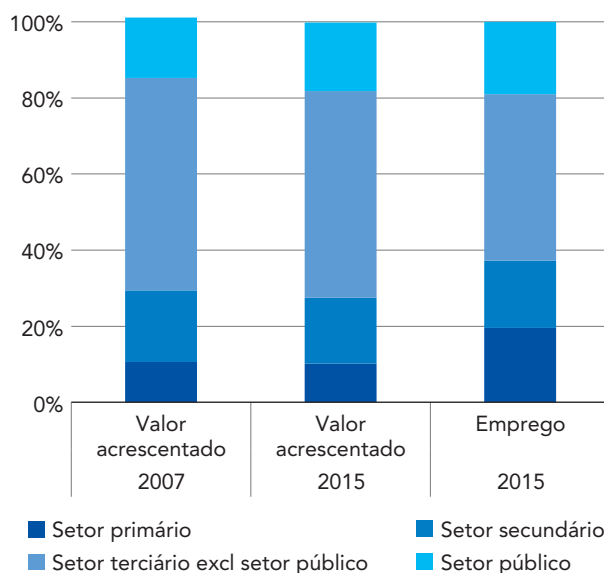
FIGURA 3. Migração anual líquida de Cabo Verde e alguns de seus pares desejáveis (Em% da população total)



pequena população em nove ilhas aumentam os custos do comércio e impedem a integração económica do mercado interno de bens, serviços e trabalho. Contribui para o alto custo da prestação de serviços essenciais, que incluem serviços de saúde, educação, eletricidade e água potável e saneamento. Embora a sua localização no meio do Atlântico ofereça vantagens estratégicas, torna os serviços de frete relativamente caros e cria desafios para a integração nas cadeias globais de valor.

Tal como a maioria das outras economias pequenas, Cabo Verde não consegue aceder a economias de escala e, conseqüentemente, tem uma estrutura de exportação altamente especializada. A sua economia e a subsistência de seus povos dependem em grande parte do setor de serviços, que é dominado pela indústria do turismo. A estrutura da economia permaneceu relativamente inalterada nos últimos dez anos. O setor de serviços responde por aproximadamente 70% das atividades económicas e 65% da participação da força de trabalho (ver figura 4).⁹ O comércio, hotéis e restaurantes (suportado pelo setor do turismo) são responsáveis por cerca de 23 por cento dos postos de trabalho, seguido pela administração pública e serviços públicos (19 por cento). Em 2015, a agricultura, pecuária e pesca contribuíram 9,6 por cento do PIB, empregando 20 por

FIGURA 4. Distribuição setorial de valor acrescentado e o emprego



Fonte: Os cálculos da Figura 3 usam dados agrupados de cinco anos dos Indicadores de Desenvolvimento Mundial; A Figura 4, INE e BCV.

cento da força de trabalho (ver figura 4). Isto sugere que a produtividade do trabalho neste setor é baixa, e de facto a taxa de pobreza *extrema* em 2015 foi mais alta entre aqueles que trabalham neste sector (28 por cento para os trabalhadores diários e 21 por cento para os trabalhadores autónomos) comparado com 10 por cento de toda a população. Embora importante para a subsistência rural, o sector principal das pescas é pequeno, malgovernado, e contribui com apenas 1 por cento do PIB, empregando 3 por cento da força de trabalho. As conservas de peixe (utilizando peixes capturados por grandes navios estrangeiras) dominam o sector de produção, o que constitui 15 por cento do PIB. Em 2015, 12 por cento do PIB foi gerado no sector informal não agrícola, que emprega cerca de 21 por cento da força de trabalho.¹⁰

Cabo Verde é uma economia aberta e tem mantido fortes laços com a Europa, particularmente com Portugal. Desde as reformas de liberalização do comércio no início de 1990, o país tem mantido uma relação de abertura comercial acima de 90 por cento, ancorada em vários acordos bilaterais, regionais e internacionais.¹¹ A moeda nacional está indexada ao Euro sob uma parceria especial com Portugal. A maior parte dos turistas, assim como as remessas e o IED vêm do Reino Unido, Espanha, Portugal e Itália (em conjunto com os EUA). A Europa também é responsável por perto de 100 por cento das exportações dos bens do país, que consistem principalmente em peixes congelados e processados. A proximidade com os principais mercados da África Ocidental e a sua adesão à Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) não se traduziram numa maior diversificação das exportações. Em 2014, a África representou apenas 9 por cento das exportações de Cabo Verde e 3 por cento de suas importações.

As economias pequenas tendem a ter dificuldades em administrar a sua dívida pública. O tamanho também parece ser um fator na dimensão relativa do orçamento do governo, com pequenas economias, incluindo Cabo Verde, gastando significativamente mais como proporção do PIB em relação a outras categorias de países. Em muitas dessas economias, o governo é o principal empregador, o que mantém a massa salarial alta. A ausência de oportunidades para explorar economias de escala na provisão de bens públicos também aumenta a quantidade de gastos públicos como proporção da economia. A frágil administração fiscal, a suscetibilidade a danos causados por desastres naturais e a volatilidade do crescimento combinam-se para criar um ambiente para o desenvolvimento de níveis persistentemente altos, da dívida pública.

NOTAS

1. Lumumba 2013.
2. Banco Mundial. 2013a
3. Na África, apenas a Maurícias, Seychelles, Lesoto e a República Centro-Africano tiveram crescimento populacional mais baixo desde 2001.
4. Censo populacional de 2010. Não há dados que sugerem que a migração afeta o equilíbrio do género, tanto os homens como as mulheres migram.
5. Rodriguez 2017.
6. Marone 2016.
7. Marone 2016. Este é o resultado de um rápido declínio na mortalidade e fertilidade (de 5,3 filhos por mulher em 1990 para 2,3 em 2014).
8. Dados comparáveis sobre a distribuição sectorial do emprego estão disponíveis apenas a partir de 2010, impedindo uma avaliação adequada de médio prazo, das mudanças na distribuição sectorial do emprego e da transformação estrutural.
9. Os dados comparáveis sobre a distribuição sectorial do emprego estão disponíveis apenas a partir de 2010, impedindo uma avaliação adequada de médio prazo de mudanças na distribuição sectorial do emprego e da transformação estrutural.
10. INE 2015a.
11. Organização Mundial do Comércio de 2015. Os acordos comerciais do país incluem a CEDEAO e a Lei Africana do Crescimento e Oportunidades (AGOA), que foi prorrogada até 30 de setembro de 2025.

As conquistas do passado

O capítulo anterior apresentou o contexto do país, discutindo brevemente características-chave da sua geografia, história, demografia e economia. Ele também analisou os principais desafios de ser um SIDS. Nesta seção, vamos apresentar as conquistas alcançadas por Cabo Verde, incluindo o seu alto crescimento económico, a rápida redução da pobreza e sucesso na melhoria de outros indicadores sociais. O progresso importante no desenvolvimento da boa governação também é discutido. Terminamos, apresentando algumas questões emergentes que sugerem a necessidade de ajuste do modelo de desenvolvimento de Cabo Verde.

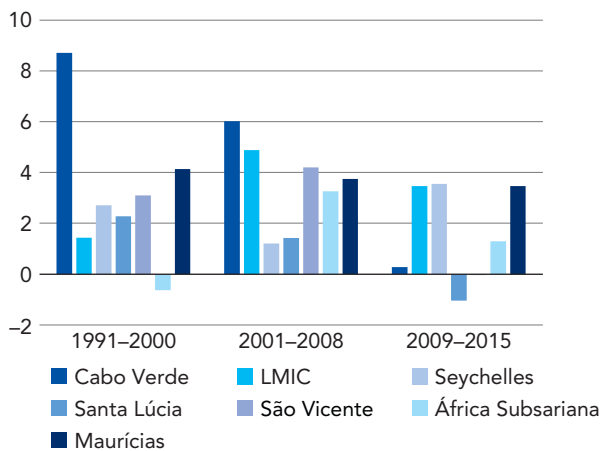
O modelo de desenvolvimento de Cabo Verde (baseado na acumulação de capital ligado ao desenvolvimento do setor de turismo do país), juntamente com instituições fortes para a manutenção do Estado de Direito, governação com prestação de contas e uma democracia estável, permitiram ao país superar os seus pares no desenvolvimento social e económico. No entanto, o crescimento entrou em colapso após a crise financeira global de 2008 e a da dívida do Euro. Isto foi em grande parte devido a uma queda no IED e assistência oficial ao desenvolvimento, bem como o declínio da produtividade de capital e trabalho. Houve um aumento nas chegadas de turistas, mas a receita adveniente do turismo estagnou. No entanto, a pobreza em 2015 foi substancialmente menor do que em 2007 devido a um movimento de famílias pobres para o setor de serviços e o crescimento do rendimento do sector, mas também para aqueles que trabalham na agricultura e na indústria ou construção. A pobreza entre os desempregados e inativos também reduziu, provavelmente devido ao crescimento das remessas robustas. Cabo Verde supera os países do seu grupo em muitos indicadores de governação, com exceção de “eficácia do governo” e capacidade de regular adequadamente o sector privado. Isto é agravado pela fraca mobilização da sociedade civil no que toca à responsabilização do Governo e na exigência da prestação de contas.

História do Crescimento Económico de Cabo Verde

Cabo Verde registou um crescimento robusto até 2008. Após a crise, a economia não se recuperou totalmente. Desde a sua independência em 1975 até a crise financeira global de 2008 e a subsequente crise da dívida europeia, o país superou os seus pares, com um crescimento económico médio acima de 6 por cento por década (ver figura 5). O crescimento do PIB real foi, em média, apenas 1,4 por cento ao ano entre 2009 e 2016, apesar da recuperação nas chegadas de turistas depois de 2010, apesar da recuperação no que diz respeito à chegada de turistas, a receita neste sector não aumentou. O RNB per capita seguiu um padrão semelhante e manteve-se em torno de US \$ 3.300 per capita desde a crise financeira global, antes de baixar para US \$ 3.100 per capita em 2015 e US \$ 3.000 em 2016. Isto confinou Cabo Verde à lista das economias—entre as cinco principais—mais lentas em termos de crescimento na ASS, e resultou num alargamento do fosso entre Cabo Verde e os seus pares desejáveis, como as Maurícias e as Seychelles (ver figura 6).¹ Os detalhes dos promotores subjacentes do crescimento antes e depois da crise são apresentados abaixo.

Antes de 2008

O crescimento económico em Cabo Verde durante o período pré-crise coincidiu com as reformas significativas para liberalizar a economia. Na virada da década de 1990, Cabo Verde embarcou num plano ambicioso de liberalização política e económica, a fim de revigorar o crescimento da economia. As reformas fundamentais para melhorar o ambiente de negócios incluiu a eliminação de barreiras comerciais e a eliminação do controlo de preços e salários. O setor público também foi racionalizado com a alienação de várias empresas estatais, incluindo energia, telecomunicações,

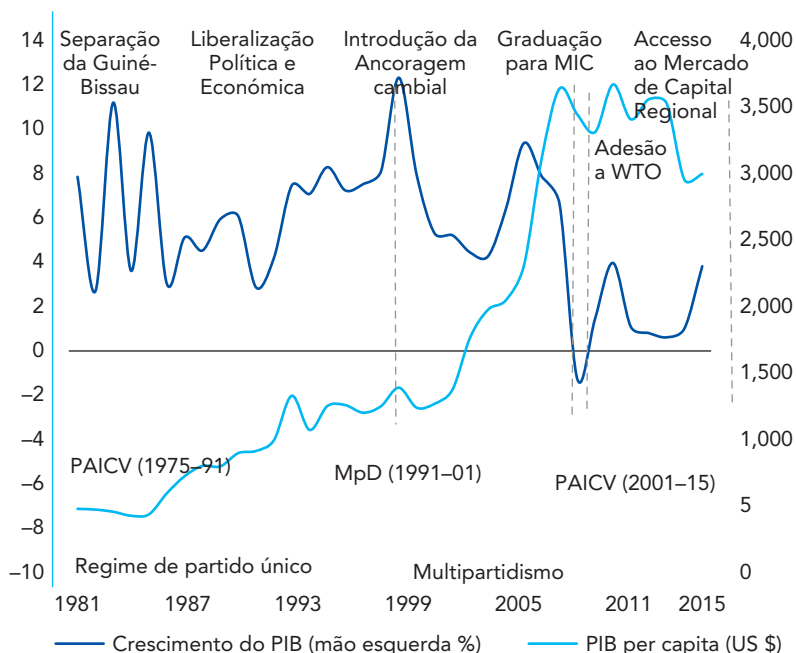
FIGURA 5. PIB real por crescimento per capita (%)

Fonte: Indicadores do Desenvolvimento Mundial e as autoridades do país.

vestuário, e as empresas de produção de medicamentos. Neste contexto, o crescimento acelerou para quase 8 por cento ao ano durante 1991–2000, de uma média de 6 por cento uma década antes. A fraca disciplina fiscal desencadeou desequilíbrios macroeconómicos crescentes e uma reestruturação eventual da dívida no final da década de 1990. O crescimento também desacelerou acentuadamente. No entanto, a economia recuperou-se rapidamente com a introdução de um

arranjo de taxa de câmbio fixa com Portugal em 1998, juntamente com reformas adicionais para ancorar o desenvolvimento do país no turismo, incluindo incentivos atraentes para as empresas estrangeiras que investem no setor.

As reformas levaram ao surgimento do setor de turismo como um pilar central do desenvolvimento do país.² Ancorada na promoção do país como um mercado para os turistas Europeus, o setor de serviços foi responsável por quase 80 por cento do crescimento da economia nas últimas duas décadas e meia. Entre 1991–2000, os setores com as maiores taxas médias anuais de crescimento foram o financeiro, de comunicação, hoteleiro e restauração e serviços de transporte. Houve também uma expansão notável na produção de eletricidade e água, à medida que as autoridades procuraram expandir a prestação desses serviços ao público. Durante 2001–2008, o transporte, os restaurantes e hotéis (principalmente os relacionados com o turismo) registaram uma maior taxa de crescimento, respondendo por um quinto do aumento do crescimento global – refletindo um aumento de dinamismo e do desenvolvimento do setor do turismo. A contribuição do setor da construção para o crescimento global também triplicou durante este período, motivado pelo aumento do investimento público em

FIGURA 6. PIB e RNB per capita

Fonte: Indicadores do Desenvolvimento Mundial e as autoridades do país.

infraestrutura e construção relacionados com o IED de hotéis (ver figura 7).

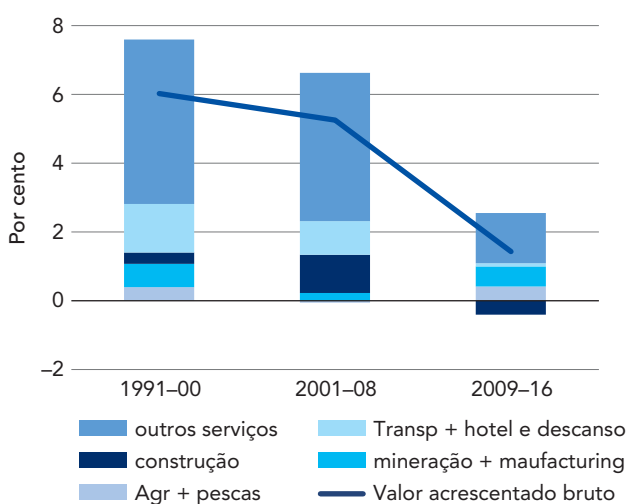
O sector do turismo é dominado pelo modelo *all-inclusive*, ancorado em algumas marcas internacionais (particularmente RIU e Meliá) que dependem de cadeias internacionais de bens e serviços. O setor do turismo em Cabo Verde desenvolveu muito rapidamente e foi apoiado por um rápido crescimento no número de hotéis, pelas chegadas de turistas e por níveis de ocupação (ver figura 8). Aproximadamente 80 por cento de todas as atividades turísticas estão confinadas a duas pequenas ilhas que alojam apenas 7 por cento da população³—Sal e Boa Vista – e as ligações para pequenas e médias empresas nacionais e o resto da economia sendo que a participação das empresas nacionais nesta cadeia de valor continua fraca.

O desempenho económico de Cabo Verde que antecedeu a 2008 foi impulsionado por fatores estruturais nomeadamente o investimento em infraestruturas. O país tem desfrutado de taxas de investimento bruto acima de 35 por cento do PIB desde os anos 1990, o que compara favoravelmente com 20,3 por cento para a ASS ou os seus pares desejáveis, como as Ilhas Maurícias, onde esta foi de 24,7 por cento do PIB. Ele foi impulsionado principalmente por investimentos privados (nacionais e de IDE), bem como subsídios oficiais e empréstimos concessionais. A vontade de empreender reformas para garantir a

macro estabilidade, permitiu ao país acesso significativo a financiamentos da política de desenvolvimento. Neste contexto, Cabo Verde tem sido um dos principais receptores mundiais de assistência oficial ao desenvolvimento (ODA) per capita, embora os montantes têm diminuído desde 2010 (a partir de US \$667 em 2010 para US \$293 em 2015). Os projetos de infraestrutura-chave levados a cabo durante este período, incluem sete aeroportos e redes de estrada, plantas de energia e de purificação de água potável, bem como a expansão na área de saúde e instalações de ensino. Por exemplo, 89 por cento da ODA em 2010 foi para o transporte, armazenamento e energia.⁴ As taxas de investimento público têm sido muito altas, com uma média notável de 13 por cento do PIB. As remessas também contribuíram para o financiamento de investimentos privados.

A economia também se beneficiou de ganhos significativos de produtividade. Decompondo o crescimento real do PIB em três fontes—trabalho ajustado (força do trabalho ajustada à taxa de emprego e taxa de participação no mercado de trabalho), o capital social,⁵ e o crescimento da produtividade total dos fatores (PTF) – revelou que a acumulação de capital e de mão-de-obra têm sido os principais determinantes do crescimento até 2008 (ver Figura 9). Enquanto que a contribuição de capital reflete o investimento significativo em infraestrutura, a mão-de-obra reflete ganhos de investimento na educação, bem como

FIGURA 7. Contribuição para o crescimento real do PIB (oferta)



Fontes: Com base nos dados do INE e BCV.

FIGURA 8. Indicadores-chave do turismo

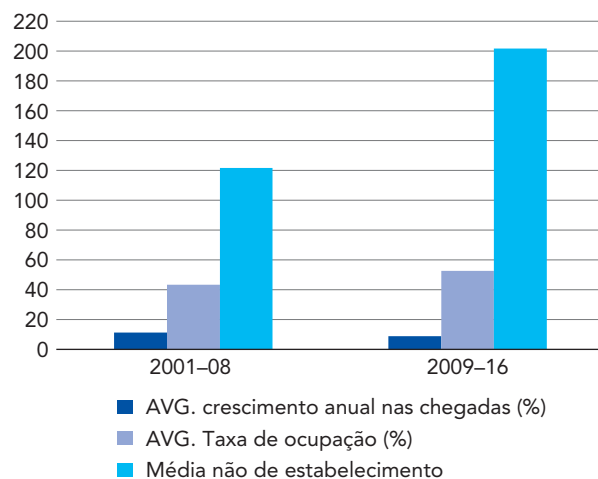
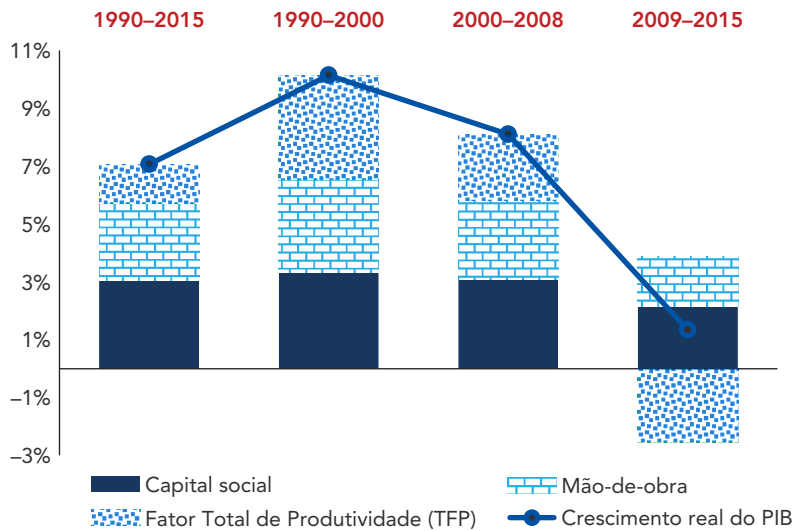
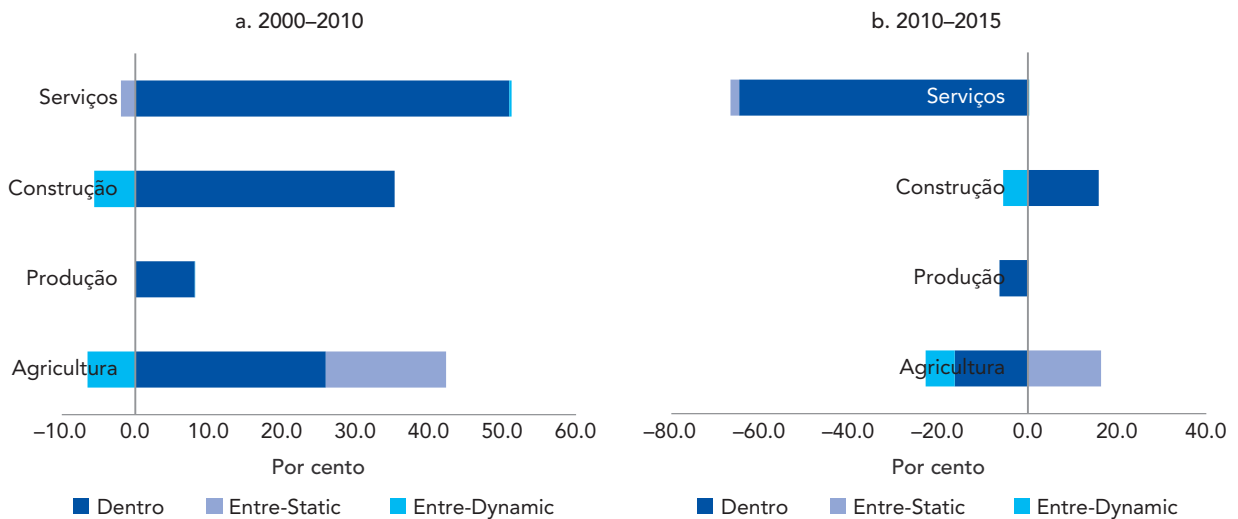


FIGURA 9. A decomposição do crescimento do PIB desde 1990

Fontes: Estimativas e cálculos do staff do INE, BCV, FMI e Banco Mundial.

benefícios de transição demográfica.⁶ Na década de 1990, a contribuição da infraestrutura foi complementada pelos avanços na educação e maior acesso ao crédito por parte do setor privado. Em relação a mudanças demográficas, a população em idade ativa como percentagem do total da população, aumentou de 50 por cento em 2000 para mais de 65 por cento em 2015, e a participação da força de trabalho foi de 35 por cento da população para quase 50 por cento.

O crescimento da produtividade laboral em Cabo Verde tem sido principalmente devido ao crescimento da produtividade dentro do setor, com uma contribuição limitada da mudança estrutural (ver figuras 10a e 10b). De 2000–2010, todos os setores registaram forte crescimento da produtividade, com o setor de serviços tendo o maior impacto sobre a produtividade geral da mão de obra. Embora existam lacunas de produtividade significativas entre os setores

FIGURA 10. Decomposição setorial de crescimento da produtividade (% de crescimento)

Nota: **Within [Dentro]**: Ganhos de produtividade/perdas dentro dos setores. **Between-Static [Entre-Estático]**: Ganhos de produtividade (perdas) devido a movimentos de trabalhadores para os setores de nível de produtividade mais elevados (mais baixos). **Between-Dynamic [Entre-Dinâmico]**: Ganhos de produtividade (perdas) devido a movimentos de trabalhadores para setores de crescimento de produtividade mais elevados (mais baixos).

pré e pós-crise (por exemplo, a produção é aproximadamente 1,6 vezes mais produtiva que a agricultura e a produtividade nas finanças é quase sete vezes maior), houve movimento limitado de setores de alta produtividade para setores de baixa produtividade, como finanças e transporte (ver Figuras 11 e 12).⁷ Notavelmente, embora outros serviços e comércio tenham absorvido a maioria dos trabalhadores que saíram do setor agrícola antes de 2010, o impacto sobre o crescimento foi relativamente pequeno, já que o nível de produtividade no comércio é baixo, embora ligeiramente superior ao da agricultura. As lacunas de produtividade nesses setores indicam a presença de ineficiências de alocação que reduzem a produtividade em toda a economia, o que pode, no entanto, ser transformado em um motor essencial de crescimento ao desencadear mudanças estruturais que aumentam a produtividade.

Após 2008

O crescimento económico entrou em colapso após a crise financeira global de 2008 e não se recuperou para os níveis anteriores, embora tenha sido de 3,8 por cento em 2016. Devido à dependência da economia caboverdiana da zona Euro, a crise afetou o fluxo de fundos para Cabo Verde. Notavelmente, o IED, que atingiu um pico de 15 por cento do PIB em 2008, caiu 5 pontos percentuais do PIB em 2009,

antes uma média de 7 por cento do PIB ao longo dos últimos seis anos (ver a figura 13). As receitas do turismo também caíram, mas recuperaram-se rapidamente, refletindo a introdução de descontos e ganhos de tensões geopolíticas em outros mercados turísticos vizinhos (ver figura 15).

A desaceleração do crescimento desde 2009 é atribuída principalmente a uma queda acentuada no nível de investimentos, apesar do aumento da despesa de capital pelo governo nos primeiros cinco anos após a crise.⁸ A análise empírica utilizada para identificar os pontos de viragem no crescimento a longo prazo, confirma que a desaceleração do crescimento em Cabo Verde tem sido atribuído principalmente à desaceleração no investimento de capital (ver figura 14).⁹ Depois de crescer a taxas anuais perto de 10 por cento para a maioria da década de 2000, os investimentos totais contraíram a uma taxa anual de 1,0 por cento desde 2009. A formação bruta de capital fixo caiu de 38,5 por cento do PIB em 2009 para uma baixa de 30 por cento em 2013. O investimento privado foi responsável pela maior parte do declínio, cujo impacto foi parcialmente compensado pelo gasto público anticíclico até 2013. O investimento público tem diminuído nos últimos anos, à medida que as autoridades procuraram racionalizar a carteira de investimento público, dado a crescente preocupação sobre a dívida do país. Embora o menor investimento privado vinculado ao IED poderia ter sido influenciado pelo

FIGURA 11. Correlação entre a produtividade do setor e evolução nas quotas de emprego (2000–2010)

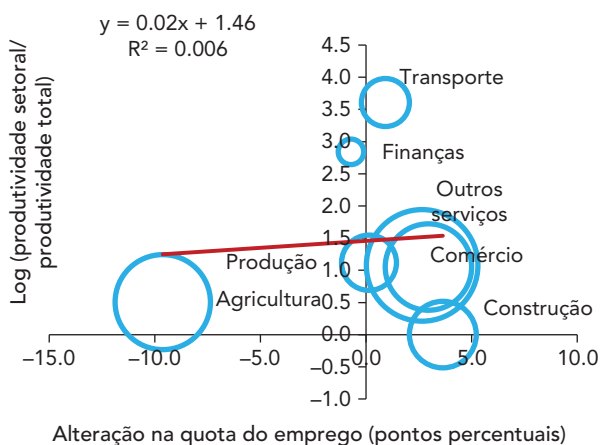
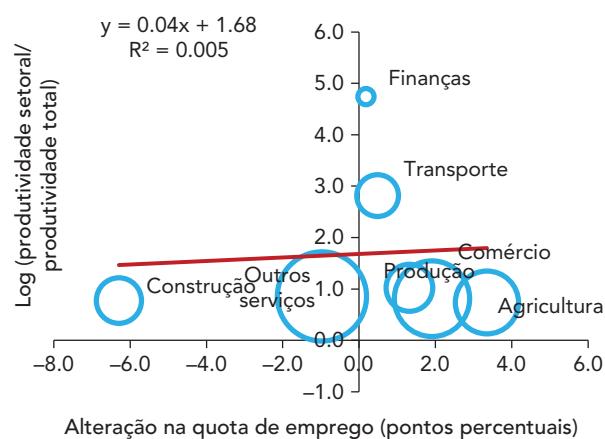


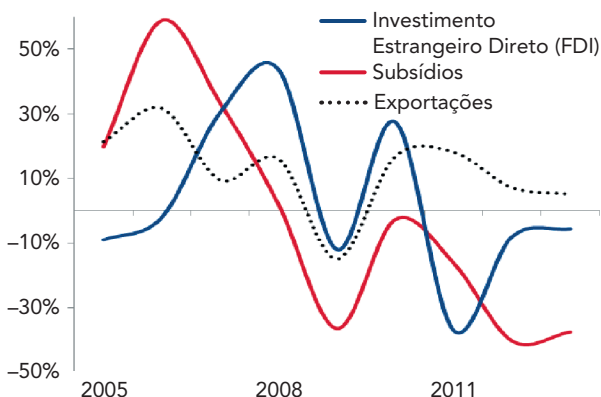
FIGURA 12. Correlação entre a produtividade do setor e evolução nas quotas de emprego (2010–2015)



Fontes: INE, Indicadores de Desenvolvimento Mundial e cálculos do staff.

Notas: 1) A dimensão de um círculo representa o tamanho relativo de cada sector (conforme medido pela sua quota de emprego) em 2000. As estimativas foram obtidas com base na regressão bi-variável: $\ln(p/P) = \alpha + \beta \Delta Emp. share$, em que p e P denotam produtividade setorial e nível de produtividade total, respetivamente. A linha vermelha representa os valores ajustados.

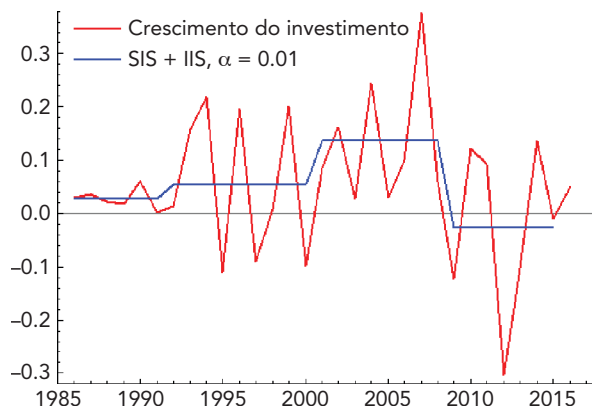
FIGURA 13. A crise financeira e a dívida do Euro afetaram Cabo Verde principalmente através de uma queda em subvenções, exportações e IED



Fontes: INE, BCV, FMI e estimativas e cálculos do staff do Banco Mundial.

Nota: Figura 14 – A linha vermelha representa a taxa de crescimento real. A linha azul corresponde às válvulas embutidas derivadas do teste estatístico em Doornik et al. (2013). Rupturas estruturais determinadas pelo Step-Indicator Saturation (SIS) e Impulse-Indicator Saturation (IIS) (com intervalos selecionados pela dimensão alvo $\alpha = 0,01$).

FIGURA 14. A velocidade de crescimento do capital



abrandamento económico na Europa, o crédito para o sector privado em Cabo Verde parou por causa do aumento do crédito malparado no sector bancário local. Outros determinantes do crescimento, tais como as condições externas e mudanças institucionais, foram considerados insignificantes para explicar a mudança decrescente na trajetória de crescimento de Cabo Verde.

O fraco desempenho das atividades económicas após a crise deve-se sobretudo à diminuição do investimento e à sua menor eficiência, o que contribuiu para uma forte contracção na Produtividade do Fator Total de Produtividade. Embora os níveis globais de investimento diminuíssem, ele continua bem acima dos pares desejáveis de Cabo Verde desde a crise. No entanto, o retorno sobre os investimentos públicos e privados têm ambos contraídos em mais de 20 pontos percentuais desde a crise. A menor eficiência do investimento reflete o impacto relativamente limitado sobre o crescimento do aumento dos investimentos públicos durante o rescaldo da crise financeira e uma contribuição em falta de reformas estruturais, que teria sustentado o crescimento da TFP. Notavelmente, o crescimento da TFP foi negativo durante 2009–2015 (ver figura 9).

Muitos dos projetos de infraestrutura realizados com fundos públicos – estradas, portos, aeroportos, fornecimento de eletricidade e barragens para apoiar

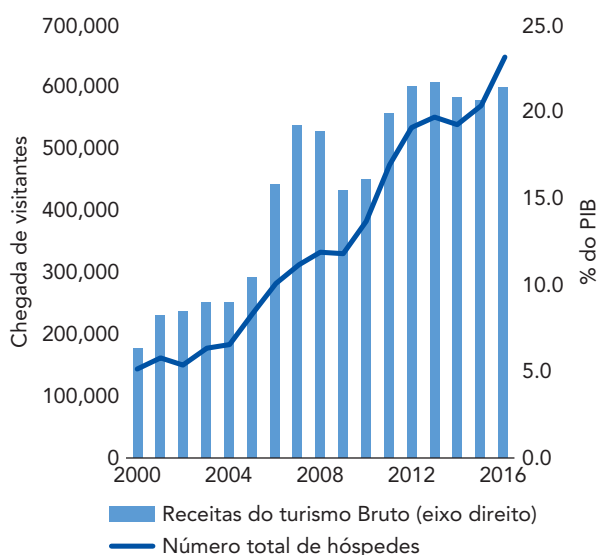
a agricultura irrigada, para contrariar o impacto da recessão global – geraram pouco crescimento.¹⁰ Esta situação foi adicionalmente agravada pelo enfraquecimento das condições de crédito e contribuição limitada de outros fatores estruturais, incluindo a educação. A subestimação e sobrestimação de custos, são características comuns dos grandes projetos de infraestrutura.¹¹ Um caso particular em Cabo Verde, é investimento de USD \$150 milhões na reabilitação do porto da Praia, que experimentou derrapagens de custos significativos e benefícios mais baixos do que esperados devido à subutilização (e engajamento limitado de usuários do setor privado durante a *design* e construção). Para as pequenas economias, como Cabo Verde, o custo de investimentos em infraestruturas ineficientes pode ter impactos macroeconómicos adversos significativos.

O abrandamento do crescimento económico coincidiu com uma forte desaceleração no crescimento do setor do turismo após 2008, apesar de aumento contínuo nas chegadas. O número de visitantes recuperou-se rapidamente após a crise financeira, mas estagnou depois de 2012 e só aumentou novamente em 2016 (ver figura 15). Depois da crise, o crescimento das chegadas de turistas aproximou-se a 9 por cento ao ano, abaixo dos 11,5 por cento antes de 2008, e não tem sido suficiente para compensar o impacto do menor investimento, e restaurar o crescimento para

níveis históricos. A taxa de crescimento do *stock* de quarto de hotel diminuiu (a 9 por cento ao ano) em relação ao período pré-crise (14 por cento ao ano), e a contribuição do setor do turismo para o PIB só cresceu até 2010, após o que se manteve constante (ver figura 15).

Mais importante, os recibos em US\$ per chegada tem estado em queda. Em 2007, a receita do turismo foi de cerca de US \$ 1.500 por chegada, um pouco acima da média para as ilhas do Pacífico e Caraíbas (ver figura 16). Em 2015, no entanto, Cabo Verde experimentou um declínio constante, descendo até US\$ 800 por chegada, enquanto os pequenos estados insulares do Pacífico e das Caraíbas mantiveram aproximadamente o mesmo nível. A diminuição do gasto por turista está possivelmente relacionada com a queda da competitividade do destino e na utilização prolongada de descontos para atrair visitantes. O impacto da queda das receitas por turista superou o efeito combinado de 22% de crescimento na ocupação entre 2009 e 2016 e 118% no número de quartos disponíveis. Da mesma forma, o setor de construção, que foi importante para impulsionar o crescimento nos anos que antecederam a crise, contraiu 0,4%. No entanto, a agricultura e a pesca aumentaram, tirando proveito do investimento no setor e na infraestrutura rural de forma mais ampla nos anos anteriores, e logo após a crise.

FIGURA 15. Total de hóspedes (número) e ganhos turísticos (como % do PIB)



Fontes: Baseado nos Indicadores do Desenvolvimento Mundial e BCV.

Pobreza e Padrões de prosperidade partilhada

O crescimento durante 2001–2015 foi favorável aos pobres. O crescimento anual do gasto per capita foi maior para os 40% mais pobres da distribuição de renda (cerca de 5,7%)¹² do que para os 60% mais ricos (cerca de 5% ao ano) (ver figura 17). Isso está acima da mediana do país em desenvolvimento, com crescimento de 2,5% dos 40% mais baixos em 2009–2014.

Cabo Verde testemunhou uma redução dramática da pobreza durante 2001–2015. Usando uma linha de pobreza nacional (equivalente a PPC de US \$ 5,40 por pessoa por dia nos preços de 2015; ver Quadro 1) a incidência da pobreza caiu de 58% em 2001 para 35% em 2015, enquanto a pobreza extrema, definida como abaixo da linha nacional de pobreza (PPC US \$ 2,90 por pessoa em 2015), caiu de 30% para 10% durante este período (ver figura 18a).¹³ As taxas de crescimento espetaculares durante o período de 2002–2007 (os primeiros seis meses),¹⁴ quando o RNB per capita quase dobrou, e em 2007 (segundo semestre) para 2015, quando subiu mais de um quarto, levaram a um aumento substancial do bem-estar em todo o país. A redução da pobreza entre 2001 e 2015 foi o resultado do crescimento do

FIGURA 16. Receitas do turismo por chegada

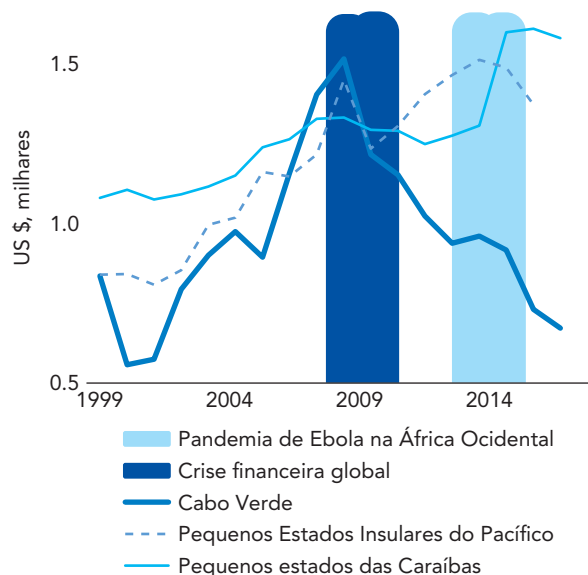
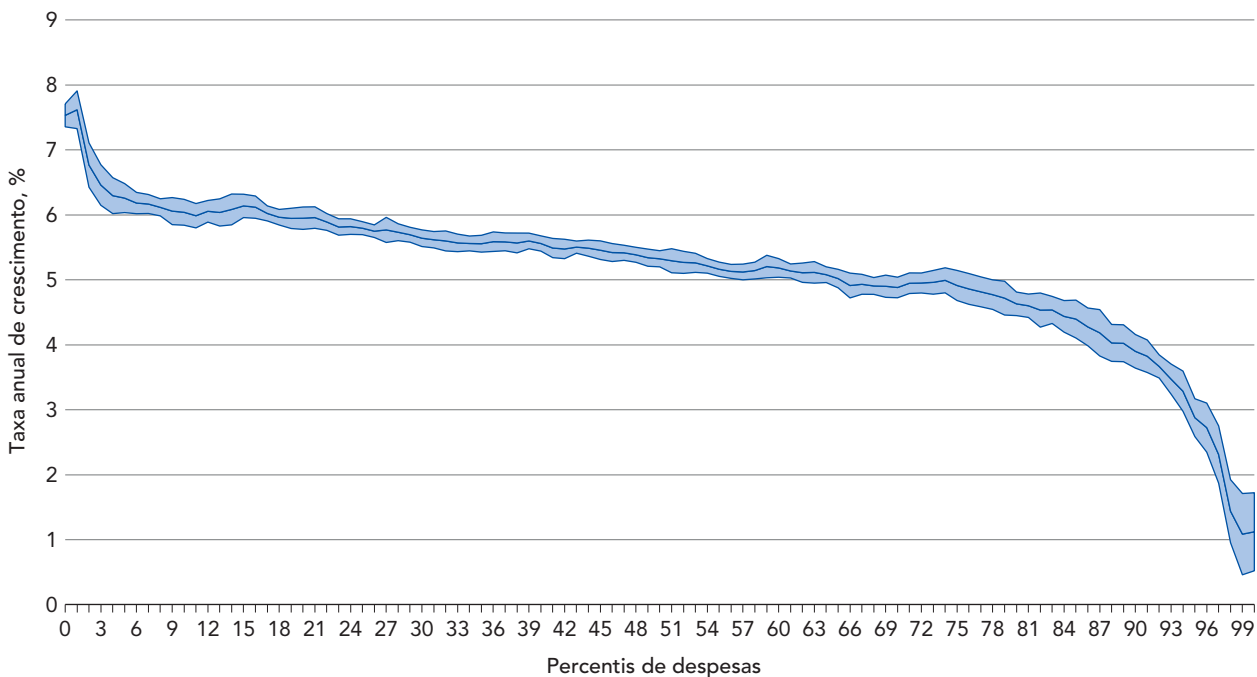
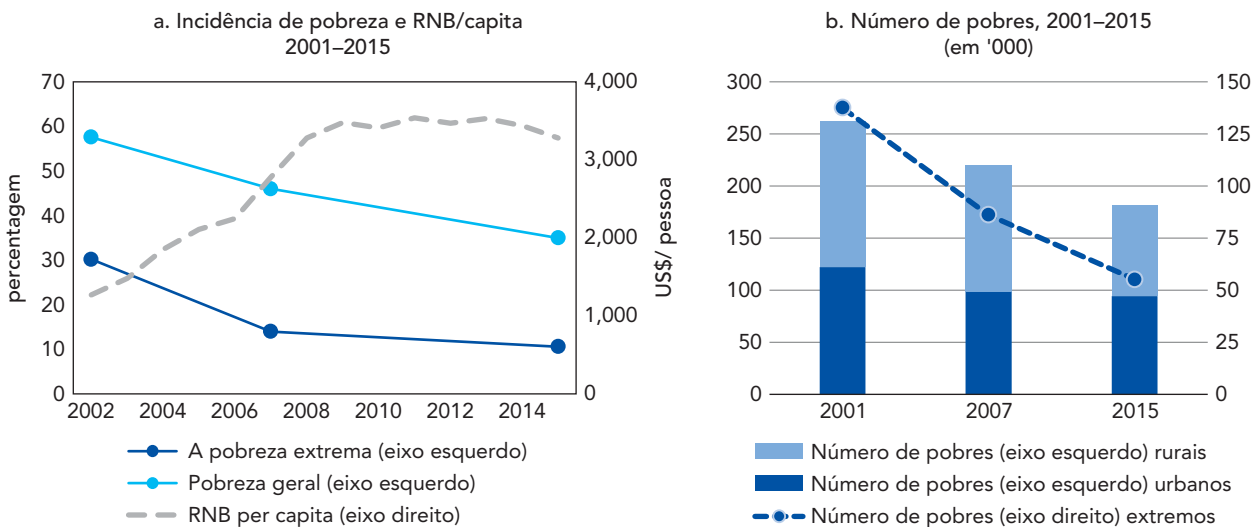


FIGURA 17. Crescimento anual das despesas de consumo, 2001–2015, por percentil de gasto (1 = os mais pobres, 100 = os mais ricos) (%) (crescimento curva de incidência)



Fontes: Baseado no IDRF 2001 e IDRF 2015 pesquisas (INE).

FIGURA 18. A incidência da pobreza e número de pobres



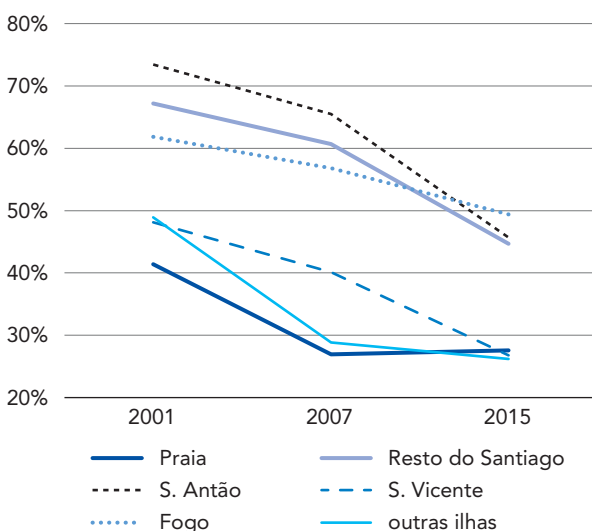
Fontes: Baseado nos Inquéritos IDRF 2001, o QUIBB 2007, e IDRF 2015.

consumo das famílias pobres; a redistribuição não desempenhou nenhum papel.

A desigualdade baixou, e o índice de Gini baseado no consumo caiu de 53 em 2001 para 42 em 2015, um nível que ainda é relativamente alto, mas típico da ASS. Durante 2001–2015, o número de pobres diminuiu em cerca de 76.000 (30 por cento) e o número de pobres extremos em 82.000 (uma redução de 60 por cento) (ver figura 18b). Como a taxa *geral* de pobreza é de 35%, os pobres se sobrepõem quase com os “40% de baixo”. Portanto, neste SCD, vamos nos referir à pobreza *extrema* e à pobreza *geral*.

Entre 2001 e 2007, a redução da pobreza foi mais lenta nas ilhas mais pobres, mas nos anos aconteceu o oposto. Durante 2008–2015, a pobreza reduziu-se mais rapidamente nas ilhas com maior índice de pobreza, sugerindo que há convergência no bem-estar das ilhas (ver figura 19a). A taxa de pobreza em Santo Antão, a ilha mais pobre em 2001 e 2007, caiu 20 pontos percentuais entre 2007 e 2015, enquanto na capital Praia—a parte mais rica do país—a pobreza aumentou ligeiramente durante este período (ver figura 19a). A pobreza extrema em Santo Antão é agora quase um terço do que era em 2001. Durante a década de 2000, a migração interna, geralmente das zonas rurais para as zonas urbanas da Praia, Sal e Boa Vista, foi maior para as ilhas mais pobres e entre 2007–2015,

FIGURA 19A. As taxas de pobreza por ilha, 2001–2015



Fontes: Cálculos baseados em dados dos Inquéritos (INE) IDRF 2001, QUIBB 2007, e IDRF 2015.

a pobreza rural diminuiu mais rapidamente do que a pobreza urbana (ver figura 18b).

A urbanização parece funcionar cada vez menos para a redução da pobreza. O número de pessoas pobres nos centros urbanos quase não mudou durante 2007–2015 (ver figura 18b). A análise da decomposição da redução da pobreza durante 2001–2015 nas áreas urbanas e rurais, juntamente com as *alterações populacionais* das áreas rurais para áreas urbanas, mostra que a migração rural para áreas urbanas aumentou a pobreza urbana em 4 pontos percentuais, abrandando a redução geral da pobreza em áreas urbanas (ver figura 19b, segunda coluna). A queda na pobreza rural foi em parte causada pela migração para áreas urbanas (ver figura 19b, segunda coluna), embora a maior parte tenha sido causada por mudanças no bem-estar com as áreas rurais (ver figura 19b, primeira coluna).

A redução da pobreza durante 2001–2007 foi impulsionada pelo alto crescimento económico do setor de serviços. A análise da decomposição sugere que os níveis de pobreza caíram entre 2001 e 2007, principalmente devido a rápidas melhorias no bem-estar daqueles que trabalham no setor de serviços, principalmente assalariados, mas também empresas domésticas (ver figura 20, primeira barra). Durante este período, houve um grande crescimento nas atividades relacionadas ao turismo, o que gerou um número substancial

FIGURA 19B. Decomposição de redução da pobreza por áreas urbanas e rurais, 2001–2015 (%)

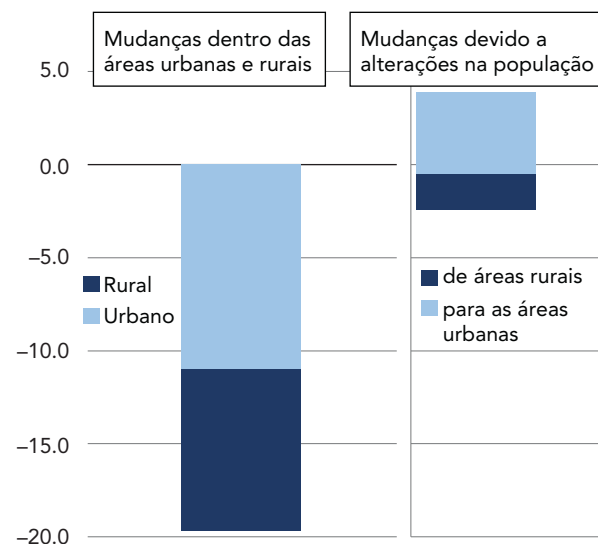
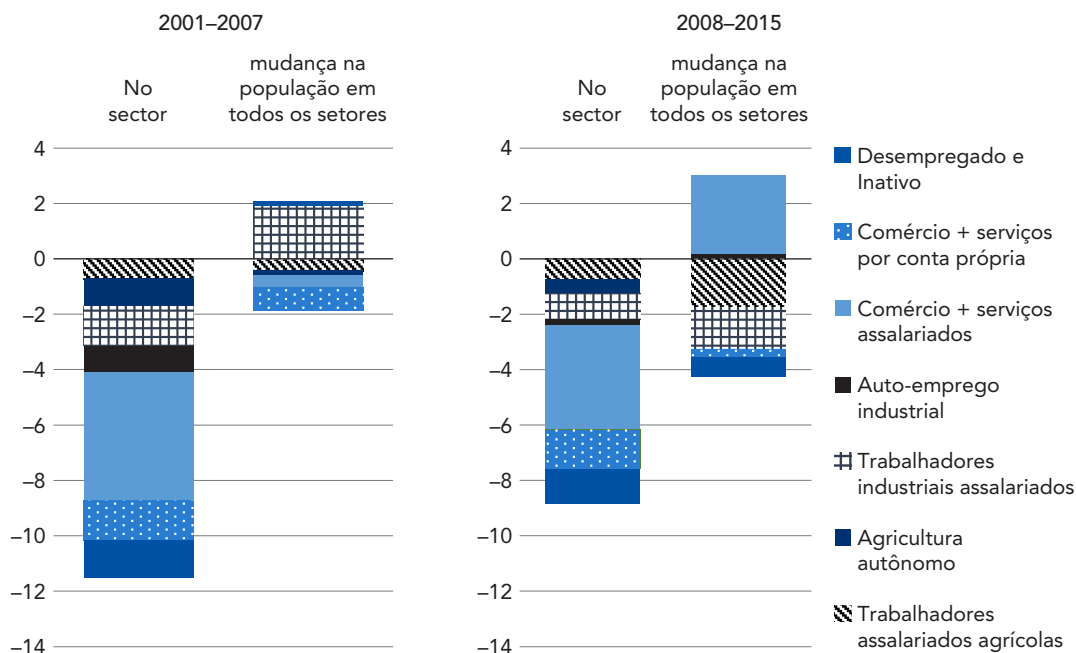


FIGURA 20. Decomposição da redução da pobreza, por fonte de renda do sustento principal da família



Fontes: Cálculos baseados em dados dos inquéritos IDRF 2001, QUIBB 2008 e IDRF 2015 (INE).

de empregos. Estes beneficiaram principalmente os que já atuam no setor de serviços. No entanto, uma mudança em direção ao trabalho assalariado no setor industrial (incluindo a construção) também contribuiu para uma diminuição da pobreza (ver figura 20, segunda barra).

Entre 2007 e 2015, múltiplos fatores contribuíram para a redução da pobreza. Durante este período, o crescimento económico médio anual per capita foi de 3,3%, menor do que durante 2001–2006, quando foi de 4,7%; isso foi causado por um menor crescimento do setor de serviços. No entanto, a redução da pobreza continuou após 2007. O baixo crescimento populacional devido à queda da fertilidade e à continuação da emigração, ajudou a manter o PIB per capita durante 2009–2015. A análise da decomposição da redução da pobreza por fonte de renda do sustento principal do agregado familiar, sugere que a redução da pobreza foi impulsionada por quatro fatores:

- i. O crescimento da renda daqueles ativos no setor de serviços (assalariados e empresas domésticas) (ver figura 20, terceira barra) e uma mudança de população para o setor de serviços. Embora, este último retardou substancialmente a contribuição

para a redução da pobreza naquele setor (ver a figura 20, última coluna).

- ii. O segundo fator de redução da pobreza durante 2007–2015, foi o crescimento da renda dos pobres que dependem do setor agrícola e das pescas para a sua subsistência. Estes incluem trabalhadores agrícolas, agricultores e pescadores. O setor agrícola cresceu a uma média anual de 4,6 por cento por ano durante 2007–2016. O crescimento da renda foi provavelmente facilitado por investimentos públicos em infraestrutura rural, incluindo estradas, eletricidade, barragens e sistemas de irrigação em pequena escala, financiados pela APD e empréstimos concessionais. A expansão dos sistemas de irrigação de pequena escala,¹⁵ juntamente com a introdução de novas tecnologias, em particular na horticultura, aumentou as oportunidades de renda na zona rural de Santo Antão e Santiago rural. O movimento dos trabalhadores agrícolas pobres fora do setor, também contribuiu para a redução da pobreza (ver figura 20, última coluna).
- iii. Em terceiro, o crescimento do setor industrial (incluindo a construção, conserva de peixe)—que foi em média 3,2 por cento ao ano (mais alto do que o 1 por cento ao ano do setor de serviços) -

provavelmente levou a um aumento do bem-estar dos trabalhadores neste setor durante 2007- 2015.

- iv. Finalmente, a melhoria do bem-estar entre os desempregados e inativos – mais provavelmente devido a remessas robustas (que cresceu de US \$139 milhões em 2007 para US \$212 milhões em 2015, ou de 9 por cento a 13 por cento do PIB), também desempenhou um papel importante. A quantidade de remessas que Cabo Verde recebe por ano é equivalente à despesa total do governo em saúde e educação.¹⁶

Embora tenha havido uma redução considerável na pobreza, diminuiu menos do que o esperado dado o crescimento espetacular no RNB per capita durante 2001–2008. A elevada desigualdade de bem-estar inicial e uma fraca ligação do setor do turismo à economia local, são as prováveis razões importantes. A elasticidade da redução da pobreza para o crescimento para o período de 2001–2015 foi baixa (0,25), relativamente aos padrões internacionais.¹⁷

Existem grandes diferenças nas taxas de pobreza extrema em todas as áreas geográficas. As taxas de pobreza extrema a nível municipal em 2015 variaram entre 1 e 32 por cento (ver figura 21). Cerca de 90 por cento dos *extremamente* pobres, vivem em quatro das nove ilhas habitadas: o interior de Santiago (com 45 por cento dos *extremamente* pobres), seguido de Santo Antão (13 por cento), Fogo (12,5 por cento), a capital Praia (12 por cento), e São Vicente (8,5 por cento). Esta distribuição é um pouco como a distribuição da população como um todo, à medida que ocorrem incidências de pobreza elevadas (extremas) em cada uma das ilhas densamente povoadas. No entanto, o interior de Santiago, Fogo e Santo Antão são sobre-representados entre os *extremamente* pobres: eles contêm 71 por cento dos *extremamente* pobres, enquanto que abrigam somente 44 por cento da população. A maior parte dos *extremamente* e moderadamente pobres, vivem em municípios onde a agricultura e a pesca de pequena escala são as principais fontes de rendimento. Muitos dos *extremamente* pobres urbanos vivem na Praia (7 por cento de todos os pobres extremos vivem aí) e na cidade de Mindelo em São Vicente (7 por cento). Como pode ser visto na figura 21, Paúl em Santo Antão tem a maior taxa de pobreza extrema (32 por cento), seguido por São Filipe em Fogo (20 por cento) e Santa Cruz de Santiago (27 por cento).

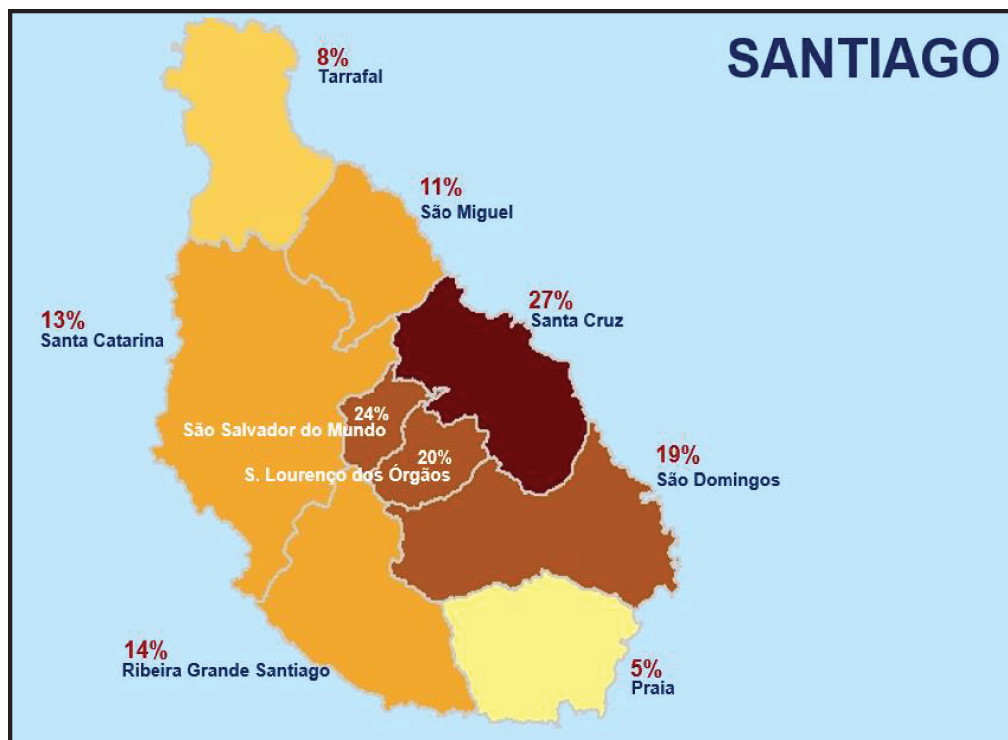
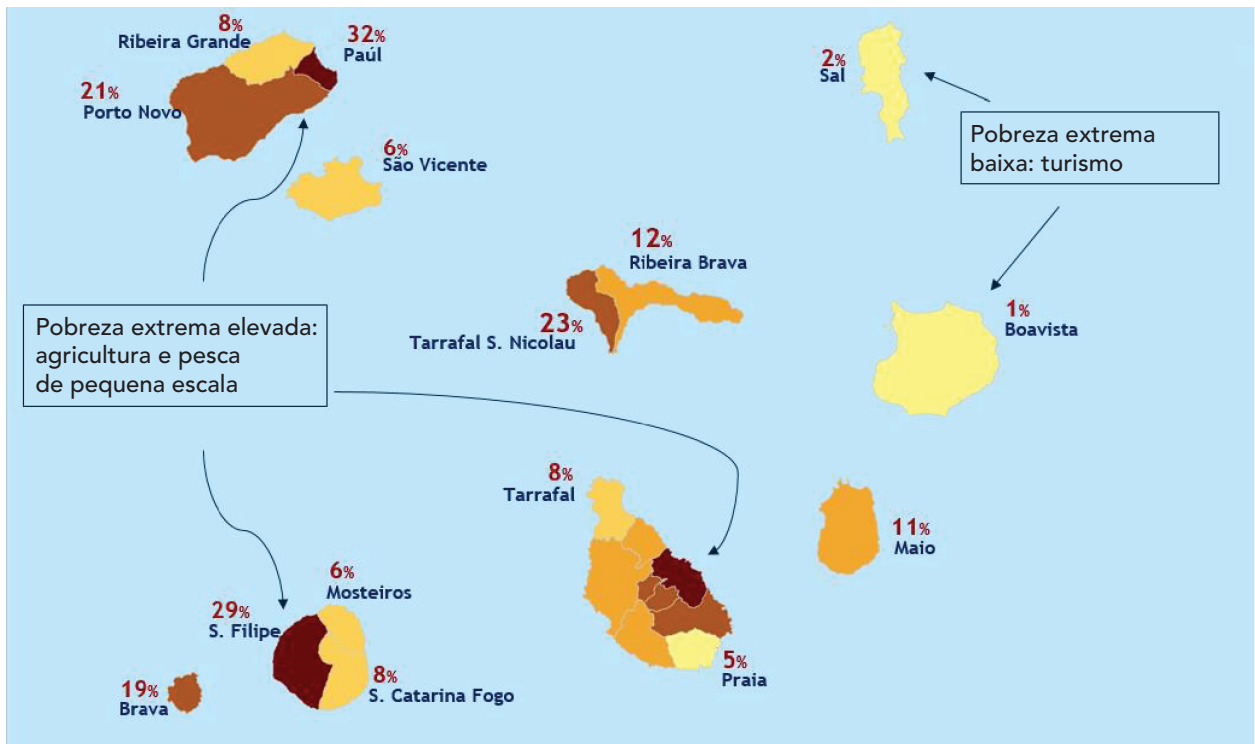
Perfil da Pobreza

O inativo constitui o maior grupo dos extremamente pobres. Em 2015 o maior grupo dos *extremamente pobres* (38 por cento) e os pobres (34 por cento), foi formado por aqueles que vivem numa casa onde o sustento principal encontrava-se “inativo”, ou seja, não realizando trabalho remunerado e não procurando trabalho. Isto é seguido por aqueles que trabalham no setor agrícola, que constituem 24 por cento da pobreza extrema e 16 por cento dos pobres. Um quinto dos *extremamente* pobres e 28 por cento dos pobres em geral, dependem do setor dos serviços para a sua fonte de renda principal. A distribuição setorial do *pobre geral* e o *pobre extremo*, não mudou muito desde 2001 (ver figura 22a).

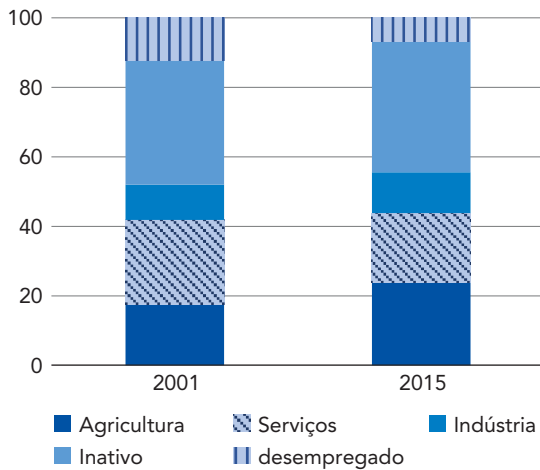
A incidência da pobreza extrema é maior entre aqueles cujo sustento principal da família, trabalho no setor agrícola. Em 2015, 24 por cento deste grupo era *extremamente pobre*, abaixo dos 42 por cento em 2001. Isto é seguido pelos “inativos”, 14 por cento dos quais eram *extremamente* pobres em 2015, em comparação com 32,5 por cento em 2001. No entanto, a pobreza reduziu mais rapidamente para aqueles que dependem do setor de serviços para o seu rendimento. A proporção desse grupo que é *extremamente pobre* caiu de 19% em 2001, para 4,5% em 2015 (ver figura 22b).

Dos desempregados, 40 por cento são pobres, o que é apenas uma proporção um pouco mais elevada do que a população como um todo (35 por cento); a taxa de pobreza extrema é semelhante em ambos os grupos (13 por cento e 10 por cento). Da mesma forma, a taxa de pobreza extrema para aqueles que vivem numa casa cujo sustento principal da família está “inativo”, é apenas um pouco maior (14 por cento) do que para toda a população (10 por cento). A proporção de desempregados e inativos que são *extremamente* pobres desceu rapidamente desde 2001 (ver figura 22b), o que poderia estar relacionado com o aumento rápido das remessas. O desempregado pode dar ao luxo de ficar sem trabalho remunerado somente se receber algumas transferências de familiares ou outros, sendo este o caso em 2007 para dois terços dos desempregados. Os dados do censo da população de 2010 revelaram uma correlação positiva entre as remessas e desemprego, sugerindo que o salário de reserva para os indivíduos que recebem remessas é

FIGURA 21. Taxas de pobreza extrema por Município (proporção de habitantes que são extremamente pobres), 2015



Fontes: INE 2017b, baseado no Inquérito IDRF 2015.

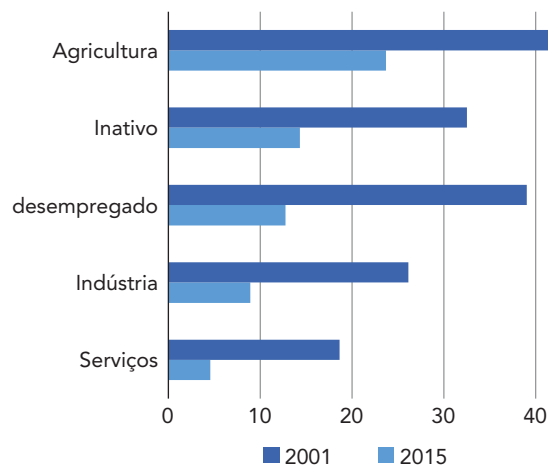
FIGURA 22A. Distribuição ocupacional da pobreza extrema, 2001 e 2015 (%)

Fontes: Cálculos baseados nos Inquéritos IDRF 2001 e IDRF 2015.

mais elevado, e que o rendimento das remessas lhes permite permanecer sem emprego por períodos mais longos.

A pobreza possui também uma dimensão de género: 43 por cento dos extremamente pobres, vivem em famílias onde uma mãe solteira é a única fonte de rendimento, sendo esta taxa de 29 por cento para os Cabo-Verdianos em geral. Muitas crianças crescem em situações de *órfão de pai vivo*, uma expressão usada para descrever o caso em que uma criança tem um pai vivo, mas não recebe nenhum apoio do mesmo. Esta situação afeta particularmente as crianças nas famílias pobres. À semelhança de outros lugares, os pobres apresentam muitas das vezes, níveis mais baixos de escolaridade.

Atingir o objetivo do Banco Mundial, de reduzir a pobreza extrema¹⁸ abaixo dos 3 por cento até 2030 é viável em Cabo Verde. Isso exigiria uma taxa de crescimento anual do PIB per capita de cerca de 4%. Embora isso possa ser atingido, a fim de erradicar a pobreza extrema, será importante assegurar que o crescimento beneficie adequadamente os extremamente pobres. Isso exigirá que os pobres sejam dotados de recursos como capital humano, tornando o ensino avançado mais atraente, acessível e relevante para o mercado de trabalho. Nas áreas rurais—onde vivem dois terços dos extremamente pobres—eles precisarão de terras irrigadas e oportunidades para

FIGURA 22B. Proporção de cada grupo de trabalho que é extremamente pobre, 2001 e 2015 (%)

participar das cadeias de valor da produção hortícola e pecuária. O fornecimento do acesso a tecnologias de produção e mercados, será essencial para desenvolver a sua resiliência. O quadro 2 apresenta simulações de vários impulsionadores do crescimento económico, para avaliar o seu impacto no crescimento e reduzir a pobreza extrema em Cabo Verde.

A Pobreza Não-Monetária

O progresso substancial na redução da pobreza tem sido acompanhado por melhorias ainda mais impressionantes dos indicadores não monetários da pobreza (ver figura 23a). Muitos destes mostram níveis acima dos países com níveis de rendimentos per capita semelhantes. A expectativa de vida ao nascimento de 73 anos, é a mais alta em toda a ASS, ao lado das Maurícias e Seychelles. Tem sido demonstrado um desempenho sólido para os diferentes indicadores de saúde (taxa de mortalidade infantil, proporção de partos assistidos por pessoal de saúde qualificado – apesar da prevalência relativamente alta da anemia),¹⁹ ensino (conclusão do ensino primário), o fornecimento de água canalizada para instalações e expansão da cobertura da rede de energia elétrica. O acesso à eletricidade, pelos agregados familiares, aumentou cerca de 50 por cento em 1999 para 98 por cento hoje. Apenas 3,9 por cento das crianças estavam abaixo do peso em 2009.²⁰

QUADRO 2. Perspetivas de crescimento e pobreza de Cabo Verde, a longo prazo

Este quadro apresenta os resultados de simulações de vários veículos de crescimento económico para avaliar o seu impacto no crescimento e redução da pobreza extrema em Cabo Verde. A análise utiliza o modelo de crescimento a longo prazo (LTGM) desenvolvido no Banco Mundial e é baseado no célebre modelo de crescimento de Solow-Swan, mas alargado para incluir o capital humano, a demografia e outros motores de crescimento que são importantes nos países em desenvolvimento. Em cada simulação, assume-se que o investimento permanece em 33 por cento do PIB. Isto é semelhante às taxas mantidas em Cabo Verde durante as duas últimas décadas, apesar da crise financeira global e da crise da dívida Euro. O modelo também controla o efeito de alterações no crescimento nas taxas de pobreza.

Um cenário com maior crescimento de produtividade e investimento de capital mais efetivo resulta em um crescimento mais rápido e um declínio mais acentuado da pobreza do que o previsto no *business-as-usual*, com o crescimento de produtividade quase estagnado. No cenário de produtividade mais alta, o crescimento da PTF pode aumentar de sua taxa histórica de quase zero (como na referência) para a média da maioria dos pequenos estados (1,3%). Além de aumentar o crescimento diretamente, o crescimento mais rápido da produtividade no cenário de maior produtividade também aumenta a eficácia do investimento em cerca de 20% ao longo do horizonte de previsão, reduzindo a relação capital/produto. Isso acelera o crescimento per capita para cerca de 4% (ver o gráfico B2), que reduz a pobreza extrema (de US \$ 2,90 por dia) de 10,5% em 2015 para 3% em 2030 e quase 0% em 2050 (ver figura B1).

FIGURA B1. Taxa de pobreza extrema (%) utilizando a situação de referência e um cenário de crescimento mais rápido da produtividade

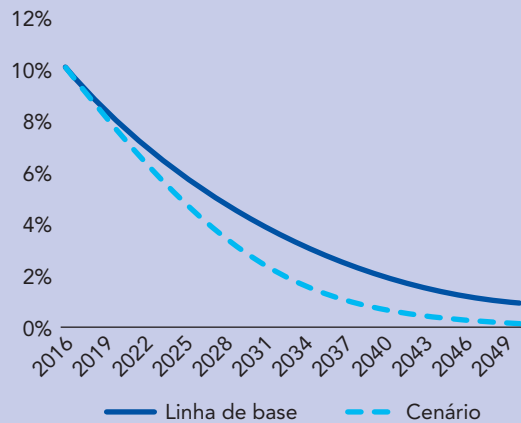
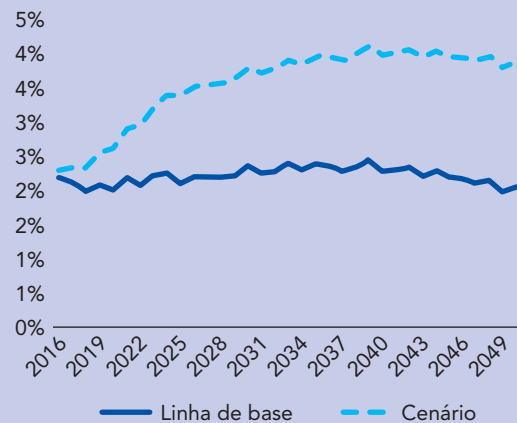


FIGURA B2. PIB per capita da taxa de crescimento (%) utilizando a situação de referência e um cenário de crescimento mais rápido da produtividade



Para abordar a meta de crescimento do governo de 7 por cento por ano, são necessários uma maior eficiência no capital e uma melhoria no crescimento. De ressaltar que este é um resultado ambicioso e improvável: o crescimento sustentado de 7 por cento per capita é irrealista, pois mesmo sob hipóteses favoráveis, as simulações utilizando o LTGM só podem produzir o crescimento per capita sustentado de 4 por cento (ver figura B2). Além disso, essas suposições incluem a manutenção das elevadas taxas atuais de investimento, que podem ser insustentáveis dado o estado de endividamento do país.

As disparidades de género no capital humano são mínimas, com Cabo Verde liderando o índice de disparidade do género nas dimensões “saúde e sobrevivência” e “inscrição escolar”. A taxa de fertilidade baixou espetacularmente de 5,3 em 1990 para 2,4 filhos por mulher em 2015. A procura insatisfeita da contraceção é relativamente baixa (17 por cento em 2005) e, como mencionado, a mortalidade materna

é também, atualmente, relativamente baixa, de 42 por 100.000 nascidos vivos, abaixo da média dos países de renda média superior (54) e todos os pares aspirantes de Cabo Verde. Apenas 4,4 por cento dos nascimentos foram estimadas em desassistidos em 2014. O índice da paridade do género de inscrição no ensino secundário, tem sido superior a 1 desde 1990 e atualmente é de 1,12, indicando que as taxas de

abandono são superiores para os rapazes relativamente às raparigas. O índice da paridade do género para a inscrição primária tem sido entre 0,95 e 1,0 desde 1990 e é, atualmente, 0,95. A taxa de alfabetização para o sexo feminino é de 85 por cento, acima dos 53 por cento em 1990.

Cabo Verde encontra-se entre os 30 melhores países em termos de realização dos objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM).²¹ No entanto, o progresso nos indicadores dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), tem sido irregular até agora. O país tem uma pontuação particularmente boa no ODS 4 (Ensino) devido à inscrição relativamente alta na escola e alfabetização, o ODS 6 (água potável, não tanto no saneamento), ODS 13 (Ação Climática, impulsionado pela baixa emissão de CO2) (ver figura 23b). Em certa medida, o país também tem um bom desempenho no ODS 5 (Igualdade de Género) e SDG 12 (Consumo Responsável, devido ao bom desempenho no indicador de lixo municipal per capita). Os maiores desafios do país em termos de cumprimento das metas de ODS, estão no ODS 8 (Trabalho Decente e Crescimento Económico), ODS 9 (Indústria, Inovação e Infraestrutura) à medida que as despesas na Pesquisa & Desenvolvimento são baixas, ODS 10 (Desigualdades Reduzidas)²² e ODS 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis). Cabo

Verde ocupa o 96º lugar entre 144 países ao longo do índice do SDG.

Embora tenha havido um progresso constante no aumento do acesso a instalações sanitárias melhoradas, atingindo 72 por cento da população em 2015, Cabo Verde fica atrás dos seus pares desejáveis neste indicador.²³ Além disso, após um crescimento rápido do número de migrantes internos atraídos por empregos relacionados com o turismo, as principais ilhas turísticas, especialmente Boa Vista, mas também Sal, têm enfrentado dificuldades no fornecimento de alojamento adequado e serviços de água e de saneamento adequados (incluindo o tratamento de resíduos sólidos), além do fornecimento de eletricidade e uma rede rodoviária adequada.

As lacunas na cobertura dos serviços educacionais entre os grupos de riqueza, são mais baixas do que as típicas para a ASS. O sucesso educacional melhorou consideravelmente para os pobres durante 2001–2015, e a diferença com os não-pobres diminuiu substancialmente, embora algumas diferenças persistam (ver figura 24a). A proporção de extremamente pobres que tenham concluído o ensino secundário mais do que duplicou desde 2001 e cresceu de 30 por cento em 2001 para 65 por cento em 2015. A diferença com os não pobres foi reduzida de 35 por cento para 23 por

FIGURA 23A. Progresso nos indicadores de capital humano e nas condições de vida, 1995/2000–2015

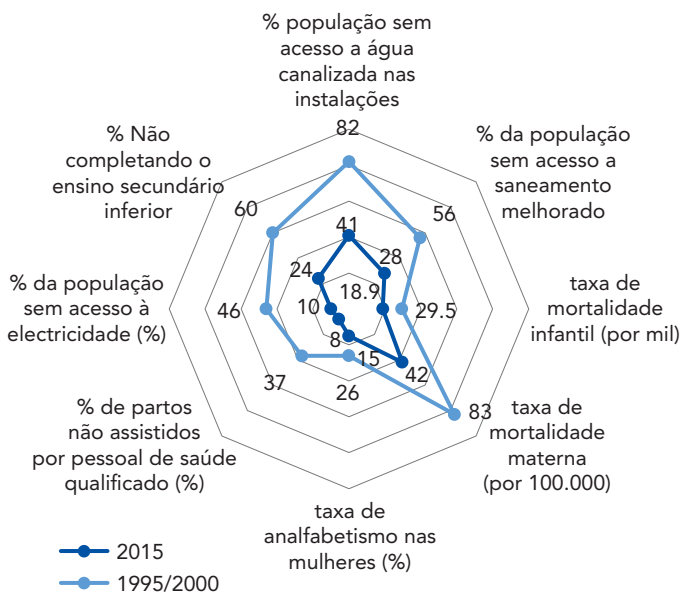
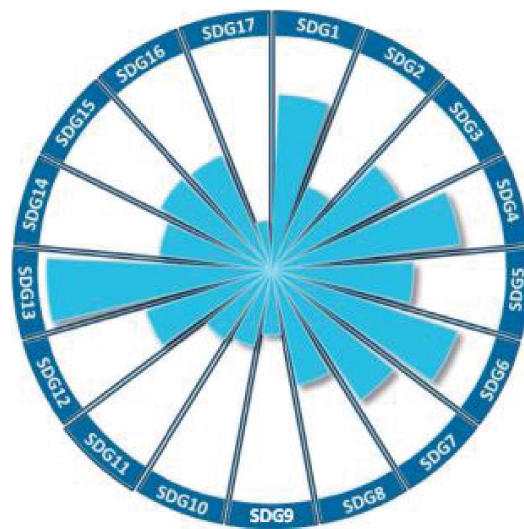
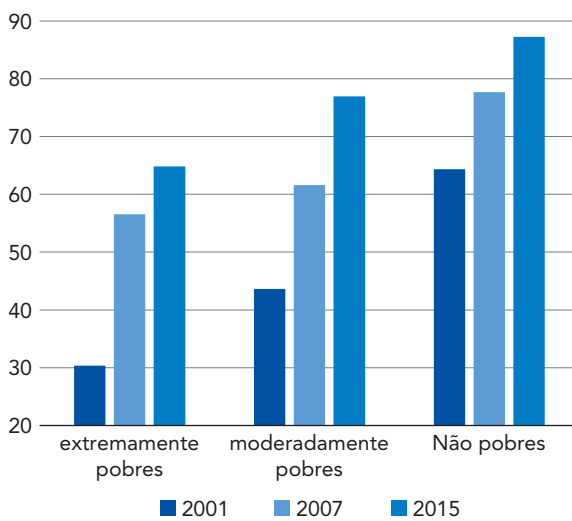


FIGURA 23B. Desempenho relativo do SDG (média de indicadores de cada SDG)



Fontes: Indicadores do Desenvolvimento Mundial e Sachs et al. 2017.

FIGURA 24A. Proporção de jovens de 19 – 24 anos com, pelo menos, o ensino secundário (%)

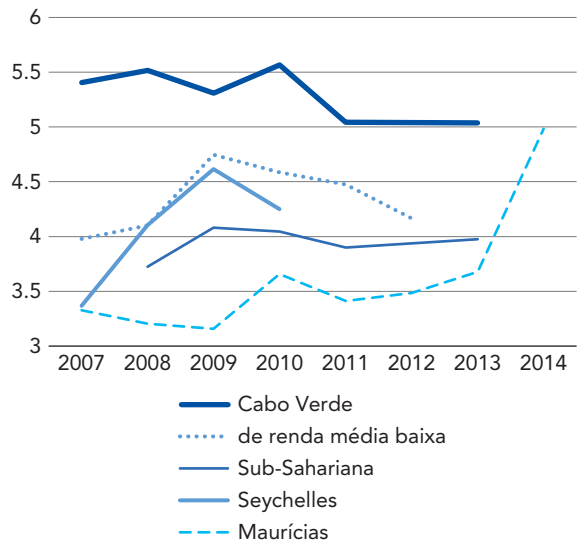


Fontes: Baseado no do INE IDRF 2001, o QUIBB 2007, e IDRF 2015 inquéritos.

cento, de acordo com os dados do Inquérito às famílias IDRF do INE (ver figura 24a). As despesas de Cabo Verde no ensino como percentagem do PIB, têm sido consistentemente maiores do que as de seus pares desejáveis (ver figura 24b), e as despesas parecem ter sido progressivas, beneficiando muitos dos extremamente pobres e moderadamente pobres. Um programa de financiamento que subsidia o transporte, uniformes e taxas para estudantes pobres parece desempenhar um papel, embora a base de evidências para tal é fraca, uma vez que estes programas não estão bem monitorizados. Doze por cento da população estudantil recebe subsídios de taxa escolar através de fundos que são alocados para os municípios, utilizando uma fórmula que reflete onde as necessidades são maiores. Esses são tipicamente grandes áreas geográficas rurais com apenas uma ou duas escolas secundárias que servem a área.²⁴ A desigualdade em termos de cobertura de serviços básicos de saúde também parece ser baixa.²⁵

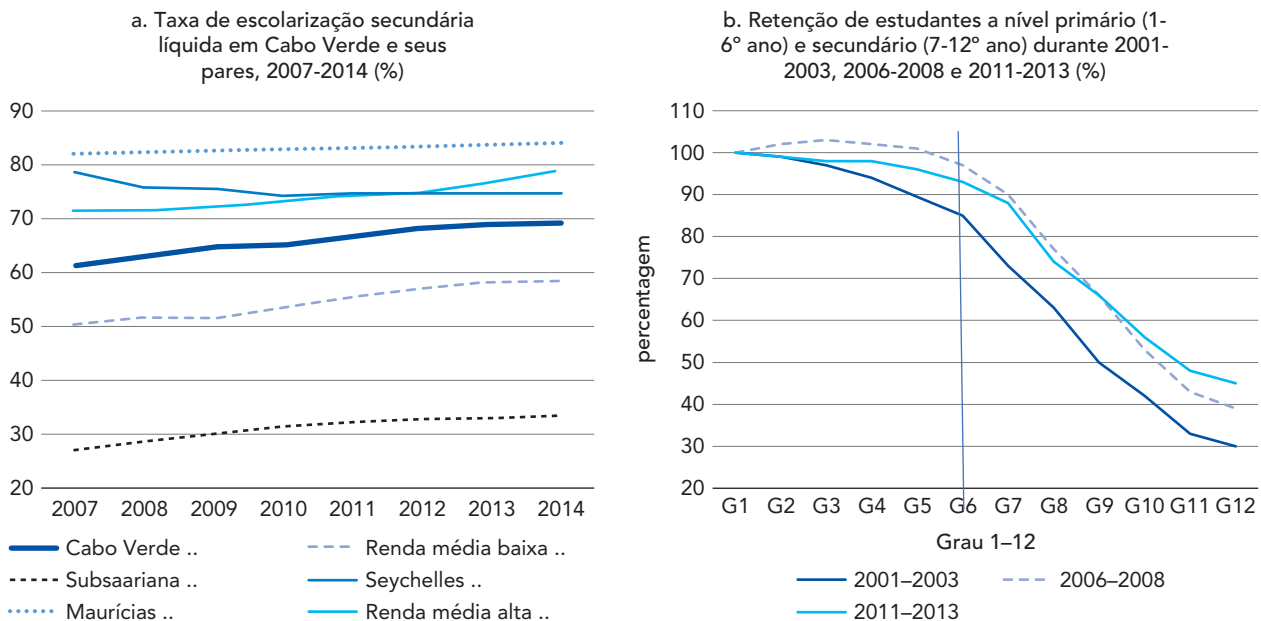
Apesar de o ensino primário ser universal, os resultados da aprendizagem são abaixo do ideal e contribuem para taxas de abandono e de repetição, relativamente altas na escola secundária. O ensino primário tem sido universal nos últimos 25 anos, com uma taxa de matrícula líquida primária de 98–99 por cento, superior aos pares desejáveis de Cabo Verde (é de 95 por cento para os países de rendimento médio-alto). No entanto, o exame nacional baseado em amostras,

FIGURA 24B. Despesa do governo no ensino (% do PIB)



Aferição, realizado em 2010 revelou resultados fracos de aprendizagem na matemática e em português para cerca de 40% dos alunos do 6º ano. Os resultados das provas de Aferição foram mais baixos para crianças de famílias pobres e para famílias monoparentais. Embora as taxas de transição para o ensino médio sejam altas (85%), o aprendizado primário inadequado parece ter contribuído para altos níveis de repetência e abandono no ensino médio. A matrícula líquida secundária foi de 69% em 2014 (ver figura 25a), menor do que a de seus pares desejáveis. Apenas 65 por cento completou o 9º ano e apenas 44 por cento do grupo etário relevante completou o 12º ano em 2013 (ver figura 25b). A qualidade do ensino é suscetível de ser afetada pelo facto de que 23 por cento dos professores do ensino secundário, não possuem nenhuma licenciatura²⁶ (não licenciados²⁷), uma figura que difere substancialmente entre as escolas, o que implicaria a desigualdade de oportunidades de aprendizagem para as crianças. Além disso, há pouco acompanhamento sistemático dos resultados da aprendizagem e não existem testes nacionais padronizados, tornando difícil a tomada de medidas corretivas em tempo oportuno, quando as escolas ou classes têm um desempenho abaixo do desejado.

Muitos estudantes deixam a escola sem competências suficientes para satisfazer as necessidades de um setor de serviços competitivo, e os empresários afirmam

FIGURA 25. Retenção de alunos e escolarização secundária líquida

Fontes: Indicadores do Desenvolvimento Mundial e Ministério da Educação.

que a incapacidade de obter pessoal com formação adequada é uma restrição importante (ver figuras 32a e 39a).²⁸ O desemprego entre os jovens que abandonam a escola, é alto e o regresso ao ensino secundário e ao ensino universitário caiu significativamente ao longo do tempo, de acordo com dados do IDRF 2001 e os Inquéritos familiares IDRF 2015. Em 2015, a despesa de consumo das pessoas com o ensino secundário foi 3,4 por cento mais elevado dos que não possuem ensino secundário, tudo o mais permanecendo o mesmo. Isto foi de 9,5 por cento em 2001. Para o ensino universitário, estes números foram de 23 por cento em 2015 em comparação com 29 por cento em 2001.

O ensino e formação técnica e profissional (EFTP) tem uma baixa cobertura e corresponde a apenas 5 por cento das inscrições do nível secundário. O EFTP atual é caracterizado por uma oferta dispersa de formações profissionais e técnicos e não constitui um verdadeiro sistema articulado, que responde às demandas do mercado de trabalho. O ensino superior possui relevância limitada para o mercado de trabalho, com 70 por cento dos estudantes universitários inscritos nas ciências humanas e sociais, 20 por cento em ciências e programas de engenharia, e 10 por cento nos programas de ciências da vida, meio ambiente e da saúde. Em 2016, 21 por cento das pessoas com ensino pós-secundário estavam desempregados, em

comparação com 17,3 por cento em 2012.²⁹ Uns 13,5 por cento adicionais estavam inativos.³⁰ Apesar da proporção de estudantes Cabo-verdianos que procuram o ensino superior no exterior diminuir de 8 por cento em 2005 para 4 por cento em 2013, cerca de 0,5 por cento da população deixa o país anualmente, muitos dos quais serão trabalhadores qualificados.

As taxas brutas no ensino superior são de 22 por cento, acima dos pares desejáveis, tais como as Maldivas (16 por cento) e as Seicheles (14 por cento), mas menor do que as Maurícias (37 por cento). A inscrição no ensino superior tem vindo a aumentar nos últimos anos, refletindo um menor número de jovens que partem de Cabo Verde para prosseguir os estudos no estrangeiro, bem como o surgimento de novas instituições de ensino superior. Um olhar mais atento aos padrões de inscrição, revela que o quintil mais pobre corresponde a apenas 9 por cento da inscrição no ensino superior, enquanto que os indivíduos do quintil mais alto correspondem a 31 por cento. Embora esta seja uma distribuição mais equitativa do que em muitos outros países, sugere que as oportunidades de obter um ensino superior não são iguais para todos os Cabo-Verdianos.

Cabo Verde tem sofrido de uma “fuga de cérebros”, mas algumas pesquisas sugerem que a emigração maciça de Cabo Verde também tem incentivado

significativamente a acumulação de capital humano no país. A perspectiva de obter um emprego qualificado no exterior também pode ser um incentivo e aumenta os retornos de obter uma educação. Batista e outros, por exemplo, descobriram que um aumento na probabilidade de migração futura de alguém, de 10 pontos percentuais, aumenta a probabilidade média de conclusão do ensino secundário intermediário por quase 4 pontos percentuais.³¹ Além disso, os emigrantes compreendem um importante grupo de investidores no país.³² Uma proporção deles investem em Cabo Verde quando regressam ao país depois de terem trabalhado no exterior, usando as suas poupanças como a sua principal fonte de financiamento. Isso também contribui para o acúmulo de reservas externas e criação de emprego.

Os indicadores de saúde para Cabo Verde estão entre os melhores na ASS, embora persistam várias preocupações em todo o sistema de saúde pública. O ODM 4, que incide sobre a redução da mortalidade infantil, e o ODM 5, que se concentra em melhorar a saúde materna, foram ambos alcançados. No entanto, um relatório recente da Organização Mundial da Saúde (OMS) sobre populações específicas propensas a risco, sugere que o país está a enfrentar uma epidemia de HIV concentrada, mesmo se os níveis nacionais gerais de infecção permanecem abaixo de 1 por cento.³³ Em 2009–2010, Cabo Verde enfrentou uma epidemia de dengue, pela primeira vez, e em Outubro de 2015, um surto do vírus Zika foi declarado. A vulnerabilidade do país às doenças transmitidas por vetores, é um importante problema de saúde pública e um desafio para a segurança da saúde,³⁴ o que causa também impactos na indústria do turismo. A despesa total da saúde em percentagem do PIB, foi de 4,8 por cento em 2014, acima do valor para as Seychelles, mas semelhante às Maurícias e a média para os países de renda média mais baixa. Está abaixo da média dos países de renda média superior (6,2 por cento). As despesas correntes compreendem 22 por cento das despesas totais de saúde, o que é muito mais do que as Seychelles, mas muito menos do que as Maurícias e a média dos países de renda média superior.

O país está a avançar em sentido à uma transição epidemiológica e a enfrentar o duplo fardo de doenças transmissíveis (41 por cento de todas as mortes) e não transmissíveis (46 por cento).³⁵ As doenças infecciosas coexistem com as doenças não transmissíveis e crónicas, ligadas a estilos de vida e profundamente marcadas

por questões sociais e de género. As principais causas de morte prematura, em 2010 (em termos de anos de vida perdidos, *YLL*) foram doenças cerebrovasculares, o VIH/SIDA, e doenças cardíacas isquémicas. Três fatores de risco representaram principalmente o fardo das doenças: hipertensão arterial, riscos alimentares e a malnutrição materna e infantil. Os principais fatores de risco para as crianças menores de 5 anos e para adultos com idades entre 15–49 anos, foram a amamentação deficiente e riscos ocupacionais, respetivamente.³⁶ Além disso, o país está a lutar para combater o alcoolismo, um problema social complexo e de saúde pública.³⁷ O sistema de saúde é tradicionalmente orientado para a saúde maternainfantil e assistência médica e hospitalar, e terá de reforçar o trabalho de extensão e atenção básica em todo o ciclo de vida das pessoas, ao mesmo tempo que fortalece os componentes de promoção da saúde, a fim de estimular o comportamento e estilos de vida saudáveis.³⁸ Além de doenças relacionadas com o stress, as preocupações emergentes incidem sobre o abuso de substâncias tóxicas e problemas de saúde mental, especialmente nos jovens do sexo masculino, assim como o impacto da violência urbana na mortalidade dos jovens.

A violência baseada no género é predominante, mas a estigmatização das vítimas diminuiu. Em 2005, uma em cada cinco mulheres em Cabo Verde relatou ter experimentado violência praticada por seu parceiro íntimo, e em 2015 a violência baseada no género formou cerca de um quarto de todos os crimes relatados à polícia.³⁹ É o segundo crime mais comum contra indivíduos. No entanto, Cabo Verde desenvolveu um quadro jurídico cada vez mais abrangente para lidar com a violência baseada no género,⁴⁰ e as forças policiais criaram escritórios especializados para receber queixas. Além disso, as iniciativas da sociedade civil aumentaram a sensibilização para o problema. Todos estes elementos estão, provavelmente, por trás de um aumento significativo no número de queixas oficiais comunicadas à polícia.

Governança

Cabo Verde tem sido descrito como um modelo de boa governação, de direitos políticos e liberdades civis em África, o que representa um pilar fundamental no progresso do desenvolvimento do país.⁴¹ A abertura política, iniciada na década de 1990, assinalou a estabilidade política, o respeito pela regra da maioria,

e a construção de instituições para manter o Estado de Direito. Desde as primeiras eleições, em 1991, Cabo Verde teve três transições governamentais pacíficas. Os líderes de Cabo Verde sempre enfatizaram a importância da participação pública nas decisões políticas importantes, assegurando uma representação adequada de cada uma das ilhas.⁴² A transição para um estado democrático pluralista tem sido bem-sucedida a nível político, e a descentralização criou uma democracia local vibrante.

O país tem um desempenho consistentemente melhor relativamente ao *benchmark* para os países de renda média-baixa com respeito às dimensões-chave da governabilidade. Para quatro dos seis Indicadores de Governança Mundial (WGI), Cabo Verde tem pontuações superiores até, aos países de rendimento médio-superior, incluindo os seus pares desejáveis de Maurícias e Seychelles. Em 2015, o país foi classificado na 3^a posição entre 54 estados no Índice de Governança da África de Mo Ibrahim,⁴³ a seguir às Maurícias e Botswana. A integridade das instituições de Cabo Verde é incomparável na África Ocidental. A pontuação Política de Cabo Verde é IV—o que reflete as qualidades das instituições de governação⁴⁴—é 10, superior à África do Sul (9) e corresponde ao melhor desempenho detido pelas Maurícias (10).

Cabo Verde é relativamente livre de corrupção. No Índice de Percepções de Corrupção da *Transparency International* (2016), Cabo Verde ocupa o segundo lugar na ASS a seguir a Botswana. Nos WGI, Cabo Verde vem no percentil 79 no Controlo da Corrupção, em relação à média da ASS, de 30, e bem acima da classificação média de 50 para os países de renda média superior. Cabo Verde apresenta também pontuações acima das Maurícias e as Seychelles (ver figura 26a), estando perto da classificação média da OCDE de 85. Não existe nenhuma lei que concede imunidade a altos funcionários (políticos nomeados ou funcionários públicos) e a suspeita de corrupção é meticulosamente investigada. Os altos funcionários do governo são obrigados a divulgar rendimentos e bens e não são imunes a serem processados sob a lei por improbidade. Além disso, as regras de conflito de interesses são observadas e cumpridas. De ressaltar que a percepção da corrupção no país tem subido nos últimos anos. Enquanto em 2002–2003, apenas 5,6 por cento da população pensava que todos ou a maioria dos políticos estavam envolvidos na corrupção, esse

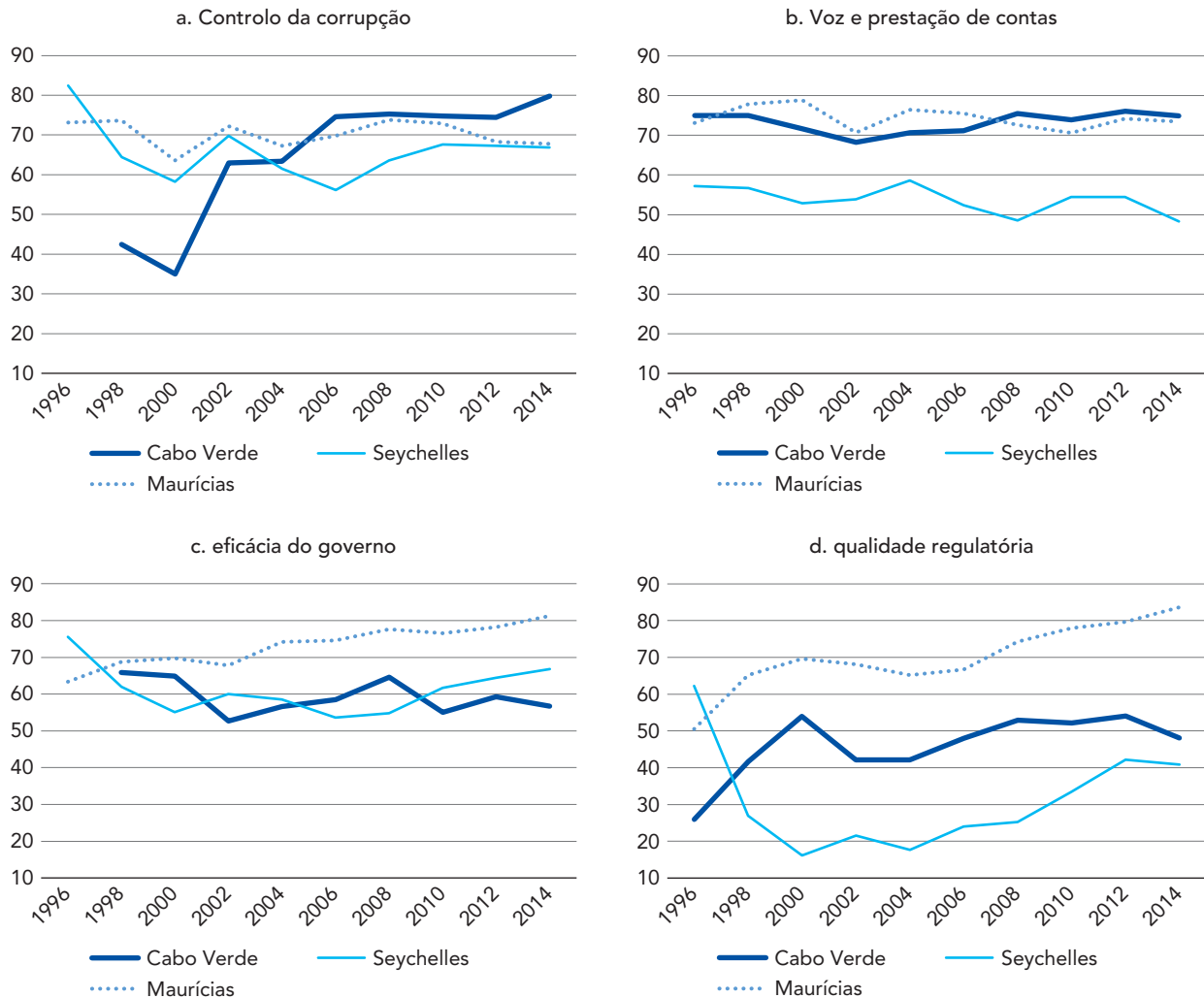
índice aumentou para 15,3 por cento da população em 2013–2014. Durante este período, a proporção da população que pensava que *alguns* políticos estavam envolvidos na corrupção, aumentou de 27 para 39,5 por cento. Estas percentagens são mais elevadas entre os grupos etários mais jovens.

Eleições livres e justas, a nível nacional e local, e transições democráticas de governos são a norma. De acordo com a *Freedom House*, Cabo Verde é classificado de “livre” tanto no seu inquérito “Freedom of the World” com no “Freedom of the Press”, atestando que o país serve como um modelo de direitos políticos e liberdades civis na África. As suas pontuações na WGI para voz e prestação de contas, estão acima daquelas para as Seychelles e semelhante às Maurícias (ver figura 26b).

No entanto, o país tem um desempenho baixo nas dimensões de governação de “eficácia do governo”, à medida que recebe um WGI relativamente baixo para este critério. Cabo Verde parece ser relativamente fraco na concepção e execução de reformas (ver figura 26c). A qualidade da formulação e implementação de políticas, a credibilidade do compromisso do governo de tais políticas, bem como a gestão do investimento público deteriorou-se ao longo do tempo, reduzindo a eficácia do governo’. Isso também é corroborado pelo enfraquecimento progressivo da pontuação de *Country Policy and Institutional Assessment* (CPIA) de Cabo Verde desde de 2008.⁴⁵ A pontuação global CPIA diminuiu de 0,5 pontos, com deteriorações significativas na maioria das áreas, com exceção das políticas estruturais.

Cabo Verde possui ainda, uma pontuação relativamente baixa nos indicadores relacionados com as políticas e regulamentos de promoção do desenvolvimento do setor privado. Neste último critério (“qualidade regulatória”), o país situa-se constantemente abaixo do percentil 50 no *ranking* WGI, muito abaixo de seus *rankings* em outras dimensões de governação (ver figura 26d). Nos últimos anos, o governo adotou várias medidas de reforma⁴⁶ para acelerar a competitividade do país e criar um ambiente mais propício ao sector privado nacional. Estes indicadores incluem avanços no tempo e procedimentos para iniciar um negócio e registo de propriedade, apoiado pelo progresso no uso das plataformas das TIC e digitais, além da harmonização do atendimento dos serviços públicos. As

FIGURA 26. Tendências de quatro indicadores de governação para Cabo Verde e seus pares desejáveis (classificação percentual entre todos os países, 100= melhor)



Fontes: Indicadores de Governação Mundial.

reformas, no entanto, têm sido lentas, havendo ainda muita coisa a ser feita.

Apesar da estabilidade política e planos de desenvolvimento sucessivos enfatizando a necessidade de criar espaço para uma maior participação do setor privado, o Estado continua a ser dominante na maioria dos setores da economia. Enquanto os SIDS têm tipicamente um setor público relativamente grande, a pegada do setor público de Cabo Verde na economia é maior do que seus pares desejáveis, e tem aumentado na última década com a reaquisição de empresas de serviços públicos selecionados que foram privatizadas no início dos anos 2000. O estado é o maior empregador em Cabo Verde, e os benefícios concedidos aos empregados

do setor público são regressivos e caros.⁴⁷ A massa salarial, em 32 por cento das despesas e 43 por cento das receitas, é relativamente grande, mesmo quando comparado com outros pequenos Estados insulares ou outros países com populações pequenas. As despesas do governo central compõem um terço do PIB. O domínio do Estado nas atividades económicas tem sido um impedimento-chave para o desenvolvimento do setor privado e acesso ao financiamento, à medida que os bancos escolhem conceder crédito a empresas estatais maiores. O crédito ao setor privado contribuiu somente 0,15 pontos percentuais para o crescimento.

As empresas estatais que são essenciais para a prestação de serviços públicos, estão cercadas pela fraca

governança corporativa. Há 32 empresas estatais em Cabo Verde que cobrem serviços como eletricidade, água, transportes, serviços postais e imobiliário. As cinco maiores empresas respondem 80 por cento do capital estatal e mantêm ativos equivalentes a 36 por cento do PIB. Apesar de as autoridades terem introduzido mudanças legislativas⁴⁸ e institucionais para fortalecer o papel do governo na gestão das empresas estatais, restam ainda deficiências significativas: a monitorização e reportagem continuam a ser esporádicas, e regista-se ainda a falta de conformidade com as leis e contratos de desempenho.

O país também é confrontado por deficiências no sistema de gestão das finanças públicas (PFM), o que compromete a eficácia do governo. A avaliação da Gestão das Finanças Públicas realizada em conjunto pelo Banco Mundial/FMI, em 2013 constatou que a falta de uma visão estratégica global para reformas de GFP e a má coordenação levaram, em muitos casos, a reformas parciais e a resultados modestos de um ambicioso programa de reformas. A avaliação PEFA 2016 confirmou estas conclusões, destacando-se: (1) um progresso limitado nos controlos de compromisso – por exemplo, a falta de um sistema para controlar, registar e relatar compromissos financeiros pendentes; e (2) longos atrasos na preparação das contas do governo e relatórios de auditoria externa, bem como atrasos subsequentes nas discussões parlamentares, têm comprometido a sua utilização na responsabilização das autoridades pela utilização dos recursos públicos. A avaliação do Banco Mundial do *Public Investment Management System (PIMS)* em Cabo Verde, detetou insuficiências significativas na preparação, triagem, seleção, apoio à implementação e seguimento dos investimentos públicos.⁴⁹ Como resultado, os retornos esperados nos vários grandes projetos de investimento não se materializaram. O envolvimento da sociedade civil na responsabilização do governo da realização dos resultados, é relativamente fraco.

Alguns sociólogos cabo-verdianos têm sugerido que a existência de instituições democráticas, um Estado de Direito e controlo da corrupção fortes, assim como a fraca eficácia do Governo, a fraca mobilização social e políticas ineficazes de apoio ao setor privado devem-se ao sistema político que detém dois partidos maioritários que tem nalguns caso manietado uma maior representação da sociedade civil e dos grupos de pressão.⁵⁰

Alguns argumentam que os líderes e outros membros das organizações da sociedade civil – incluindo grupos de interesses do setor privado – têm geralmente “cooptado” por qualquer um dos dois partidos políticos que dominam o sistema político. Nesse papel, a sociedade civil torna-se “servil” às partes e aos interesses pessoais das mesmas, e ora defende vigorosamente a posição do partido no governo, ora junta-se à voz crítica unívoca da oposição. Isso leva a polarização e mina a capacidade da sociedade civil para fazer *lobby* para a causa do seu grupo de interesse de uma forma politicamente neutra.

As organizações da sociedade civil são usadas ou apropriadas por partidos políticos que levam ao cansaço cívico contra um estado generalizado,⁵¹ em vez de melhorar a qualidade da democracia, promover o debate, e exigir a prestação de contas. Isto levou a uma forma de clientelismo em que a lealdade política é exigida às organizações da sociedade civil, em troca de vários favores, como a perspectiva de obtenção de empregos no setor público. Os principais partidos políticos, não parecem permitir muito espaço para debate ou crítica interna aberta e livre, dificultando a alteração interna das posições de políticas.

A incapacidade dos grupos de interesse da sociedade civil para abrir debates à volta das deficiências do governo, é um importante constrangimento. A sua incapacidade de representar adequadamente os interesses dos decisores nacionais do setor privado e influenciar os decisores políticos, é provavelmente uma das razões para o clima relativamente fraco, do investimento. Ele provavelmente também contribuiu para a baixa eficiência do investimento público, à medida que os proprietários de pequenas e médias empresas, não são suficientemente consultados na concepção e utilização desses investimentos. A população relativamente pequena, onde os laços familiares exercem influência nos grupos de interesse, também desempenha um papel.

Manifestações de um Modelo de Desenvolvimento que Precisa de Ajustes

Apesar de realizações notáveis, surgiram, entretanto, uma série de desafios revelando que o modelo tradicional de desenvolvimento do país, já não funciona

de forma adequada e expõe o país a riscos substanciais. O crescimento no RNB per capita estagnou⁵² e os condutores de crescimento tradicionais do país, o setor do turismo, em combinação com o IDE e investimento público em infraestrutura, esgotaram o seu vapor (ver também Apêndice C). Além disso, há uma incompatibilidade entre as aspirações e oportunidades nos grupos excluídos como os jovens desempregados e mulheres com filhos. Cabo Verde entrou numa trajetória fiscal perigosa e a sua exposição à volatilidade do comércio é alta. Nesta conjuntura, é óbvia a necessidade de mudança no modelo de desenvolvimento de Cabo Verde.

O SETOR DO TURISMO JÁ NÃO É UM CONDUTOR FORTE DE CRESCIMENTO

Uma abordagem mais estreita do setor do turismo, revela vários desafios que afetam as perspetivas de crescimento inclusivo sustentado nos próximos anos. O setor é pouco diversificado em termos de produtos, operadores e geografia. O país é predominantemente vendido como um destino de “sol, mar e areia”, ancorado em torno de algumas marcas internacionais, e dependendo de um punhado de operadores turísticos para fluxos de turismo (nomeadamente, conforme mencionado, um grupo estrangeiro muito dominante e verticalmente integrado, TUI). Conforme já foi anteriormente dito, duas das nove ilhas habitadas detêm uma quota de mercado de 80 por cento. Como resultado, as micro e pequenas empresas locais (que compreendem 92 por cento das 9.400 empresas em Cabo Verde) não participam suficientemente dos serviços turísticos ou nas cadeias de abastecimento do turismo. O excesso da dependência em algumas cadeias hoteleiras internacionais para o turismo, também expõe a economia a riscos substanciais.

Os impactos positivos do turismo *all-inclusive* [com tudo incluído] dominante na economia, são muito baixos. Em Cabo Verde, todos os grandes estabelecimentos de alojamento são de propriedade estrangeira, e, portanto, muitos dos lucros são enviados para o exterior. Os inquéritos aos grandes *resorts all-inclusive*, indicam que, atualmente, o gasto médio discricionário é somente € 7 a € 13 por turista por dia. Normalmente, apenas entre um terço e metade dos gastos ocorre fora do hotel. Além disso, como se referiu, embora o trabalho seja predominantemente fornecido por nacionais (cerca de 87 por cento do

total), as posições à nível da direção continuam sendo dominadas por estrangeiros. O elo mais fraco para o resto da economia é causado, em parte pela falta de escala que caracteriza as pequenas economias insulares, como Cabo Verde, que também pode ter um efeito moderador sobre os benefícios do IDE, limitando os efeitos positivos resultantes da interação entre as empresas nacionais e estrangeiras.

Os grandes resorts importam a maior parte das suas necessidades de alimentos e bebidas.⁵³ Os hotéis importam um total anual de € 26 milhões em peixes e frutas frescas e vegetais, e apenas cerca de 20 por cento dos peixes e 10–12 por cento de frutas e legumes são adquiridos no mercado interno. Os operadores hoteleiros atribuem isso à falta de volume de produção e confiabilidade das cadeias agrícolas e do abastecimento da pesca nacionais, além de uma falta de manipulação de alimentos e certificações de segurança, internacionalmente aceites. A conectividade é provavelmente outra razão. Apesar do investimento público substancial em infraestrutura relacionada com os transportes nos últimos anos, os serviços logísticos interinsulares continuam inacessíveis para muitos e muitas vezes são pouco fiáveis, representando uma restrição significativa para a integração dos mercados locais. Tudo isso reduz os ganhos marginais nacionais de cada turista adicional que visita Cabo Verde.

Os rankings de 2015 compilados pelo *Travel & Tourism Competitiveness Report of the World Economic Forum (WEF)* ilustram as dificuldades que Cabo Verde enfrenta em termos de competitividade do seu setor do turismo. Embora relativamente bem classificado na região da ASS (6º), o país está na posição 86º de um total de 141 países. Os subcritérios para a saúde e higiene (96º), a prontidão das TIC (90º), recursos naturais (138º) e recursos culturais e viagens de negócios (137º) são os mais problemáticos. Os países de ilhas pequenas comparáveis como as Seychelles, Maurícias, ou Barbados possuem uma classificação geral consideravelmente melhor: 54º, 56º e 46º, respetivamente.

UMA PARTE CRESCENTE DOS GRUPOS EXCLUÍDOS DEPARA COM FALTAS DE OPORTUNIDADE

A elevada taxa de desemprego, especialmente entre os jovens, mulheres, e na Praia tem o potencial de minar a coesão social e leva a problemas comportamentais

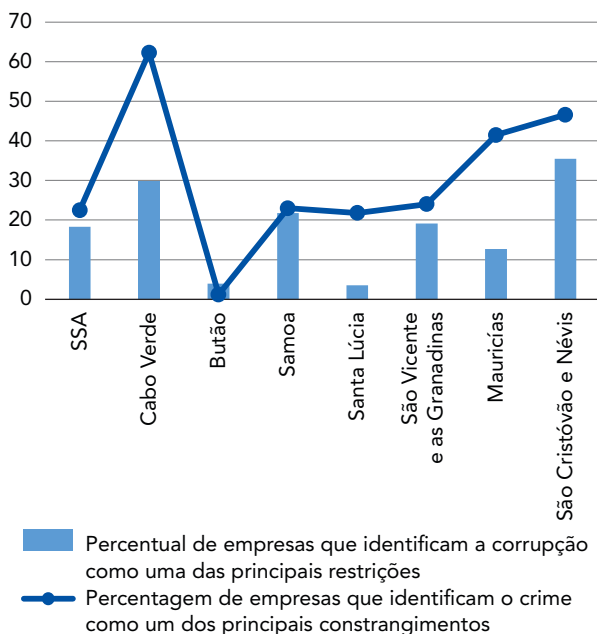
entre os jovens. Em 2016, 41 por cento dos jovens de 15 a 24 anos de idades estavam desempregados, e entre o último grupo na Praia este foi de 63 por cento. Em 2016, cerca de quatro quintos dos desempregados viviam em áreas urbanas.⁵⁴ As taxas de desemprego global para mulheres (17 por cento) são maiores do que para os homens (13 por cento). Os desempregados são relativamente bem formados e as taxas de desemprego são mais altas entre aqueles com formação secundária (21 por cento), seguido por aqueles com ensino superior (12 por cento). Como observado anteriormente, os desempregados não são, em média, muito mais pobres do que o resto da população, à medida que podem dar ao luxo de ficarem desempregados. No entanto, a falta de participação do mercado de trabalho pode levar a sentimentos de exclusão social e que não pertencem à sociedade em geral, e que as suas vidas não importam.

A atratividade de gangues urbanas aos jovens de baixa escolaridade, compete com a frequência escolar e leva ao crescimento da criminalidade juvenil. De acordo com o inquérito de empresas de 2009, realizada em Cabo Verde, 62 por cento das empresas identificaram o crime como um grande constrangimento (ver a

figura 27). O Reino Unido emitiu recentemente um aviso de segurança para os visitantes de Cabo Verde.⁵⁵ A persistente falta de oportunidades e elevada taxa de desemprego entre os jovens, são capazes de estar por trás disso, levando a sentimentos de frustração e problemas comportamentais subsequentes. Em 2016, roubos, assaltos e arrombamentos em Praia aumentaram em 285 por cento comparado a 2015, com 3.289 casos registados, de acordo com os registos policiais. Os jovens cometem mais de 75 por cento dos crimes que são cometidos na cidade da Praia e a população carcerária, nesta cidade, tem menos de 23 anos de idade. Um estudo recente dos jovens na Praia, revelou que um quarto de todos os indivíduos de 12–21 anos de idade tinha cometido pelo menos um crime violento.⁵⁶ Em 2014–2015, 33 por cento dos habitantes da Praia relataram que se sentiam sempre inseguros ao andar no seu bairro, acima dos 15 por cento em 2011–2013 (ver a figura 28).

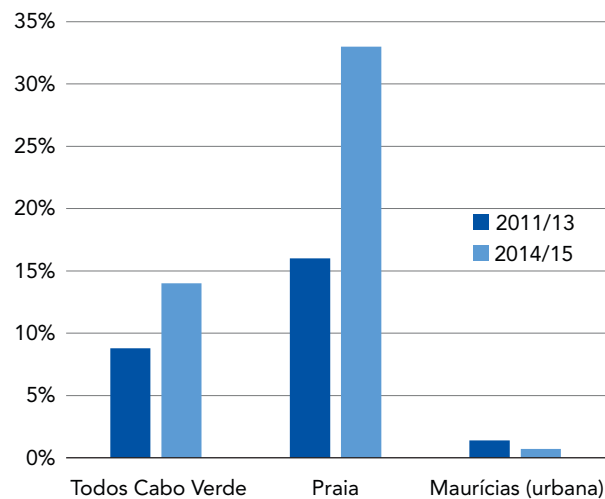
Os laços familiares soltos também contribuem para o abandono escolar e a violência de gangues de jovens. Um quarto da população em idade ativa (15 anos e mais) vive numa casa chefiada por uma mulher solteira, ao mesmo tempo que vários estudos demonstram

FIGURA 27. Proporção de empresas que identificam o crime como um grande constrangimento (%) em 2009



Fontes: WBG Inquéritos às empresas e Afrobarometer.

FIGURA 28. Proporção da população que se sente sempre insegura ao andar no seu bairro, 2011–2013 e 2014–2015



que as ligações fracas desses jovens aos pais, contribuem para os seus problemas comportamentais, especialmente os jovens do sexo masculino.⁵⁷ Também associado aos resultados da baixa aprendizagem, está o facto de vir uma família de pai ou mãe solteiro/a.⁵⁸ Enquanto a gravidez na adolescência baixou nos últimos 20 anos, ainda compreende cerca de 20 por cento de todas as gravidezes em Cabo Verde⁵⁹ e é uma importante causa da persistência das famílias de mães solteiras.

Há alguma evidência de que o descontentamento e insatisfação estão a subir. Este é especialmente o caso entre a população no interior da Ilha de Santiago e entre os jovens na Praia. Por exemplo, em 2014–2015, 49 por cento do último grupo acreditava que o país estava indo na direção errada, o que é mais do que o dobro da proporção em 2011–2012, quando apenas 23 por cento apoiou esta declaração.⁶⁰ O aumento do desemprego, especialmente entre os jovens na cidade da Praia, bem como a percepção de que as oportunidades económicas não estão igualmente disponíveis para todos, são suscetíveis de alimentar estes sentimentos.

As normas existentes do género concedem às mulheres a responsabilidade quase exclusiva das tarefas domésticas, da educação dos filhos e do cuidado da família, restringindo a sua participação no mercado de trabalho e reduzindo severamente a sua agência.⁶¹ Um inquérito ao emprego do tempo realizado em 2012 pelo INE indicou que, em média, as mulheres gastaram mais 3,5 horas por dia do que os homens no trabalho não remunerado. A evidência disponível sugere que isto desempenha um papel importante na explicação da entrada tardia de muitas mulheres na força de trabalho. Isso aumenta a probabilidade de informalidade e vulnerabilidade de trabalho. A proporção de mulheres que são empregadas (realizam trabalho remunerado) é menor do que os homens (48 vs. 61 por cento em 2016), mesmo se as disparidades no capital humano são menores,⁶² e as meninas atualmente têm um melhor desempenho na escola do que os rapazes. Esta diferença é especialmente pronunciada nas áreas rurais, onde apenas 42 por cento das mulheres estão envolvidas em atividades económicas em comparação com 59 por cento dos homens.

As diferenças no capital humano jogam apenas um papel menor na explicação da menor probabilidade de as mulheres estarem desempregadas.⁶³ A maior

parte da diferença pode ser explicada por fatores discriminatórios e falta de serviços de cuidados infantis acessíveis. Mesmo se os direitos das mulheres são bem ancorados na lei e a maioria de Cabo-verdianos apoia os direitos iguais,⁶⁴ estas normas discriminatórias minam a capacidade das mulheres de participarem plenamente no mercado do trabalho e aumentar o bem-estar de suas famílias.⁶⁵ Embora Cabo Verde tem um bom desempenho nos outros indicadores do género, ocupando apenas o 115º lugar na “participação económica e oportunidade para as mulheres” no *global gender gap index*. Poucos empregadores oferecem serviços de cuidados infantis, incluindo os grandes hotéis de propriedade estrangeira.

Os grupos populacionais mais pobres enfrentam as maiores cargas do trabalho não remunerado, limitando o tempo disponível para fazerem trabalho produtivo, melhorar as suas competências, ou procurar emprego, o que cria uma armadilha da pobreza.⁶⁶ Conforme mencionado, as famílias chefiadas por mulheres solteiras enfrentam taxas de pobreza consistentemente maiores em comparação com aquelas chefiadas por homens. Em 2015, 29 por cento das pessoas viviam num lar chefiado por um único chefe de família do sexo feminino, ao mesmo tempo que compreendem 37 por cento dos pobres e 42 por cento dos extremamente pobres.

Igualmente preocupante, é a presença de grupos pobres excluídos, nas áreas rurais que não têm acesso a ativos produtivos e são também afetados pela coordenação insuficiente da produção rural e fracos arranjos logísticos e de marketing. As mulheres são particularmente afetadas, por exemplo, por direitos de terras pouco claras nas áreas irrigadas. As cadeias de valor mal coordenadas de agricultura e pescas são, em parte devido à falta de estratégias de apoio e eficazes, de acesso aos mercados de alto valor (como o mercado turístico) e desenvolvimento dessas cadeias de valor, por exemplo, através de uma melhor coordenação das partes interessadas, a melhoria da logística (incluindo cadeias de frio), e melhor manutenção dos padrões de qualidade. Por último, a fraca monitorização do desempenho de programas dirigidos aos pobres, impedem uma avaliação da sua eficácia e são uma barreira para o fortalecimento de programas que visam desenvolver a base de ativos dos grupos mais pobres. O Programa de Redução da Pobreza Rural IFAD/GoCV é um caso em questão.⁶⁷ Enquanto este

programa financiou investimentos substanciais na infraestrutura rural e é provável que tenha causado um impacto na redução da pobreza, informações concretas sobre as realizações e o impacto estão indisponíveis devido à falta de monitorização.

O ESPAÇO FISCAL É LIMITADO E A EXPOSIÇÃO À VOLATILIDADE DO COMÉRCIO É ALTA

As autoridades estão a enfrentar pressões elevadas sobre as finanças do setor público devido à fraca disciplina fiscal. A consolidação orçamental e o crescimento resultaram numa queda da dívida até 2008. Contudo, a dívida de Cabo Verde aumentou acentuadamente desde a crise financeira global em 2008, em parte devido a um aumento significativo nos investimentos públicos financiados pela dívida como parte da resposta contra cíclica do governo. Desde a crise, a dívida de Cabo Verde aumentou cerca de 70 pontos percentuais para 130 por cento do PIB em 2016 (ver figuras 29a e 29b). Exceto para 2014–2016, quando os movimentos adversos da taxa de câmbio representaram um aumento de aproximadamente 25 pontos percentuais no *stock* da dívida, a evolução da dívida do país esteve intrinsecamente ligada ao desempenho dos déficits primários. A desaceleração

do crescimento também não favoreceu a dinâmica da dívida do país.

Cabo Verde é altamente exposto à volatilidade do comércio. A sua estrutura de exportação concentra-se principalmente no turismo e depende de um pequeno número de países europeus. Isso expõe o país a choques de termos comerciais ou outros choques que impactam as atividades económicas na área do Euro. Durante a crise financeira global de 2008–2009, o país sofreu uma queda nas receitas do turismo e do IDE. Da mesma forma, a crise da pandemia de Ébola na África Ocidental de 2014 e 2015, reduziu as receitas do turismo em 1,7 pontos percentuais em percentagem do PIB (ver figura 30). O país também é fortemente dependente da importação de alimentos. Enquanto o país possui uma cobertura de reserva de seis meses de importações potenciais, isso poderia ser esgotado facilmente perante períodos prolongados de choque comercial.

A queda nas receitas do turismo tem um efeito significativo no bem-estar das famílias, de acordo com um exercício empírico usando um modelo de equilíbrio geral computável para Cabo Verde, que simulou uma queda nas receitas do turismo por viajante, de seu nível atual de US \$ 800 por chegada para US \$ 720.

FIGURA 29A. A dívida total aumentou acentuadamente (% do PIB)

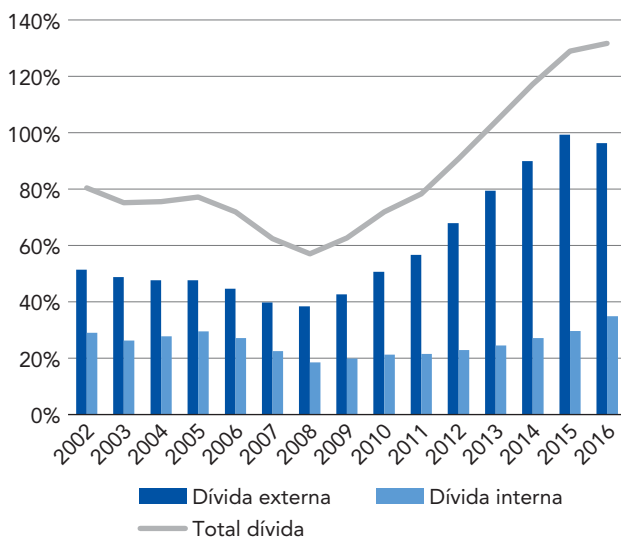


FIGURA 29B. A dívida de Cabo Verde é mais do que o dobro da média para os pequenos Estados e ASS (% do PIB)

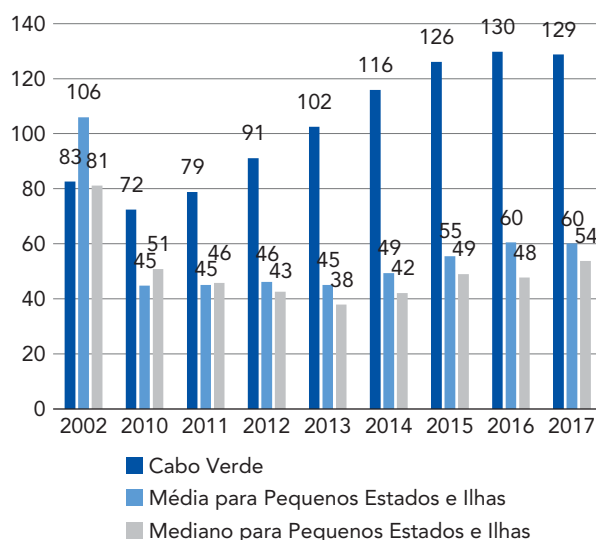
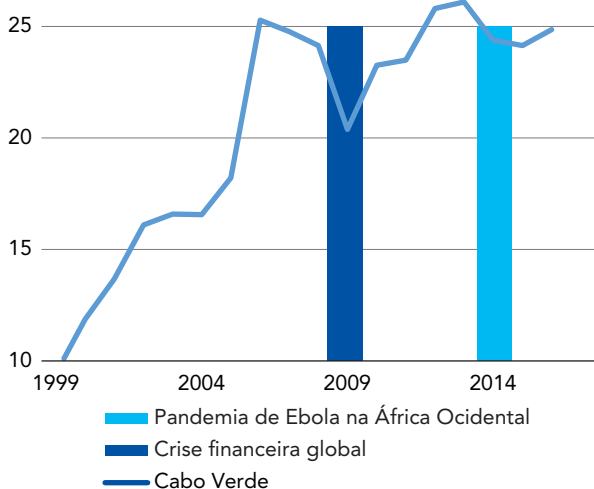


FIGURA 30. Receitas do turismo em Cabo Verde
(% do PIB)



Fontes: Indicadores de Desenvolvimento Mundial.

O impacto no PIB foi de 3,3% em 2030. O bem-estar das famílias foi negativamente afetado (-7,8%), mas o impacto foi sentido mais drasticamente no decil mais rico (-8,5%) do que nos agregados dos 40% mais baixo da distribuição de renda. (-7,6 por cento). Isto não é surpreendente, uma vez que os mais qualificados e em melhor situação tendem a ser empregados nos setores mais dinâmicos e orientados para a exportação da economia.

NOTAS

1. Ver INE 2015.
2. A Estratégia de Transformação Económica do governo de 2003 e sucessivos Documentos de Estratégia de Crescimento e Redução da Pobreza (DECRP) identificaram consistentemente sete agrupamentos a serem priorizados: (1) turismo; (2) transporte aéreo; (3) economia marítima, incluindo o transporte portuário e a pesca; (4) serviços financeiros; (5) TIC; (6) agricultura; e (7) produtos e serviços locais.
3. Sal e Boa Vista tiveram um aumento combinado de 3% em sua população para 7,1% da população total entre 2000 e 2010, em parte associada à migração interna de pessoas atraídas por empregos relacionados a turistas.
4. OCDE e OMC 2013.
5. O *stock* de capital é calculado usando o “método de stock perpétuo”, seguindo o procedimento de Hall e Jones (1999). O stock anual de capital é estimado com base nas informações sobre a formação bruta de capital fixo (FBCF) e taxa de depreciação de capital, onde o *stock* inicial de capital foi estimado utilizando os dados da FBCF inicial, a taxa de crescimento do estado estacionário e a taxa de depreciação do capital. A taxa média de depreciação do *stock* de capital foi estabelecida igual a 4,7% ao ano, com base nos dados da *Penn World Tables*.
6. Os dados sub-setoriais sobre o emprego não estão disponíveis antes de 2010. No entanto, são usadas as informações de emprego do censo de 2000, na análise para oferecer uma imagem global.
7. Esses setores são relativamente pequenos e altamente especializados. A análise considera os seguintes setores principais: a agricultura (incluindo a pesca, caça, silvicultura, mineração e pedreiras), produção, serviços públicos (eletricidade e água), construção, comércio (compreendendo

o comércio a grosso e a retalho e hotéis e restaurantes), transportes e comunicações (doravante referida como “transporte”), finanças, e “outros serviços” (incluindo a administração pública, educação, saúde, imobiliárias, alugueres e atividades empresariais e serviços comunitários, sociais e pessoais).

8. A apêndice C examina a ligação entre o crescimento económico da Cabo Verde e seus determinantes fundamentais em mais detalhes para entender os pontos de viragem (incluindo a quebra acentuada após a crise de 2008) na experiência de crescimento do país.
9. Isto é semelhante ao trabalho feito por Hausmann, Pritchett, e Rodrik (2005); Jones e Olken (2008); e Gebregziabher (2015); eles identificam episódios de mudanças sustentada das taxas de crescimento e examinam as explicações para tais transições.
10. Apesar de os investimentos rurais aparentam ter estimulado a redução da pobreza rural.
11. Flyvbjerg 2009.
12. Isto coloca Cabo Verde entre os primeiros 6 a nível mundial em termos de crescimento anualizado da renda média per capita dos 40% mais pobres, junto com a China, a Mongólia, o Paraguai, a Bolívia e o Butão (Portal da Pobreza e Dados).
13. A pobreza extrema, usando a PPC US \$ 1,90 por dia, caiu pela metade entre 2001 e 2007 (de 16 para 8% em 2007). O Estudo de Despesas Familiares do IDRF de 2015 sugere que a taxa de pobreza extrema baseada em PPC US \$ 1,90 por dia já está abaixo de 3% (o marco de referência para a erradicação). No entanto, existe alguma incerteza em torno da PPP 2011 para Cabo Verde. Portanto, propomos usar a definição nacional de pobreza extrema para projeções de pobreza neste SCD.
14. Em 2007, o RNB per capita cresceu 23 por cento, a medida que estudo dos agregados de 2007 foi realizado naquele ano.
15. Entre 2004 e 2015, o número de fazendas que utilizavam a irrigação, aumentou 21 por cento e o número de parcelas irrigadas por 18 por cento, de acordo com os censos agropecuários.
16. A análise de regressão mostra que, em média, as famílias, para quem as remessas são a principal fonte de renda têm níveis de despesa per capita que são 18 por cento mais elevadas do que outras famílias, mantendo outras características do agregado familiar o mesmo.
17. A elasticidade média de redução da pobreza extrema na SSA tem sido, tipicamente, entre 0,8 e 1,1. Ver Ram 2013.
18. Usando uma linha de extrema pobreza nacional de PPP US \$ 2,90 por pessoa por dia.
19. A prevalência da anemia em 2011 foi de 61 por cento entre as crianças menores de cinco anos, que é próximo da média para a ASS, mais alta do que seus pares estruturais (em outros países de renda média-baixa). Não existem dados recentes para a desnutrição.
20. Os últimos dados oficiais são de 1994, quando 7 por cento das crianças menores de cinco anos estavam abaixo do peso (desnutridas) e 21 por cento eram raquíticas. O relatório de 2015 dos ODM para Cabo Verde, coloca a proporção de crianças com baixo peso em 2009 em 3,9 por cento (Ministério das Finanças e Planeamento 2015). Uma estimativa oficial baseada em pesquisas estará disponível a partir dos dados da pesquisa do IDRF 2015 e da pesquisa DHS 2018.
21. Uma avaliação completa do ODM foi impedida devido à falta de dados.
22. Com base em evidências antes do IDRF 2015 tornar-se disponível, que sugeriu a desigualdade diminuiu.
23. Ilhas Maurícias, Seychelles, Maldivas e Santa Lúcia todos têm números acima de 90 por cento.
24. Longenecker e Barnum 2017.
25. Dados do Ministério da Saúde de 2015 sugerem que 90 por cento de todas as crianças abaixo de 1 ano tinham recebido todas as vacinas necessárias. No entanto, em alguns municípios este valor é muito mais baixo: Ribeira Grande de Santiago (47 por cento), S. Salvador do Mundo-Santiago (69 por cento), Sal (75 por cento), e S. Domingos-Santiago (79 por cento) (INE 2016, tabela 3.10.).
26. Indicadores de Desenvolvimento Mundial.
27. Atchoaréna, Da Graça, e Marquez de 2008.
28. 2015a Fórum Económico Mundial.
29. INE 2015.
30. De acordo com dados do Inquérito IMC 2013 (UNICEF 2015).
31. Batista, Lacuesta e Vicente, 2012.
32. Por exemplo, os emigrantes detêm 17 por cento das licenças dos investidores no sector do turismo.
33. Inforpress 2017.

34. OMS 2016.
35. Complementados por lesões (13 por cento).
36. Instituto para a Saúde Métrica e Avaliação 2012.
37. OMS 2016.
38. Ministério da Saúde 2015.
39. Comunicação do pessoal, Departamento da polícia, Praia.
40. ICIEG 2014.
41. Freedom House 2011.
42. BAD 2012.
43. Pedro Verona Pires, ex-Presidente da Cabo Verde, ganhou os EUA \$5 milhões do prêmio de governação *Mo Abraham African Governance Award* em 2011.
44. Consulte o *Center for Systematic Peace* para mais informações sobre as pontuações de política, base de dados e relatórios anuais.
45. Ver o Grupo Banco Mundial 2017.
46. Por exemplo *mudar para competir*, a Lei de Investimento, e REMPE (Regime Especial das Micro e Pequenas Empresas) visam melhorar o ambiente de negócios para as PME.
47. Banco Mundial 2013a.
48. O quadro jurídico para as Empresas Públicas foi reforçado no início de 2016 para oferecer orientações claras e limites das dívidas das empresas estatais, entre outros, as responsabilidades de comunicação de dados das empresas públicas para o estado, foram aumentadas para além de relatórios financeiros padrão de modo a incluir informações detalhadas da governação corporativa da empresa.
49. Ver Banco Mundial 2013a.
50. Costa 2013.
51. Costa 2013.
52. Mesmo que o PIB per capita tenha melhorado um pouco nos últimos anos.
53. Banco Mundial 2013c.
54. INE 2017a.
55. Santos 2017.
56. Dias 2015.
57. Alves 2014.
58. UNICEF 2013.
59. INE 2016, Tabela 60.
60. Afrobarometer R5 e R6 2011/13 2014/15.
61. De acordo com uma pesquisa (INE 2013) sobre práticas familiares, em 80 por cento das famílias, o cuidador primário era a mãe, seguido de 10 por cento onde era a avó, 6 por cento onde era outro membro da família, 3 por cento, onde era ambos os pais e 1 por cento onde era o pai.
62. Alguma diferença na experiência de trabalho existe, mas desempenha um papel menor.
63. De acordo com análise de decomposição usando os dados do Censo 2010; Ver Banco Mundial 2013a.
64. Por exemplo, mais de 90 por cento dos Cabo-verdianos acreditam que as mulheres devem ter a mesma oportunidade de serem eleitas para um cargo político como homens (Afrobarometer 2015).
65. Marone 2016.
66. Marone 2016.
67. Ministério da Juventude 2013.

Constrangimentos-chave

O capítulo anterior apresentou as conquistas passadas de Cabo Verde em termos de crescimento económico, a redução da pobreza monetária e não-monetária e o desenvolvimento de instituições para uma boa governação. Concluiu-se que os resultados obtidos em todas essas áreas têm sido impressionantes. No entanto, ele também observou o abrandamento do crescimento que o país tem experimentado desde 2009, e a emergência de grupos excluídos que, juntamente com a elevada dívida pública, expõe o país a riscos substanciais. Concluiu-se que o modelo de desenvolvimento do país necessita de ajuste.

Este capítulo apresenta um conjunto de restrições subjacentes que estão a causar os desafios atuais de Cabo Verde. Ele começa por apresentar um quadro analítico que identifica três condutores de redução da pobreza: aumento do crescimento económico, o reforço da inclusão social e a melhoria da resiliência. Estes têm guiado a análise dos constrangimentos vinculativos para a realização de oportunidades de Cabo Verde. O capítulo apresenta, subsequentemente os 11 constrangimentos que resultaram da análise.

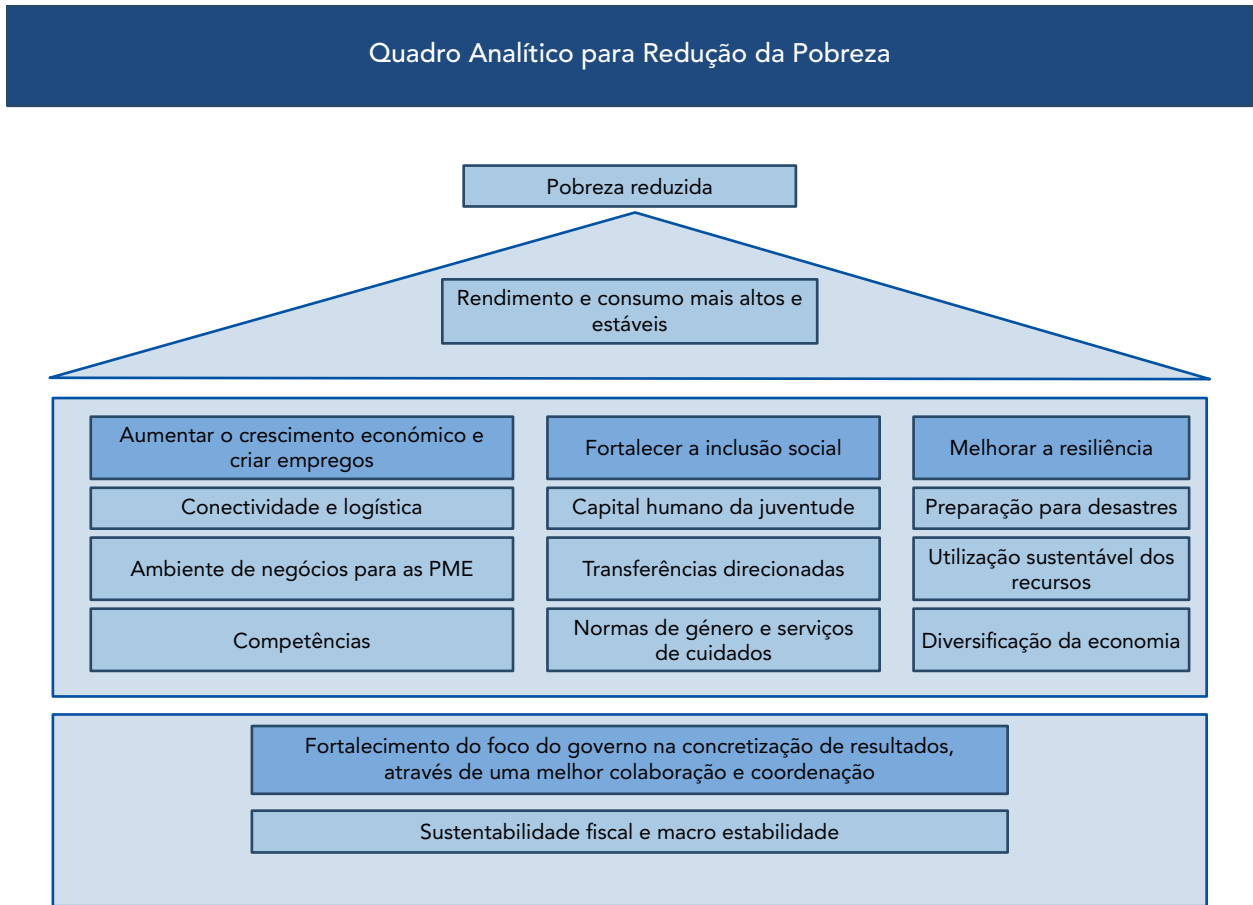
Quadro Analítico

Os constrangimentos chave para a realização do potencial de Cabo Verde, foram avaliados através de um quadro analítico que identifica três condutores de progresso em direção à redução da pobreza e aumento da prosperidade partilhada. A pobreza é aqui definida, por baixos níveis de consumo e soluções sustentáveis para a pobreza que exigem o levantamento da restrição orçamentária das famílias extremamente pobres por meio do crescimento da renda e aumentando a estabilidade da renda familiar. A prosperidade partilhada refere-se ao aumento dos níveis de consumo dos 40 por cento inferior. São também identificados os três condutores ou pilares para sustentar a redução da pobreza e aumentar ainda,

a prosperidade partilhada, a saber: (1) aumento do crescimento económico e a criação de postos de trabalho; (2) o reforço da inclusão social; e (3) melhoria da resiliência (ver figura 31).

O crescimento económico será essencial para completar o percurso de Cabo Verde no sentido de alcançar o estatuto de país de rendimento médio-superior, aumentando a renda familiar, e atingindo as metas individuais do Banco Mundial. Os constrangimentos chave aqui podem ser agrupados por conectividade, serviços logísticos/infraestrutura de comércio, o clima geral de investimento e as competências da sua força de trabalho. Em segundo lugar, a inclusão social exige que todos os grupos, incluindo grupos populacionais de baixa renda, jovens marginalizados e mulheres excluídas, beneficiem do desenvolvimento. Isto implica enfrentar os constrangimentos relacionados com a melhoria do seu capital humano, fortalecendo a transferência direcionada para o desenvolvimento dos seus ativos, e responder às necessidades das famílias em que uma mãe solteira é o único sustento. Em terceiro lugar, para melhorar a resiliência da economia e das famílias, a estabilidade macroeconómica é necessária, bem como o uso sustentável dos recursos e uma economia diversificada. A realização do crescimento económico, a inclusão social e o desenvolvimento de resiliência, todos requerem o fortalecimento do funcionamento e da concentração do governo, incluindo a melhoria da colaboração entre os órgãos do governo com o setor privado. Estas tarefas atravessam os três pilares, juntamente com a necessidade de fazer face à elevada dívida pública para manter a estabilidade macroeconómica

A abordagem adotada neste SCD, para identificar os constrangimentos mais importantes que impedem Cabo Verde de realizar as suas oportunidades, depende da avaliação comparativa sistemática dos indicadores-chave de desempenho contra os pares desejáveis do país. Além disso, uma revisão de estudos existentes, entrevistas com especialistas, e uma análise dos

FIGURA 31. Quadro analítico para a redução da pobreza

dados disponíveis foram utilizados para avaliar o impacto que a remoção desses constrangimentos teriam sobre os objetivos individuais. As opiniões dos especialistas técnicos do Banco Mundial foram usadas para priorizar ainda mais e afinar a lista dos 11 constrangimentos principais. Os constrangimentos são agrupados em cinco grandes categorias: falta de capital humano, conectividade fraca, riscos para a estabilidade macroeconómica, baixo desempenho do setor público e a falta de resiliência.

Constrangimento de Capital Humano

A melhoria do capital humano será de vital importância para a concretização dos caminhos de prosperidade económica de Cabo Verde, para a manutenção da redução da pobreza e para o combate à exclusão social. As seguintes restrições específicas são identificadas.

ABANDONO ESCOLAR DO ENSINO SECUNDÁRIO RELATIVAMENTE ALTO

Embora superior à maioria dos outros países Africanos, as taxas de conclusão do ensino secundário são inferiores aos pares desejáveis de Cabo Verde. Isto apesar do ensino primário ser universal e a existência de taxas relativamente elevadas, de transição para o ensino secundário (85 por cento). A percentagem de repetentes nos primeiros anos do ensino secundário é elevada (23 por cento), enquanto que a taxa de manutenção até o último ano do secundário inferior é de apenas 77 por cento, aproximadamente 8 pontos percentuais mais baixos do que os padrões internacionais. As razões para não terminar o ensino médio incluem: (1) a aprendizagem inadequada na escola primária; (2) curriculum inadequado e baixa qualidade dos serviços educacionais que não motivam suficientemente os alunos adolescentes; (3) ausência de pais e falta de serviços de cuidados acessíveis, que levam à falta de supervisão das crianças por um adulto; (4) falta de

oportunidades para adolescentes grávidas/mães adolescentes, de permanência na escola; (5) falta de recursos domésticos para pagar a escola (incluindo transporte); e (6) a falta de perspectivas de emprego para os jovens que abandonam a escola, minando a motivação. São necessárias pesquisas adicionais para confirmar que estes são de fato, as razões mais importantes que levam as crianças a não concluírem o ensino secundário.

A gravidez na adolescência é relativamente alta,¹ o que limita a capacidade de muitas jovens mulheres completarem o ensino secundário e prepararem-se para o mercado de trabalho. As adolescentes grávidas ou que deram à luz, são proibidas de continuarem a escola secundária, prejudicando a capacidade delas desenvolverem o seu capital humano e encontrar trabalho condigno. Uma análise recente da prestação de serviços nos Centros de Saúde (2015)² mostra que os serviços para os adolescentes e jovens são subutilizados. O constrangimento associado com a baixa demanda, incluem a má adaptação do espaço físico e prestação de serviços. O método usado continua a concentrar-se na gravidez e prevenção de infecções sexualmente transmissíveis, em vez de abordagens mais positivas e holísticas.

FALTA DE COMPETÊNCIAS

A qualificação inadequada da força de trabalho é um dos principais entraves para o comércio: 40 por

cento das empresas identificaram isso como um grande constrangimento (ver figura 32a). A qualidade da força de trabalho, especialmente nas competências centrais (matemática, ciências, e curso de línguas) de candidatos a emprego, além do desalinhamento entre a oferta do ensino e as necessidades do mercado de trabalho atual e futuro, são restrições prioritárias que precisam ser atacadas daqui para frente. Muitos estudantes que concluem o ensino, não possuem competências suficientes para satisfazer as necessidades de um setor de serviços competitivo. Os esforços para tratar esta lacuna não produziram resultados suficientes. Notavelmente, o ensino técnico e formação profissional tem baixa cobertura e representa apenas 5 por cento das matrículas do nível secundário, não se encontrando integrado no sistema de ensino e não atendendo às demandas do mercado de trabalho. Uma melhor articulação entre a oferta e diversidade do curso geral e TVET, é especialmente importante neste contexto.

Não existem padrões de qualidade reconhecidos e executados em todo o sistema, e existem dificuldades consideráveis no ensino das disciplinas nucleares (matemática e Português). Isto também foi constatado nos testes de acesso da Universidade de Cabo Verde para 2013, com o mau desempenho nas áreas de matemática, física e química (com pontuação média de 4 em 20) e em Português (pontuação média de 6 em 20). Está a faltar a coordenação institucional

FIGURA 32A. Percentagem de empresas que identificam uma força de trabalho adequadamente formada como um grande constrangimento (%)

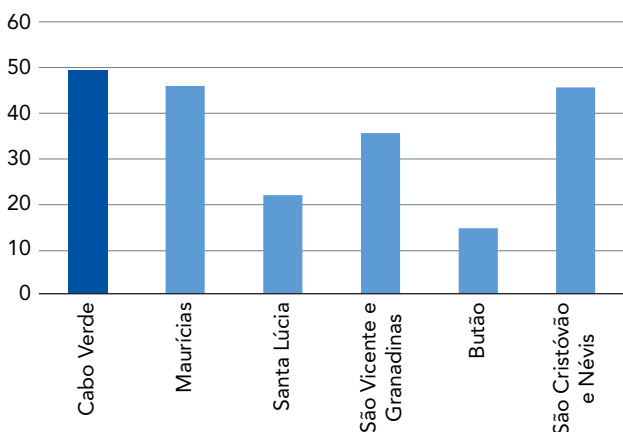
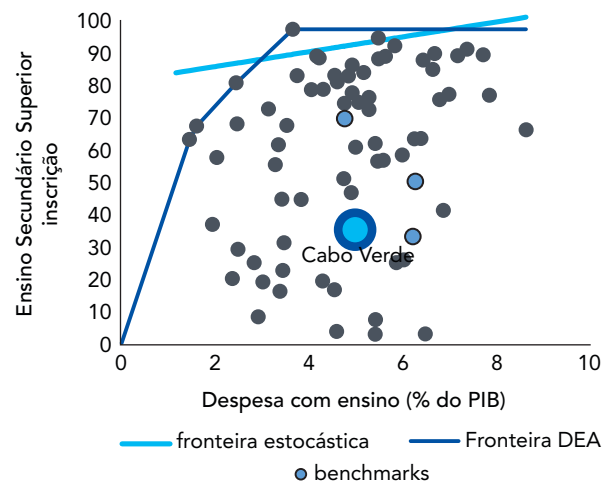


FIGURA 32B. Fronteira dos países na eficiência do ensino, o último valor disponível (Cabo Verde é o grande ponto em vermelho)



Fontes: WBG Enterprise Surveys and World Development Indicators
 Nota: Data Envelop Analysis (DEA) é usada para a estimativa não paramétrica de fronteiras de eficiência.

entre todos os intervenientes a vários níveis, e a oferta de educação TVET sofre de baixa diversificação, com foco na construção civil e serviços turísticos. Isso traduziu-se num suprimento insatisfatório de trabalhadores para o mercado de trabalho, muitas vezes em desacordo com as necessidades concretas das empresas Cabo-Verdianas. O ensino superior tem relevância limitada para o mercado de trabalho, com 70 por cento dos estudantes universitários matriculando-se em ciências humanas e sociais. Uma maior contratação e flexibilidade da redundância através do Código do Trabalho alterado, também constitui um pilar fundamental para aumentar a competitividade do mercado de trabalho formal.

A qualidade da prestação de serviços de ensino varia entre escolas e há grandes disparidades na quantidade de recursos que uma escola recebe. A proporção nacional aluno-professor é de 17,8, mas varia de 7 a 25 por escola. Estima-se que 23 por cento dos professores no nível secundário não têm o equivalente a um diploma de bacharel, mas essa proporção varia de 11 a 75 por cento em todas as escolas, o que sugere uma variação elevada em condições de aprendizagem para os alunos. A maioria das escolas secundárias urbanas estão bem equipadas em termos de biblioteca, escritórios, refeitório e instalações desportivas, mas as escolas rurais são supostamente menos bem equipadas.

Os alunos do ensino secundário devem pagar propinas de acordo com o seu rendimento familiar e nível de ensino. Os alunos mais desfavorecidos (11 por cento) recebem ensino gratuito. Entretanto 90 por cento das taxas cobradas permanecem a nível da escola, enquanto 10 por cento vai para a administração central e para os serviços desconcentrados. Isto causa impactos negativos na equidade, uma vez que as escolas que inscrevem populações desfavorecidas têm menos recursos e não há compensação por parte do Estado. Os resultados do ensino em relação ao montante gasto, são mais baixos do que a maioria dos outros países, em particular para o ensino secundário (ver figura 32b). O sistema de ensino de Cabo Verde pode também beneficiar do aumento de recursos para a melhoria pedagógica.

As ligações fracas entre o ensino e o trabalho, e a ausência de estágios impedem os estudantes de adquirir competências adequadas que atendam às necessidades de uma economia de serviços. Além disso, o sistema de ensino não encoraja suficientemente a capacidade empresarial e poucos alunos podem criar o seu próprio emprego após a sua licenciatura. As escolas de hotelaria

e turismo de Cabo Verde não conseguem resolver todas as necessidades da indústria do turismo, especialmente para as áreas básicas de hotelaria, tais como serviços de mesa, limpezas e pequenas reparações. Além disso, conforme mencionado, muitas dessas escolas são inacessíveis para famílias de baixo rendimento. O governo de Cabo Verde está atualmente realizando várias medidas para resolver os problemas mencionados acima.

Os aumentos nos níveis de escolaridade poderia aumentar o PIB com consequências distributivas progressistas gerais, conforme sugerido por um modelo de equilíbrio geral global.³ Para o caso de Cabo Verde, ainda não foram vistos os aspetos distributivos desta política, à medida que seriam em grande parte dependentes de quem pode ter acesso aos sistemas de ensino secundário e superiores. Se o acesso a níveis mais elevados do ensino continua a ser largamente determinado pelo status de rendimento, então, os efeitos globais, embora mantendo-se positivo nos agregados, podem ainda ser menos vantajosos para os pobres.

As normas sociais discriminatórias contra as mulheres, deixa-as com uma parcela desproporcional de deveres dos cuidados domésticos e da criança, impedindo-as a realizarem o seu pleno potencial, contribuindo para a economia, ou melhorando as suas condições de vida. A análise sugere que, fechando a disparidade do género na participação no mercado de trabalho, poderia aumentar o PIB até 12 por cento.⁴ Se este constrangimento não for atacado, a redução da pobreza extrema para os 42 por cento das crianças *extremamente* pobres que vivem numa casa que é dirigida por um único chefe de família do sexo feminino, será difícil de alcançar.

Ligações Restritas

Como um arquipélago constituído por nove ilhas habitadas que estão dispersas e rodeadas por mares agitados, a ligação entre as ilhas é uma restrição importante para libertar o potencial de Cabo Verde. É essencial para todos os três pilares da redução da pobreza e prosperidade partilhada, apresentados acima: reforçarem o crescimento económico, abordarem a inclusão social e desenvolverem a resiliência. A melhoria dos serviços de transportes, das TIC, e da eletricidade é necessária para integrar o mercado interno de bens e do trabalho, e permitir aos produtos rurais e trabalhadores de todo o arquipélago, um melhor aproveitamento da indústria do turismo. Embora a diversificação do setor do turismo ofereça

oportunidades importantes para o progresso, isso não será possível sem o fortalecimento das ligações. A melhoria do transporte, das TIC, e da prestação da energia elétrica, apresentam-se também como uma promessa importante para reforçar a qualidade do ensino e cuidados de saúde.

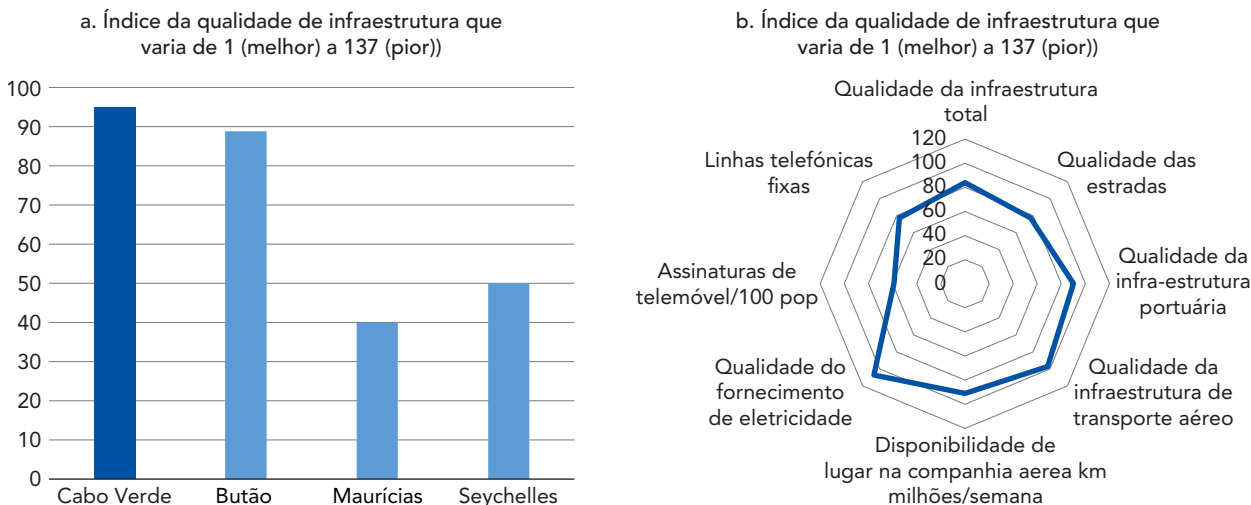
FALTA DE TRANSPORTES INTER-ILHAS CONFIÁVEIS

A geografia económica peculiar do país coloca enormes desafios do ponto de vista do desenvolvimento de infraestrutura. O território fragmentado exige que as infraestruturas principais, tais como estradas, eletricidade e portos sejam duplicadas, aumentando os custos de construção e de manutenção. Apesar das melhorias após grandes investimentos durante os últimos 15 anos, a oferta global e a qualidade da rede de infraestrutura continuam a ser insatisfatória, inferior aos países pares de Cabo Verde, e possivelmente limitando os retornos sobre o investimento do sector privado (ver figura 33a). O Índice de Competitividade Global de 2017 classifica a infraestrutura inadequada como o 5º maior fator problemático para o país; a avaliação do *Doing Business* para Cabo Verde aponta para problemas semelhantes. O país ocupa o 95º entre 137 países no índice de qualidade da infraestrutura, e muitas das suas sub-pontuações são entre 80 e 100, exceto pelas assinaturas de serviço móvel. Os custos de transporte marítimo inter-ilhas são elevados, corroendo a vantagem

competitiva de horticultura, laticínios e produtos da pesca local e interrompendo as suas cadeias de suprimentos. A diversificação do turismo requer serviços de transporte inter-ilhas eficientes e confiáveis. Uma restrição chave, é a baixa capacidade do governo de regulação do setor e de desenvolver e gerir concessões de transportes. Cabo Verde tem também, pontuações relativamente baixas na qualidade do fornecimento de eletricidade (ver figura 33b), que é em parte devido ao planeamento e à gestão inadequados, do setor.

A rede rodoviária é densa em comparação com a média regional, mas os altos custos de manutenção ameaçam a conectividade das comunidades rurais e isoladas. Cabo Verde tem investido fortemente na rede rodoviária atual, que consiste de cerca de 1.350 quilómetros de estradas espalhadas entre as suas nove ilhas habitadas. Existem atualmente 334 km/1.000 km² comparado a 81,5 km/1.000 km² para a África, como um todo, constituído por estradas principais, estradas secundárias e estradas municipais e faixas. O Banco Mundial estima que o valor da infraestrutura rodoviária de base do país, é de aproximadamente US \$ 535 milhões (acima de 31 por cento do PIB). Este rácio de valor da estrada relativamente ao PIB, é moderadamente elevado quando comparado à média Africana (25 por cento). No entanto, dada a sua conformação geográfica única (encostas íngremes e terreno instável e quebradiço propício a deslizamentos e quedas de pedras), a rede rodoviária apresenta altos

FIGURA 33. Relatório de Competitividade Global, 2017–2018: indicadores de qualidade de infraestrutura



Fonte: Fórum Económico Mundial de 2017.

Nota: As pontuações são classificadas numa escala de 1 (melhor resultado) a 137 (pior resultado).

custos de manutenção e não tem a capacidade para tolerar grandes volumes de tráfego. As comunidades rurais são particularmente suscetíveis. Além disso, as estruturas de drenagem são atualmente inadequadas para suportar chuva pesadas.⁵

Para atender o objetivo do governo, de transformar Cabo Verde num centro logístico internacional, será essencial corrigir as deficiências estruturais na infraestrutura marítima existente. Apesar das conquistas significativas, a qualidade do transporte marítimo inter-ilhas não está a cumprir os requisitos para uma economia dinâmica de serviços.⁶ As deficiências incluem (1) uma frota mercante e de passageiros ultrapassada; (2) infraestrutura portuária com necessidade de modernizar e; (3) uma rede de infraestrutura intermodal limitada e logística fraca. Embora o governo tenha privatizado o transporte inter-ilhas, a frota marítima permanece parcialmente obsoleta e não se adaptou ao tráfego inter-ilhas, prestando serviços insuficientes e pouco confiáveis. Isto manteve os custos do transporte marítimo inter-ilhas altos, corroendo a vantagem competitiva dos produtos de nicho de mercado locais, incluindo produtos hortícolas entre as várias ilhas, o que constitui uma barreira chave para uma maior integração da economia nacional. Diversificar o turismo longe dos destinos de mar, sol e areia (Sal e Boa Vista) de Cabo Verde requer serviços de transporte inter-ilhas eficientes e confiáveis para outras ilhas, como Fogo, Santo Antão e São Vicente. O Índice de Competitividade Global 2017 atribui a Cabo Verde uma pontuação de 90 na qualidade de infraestrutura portuária (ver figura 33b), o que está acima (e, portanto, pior do que) de seus pares como as Maurícias (65) e as Seicheles (53).

Cabo Verde é fortemente dependente de serviço aéreo para o seu transporte nacional e internacional. O mercado do transporte aéreo doméstico do país aparenta ser maior em relação aos seus vizinhos da África Ocidental, devido à utilização do transporte aéreo para interligar o arquipélago, contando com 2,4 assentos disponíveis per capita, em comparação com 0,2 assentos no Senegal.⁷ O país possui quatro aeroportos internacionais e três aeródromos, mas o serviço de transporte aéreo de cargas e passageiros ainda é insatisfatório.

A companhia aérea nacional TACV tem sido um fardo significativo no orçamento, com apoio financeiro

recorrente do governo. Além disso, a dívida acumulada da companhia está avaliada em torno de 90 milhões de euros, a curto prazo, enquanto os ativos valem somente 5 milhões de euros. Padece ainda do problema de excedente de funcionários e custos fixos excessivos. Ao longo dos anos, as más decisões administrativas têm concorrido para intensificar as fraquezas, sendo que repetidas avaliações concluíram que a empresa não tem futuro como uma entidade independente, e que provavelmente continuará a representar um grande problema na receita do governo. A Binter Airlines começou a operar nas rotas domésticas em 2016, substituindo a TACV. Paralelamente, as autoridades têm procurado investidores do setor privado para assumir os negócios internacionais da TACV.

A revisão da governação dos sectores-chave como o transporte marítimo e aéreo, será a chave para superar o transporte inter-ilhas, atualmente incerto e caro. As concessões do governo para os serviços de transporte marítimo inter-ilhas, precisam de assegurar que existe uma partilha adequada dos riscos entre o sector público e privado, e que a concessão é justa e equilibrada. Isso reduziria os custos de transação para os produtos domésticos, serviria as cadeias de abastecimento e catalisaria a criação de um mercado nacional dinâmico. A busca de parcerias público-privadas para explorar um maior número de oportunidades e aumentar a eficiência na infraestrutura de serviços, como exemplificado pelo sucesso da empresa de produção de energia eólica Caboeólica, continua a ser uma avenida com elevado potencial.

INFRAESTRUTURA DAS TIC INADEQUADA

Um setor das TIC que funcione bem é essencial para concretizar a ambição de Cabo Verde de se tornar num centro de serviços, e tem um enfoque particular no PEDS 2017-2021. Um sector das TIC que funcione bem será crucial para Cabo Verde melhorar a prestação de serviços do governo, incluindo a educação e a saúde, tornar a logística dos transportes mais eficiente e oferecer serviços de valor acrescentado ao seu setor do turismo. O acesso à Internet e às tecnologias digitais pode fornecer “dividendos digitais” substanciais, ou seja, o desenvolvimento mais amplo se beneficia do uso dessas tecnologias. Em muitos casos, as tecnologias digitais impulsionaram o crescimento,

ampliaram as oportunidades e melhoraram a prestação de serviços. É importante garantir que os impactos sejam distribuídos uniformemente entre os grupos populacionais.⁸

O acesso à Internet de banda larga é generalizado e o sector beneficiou de reformas recentes. Porém, a largura de banda disponível por usuário continua relativamente baixa, representando (17.000 bits por segundo),⁹ que é cerca de metade do montante disponível para usuários nas Ilhas Seychelles ou nas Maurícias. Cabo Verde ocupa atualmente a 4ª posição em África, estando atrás das Maurícias e Seychelles (ver tabela 2) e na 97ª posição no índice global de desenvolvimento das TIC. O arquipélago foi dos primeiros países da África Sub-sariana a conectar-se ao cabo submarino Atlantis-2, no ano 2000, porém a capacidade instalada na altura revela-se agora insuficiente. O Plano de acesso à internet é barato (1Gb com 2Mgbits/segundo), o que destaca Cabo Verde dos seus peers. A banda larga móvel é igualmente barata, fazendo com que a assinatura seja comum com rácios de 73 por cada 100 habitantes (contrastando com Seychelles que é de 19 por cento e Maurícias, de 37 por cento). No entanto, apenas 43 por cento da população utiliza internet (comparativamente a Maurícias 50 por cento e Seychelles 58 por cento) e somente 27 por cento dos lares tem internet fixa (Seychelles e Maurícias contabilizam 60 por cento).¹⁰

Existem, no entanto, problemas com o acesso e a qualidade da infraestrutura das TIC, e a regulação é fraca. A principal dificuldade em Cabo Verde, é a sustentabilidade da concorrência no sector das TIC, devido a fragilidades da regulação do sector, que na

maioria das vezes reage a práticas anticompetitivas. O atual contrato de concessão para a gestão, manutenção e comercialização da Rede de Infraestrutura Pública pode precisar de alterações de modo a reforçar a competitividade do setor de telecomunicações do país. O acesso à Internet 3G é atualmente assegurado por duas operadoras móveis. A empresa que detem a concessão de operar a Rede de Infraestrutura Pública – Cabo Verde Teelcom – presta também serviços no sector, o que lhe dá uma vantagem pois permite-lhe alavancar o negócio e discriminar os concorrentes. A revisão deste acordo é crucial para garantir oportunidades iguais no mercado e favorecer a competição, critério fundamental para a inovação.

A governação setorial das TIC precisaria ser revisitada para esclarecer o papel e as responsabilidades dos atores do setor. É necessário que o governo atualize a estratégia nacional para a economia digital (“Cabo Verde Digital”) que estabeleça orientações políticas mais claras para promover a concorrência e que estabeleça um modelo de governação melhorado para o setor das TIC. A estratégia comprometeria o governo com os princípios do aprofundamento da liberalização do setor de Internet de banda larga, de acordo com as melhores práticas internacionais, e também criaria um órgão de governação para o setor de TIC, que reúne intervenientes tanto públicos quanto privados, cujo papel seria fazer recomendações ao governo sobre as questões fundamentais do setor, inclusive sobre a implementação da estratégia em todas as suas dimensões.

O desenvolvimento da e-governação tem sido uma prioridade para o governo desde 2003, embora ainda

TABELA 2. Indicadores de acesso e de utilização em países selecionados de África

	Assinaturas móveis per 100 habitantes	Assinaturas ativas de banda larga móvel por 100 habitantes	Porcentagem de indivíduos usando a Internet
Maurícias	140.6	37.0	50.1
Seychelles	158.1	19.1	58.1
África do Sul	159.3	59.5	51.9
Cabo Verde	127.2	72.9	43.0
Côte d'Ivoire	119.3	40.4	21.0
Senegal	99.9	26.4	21.7
Nigéria	82.2	21.0	47.4
Quênia	80.7	15.5	45.6

Fonte: ITU 2016.

não tenha sido realizado nenhum impacto significativo. O objetivo é desenvolver software para exportação, especialmente na governação eletrónica e integrada. Os esforços são guiados pelo órgão estadual para a sociedade da informação (NOSI). No entanto, em 2016 Cabo Verde foi classificado no 103º lugar globalmente no Índice de E-Governo das Nações Unidas, e, apesar dos progressos, a sua infraestrutura das TIC continua atrás de seus pares desejáveis. Atualmente, o desafio é saber se o setor privado tem a capacidade de competir de forma sustentável, uma vez que a inovação no setor foi introduzida, principalmente pelo NOSI. Existem poucos trabalhadores qualificados no setor e ainda há muito trabalho a fazer em termos de cultivar as condições para o desenvolvimento de uma cultura de inovação que ajude os empresários a formularem e desenvolverem ideias e projetos.

FRACA GESTÃO DO SETOR DA ENERGIA

O acesso à eletricidade quase que dobrou, de 50 por cento em 2000 para 95 por cento atualmente; investimentos recentes começaram a contribuir para uma melhoria significativa na qualidade dos serviços de energia elétrica, refletida na diminuição dos cortes na energia fornecida. Por exemplo, na Praia, a duração média de interrupção caiu de uma média de 39 horas por ano em 2011 para menos de 5 horas por ano em 2016. Porém, algumas famílias, principalmente de baixa renda, nas zonas rurais mais afastadas, continuam sem ligação à rede.

Os custos de energia e dessalinização da água potável são os mais altos da África, representando 0,25/0,33 dólares americanos por kw e 3,16 usd por m³ respetivamente para uso residencial.¹¹ Os custos elevados são causados por pequenos sistemas isolados (cada ilha tem a sua própria rede independente, incapaz de aplicar economias de escala), alta distribuição e perdas na rede, em torno de 25 por cento (um alto nível por padrões regionais—para ASS é de 12%) e dependência de combustíveis fósseis importados para geração de eletricidade (cerca de 80%). Em Santiago, as perdas atingiram 38% em 2016 (de 32% em 2015). Isto deve-se principalmente a perdas muito elevadas na cidade da Praia, onde o roubo de energia é desenfreado, apesar de ter sido aprovada legislação que criminaliza o roubo de energia.

O desempenho comercial muito fraco da ELECTRA, está a prejudicar a capacidade da concessionária de manter a rede, o que terá impactos a médio prazo. O planeamento sistemático dos investimentos é necessário em todos os segmentos da cadeia de fornecimento de eletricidade para responder à demanda, garantir a qualidade e confiabilidade e desenvolver a geração de eletricidade de menor custo. Um setor de energia eficiente e que funcione bem, será crucial para reduzir os custos energéticos a fim de melhorar o clima de negócios e tornar a energia, a água para o consumo e irrigação mais acessível para as famílias pobres.

As elevadas perdas comerciais refletem também uma fraca capacidade de monitorizar o consumo e os pagamentos a nível dos consumidores de eletricidade. Os lucros retidos da ELECTRA foram negativos em US \$ 76 milhões em 2016, resultando em património líquido negativo. Além disso, a ELECTRA detém o maior stock de dívida garantida pelo governo, embora não necessite de garantias ou qualquer outra forma de apoio governamental desde 2013. Outra área de preocupação é o grande stock de passivos correntes (aproximadamente US \$ 55 milhões, datado de final de 2016) e contas a receber pendentes (aproximadamente US \$ 30 milhões, datado de final de 2016), mas os atrasos do setor público diminuíram notavelmente (de US \$ 19 milhões em 2012 para US \$ 4 milhões em 2016). Até 2015, um acordo de desempenho entre a ELECTRA e o governo estabeleceu metas financeiras e operacionais. No entanto, a ELECTRA não conseguiu cumprir as metas comerciais e o governo não aplicou “penalidades” pelo incumprimento. O novo governo atual rescindiu o contrato de desempenho em 2016 para atualizar novas metas, mas ainda não foi concluído. Em 2017, o governo decidiu privatizar a ELECTRA e estabeleceu um caminho para implementar uma série de medidas—programa de proteção de receita, contabilidade regulatória, sondagem de mercado etc.—propício à privatização até o final de 2019.

A produção de energia e sua introdução na rede, em Cabo Verde, é feita sobretudo por combustíveis fósseis, estando o Governo a trabalhar para atingir uma taxa de penetração de energia renovável de 50%, até 2020. O compromisso político com a energia renovável já se traduziu em investimentos significativos em geração renovável. A geração renovável passou de menos de 2% do *mix* de geração da concessionária em 2010 para cerca de 22% em 2014, principalmente devido

ao primeiro grande investimento em energia eólica na África a ser desenvolvido e operado de forma privada por um produtor de energia independente. No entanto, o aumento da energia renovável no cabaz energético de Cabo Verde, continua a ser limitado pela falta de escala, pela necessidade de procedimentos para o acesso à rede, pela geração distribuída e pela incapacidade do governo para lançar e supervisionar o produtor independente de energia renovável. Há falta de estratégia para o desenvolvimento de um programa de eficiência energética em Cabo Verde, o que poderia contribuir para reduzir a demanda de pico e reduzir a necessidade de capacidade instalada adicional.

Riscos para a Estabilidade Macroeconómica

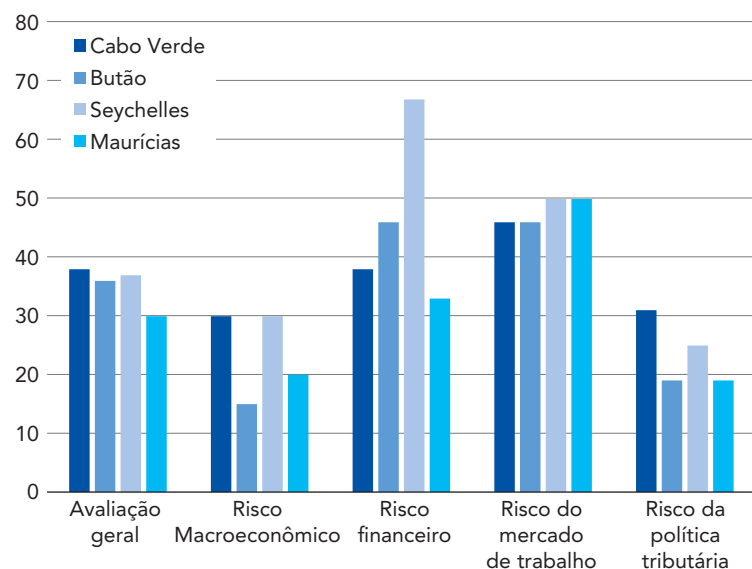
Cabo Verde está em alto risco de sobre-endividamento, o que limita os gastos do Governo e a sua capacidade de responder a choques externos. A exposição do país a choques económicos adversos é substancial, mesmo quando comparada a outros SIDS. Com uma

dívida pública de aproximadamente 127% do PIB, Cabo Verde está entre os países mais endividados do continente. O progresso nas reformas da gestão da dívida também tem sido lento, apesar de amplo consenso de que isso é crucial. Como muitos SIDS, o país tem uma economia aberta e pouco diversificada e um mercado de exportação restrito, que o expõe à volatilidade económica e enfraquece sua resiliência a choques nos termos de comércio.

DÍVIDA ELEVADA

A dívida pública de Cabo Verde continuou a aumentar, apesar da consolidação orçamental nos últimos anos, limitando o espaço fiscal para a realização de despesas nas áreas sociais. Embora tenha-se observado um crescimento económico desde 2016, e o défice primário que registou uma média de 8,5 por cento do PIB entre 2009 e 2016, tenha vindo a diminuir desde 2013, o risco macroeconómico de Cabo Verde é superior ao das Maurícias e das Seychelles (ver figura 34a, segundo conjunto de quatro colunas). A dívida pública continua elevada e o risco de sobre-endividamento é alto (ver figura 34b). Isso representa

FIGURA 34A. Os indicadores de risco

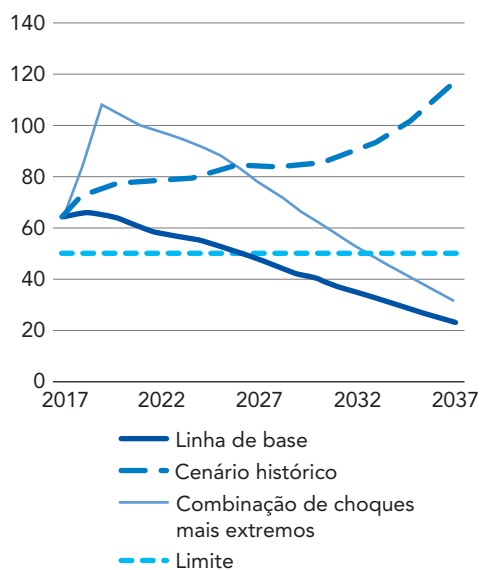


Fontes: Cálculos de FMI e WBG.

Nota figura 34a: O índice de risco vai de 0 (risco zero) a 100 (risco máximo).

Nota figura 34b: "Choque extremo" refere-se ao teste de stress mais extremo que inclui um choque ao PIB e à taxa de câmbio. Este caso baseia-se na presunção de uma depreciação de 30 por cento na taxa de câmbio. As previsões de "base" referem-se a um caso *business-as-usual* sem reforma. O cenário "histórico" tem em conta o desempenho fiscal relativamente à história.

FIGURA 34B. Valor presente da relação dívida-PIB



uma grande restrição ao modelo de desenvolvimento existente no país, que requer investimento significativo de capital, pelo estado. Dado o nível de endividamento e os desafios de sustentabilidade, as autoridades procuraram conter a situação ao racionalizar a sua carteira de investimentos.

Enquanto a dívida de Cabo Verde é esmagadoramente concessional, o que manteve o serviço da dívida baixo, as fraquezas nas práticas de gestão fiscal e da dívida causam preocupações de sustentabilidade. Mais de 75 por cento da dívida de Cabo Verde é externa, com instituições multilaterais representando cerca de 50 por cento. Os empréstimos bilaterais e comerciais (principalmente de Portugal) são semi-concessionais, com vencimentos originais de 20 anos e taxas de juros entre 1,4 por cento e 1,7 por cento.

O portfólio da dívida interna de Cabo Verde é composto principalmente por Obrigações do Tesouro, que tem ajudado a manter o rácio do serviço da dívida/exportação um pouco abaixo dos 10 por cento. No entanto, o nível da dívida criou muita incerteza nas perspectivas da economia. Isso prejudica o IDE, e muito provavelmente irá aumentar o custo do crédito na economia. A situação tornou-se precária, uma vez que o governo tem sido repetido e inesperadamente chamado a cobrir as despesas operacionais das empresas públicas insolventes provenientes do orçamento.¹² Em 2016, este apoio aproximou-se dos 2 por cento do PIB. O problema é ainda agravado por deficiências nas práticas de gestão das dívidas existentes. As autoridades têm vindo a preparar uma estratégia básica de gestão da dívida a médio prazo, mas não chegaram a elaboração de um Plano Anual de Financiamento para ajudar na sua implementação e seguimento. Existe ainda, espaço para melhorias para tornar a notificação da dívida pública mais orientada para o risco e focado em conformidade com a estratégia.

Os riscos macroeconómicos estão a aumentar, exigindo uma administração fiscal prudente para evitar uma crise. Dados os níveis de endividamento existentes e os riscos significativos no setor de empresas estatais, há uma necessidade urgente de conter o processo de geração de dívida. O desempenho das empresas estatais varia, mas, no geral, a gestão das empresas públicas tem sido deficitária, com algumas entidades exigindo assistência do orçamento, minando a já

frágil situação fiscal. No final de 2016, o stock total de dívida das três maiores empresas estatais atingiu 34% do PIB (US \$ 550 milhões), com a maior dívida das empresas de habitação social, eletricidade e companhias aéreas. A companhia aérea nacional (TACV) é o maior risco, dado que representa o maior encargo para o orçamento e continua a necessitar de apoio financeiro do governo. O último relatório sobre passivos contingentes do Ministério das Finanças (2016) classifica as dívidas da TACV como de alto risco, dado o seu fraco desempenho operacional e financeiro e as perspectivas de lucro no curto a médio prazo. Outras empresas estatais também solicitaram apoio direto das autoridades para lidar com os seus problemas de fluxo de caixa.¹³ As perdas persistentes para algumas dessas entidades são cobertas por transferências financeiras, garantias e/ou acumulação de atrasos com fornecedores. Em alguns casos, eles também podem contrair dívidas sem garantias. Portanto, os passivos contingentes efetivos gerados são muito mais altos do que a dívida da Empresa Estatal oficialmente garantida pelo Estado. O governo simplesmente não tem capacidade para continuar resgatando empresas estatais deficitárias, e precisa urgentemente e implementar medidas para melhorar seu desempenho operacional e financeiro para reduzir sua carga fiscal.

As autoridades publicaram planos para alienar a participação em 23 empresas estatais para reduzir o risco fiscal e controlar os saldos do setor público sem deixar de promover uma maior participação do setor privado na economia. A lista das entidades anunciadas em 2017 inclui a TACV, as empresas de eletricidade e de telecomunicações, portos e outros. Muitas dessas entidades têm estado a aguardar a sua privatização durante décadas o que sugere a falta de consenso político e/ou social sobre quais os serviços o Estado deve abrir mão de fornecer.

Restaurar a sustentabilidade fiscal, requer disciplina macroeconómica e fiscal global, complementado por esforços para impulsionar a eficiência técnica e operacional nos gastos do governo. A redução dos níveis da dívida implica um envelope fiscal menor, o que sugere que as políticas fiscais favoráveis ao crescimento não virão de níveis de investimento público mais elevados, mas principalmente de realocações de despesas e da prestação de serviços públicos. Além

disso, a queda da assistência ao desenvolvimento, deve ser compensada pelo aumento da eficiência na cobrança de receitas. No entanto, as autoridades têm sido lentas na implementação de medidas, que envolvem realocações de despesas e melhoria dos esforços para aumentar a eficiência na prestação de serviços públicos, nomeadamente na energia, transportes e educação.

Uma avaliação da sustentabilidade da dívida (DSA) realizada para este SCD descobre que, mesmo sob condições de referência, a dívida pública bruta é excessiva, violando os limites aceitáveis.¹⁴ O quadro macro do ponto de referência para a DSA, é baseado no Quadro Fiscal a Médio Prazo (MTFF) do Governo para 2018–2022, que assume um crescimento de 4 por cento para 2018–2022. O ponto de referência presume também um deficit fiscal médio acima de 6 por cento, refletindo o MTFF para os planos de despesas e a projeção da receita de acordo com as políticas atuais.¹⁵ Neste cenário, o valor presente da dívida externa em relação ao PIB, viola o limite de 50 por cento por uma margem significativa e espera-se que diminua gradualmente para abaixo de 50 por cento até 2027 (ver figura 34b). Os indicadores do serviço da dívida, no entanto, permanecem abaixo do limite por toda a parte. O valor atual da dívida pública total, excede o valor de referência de 74 por cento e permanece acima durante todo o período de projeção. A expansão da dívida pública é mais pronunciada no cenário, o que mantém o crescimento real e o saldo primário nas médias históricas. No entanto, um saldo primário tão elevado como na última década parece improvável, uma vez que o saldo primário 2005–2014, reflete um nível temporariamente alto de investimento público. A sustentabilidade da dívida permanece sensível às exportações e aos choques de depreciação.

A sustentabilidade da dívida pública também é vulnerável a passivos contingentes associados às dívidas das empresas públicas. No final de 2016, os passivos contingentes relacionados com as empresas públicas ascenderam a 7 por cento do PIB. Se a situação financeira das empresas estatais se deteriorar de tal forma que o Governo tenha que toda essa dívida e respeitar a regra existente de limitar o financiamento interno a 3 por cento do PIB, a sustentabilidade da dívida seria ainda mais prejudicada.

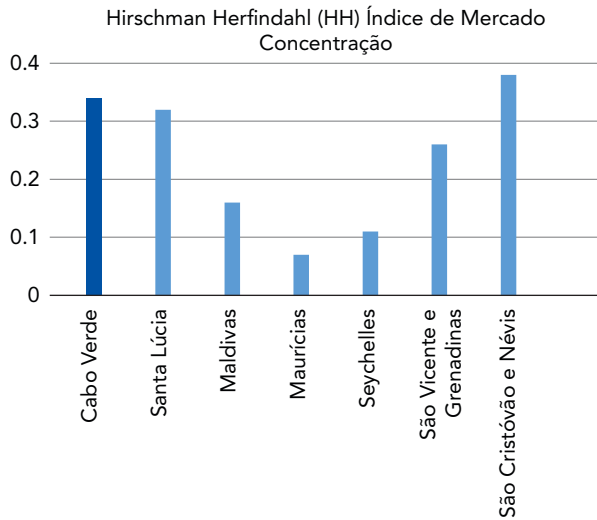
As reformas às principais empresas estatais, são suscetíveis de conter o processo de geração de dívida, mas irão muito provavelmente, aumentar o stock da dívida, o que limita a capacidade do governo de instituir reformas que favoreçam o crescimento. A companhia aérea nacional (TACV), é uma das maiores empresas estatais no país e coloca um fardo significativo no orçamento, exigindo 2 por cento do PIB por ano para cobrir as despesas operacionais. O Governo retirou-se do negócio dos transportes aéreos domésticos, em Agosto de 2017, e iniciou planos para renegociar as dívidas da empresa (cerca de 7,0 por cento do PIB). Um pouco mais de metade da força de trabalho existente deve ser demitida. Quanto às operações internacionais, as autoridades assinaram um contrato de gestão com Icelandair para posicionar o país como um centro de transporte e logística que ligue a Europa, América do Norte e Sul e África.

VOLATILIDADE ECONÓMICA ALTA

O país é assolado por várias circunstâncias que o predisõem a numerosos choques externos e naturais. Como muitos outros SIDS, possui uma base económica estreita e uma alta concentração de seus mercados de exportação, o que pode estar relacionado à maior volatilidade do crescimento, já que choques nos principais parceiros comerciais causam impacto no mercado doméstico. Em 2016, 85 por cento dos turistas de Cabo Verde vieram de cinco países da Europa. A dependência do turismo e a alta concentração de visitantes de apenas alguns países, vinculam inextricavelmente o desempenho da economia à conjuntura económica do continente europeu, contraindo quando está em recessão e vice-versa. A economia de Cabo Verde contrai quando a Europa está em recessão e vice-versa. Note-se também que a exportação de bens de Cabo Verde é menos diversificada do que os seus peers.

Cabo Verde tem sido suscetível a quebras repentinas de IDE e o percurso dos países em desenvolvimento quer em conjunturas de crescimento e crise, têm estado estreitamente relacionados aos padrões de abundância e escassez do financiamento externo.¹⁶ A desaceleração acentuada do crescimento em Cabo Verde, que teve lugar após a crise financeira global, esteve diretamente ligada à queda do IDE (ver anexo C). As paradas súbitas nos fluxos financeiros tendem a desencadear ou a ocorrerem em torno de episódios

FIGURA 35. Fraca diversificação das exportações de Cabo Verde



Fonte: World Trade Trade Outcome Indicators.

Nota: O índice Herfindahl é uma medida da dispersão de valor do comércio entre os parceiros do exportador. O índice varia de 0 a 1, onde 0 indica que um país tem uma carteira de comércio perfeitamente diversificada.

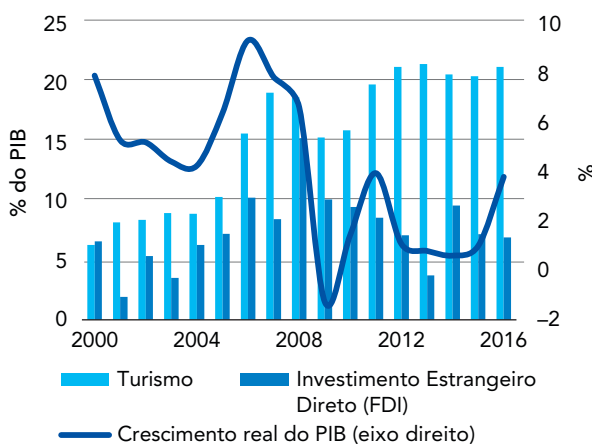
de crise, com efeitos deletérios sobre o desempenho económico.¹⁷ Quando liderado por um declínio acentuado nos influxos brutos, os episódios de parada súbita podem tornar a economia doméstica vulnerável às decisões de investidores estrangeiros.

Consistentemente com muitos pequenos estados de rendimento médio, o sistema financeiro em Cabo Verde é relativamente desenvolvido, mas continua a

ser desafiado por vulnerabilidades do sector financeiro, mais notavelmente os riscos de concentração para o sector bancário.¹⁸ O relatório do Banco Mundial 2013 sobre a vulnerabilidade do setor macrofinanceiro em Cabo Verde concluiu que a crise financeira global—através de choques adversos ao IDE, turismo e transferência oficial—teve um impacto negativo no crescimento (ver figura 35). A atratividade da taxa de câmbio, a deterioração das entradas líquidas de divisas e uma política fiscal expansionista sob o ambicioso programa de investimento público do governo, forçaram o banco central a aumentar as taxas de juros. Conjuntamente, estes desenvolvimentos contribuíram para a desaceleração do crédito à medida que a economia desacelerava, as oportunidades de investimento diminuía, a recuperação de empréstimos caía, os bancos se tornavam mais conservadores e o setor público deixava de conceder empréstimos ao setor privado.¹⁹ Consequentemente, o desempenho do banco se deteriorou. Empréstimos inadimplentes (NPL) subiram rapidamente devido à exposição ao setor de turismo e, em 2017, a inadimplência ainda era alta, em 17%. O crédito para a economia ainda não se recuperou. Finalmente, o sistema bancário de Cabo Verde tem um componente considerável de depósitos de emigrantes que podem ser influenciados por condições externas.

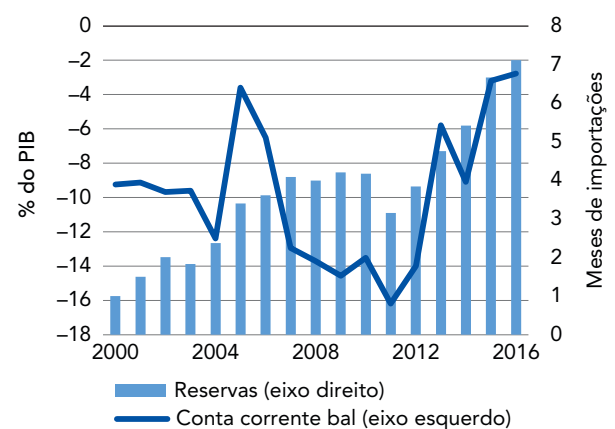
Embora a posição externa de Cabo Verde tenha melhorado um pouco, o país permanece vulnerável devido à sua crescente dívida externa e desafios para a competitividade (ver figura 37). O nível de

FIGURA 36. IDE, receitas do turismo em% do PIB e crescimento do PIB, 2000–2016



Fonte: Baseado em dados do BCV.

FIGURA 37. A posição externa flutua com a evolução global, 2000–2016 (% do PIB)



o nível das reservas externas evoluiu para aproximadamente 6 meses de importação, no final de 2017 e as projeções indicam que permanecerão neste nível, a médio prazo. Isso reflete uma perspectiva saudável para exportações de bens e serviços, e financiamento oficial contínuo. As perspectivas sobre o financiamento oficial pressupõem que as autoridades estejam a abordar alguns desafios fiscais que prevalecem. A última avaliação da taxa de câmbio (realizada em Janeiro de 2018) do FMI, sugere que esteja globalmente em linha com os fundamentos.

Como um pequeno Estado insular com um nível elevado de importações, o país é vulnerável às oscilações dos preços dos alimentos e combustíveis, por meio da balança de pagamentos. Cabo Verde importa a maioria de seus alimentos e combustíveis, e como tal é extremamente suscetível a condições adversas de movimentos comerciais. O uso de subsídios não é generalizado, o que limita o impacto das contas fiscais.

Cabo Verde é igualmente vulnerável a surtos de doenças transmitidas por vetores, tendo experimentado uma epidemia da dengue em 2009–2010 e um surto de vírus Zika em Outubro de 2015. Conforme mencionado, a capacidade inadequada de levar a cabo a detecção e vigilância precoces, avaliação e resposta às principais doenças epidémicas e pandémicas é uma preocupação. A OMS identifica o fortalecimento da prontidão, resposta e recuperação nacional para o Zika e outros surtos de arbovírus, como uma prioridade chave para Cabo Verde.

Desempenho do Setor Público

Dadas as desvantagens inerentes de ser uma SIDS, e as muitas falhas, inevitáveis, do pequeno mercado que representa, um bom funcionamento do setor público é essencial para todos os três pilares da redução sustentada da pobreza e a prosperidade partilhada. No entanto, Cabo Verde enfrenta vários desafios a este respeito. Como foi mencionado, Cabo Verde tem uma pontuação relativamente baixa nos critérios de “eficiência do governo” e “qualidade regulatória.” A reparação dessas deficiências e a execução das reformas, serão importantes para a criação de empregos, a diversificação da economia, promovendo a inovação e combate à exclusão social. Levar a cabo a descentralização, será uma componente essencial dessa agenda.

CONCRETIZAÇÃO INSUFICIENTE DA REFORMA

Apesar de suas instituições de qualidade, o governo depara-se com dificuldades na concretização de dificuldades na concretização da agenda de reformas, na promoção e regulação do setor privado, assim como na seleção e gestão do investimento público que responda às necessidades do país. A coordenação de ações entre as entidades governamentais é relativamente fraca e estratégias sectoriais coerentes muitas vezes são inexistentes. A capacidade de implementação é fraca, especialmente a nível local, possivelmente devido a uma alocação ineficiente de recursos humanos. O desenvolvimento de infraestrutura urbana é cada vez mais inadequado e as leis trabalhistas inflexíveis minam a eficiência das empresas. Os sistemas de seguimento de resultados dos programas de governo, não estão a funcionar adequadamente, apesar de investimentos consideráveis nos sistemas das TIC para o efeito pelo NOSI, o que limita a aprendizagem do que funciona.

Um setor público ineficiente é o segundo obstáculo mais importante para fazer negócios em Cabo Verde, após o acesso a financiamento e taxas fiscais, de acordo com o Relatório de Competitividade Global 2017–2018. Uma série de restrições impedem a alteração do setor público de um ator dominante que expulsa o setor privado nacional, para um regulador e facilitador, e aquele que desenvolve parcerias eficazes com o setor privado nacional, responde as suas preocupações, e projeta e implementa políticas eficazes. Estas limitações incluem: (1) normas e procedimentos governamentais antiquados, e a orientação atual à volta do “processo” em vez de “resultados”; (2) falta de coordenação²⁰ entre as agências; (3) baixa capacidade técnica e alta rotatividade de pessoal altamente qualificado; (4) acompanhamento limitado do desempenho e avaliação de programas-chave e falta de estatísticas em tempo hábil para a elaboração de políticas baseadas em evidências, incluindo os resultados do setor do turismo e de aprendizagem; e (5) falta de diálogo público-privado eficaz. Os tribunais civis têm grandes atrasos nos casos, o que provoca atrasos significativos na resolução de disputas trabalhistas. O ritmo lento das reformas da gestão financeira pública (GFP) e a fraca disciplina fiscal—particularmente no setor das empresas públicas—tem minado a resiliência macroeconómica.

Cabo Verde tem feito recentemente melhorias ao longo de vários indicadores do *Doing Business*. O país

tornou o processo de permissão de construção mais fácil, através da publicação/disponibilização gratuita e *on-line* de todos os regulamentos relativos à construção civil. O governo tornou também a exportação e importação mais fácil, através da implementação de um sistema automatizado da gestão de dados aduaneiros. Além disso, a resolução de insolvência tornou-se menos complicada devido à adoção de uma lei que introduz um procedimento de reorganização e facilita a continuidade dos negócios do devedor durante o processo de insolvência. A lei também permite aos credores uma maior participação nas decisões importantes durante o processo de insolvência. Outras iniciativas recentes e importantes da reforma, incluem um escritório unificado, a Casa do Cidadão, para serviços públicos; a digitalização do registo da propriedade da terra, e o lançamento recente da janela única do investidor, na tentativa de simplificar a gestão do IED.

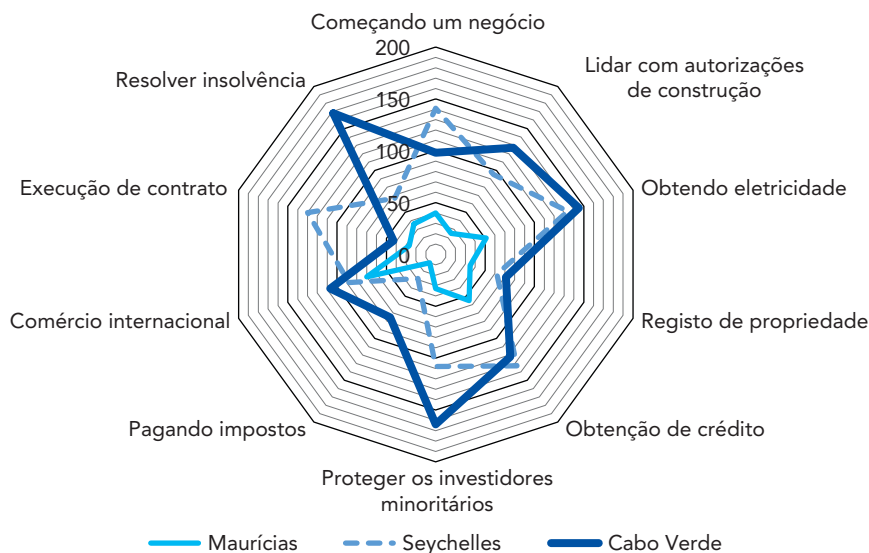
No entanto, o ambiente geral de negócios de Cabo Verde continua fraco. Uma vez considerado um reformador no continente Africano (especificamente em 2011), a classificação relativa de Cabo Verde no *Doing Business Index* sofreu nos últimos anos. De acordo com o relatório *Doing Business 2018*, o país está agora classificado 127 entre 190 países, inferior à sua classificação anterior de 119 em 2012. O ritmo das reformas em Cabo Verde tem claramente estagnado.²¹ A classificação do país está abaixo da média

dos seus pares estruturais, ou seja, outros países de renda média-baixa, que têm uma classificação média de 118,3. Cabo Verde compara-se ainda mais desfavoravelmente com os seus pares desejáveis, como as Maurícias (25º lugar) e as Seicheles (95), que melhoraram no *Doing Business Index* desde a crise financeira global de 2008. Subsistem, entretanto, dificuldades crónicas em vários indicadores, nomeadamente a resolução de insolvência (classificado no 168º lugar), proteção de investidores minoritários (164º), recebendo energia elétrica (145º), obtenção de crédito (122º), comércio exterior (107º), e começando um negócio (8º) (ver figura 38).

Para uma economia aberta, a facilidade do comércio internacional é um critério importante. No entanto, o relatório *Doing Business* a partir de 2018 demonstra que Cabo Verde fica atrás de alguns dos seus pares ao longo de vários aspetos. Isto inclui o custo da conformidade fronteiriça para exportar e importar, e, até certo ponto, o tempo para exportar (ver tabela 3).

A competitividade não manteve o ritmo com o crescimento da economia, e os problemas identificados no *Doing Business Index* correspondem às respostas obtidas no *Executive Opinion Survey* realizado em Cabo Verde para o relatório do WEF sobre a competitividade global. Os fatores mais problemáticos que eles identificaram foi o acesso ao financiamento, uma

FIGURA 38. Classificação global no índice do *Doing Business*, 2018 (classificação mais baixa = melhor)



Fonte: *Doing Business 2018*.

TABELA 3. *Doing Business 2018*, indicadores do comércio transfronteiriço: desempenho nos principais indicadores de Cabo Verde e seus pares

Indicador	Cabo Verde	Seychelles	Maurícias
Tempo para exportar: Cumprimento fronteiriço (horas)	72	82	38
Custo para exportar: Cumprimento fronteiriço (US \$)	780	332	303
Tempo para exportar: Cumprimento Documental (horas)	24	44	9
Custo para exportar: Cumprimento Documental (US \$)	125	115	128
Tempo para importar: Cumprimento fronteiriço (horas)	60	97	41
Custo de importação: Cumprimento fronteiriço (US \$)	588	341	372
Tempo para importar: Cumprimento Documentário (horas)	24	33	9
Custo de importação: Cumprimento Documentário (US \$)	125	93	166

Fonte: *Doing Business 2018*.

burocracia ineficiente do governo, as taxas de imposto, e uma força de trabalho inadequadamente qualificada (ver figura 39a). Cabo Verde ocupa a 110TM posição no Índice da Competitividade do WEF, apenas atrás das Seychelles (107^o posição). Ele é superado por esse país em um número de fatores, incluindo a qualidade da infraestrutura, gestão macroeconómica, eficiência do mercado de trabalho, e sofisticação empresarial (ver figura 39b).

O acesso ao financiamento é considerado o fator mais problemático para fazer negócios de acordo com o

FIGURA 39A. Restrições de competitividade de acordo com os empresários Cabo-verdianos, 2016

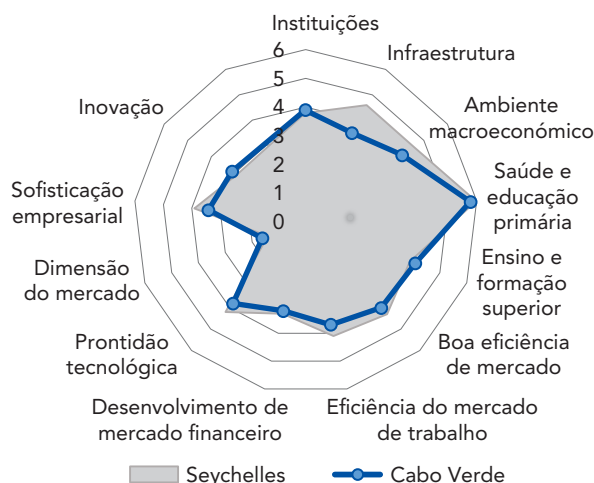


Fonte: Fórum Económico Mundial de 2017.

Nota: Da lista de fatores, os entrevistados ao inquérito *World Economic Forum's Executive Opinion Survey*, foram convidados a escolher os cinco fatores mais problemáticos na realização de negócios no seu país e para classificá-los entre 1 (mais problemático) e 5. A pontuação corresponde às respostas ponderadas de acordo com as suas classificações.

Relatório de Competitividade Global 2017–2018 (ver figura 39a). O crédito interno ao sector privado diminuiu de 66 por cento do PIB em 2011 para 60 por cento do PIB em 2016, os bancos aumentaram a parcela de seus ativos depositados no banco central e efetuaram empréstimos ao governo e às empresas estatais. As micro e pequenas empresas, enfrentam restrições de financiamento significativas. Uma pesquisa de 2014 mostrou que apenas 26,5 por cento do total do crédito a empresas vai para as micro e pequenas empresas. Os bancos indicam que as fracas perspectivas de negócios, a garantia limitada, a falta de

FIGURA 39B. Sub-pontuações da competitividade de Cabo Verde e Seychelles ao longo de uma gama de constrangimentos; As pontuações variam de 1 (pior) a 7 (melhor)



contabilidade apropriada, e o ambiente macroeconómico geral, são as principais razões para restringir o crédito. Apesar de um terço das empresas registadas (representando 96 por cento do total de volume de negócios) declararam ter práticas contábeis, os bancos acreditam que a maioria destes relatórios financeiros não são credíveis, não são auditados, e que são preparados principalmente para fins fiscais. A confusão entre contas bancárias pessoais e de negócios e fluxos financeiros é comum, e as normas de contabilidade não são aplicadas. O custo médio de financiamento, em termos reais é alto, com as taxas de empréstimo de um ano de até um ano, sendo cerca de 10 por cento em termos reais.

Além do acesso ao financiamento, a burocracia é um impedimento importante para a realização de negócios em Cabo Verde (ver figura 39a). Outro fator que tem sido impeditivo e tem criado algum mal estar na classe empresarial, são os atrasos que às vezes duram alguns anos, na restituição do IVA. A demora em lidar com tais processos elementares pode ter consequências negativas para o investimento privado, em que o país depende. As autoridades têm sido relativamente fracas na coordenação da ação entre as entidades governamentais e na colaboração com o setor privado para a realização de resultados. Notavelmente, o governo parece ter dificuldades na concepção e implementação de uma estratégia setorial coerente para os setores de turismo, pescas, transportes e de logística, ou em torno da proteção ambiental, que junta todos os intervenientes públicos e privados em torno de um objetivo comum e leva à ação coordenada.²²

Cabo Verde carece de uma cultura de prestação de contas dos resultados e nível central, municipal e mesmo no que diz respeito às organizações da sociedade civil e associações. Outra dificuldade prende-se com o fraco seguimento e avaliação dos programas do governo, com limitada utilização de dados estatísticos para fins de planeamento, de acordo com uma avaliação recente da estratégia nacional de crescimento e redução da pobreza 2012–2016.²³ Os tribunais civis têm grandes atrasos nos processos, o que provoca atrasos significativos na resolução de disputas trabalhistas entre outras.

O mercado de trabalho formal tem sido historicamente rígido, e a reforma foi recentemente promulgada. A

falta de flexibilidade do mercado de trabalho formal tem sido uma das principais preocupações da comunidade empresarial de Cabo Verde.²⁴ Em Fevereiro de 2016,²⁵ o governo respondeu através da alteração do Código do Trabalho depois de discussões prolongadas com uma federação de sindicatos. As alterações incluem uma série de medidas que aumentem a flexibilidade para melhorar a competitividade no mercado formal de trabalho. Estes incluem: mais flexibilidade para tetos de horas extras, procedimentos mais simples para a redundância em certos casos de ausência ou falta de adaptação ao posto de trabalho (incluindo no caso de despedimentos coletivos), redução de redundância na indemnização em determinadas condições, e a criação de um quadro para trabalhos temporários. A transferência de pessoal de uma ilha para outra, enfrenta ainda, supostamente, complicações regulatórias. No entanto, é provavelmente demasiado cedo para avaliar o impacto destas reformas ao Código do Trabalho.

O país também é confrontado por deficiências no capital humano disponível,²⁶ sugerindo que o sistema de ensino precisa de uma reforma. De acordo com o *Investment Climate Assessment 2009*²⁷ [Avaliação do Clima de Investimento 2009], quase 50 por cento das empresas inquiridas consideram a falta de mão-de-obra adequadamente qualificada, como um obstáculo para a realização de negócios, estando entre a percentagem mais alta entre os pares. Da mesma forma, o Índice de Competitividade Global 2016, mostra que uma força de trabalho inadequadamente qualificada, é o quarto fator mais problemático para fazer negócios no país (ver figura 39a). Conforme mencionado, muitos estudantes deixam a escola secundária antes da conclusão, e mesmo aqueles que terminam a escola, não possuem as qualificações para competir num setor dinâmico de serviços. Ao mesmo tempo, a baixa cobertura e qualidade dos sistemas de Formação Profissional, impedem os indivíduos de satisfazerem os requisitos de conhecimentos e competências dos empregadores públicos e privados.

O setor de turismo – o principal motor de crescimento do país – carece de orientação estratégica, particularmente em relação à integração das PME no setor. Enquanto os *resorts* experimentam boas taxas de ocupação os estabelecimentos menores em Cabo Verde lutam para atrair turistas. A prática existente no país favorece os grandes operadores externos. Os estabelecimentos mais pequenos, em grande parte

nacionais, são desproporcionalmente incapazes de beneficiarem dos pacotes de incentivos concedidos aos complexos all inclusive. Isso prejudica a sua capacidade de competir e cria disparidade significativa na qualidade da oferta turística por parte das PME, e, por fim, na atratividade do destino. Isto deve-se à falta de uma estratégia integrada para o setor, resultando em escassez de promoções fora das grandes marcas, menor qualidade de construção e alojamento nos estabelecimentos mais pequenos, e uma falta de pessoal qualificado para atender o setor. Além de atrair o IDE, o país carece de uma abordagem clara para um setor de serviços turísticos diversificado que explora melhor a beleza natural única e ofertas culturais de cada ilha, que gera retornos mais elevados por visitante, e que cria mais emprego em todo o país. A estratégia consolidada mais recente aprovada para o turismo data de 2010, e o período de mandato e implementação associados terminou em 2013.²⁸ Não é conhecida nenhuma avaliação ou impacto da sua implementação, e nenhum plano principal estratégico tem estado em vigor desde então. Nos últimos anos, os arranjos institucionais para coordenar e promover o sector do turismo mudaram com frequência.

A necessidade de estabilidade institucional e de aumento da capacidade do pessoal no âmbito da governação do turismo, continuam sendo alguns dos principais desafios. Neste momento existe a necessidade de um maior diálogo público-privado (DPP) regular e as reuniões da Câmara de Turismo (uma associação de operadores de turismo do setor privado) com autoridades governamentais locais e nacionais têm ocorrido de forma irregular, sem resultados mensuráveis. A recolha de dados no sector do turismo continua a ser insuficiente, destacado pelo 111º lugar (entre 141 países) de Cabo Verde em 2015, na “*Comprehensiveness of Travel & Tourism Data*” pelo WEF. As lacunas na formação profissional e outras são corroboradas pela classificação de Cabo Verde na 82ª posição no *ranking* “Mercado de Recursos Humanos e Trabalho” *Comprehensiveness of Travel & Tourism Data*. A Escola de Hotelaria e Turismo de Cabo Verde, não tem sido capaz de responder a todas as necessidades da indústria do turismo, e está presente apenas na ilha de Santiago, longe dos principais polos de turismo do Sal e da Boa Vista.

A incapacidade dos grupos de interesse da sociedade civil para representar adequadamente os interesses

do setor privado e influenciar os decisores nacionais é provavelmente, uma restrição importante. É possivelmente uma das razões da baixa eficiência do investimento, em que as decisões de investimento são tomadas sem envolver suficientemente os proprietários de pequenas e médias empresas. Conforme mencionado no Capítulo 2, a população relativamente pequena, na qual as redes familiares influenciam os grupos de interesse, também desempenhou um papel. Em vez de melhorar a qualidade da democracia, promover o debate e exigir a responsabilização, as organizações da sociedade civil são usadas ou dominadas por partidos políticos, o que leva à “letargia cívica” contra um estado generalizado.²⁹

DESCENTRALIZAÇÃO

Dada a geografia de Cabo Verde, a descentralização da tomada de decisões à volta da prestação de serviços, é inevitável para assegurar que possam ser adaptadas às circunstâncias locais. No entanto, isso tem implicações de custos consideráveis e requer melhorias de capacidade substanciais a nível local. Os 22 municípios—o único nível de governo abaixo do governo central—possuem uma quantidade razoável de autonomia. As suas despesas têm crescido substancialmente ao longo do tempo³⁰ e parecem ter desenvolvido atrasos significativos, apesar da falta da ausência de números confiáveis. Existe também, um sistema transparente e baseado em regras para alocação horizontal a nível do governo central para o local, contudo, os municípios sofrem de graves restrições de capacidade, e a fiscalização, supervisão e monitorização dos municípios a nível do governo central é fraca.

As Ilhas de Sal e Boa Vista, que recebem a maior parte dos turistas, estão a lutar para acompanhar o desenvolvimento da infraestrutura com a tendência do crescimento. Há desafios na prestação adequada de serviços de água e saneamento, problemas no fornecimento de energia elétrica, falhas na rede rodoviária, e escassez de habitação adequada para o número crescente de trabalhadores do turismo. Os regulamentos de construção civil nem sempre são seguidos e, juntamente com o tratamento fraco de resíduos sólidos, afetam negativamente a paisagem de Cabo Verde e o ambiente natural. Os constrangimentos subjacentes incluem a fraca capacidade dos governos locais para fazer cumprir os regulamentos e possíveis ineficiências na alocação de pessoal.

A monitorização e avaliação da eficiência e eficácia do planeamento territorial e urbano, a gestão da terra, e a prestação de serviços sociais (tais como programas de protecção social) têm sido limitados, e a magnitude das dívidas municipais não é clara. A falta de análise das necessidades de despesa e o potencial de receita tributária dos municípios, afetam a concepção de um mecanismo adequado de transferência fiscal. Recentemente, o governo decidiu transferir a gestão do programa de habitação social (Casa Para Todos) para os municípios. Isso vai exigir um apoio adicional significativo para os municípios mais pequenos e fracos.

Falta de Resiliência

Como SIDS, Cabo Verde é altamente vulnerável a choques económicos e climáticos, e o elevado desemprego juvenil prejudica o seu tecido social. Além disso, a protecção adequada do seu capital natural ameaça o setor do turismo e outras fontes de subsistência. A sua falta de capacidade de resistência constitui um risco importante para novos progressos.

RESILIÊNCIA LIMITADA DOS AGREGADOS FAMILIARES A CHOQUES

Dadas as suas características geográficas e sua localização no meio do Atlântico, Cabo Verde é altamente exposto a desastres naturais, incluindo secas, tempestades extremas, elevação do nível do mar, e erupções vulcânicas. A mudança climática deve rapidamente aumentar a exposição de Cabo Verde a eventos climáticos extremos, enquanto as opções de resposta a desastres continuam a ser insuficientes. Os dados históricos mostram que Cabo Verde sempre sofreu de graves secas recorrentes, que tiveram um grande impacto nos meios de subsistência da população e afetaram a sua capacidade de resistência. Antes da sua independência em 1975, o ciclo de secas causou fome generalizada e migração forçada. Estima-se que 30.000 pessoas precisaram de assistência urgente durante a mais recente seca de 2014, com muitos tendo perdido toda ou uma grande parte das suas colheitas de cereais nas ilhas mais afetadas.³¹ Em 2017 o país sofreu outra seca grave.

Cabo Verde também é afetado por chuvas periódicas fortes que—em combinação com encostas íngremes

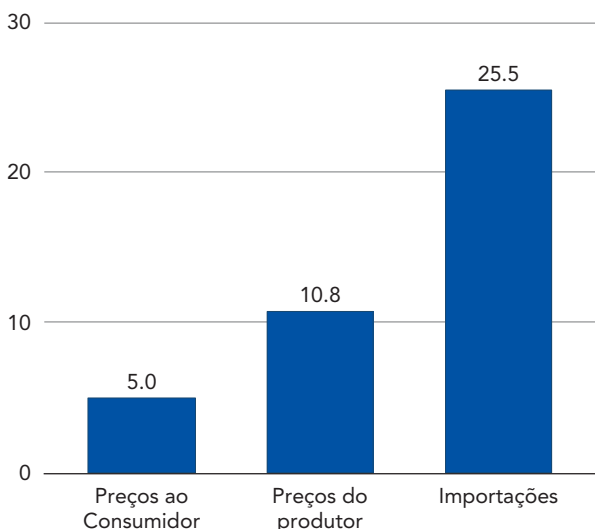
de alta elevação—causam enchentes e deixam um rastro de destruição nas zonas costeiras e nos aglomerados urbanos baixa altitude. O país está também exposto a outros riscos, tais como movimento de vertentes e erosão costeira. A elevação do nível do mar e erupções vulcânicas também ameaçam o desenvolvimento do país. Tais choques repetidos afetam a resiliência dos agregados familiares—em particular, os pobres—tornando-se cada vez mais difícil para se recuperarem de tais eventos climáticos.

O efeito negativo de um choque de produtividade agrícola tem por sua vez, um efeito negativo imediato sobre o PIB. As simulações de um choque na produção agrícola de 10% e uma perda de valor agregado na agricultura de cerca de 12 por cento sugeriram que isso reduziria o PIB em 0,5 por cento (ver o gráfico 40b). O principal efeito do choque virá de uma redução na produção agrícola e alimentar e um aumento nos preços agrícolas. Para substituir a produção doméstica, as importações de produtos agrícolas aumentam de 4,8 para 6,0 por cento como uma parcela do total de importações (ver figura 40a).

Estes riscos devem piorar, a medida que Cabo Verde é um dos países mais vulneráveis às alterações climáticas. O Relatório de Risco Mundial 2016 classificou Cabo Verde na 141ª posição entre 173 países em termos de suscetibilidade a desastres naturais.³² Além disso, o país está classificado no 117º lugar entre 182 países num índice global³³ que mede a exposição, sensibilidade e capacidade de um país para se adaptar aos efeitos negativos das alterações climáticas (a classificação mais baixa significa maior vulnerabilidade). O país ocupa o 79º lugar na prontidão a alterações climáticas. As classificações de Cabo Verde nestas pontuações são mais baixas do que seus pares desejáveis, incluindo as Seychelles, Maurícias, e Santa Lúcia, mas mais altas do que as Maldivas. A experiência internacional mostra que os pobres e outros grupos vulneráveis – tais como famílias chefiadas por mulheres, as crianças e os idosos—são os mais afetados por desastres naturais devido à sua tendência de viver em zonas marginais propensas a catástrofes e bairros informais, às suas opções reduzidas de alojamento seguro, e a sua baixa capacidade de recuperarem de choques.³⁴

Os riscos de alterações climáticas têm o potencial de atrapalhar significativamente o crescimento e objectivos de equidade em Cabo Verde. Os eventos

FIGURA 40A. Mudanças nos preços agrícolas e importações como consequência de um choque de seca simulada

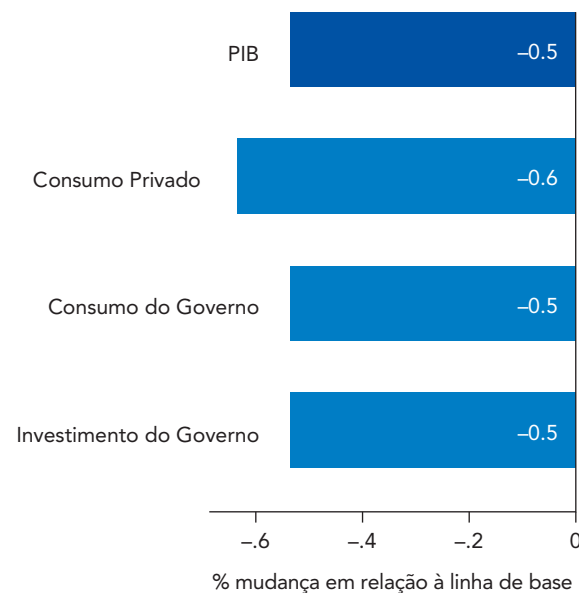


Fonte: Simulações utilizando dados das contas nacionais.

climáticos tornaram-se mais frequentes, o que aumenta a vulnerabilidade das famílias de baixo rendimento. As secas ocorrem com uma periodicidade de cerca de 5 anos. Tão recentemente quanto 2014, Cabo Verde experimentou uma outra redução drástica da precipitação, levando à escassez de água e grande perda de colheita, afetando severamente os meios de subsistência rurais. A Organização para a Alimentação e Agricultura (FAO), informou que a colheita de milho de Janeiro de 2015 em Cabo Verde, foi o menor registado na história do país, seguindo uma tendência descendente ao longo dos últimos anos.³⁵ O país sofreu outra seca grave em 2017. As chuvas intensas causadas por fortes tempestades e ciclones tropicais, como a passagem extraordinária do furacão Fred por Cabo Verde em 31 de Agosto, 2015, levaram a inundações significativas e prejudiciais em todo o país. A erosão costeira causada pelo aumento do nível do mar já é um problema significativo para os portos e praias de Cabo Verde. As infraestruturas críticas, como portos e estradas estão em risco. Os choques repetidos minam a resiliência das famílias para recuperarem e regressarem aos seus meios de subsistência, afetando particularmente os pobres.

Cabo Verde também é altamente vulnerável a riscos geológicos. Isto é evidenciado pelo registo histórico

FIGURA 40B. Efeito da seca sobre os principais agregados económicos, % de alteração em relação à referência



da atividade vulcânica do vulcão de Pico do Fogo, que entrou em erupção 29 vezes desde a descoberta e colonização da ilha de Fogo há 550 anos atrás. A frequência média tem sido uma erupção a cada 19,2 anos. As últimas 3 erupções datam de 1951, 1995 e Novembro de 2014. A última vez, a erupção durou 88 dias, mais de duas vezes a duração das duas erupções anteriores que destruíram os meios de subsistência das duas comunidades de Chã das Caldeiras. A erupção vulcânica afetou também a qualidade do ar, impediu a operação normal de voos e afetou negativamente a indústria do turismo.

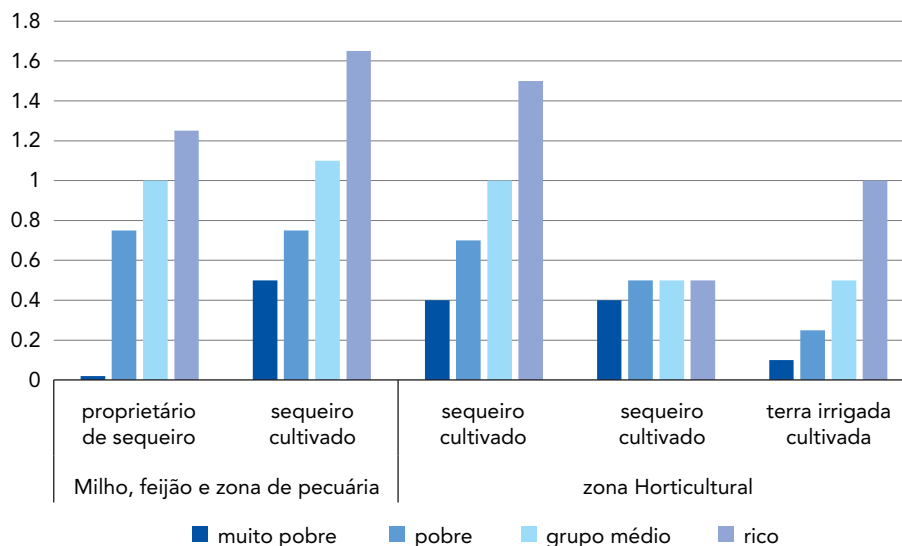
Para permitir que os pobres rurais se beneficiem do crescimento agrícola, várias restrições estruturais precisam ser atacadas. Um mercado de terrenos em mau funcionamento, devido a um cadastro incompleto exacerbado pela ausência da posse de terra, levou, por vezes, a direitos de terra pouco claros, afetando particularmente as famílias mais pobres e as camponesas. O acesso à terra—especialmente a terra irrigada—é altamente desigual, com os pobres possuindo pouca ou nenhuma terra. Isso limita severamente as oportunidades dos pobres se beneficiarem dos programas e apoio de desenvolvimento agrícola, de acordo com uma avaliação dos meios de subsistência realizada em 2016.³⁶ O estudo cobriu três zonas de subsistência

na zona rural de Santiago: uma zona de milho, feijão e gado, uma zona de horticultura irrigada (fundos de vale) e uma zona de pesca. Em cada zona, pediu-se aos agregados familiares respetivos que se dividissem em quatro grupos de riqueza classificados de “ricos” a “médios”, “pobres” e “muito pobres”. Os pobres e muito pobres normalmente incluíam cerca de 30% do total dos agregados familiares, enquanto os médios e ricos cobriam 20 e 10 por cento, respetivamente. Para cada um desses grupos, foram recolhidas informações sobre a posse de bens, os níveis de renda e fontes de alimentos. Descobriu-se que os “muito pobres” na zona de milho, feijão e gado têm muito poucos bens. Eles não possuem terra (ver a figura 41) e têm pouco gado. Eles atendem às suas necessidades de consumo através de arranjos de parceria com fazendeiros ricos (que tipicamente possuem 1,2 ha), bem como mão-de-obra assalariada para outros agricultores. Na zona de horticultura irrigada, os “muito pobres” cultivam apenas 0,1 ha de terra de horticultura irrigada, em comparação com 1 ha dos ricos. O grupo mais rico (cerca de um quarto) das famílias rurais possui até 10 vezes mais terra irrigada que um quarto do mais pobre (ver figura 41).

Os rendimentos dos “muito pobres” nas áreas rurais, especialmente na zona de subsistência de milho, feijão e pequeno gado, são muito baixos e os seus bens escassos, torna-os extremamente vulneráveis ao clima,

preço e outros choques. Estes agregados familiares podem fazer face às despesas apenas através das remessas que recebem. O rendimento para os “muito pobres” tipicamente consistem em cerca de CVE 50.000 por ano por agregado (cerca de US \$ 500) obtidos do trabalho assalariado casual, e CVE 15.000 (cerca de US \$ 150) de parcerias em terras secas, de acordo com o estudo de subsistência. Isso traduz-se em cerca de US \$ 0,30 per capita por dia. As remessas adicionam mais US \$ 0,30. As rendas típicas dos “pobres” são à volta do dobro disso.³⁷ O estudo sugere que a terra seca não é muito produtiva, com rendimentos de milho (o principal alimento cultivado em casa) entre 600 e 700 kg/ha. Na zona de horticultura irrigada e na zona de pesca, a renda familiar anual dos *muito pobres* é um pouco maior (CVE 175.000, ou cerca de US \$ 1 por pessoa por dia, excluindo as remessas) e cerca do dobro desse valor para os “pobres”. Os “ricos” nessas áreas fazem cerca de seis vezes mais. A menos que as famílias “muito pobres” (especialmente as chefiadas por uma mulher solteira) tenham acesso a mais terra e capital irrigados para torná-la produtiva ou outras oportunidades locais de geração de renda, a sua resiliência a secas e outros choques permanecerá baixa e eles serão incapaz de escapar da pobreza extrema. O Apêndice D apresenta mais detalhes da avaliação dos meios de subsistência que foi conduzida para o SCD.

FIGURA 41. A posse de terra e a sua utilização por grupos de riqueza rurais (ha) em duas zonas de subsistência em Santiago rural



Fontes: Save the Children e Ministério da Agricultura 2017a e 2017b.

O aumento da resiliência das famílias de pescadores pobres é dificultado pelo fraco valor líquido gerado no setor pesqueiro e os elos fracos com os mercados de alto valor. Com o *stock* peixes se deteriorando devido à gestão global inadequada do setor, a pesca no segmento artesanal estendeu-se a espécies que não eram anteriormente pescadas e de menor valor. A falta de coordenação entre os pescadores e a gestão deficiente do stock de peixes levaram a problemas de “corrida para pescar” associados a regimes de pesca de acesso aberto. Além disso, a fraca integração do segmento artesanal na economia local e nacional, juntamente com a colaboração limitada com os mercados turísticos de alto valor, parecem limitar a criação e retenção de valor líquido. Como uma nação arquipélago com ligação logística limitada entre ilhas e um desenvolvimento limitado das cadeias de frio, as oportunidades de arbitragem com outras ilhas são limitadas. Os hotéis gastam cerca de 12 milhões de euros em peixe importado a cada ano. Mesmo que o peixe local custe cerca de um terço do preço do peixe importado e tenda a ser de maior qualidade, estima-se que apenas cerca de 20% do consumo de peixe dos hotéis seja comprado localmente. Se os hotéis aqui conseguissem obter uma proporção maior de peixes localmente, isso provavelmente aumentaria a receita dos pescadores locais, economizaria despesas consideráveis nos hotéis a cada ano e melhoraria a experiência turística.

Embora o sistema de proteção social de Cabo Verde esteja mais avançado em comparação com outros países da África Subsariana, continua a ser um desafio estender a cobertura aos jovens mais pobres e excluídos socialmente, inclusive aos das zonas rurais. Os programas específicos existentes que transferem subsídios para os pobres e os ajudam a desenvolver os seus ativos produtivos são essenciais para o desenvolvimento da resiliência, para atacar a distribuição desigual de ativos e para fortalecer a inclusão social. Muitos dos pobres ainda não estão cobertos pela assistência social, especialmente as famílias pobres com membros em idade ativa. O governo de Cabo Verde pretende conceber um programa de rede de segurança produtiva que combine a provisão de transferências monetárias, ativos produtivos e atividades de assistência aos jovens informais e aos pobres, especialmente nas áreas rurais. No entanto, num contexto muito descentralizado, a capacidade técnica dos municípios para implementar programas de proteção social é insuficiente. Eles são insuficientes e subfinanciados.

Além disso, a coordenação entre os diversos programas sociais que estão sendo implementados a nível central e descentralizado, é fraca. Ademais, esses programas não são adequadamente monitorizados, impedindo uma compreensão do que funciona e do que não funciona. De resto, o investimento num único cartório social seria fundamental para reduzir a fragmentação, melhorar a coordenação e melhorar o direcionamento dos grupos extremamente pobres e de outros grupos socialmente excluídos.

PROTEÇÃO INSUFICIENTE DO CAPITAL NATURAL

O desempenho de Cabo Verde nos indicadores relacionados com as suas políticas e instituições para a sustentabilidade ambiental tem diminuído, nos últimos anos e são relativamente baixos. Eles são os mais baixos de entre todos os indicadores da Avaliação Institucional e das Políticas do País (CPIA) do Banco Mundial. Dada a dependência de Cabo Verde do seu capital natural, para a sua economia baseada no turismo e a importância de preservar a base de recursos da qual dependem muitos agregados familiares pobres, a proteção inadequada do seu ambiente natural contra a poluição e danos, é uma preocupação. Os recursos naturais saudáveis são equivalentes a uma rede de segurança social.

Há preservação insuficiente do capital natural de Cabo Verde, prejudicando a indústria do turismo. Cabo Verde ocupa apenas 78º lugar entre 141 países na “execução de regulamentos ambientais” no Índice de Competitividade Viagens & Turismo³⁸ (ver acima). Cabo Verde é considerado um dos 11 centros do mundo mais ameaçados relativamente à biodiversidade marinha. Um total de 22 espécies de golfinhos e baleias podem ser encontrados nas suas águas, que são também um local de nidificação importante por várias tartarugas marinhas ameaçadas de extinção. No entanto, a biodiversidade de Cabo Verde está sob forte pressão de práticas irresponsáveis de construção de hotéis e por parte dos turistas. A pesca excessiva, a aplicação limitada das normas ambientais e de construção, e várias formas de poluição, representam todos uma ameaça significativa à qualidade do ambiente natural do país. Além disso, a extração desregulada de areia costeira para fins de construção civil, continua a ser um dos principais problemas ambientais crescentes evitáveis, aumentando o risco

de intrusão da água do mar em aquíferos e terras costeiras. As questões ambientais são particularmente pertinentes para Cabo Verde, à medida que a saúde da indústria do turismo depende muito da beleza natural do arquipélago.

Apesar dos progressos consideráveis na definição do quadro jurídico e elaboração de planos de ação ambiental, a aplicação da regulamentação continua a ser inadequada, particularmente nos grupos que são fortemente dependentes do ambiente, tais como agricultura, pesca e turismo. A gestão ambiental em Cabo Verde sofreu com a atribuição pouco clara de papéis e responsabilidades e é uma manifestação das falhas de coordenação do governo.

A má gestão dos resíduos sólidos gerados por estâncias turísticas, e várias formas de poluição, representam uma ameaça significativa ao ambiente natural do país. Os sistemas e regras para a gestão de resíduos sólidos estão abaixo do ideal em todo o país. A regulação parece ser mal aplicada, com comunidades inteiras deitando lixo em áreas não aprovadas, inclusive no mar, o que afeta o ambiente do país. As unidades populacionais de peixes, que representam outro dos importantes recursos naturais de Cabo Verde, também dependem de um ambiente aquático costeiro saudável. A eliminação descontrolada de lixo também afeta a qualidade da água do solo, com impacto direto nas comunidades pobres.

NOTAS

1. A taxa foi de 18 por cento em 1998 (Indicadores de Desenvolvimento Mundial). A estimativa mais recente é 20 por cento, que é superior do que muitos outros países Africanos (Panapress 2015).
2. Panapress 2015.
3. Ahmed et al. 2017.
4. Marone 2016.
5. 2013b Banco Mundial.
6. *ibid*
7. *ibid*
8. Banco Mundial 2016b.
9. ITU de 2016.
10. ITU de 2016.
11. Unidade Nacional de Implementação, Estrutura Integrada Reforçada e Ministério do Turismo, Indústria e Energia (MTIE) 2013.
12. As empresas estatais desempenham um papel importante na implementação dos programas de investimento do governo.
13. IFH gere um grande projeto de habitação social (Casa Para Todos) financiado com uma linha de crédito de €160 milhões de Portugal.
14. Como Cabo Verde tem um desempenho forte baseado nos seus resultados CPIA, os limites para a dívida pública externa para o alto risco no âmbito da DSA inclui, entre outros, um valor atualizado da dívida externa de 50 por cento do PIB e um rácio de serviço da dívida externa de 25 por cento das exportações. O *benchmark* para a dívida total é de 74 por cento do PIB.
15. Cabo Verde—*IMF Staff Report for the 2018 Article IV Consultation*.
16. Calderon e Kubota 2011.
17. Becker e Mauro de 2006; Cerra e Saxena de 2009.
18. Ver Relatório do FMI no. 13/292. Assuntos selecionados, documento sobre os desafios dos países pequenos de renda média na AAS.
19. Banco Mundial 2013a.
20. O Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial 2017 fala sobre a importância da coordenação entre as instituições para estimular uma cultura de resultados.
21. Centro de Políticas Estratégicas de 2015.
22. Note-se que em 2015 o governo estabeleceu um comité de pilotagem para promover a coordenação dos intervenientes sobre as atividades relacionadas com o “crescimento azul” na sequência da adoção da *Blue Growth Charter* (Carta a favor da Promoção do Crescimento Azul em Cabo Verde). No entanto, é provavelmente demasiado cedo para avaliar o seu impacto.
23. Ministério das Finanças e Planeamento 2016.
24. Banco Mundial 2010.
25. Legislativo-Decreto 1/2016, publicado no Boletim Oficial em 4 de Fevereiro de 2016.
26. Ver o apêndice para mais detalhes sobre a simulação.
27. World Bank Enterprise Surveys.
28. Ministério da Economia Crescimento e Competitividade 2010.
29. Costa 2013.
30. Eram compostos, em média, por 5,5 por cento do PIB durante 2002–2010.
31. FAO 2015.
32. Instituto Universidade das Nações Unidas para o Ambiente e Segurança Humana (UNU-EHS) de 2016.
33. Desenvolvido pela Iniciativa Global de Adaptação Notre Dame. A pontuação vulnerabilidade mede a exposição, sensibilidade e capacidade de adaptação aos efeitos negativos das alterações climáticas. A pontuação *Readiness* mede a capacidade de um país para alavancar os investimentos e convertê-los a ações de adaptação. (University of Notre Dame 2018)
34. Skoufias, Rabassa, e Olivieri 2011.
35. Sanchez de 2015.
36. Save the Children e Ministério da Agricultura 2017b.
37. *Save the Children* e Ministério da Agricultura 2017b.
38. Fórum Económico Mundial 2015b.

Oportunidades/Percursos Possíveis para o Crescimento e para a Redução da Pobreza

O capítulo anterior delineou as restrições vinculativas que impedem Cabo Verde de realizar o seu potencial. Este capítulo discute as oportunidades e os percursos do país, para aumentar ainda mais o bem-estar dos 40 por cento mais pobres da população e reduzir a pobreza extrema. Ele conclui que um setor do turismo diversificado e mais inclusivo, será o caminho mais provável para o progresso de Cabo Verde. Além disso, a gama de produtos agrícolas produzidos oferece o potencial para explorar melhor os mercados de nicho, como produtos orgânicos, étnicos, de comércio justo e de nostalgia. A localização geográfica de Cabo Verde, no meio de quatro continentes, também oferece o potencial para desenvolver um centro logístico ou de TIC, mas as principais restrições podem precisar ser atacadas em primeiro.

O Plano Estratégico para o Desenvolvimento Sustentável 2017–2021, recentemente concluído por Cabo Verde posiciona-o como um País Plataforma no Atlântico Médio. A estratégia apresenta sete polos prioritários, ou Plataformas, que irá liderar o crescimento futuro do país: (1) uma plataforma marítima para fornecer suprimentos e serviços para cargueiros, navios de cruzeiro e outras embarcações; (2) um centro de transporte aéreo para os passageiros de países do Atlântico; (3) um centro comercial e industrial que transforma Cabo Verde num centro internacional de negócios; (4) um centro financeiro, criando uma plataforma financeira internacional; (5) um centro de investimento para a diáspora de Cabo Verde; (6) o desenvolvimento de um setor de turismo que beneficia todas as ilhas e está fundamentada no ambiente, na cultura e na história nacional; e (7) uma plataforma digital e de inovação.

A análise da evidência disponível sugere que, no curto prazo, Cabo Verde tem três oportunidades principais para impulsionar o crescimento, reduzir a pobreza

extrema, e promover a prosperidade partilhada: um turismo diversificado e mais inclusivo; produtos de nicho agrícolas que poderiam alimentar mercados turísticos e exportação de alto valor; e, possivelmente, o desenvolvimento de Cabo Verde como um centro de logística. Outras oportunidades podem existir a médio prazo, mas atualmente enfrentam um conjunto de restrições que ainda têm de ser resolvidas.

Turismo Diversificado e Mais Inclusivo

Este SCD conclui que um setor de turismo diversificado e mais inclusivo será a via mais provável de Cabo Verde, para o crescimento e a redução da pobreza. Nos últimos quinze anos, o turismo internacional para Cabo Verde tem crescido substancialmente, e em 2016 o turismo produziu US \$ 0,7 bilhões, compondo 45 por cento do PIB. É a principal fonte de receitas em divisas estrangeiras e suporta direta e indiretamente cerca de 39 por cento do emprego total. Conforme mencionado, esta situação é em grande parte atribuída ao pacote de férias “*all-inclusive*” gerido pelos maiores operadores turísticos da Europa. Os resultados sugerem que, apesar de ligações fracas ao resto da economia, o turismo tem desempenhado um papel central em tirar as pessoas da pobreza nos últimos anos. Embora de acordo com as pesquisas de IDRF, a proporção da população que ganha a vida no setor de serviços cresceu de 34 por cento em 2001 para 44 por cento em 2015, a proporção de pessoas neste setor que são extremamente pobres, caiu mais rápido do que em outros grupos ocupacionais: 19 a 5 por cento durante este período (ver figura 22b). No entanto, para sustentar esse progresso e criar os empregos que são urgentemente necessários para a juventude de Cabo Verde, a natureza, direção e a forma de planeamento e investimento futuro no setor do turismo precisa mudar e diversificar. Isto

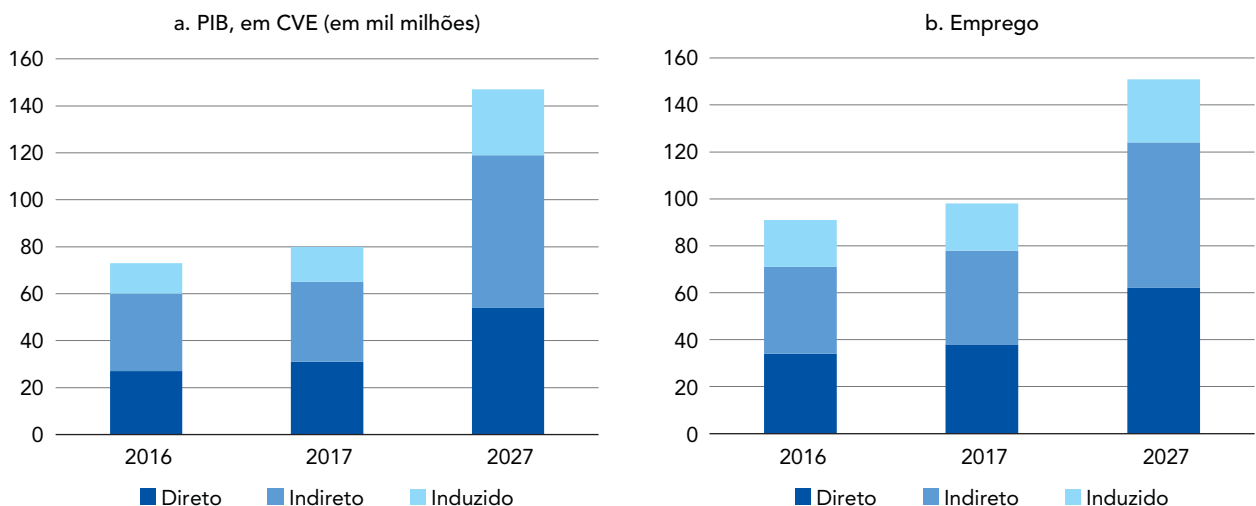
exige a realização de uma maior complementaridade, equilíbrio e diversidade para o produto e a marca global do turismo.¹

A imagem de Cabo Verde como um produto único de destino de “sol, areia e mar” é injustificada. Além de suas impressionantes praias e dunas de areia, a variedade do produto turístico total de Cabo Verde abrange uma grande diversidade. Isso ilustra um desafio muito sério de *branding* e *marketing* para a indústria.² Desconhecido para muitos, Cabo Verde oferece recifes de coral para *snorkeling* e mergulho, um dos três principais locais de nidificação de tartarugas marinhas do mundo, pesca desportiva, desportos náuticos (incluindo vela, iatismo, vento e kitesurf), caminhadas e *trekking* em ecossistemas ricos, exploração vulcânica, observação de aves e *canyoning*. Da mesma forma, a sua famosa música, festivais e património cultural são relativamente inexplorados como produtos turísticos. Na maior parte, estes precisam ainda de ser empacotados e promovidos para o mercado internacional de turismo. Cabo Verde também pode aproveitar o mercado de aposentados ou idosos e para isso, o acesso a cuidados médicos de alta qualidade, acessibilidade, segurança, facilidade de conectividade internacional e local e a situação fiscal são considerações importantes. A diversificação é suscetível de aumentar ainda mais o investimento turístico, ao mesmo tempo em que difunde de forma mais alargada, os benefícios em todo o país.

As previsões do *World Travel and Tourism Council* sugerem que o valor agregado do turismo – incluindo os efeitos mais amplos do investimento, da cadeia de suprimentos e do impacto da receita induzida— poderia crescer ainda mais e dobrar para 143 Mil Milhões de CVE, ou US\$1.5 Mil milhões em 2027 (ver figura 42a). O emprego direto e indireto poderá aumentar de 97.000 postos de trabalho em 2017 para 152.000 postos de trabalho em 2027 (ver figura 42b) e o *World Travel and Tourism Council* prevê que o crescimento anual do emprego na indústria turística de Cabo Verde nos próximos 10 anos, poderá ser de 4.5 por cento ao ano, o sétimo mais alto do mundo.

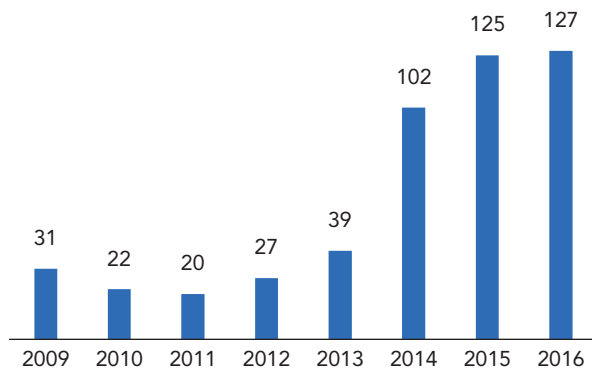
O turismo de navios de cruzeiro representa um nicho emergente e interessante com alto potencial. Dada a sua posição no meio do Atlântico, os navios de cruzeiro baseados em Cabo Verde poderiam gerar benefícios significativos para o país e abrir novos mercados. Tendo investido em vários portos nos últimos anos, explorar as oportunidades de ter uma grande linha de cruzeiros baseada em Cabo Verde, semelhante à Jamaica e às ilhas do Pacífico, poderia aumentar o negócio do turismo do país. Isso não apenas traria benefícios para o país de origem, mas também traria mais chegadas de cruzeiros para a África Ocidental. Os últimos dados disponíveis mostram que 2013 foi o ano mais forte no turismo de cruzeiros, com 157 navios a fazerem escalas em Cabo Verde, transportando um total de 75.643 passageiros, em comparação com os 22.909 em 2008 (ver figura 43).

FIGURA 42. Contribuição total de viagens e turismo em 2016, 2017, e 2027



Fontes: Conselho Mundial de Viagens e Turismo 2017.

FIGURA 43. Número de chegada de navios de cruzeiro em Cabo Verde



Source: ENAPOR

O porto de Mindelo (Porto Grande) é o líder de Cabo Verde com 57 escalas em 2013, seguido por Praia com 39 e Santo Antão com 15. Não há estimativas oficiais sobre o número de passageiros que saem dos navios—o que tipicamente atraca por 1 a 2 dias—para visitar as respetivas ilhas, mas a ENAPOR (a operadora portuária nacional) estima que esse número seja de cerca de 70%, com projeções cruas colocando os gastos por turista em cerca de € 45 durante um dia em uma cidade.³

A inclusão da vertente cultural na oferta do turismo permitiria que Cabo Verde explorasse um dos segmentos de crescimento mais rápido da indústria, em todo o mundo. Cerca de 50% de todo o turismo de lazer internacional tem uma componente cultural. A ilha de Goré, no Senegal, por exemplo, vendeu-se como um destino de herança ao transformar os seus monumentos de comércio de escravos em destinos turísticos. Expor os visitantes de Cabo Verde às suas ricas tradições de música, arte e culinária oferece uma oportunidade significativa para envolver um segmento mais amplo da população no mercado turístico. Além disso, o turismo comunitário tem um potencial considerável para tornar o setor mais inclusivo, desde que alguns dos seus desafios possam ser superados.⁴

Tal como mencionado no Capítulo 2, o *ranking* de 2015 de Cabo Verde compilado pelo Relatório de Competitividade de Viagens & Turismo do WEF, sugere que a realização do seu potencial turístico requer uma ação importante. Existe um potencial considerável para aumentar a taxa de excursão e aumentar o gasto médio em excursões por chegada.⁵

O acesso é uma questão importante e um constrangimento no desenvolvimento do turismo em Cabo Verde, especialmente em termos de diversificação de produtos. O acesso internacional permanece limitado, de alto custo e pouco confiável, com um alto grau de dependência dos *charters*. A melhoria do sistema caro e às vezes pouco confiável dos transportes inter-ilhas será importante para a expansão e diversificação de produtos.

O quadro institucional e regulatório do setor precisa urgentemente de atenção, conforme mencionado no Capítulo 4. O turismo, por natureza, é um setor genuinamente transversal. A indústria é muito diversificada e amplamente reconhecida como um fenómeno complexo e difícil de desenvolver e promover. A complexidade das atividades de planeamento e gestão, deve-se em parte às diversas atividades dos diferentes subsectores—e à ampla gama de ministérios governamentais, setor privado e atores da sociedade civil que são atraídos pelo ambiente político e institucional da indústria. Este é um enorme desafio institucional para todos os governos. Em Cabo Verde, é particularmente importante a necessidade de preencher o atual vácuo de governação no setor, o que engloba a supervisão e fiscalização de fundos fiscais de turismo recentemente atribuídos aos municípios. Um programa de rótulo de qualidade está a ser preparado, modelado a partir da iniciativa *Seychelles Secrets*. O objetivo será de formar, certificar e promover pequenos estabelecimentos de alojamento de propriedade local em todas as ilhas. No âmbito de um novo programa, 20 empresas cabo-verdianas envolvidas na cadeia de valor do turismo, receberão formação e certificação em determinados sistemas de gestão da qualidade ISO.

Uma melhor exploração da “economia azul” de Cabo Verde oferece oportunidades consideráveis para um turismo mais diversificado, ancorado no desenvolvimento sustentável de Cabo Verde das suas vastas áreas oceânicas e costeiras. A economia azul é uma estratégia de longo prazo destinada a apoiar o crescimento económico sustentável e equitativo por meio de atividades e setores relacionados ao oceano.⁶ Embora Cabo Verde tenha assinado a Carta do Crescimento Azul em 2012, é necessário um esforço maior para minimizar a degradação ambiental, a perda de biodiversidade e o uso não durável dos recursos marinhos, e para maximizar os benefícios económicos e sociais para a população. Ainda há muito trabalho a fazer, para fortalecer a coerência de suas políticas públicas

ligadas ao desenvolvimento do turismo e da economia marítima com as de outros componentes da economia azul. Além do turismo, isso inclui as tradicionais indústrias oceânicas estabelecidas (como a pesca) e o transporte marítimo, mas também atividades novas e emergentes, tal como a energia renovável offshore, aquicultura, atividades extrativistas do fundo marinho e biotecnologia marinha e bioprospecção. A economia azul tem como objetivo ir além do *business as usual* [como de costume] e considerar o desenvolvimento económico e a saúde do oceano, como proposições compatíveis.

Produtos de Nicho Agrícolas e Pesqueiros de Apoio ao Mercado Turístico

O setor agrícola de Cabo Verde tem se expandido com sucesso na última década, o que é testemunhado a crescente oferta de alimentos frescos produzidos internamente nos mercados.⁷ O setor agrícola cresceu a uma média anual de 4,6 por cento por ano durante 2007–2016, que é mais rápido do que o crescimento anual de 3,2 por cento da economia em geral. Ele reflete a crescente mudança da agricultura de subsistência, para uma agricultura cada vez mais orientada para cumprir as exigências do mercado.⁸ Apesar da escassez e fragmentação de terras agrícolas, precipitação insuficiente e irregular, a falta de fertilidade do solo e terreno acidentado, a produção tem crescido em grande parte devido à incorporação de novas tecnologias e investimentos em eletricidade e barragens, e em resposta ao rápido crescimento do mercado doméstico urbano. A agricultura em Cabo Verde é predominantemente baseada na produção familiar de subsistência, que consiste em pequenas parcelas e agricultura de sequeiro. No entanto, a irrigação, a por gota-a-gota, expandiu-se rapidamente, após a conclusão de várias barragens e sistemas de irrigação em Santiago e Santo Antão, durante os últimos 10 anos. De acordo com o Censo Agropecuário de 2004 e 2015, o número de fazendas que usam a irrigação, aumentou de 7.023 para 8.580, e o número de lotes irrigados de 10.612 para 12.563 durante este período. Em 2015, 19 por cento das fazendas usaram a irrigação e 14 por cento de todas as parcelas eram irrigadas, acima dos 11 por cento em 2004.⁹

Em todo o arquipélago, uma série de produtos agrícolas é produzida e exportada, com sucesso, para mercados específicos; uma estratégia de exportação realista deve, de fato, se concentrar em produtos de nicho e nichos de mercado. Estes incluem produtos orgânicos, étnicos, comércio justo, nostalgia (produtos da terra para a diáspora) e outros produtos de baixo volume/alto valor agregado. A marca “Cabo Verde” agrega valor e deve obter vantagem competitiva ao incorporar as características culturais e históricas, únicas do país. A crescente orientação comercial do setor, também foi estimulada pela participação de empresas comerciais na produção e comercialização de vinhos, licores à base de cana-de-açúcar e queijo de cabra. A qualidade é uma preocupação importante, mas a falta de certificações de segurança alimentar continua a ser um desafio fundamental para as cadeias de fornecimento correspondentes. Uma expansão adicional da produção pode exigir um uso mais eficiente da água dos esquemas de irrigação e formas mais inovadoras de reutilizar a água, incluindo a reciclagem de águas residuais. A expansão da produção agrícola criaria oportunidades para um grande segmento da população rural do país, muitos dos quais são extremamente pobres.

O principal obstáculo para a comercialização, é a ausência de um sistema logístico nacional eficiente e adequado. O problema é agravado pelo extremo grau de fragmentação da produção, tanto em termos de proliferação de pequenas parcelas e a descontinuidade geográfica do país. Outro problema crónico enfrentado pelos agricultores, é a alta taxa da perda pós-colheita. Uma solução promissora foi a construção de uma rede de recolha, tratamento e centros de distribuição. A gestão privada destes centros pós-colheita deve ser promovida, com um papel ativo na formação dos agricultores e outros operadores da cadeia, bem como na promoção e divulgação de informações de mercado. As políticas e instituições de apoio interno, também devem ser estabelecidas para promover a produção de qualidade orientada para a exportação.¹⁰ Os acordos comerciais preferenciais que Cabo Verde já faz parte, como a AGOA dos Estados Unidos e da EPA Europeia, oferecem acesso privilegiado ao mercado de 1 bilhão de consumidores, incluindo grandes comunidades da diáspora.

Os exportadores enfrentam requisitos diferentes comparativamente aos aplicados no mercado nacional, pelo que é necessário um apoio específico à exportação.

Estes incluem linhas de crédito para exportação, pesquisa aplicada, centros de desenvolvimento do agronegócio e doações. A informação do mercado de exportação precisa de ser melhorada, o que é apenas um componente de um programa alargado para a realização de pesquisa empírica a fim de identificar e entender os constrangimentos reais enfrentados no processo de exportação de produtos agrícolas e criar forças especiais para resolver esses constrangimentos. A estratégia de promover a exportação de produtos agrícolas e pecuários exige, obrigatoriamente, a organização da produção e dos agricultores, da informação do mercado, a melhoria de políticas públicas e de comercialização que promovam o aumento da produção, os sistemas de qualidade e o apoio às empresas exportadoras.¹¹

Governos sucessivos designaram o sector das pescas como um sector estratégico de vital importância para o desenvolvimento social e económico do país; no entanto, apesar do crescimento recente, a sua contribuição para a economia continua pequena. A contribuição do setor para a economia experimentou uma evolução positiva, devido, principalmente ao aumento das exportações das conservas de peixe. Mas enquanto a produção subiu nos últimos anos—de 20 toneladas em 2007 para 34 toneladas em 2015— a sua contribuição para o PIB caiu de 2% do PIB em 2000 para 1,2% em 2015. Em 2000, cerca de 5% da mão-de-obra trabalhou no sector das pescas, mas isto caiu para 3 por cento em 2013. Uma grande proporção dos pescadores artesanais e comerciantes de peixe são pobres. Num estudo de caso da ilha de Santiago, um terço das famílias pesqueiras foram classificadas como extremamente pobres, com um rendimento diário de cerca de US \$ 4,90 por família.¹²

Apesar das oportunidades de crescimento, os fatores limitantes atuais para o setor pesqueiro são substanciais. Estes incluem a pesca ilegal, a fraca supervisão e controlo das atividades marítimas, bem como o fraco controlo das capturas por embarcações licenciadas. Existe ainda, a falta de conhecimento científico sobre a dinâmica e evolução dos principais *stocks*. Portanto, o foco deve ser a criação de condições para a melhoria sustentada da produtividade e competitividade do setor, com base numa abordagem ecologicamente e economicamente sustentável. O aprofundamento dos esforços em curso para abraçar o conceito da economia azul, ofereceria oportunidades para a exploração

sustentável e inclusiva dos recursos marinhos e para a realização de potenciais sinergias entre os setores que dependem deles, como o turismo marítimo.¹³

Devem ser feitos esforços para conferir maior eficiência nos canais de distribuição e comercialização de produtos do mar, aumentando os níveis de renda dos operadores e o bem-estar das comunidades pesqueiras. O objetivo principal deve ser o fortalecimento da capacidade de abastecer o mercado doméstico, aproveitando as melhores oportunidades do mercado oferecidas pelo setor turístico—que atualmente estima-se que compre menos de 20% de seus peixes localmente—e o aumento da demanda da indústria conserveira. No entanto, deve-se notar que o abastecimento local de frutos do mar pela indústria hoteleira pode ter consequências negativas sobre a disponibilidade de peixes para o consumo local e aumentar a pressão sobre os recursos pesqueiros. Cabo Verde precisa de um modelo de negócio inovador que assegure a sustentabilidade do fornecimento de peixe que é baseado na pesquisa, juntamente com uma compreensão profunda dos ecossistemas.

Logística e TIC

O novo Plano Estratégico para o Desenvolvimento Sustentável de Cabo Verde (o PEDS), propõe que o país se torne num centro logístico para o transporte marítimo e aéreo, capitalizando a localização estratégica de Cabo Verde junto às principais rotas marítimas e aéreas. Ele identifica oportunidades do mercado—por exemplo, no campo de abastecimento e transbordo. O potencial para se tornar num centro de transporte aéreo é baseado na localização do país, na interseção de importantes rotas aéreas que ligam os continentes que margeiam o Atlântico. Cerca de 120 aeronaves sobrevoam o espaço aéreo de Cabo Verde todos os dias, totalizando um fluxo diário de entre 18.000 e 24.000 passageiros. Isto exclui os passageiros de e para Cabo Verde. O PEDS argumenta que se Cabo Verde conseguir capturar 5 por cento dessa fatia de mercado após 5 anos e 10 por cento após 10 anos, o país terá capturado um mercado internacional de cerca de 2.400 passageiros por dia, em trânsito, o que equivale a cerca de 24 voos com aeronaves de médio porte. Isso poderia crescer para 100 voos e, eventualmente, para 124 voos diários com aeronaves maiores, totalizando cerca de 24.800 passageiros por

dia. Isto terá importantes efeitos diretos e indiretos na economia. O PEDS reconhece que esta visão deve ser realizada através de uma forte participação do setor privado, com o estado no papel de promotor.

A localização geográfica de Cabo Verde no meio de quatro continentes oferece, de facto, potencial para o desenvolvimento de um centro logístico, mas as principais restrições ainda têm que ser superadas e é necessário trabalho adicional para avaliar o interesse do sector privado. Tornar-se num centro logístico exigiria desenvolver e manter uma vantagem competitiva global. Atualmente, a conectividade a cadeias de apoio globais é fraca e os indicadores de infraestruturas de negociação mostram valores mais baixos do que os países de pares desejáveis de Cabo Verde (ver figuras 44a e b). Por exemplo, Cabo Verde tem uma classificação inferior à das Maurícias, Seicheles e Senegal, no “fardo das formalidades aduaneiras” e também na “qualidade da infraestrutura portuária” (ver figura 44a). O país também é classificado abaixo de vários países pares no “índice de conectividade do transporte marítimo” da UNCTAD, embora em 2017 uma grande melhora tenha sido testemunhada (ver figura 44b). Esse índice o nível de ligação dos países, às redes mundiais de transporte marítimo, analisando o número de navios, a capacidade do transporte de contentores, o tamanho máximo dos navios, o número de serviços e o número de empresas que destacam navios porta-contentores nos portos de um país.

A economia centrada em logística/serviços não se trata simplesmente de grandes projetos de infraestrutura; é também a criação de uma plataforma para um fluxo eficiente de atividades de comércio para o qual ainda não existe um ambiente promotor. Isso exigiria o desenvolvimento de incentivos para atrair investidores estrangeiros e encontrar um parceiro privado essencial com meios técnicos, financeiros e comerciais adequados para estabelecer uma estratégia central para servir as Américas, a Europa e o mercado Africano. No entanto, outras condições favoráveis também precisariam ser fortalecidas como a melhoria do capital humano, dos serviços das TIC e eletricidade, e aspetos mais amplos do clima de investimento (ver Capítulo 4). A qualidade dos transportes aéreos e marítimos é atualmente um constrangimento para o desenvolvimento de Cabo Verde, mas estes podem vir a ser uma oportunidade e possivelmente levar Cabo Verde a tornar-se num centro logístico, uma vez que estas restrições mais amplas do clima de investimento, são abordadas.

Cabo Verde melhorou substancialmente a sua conectividade e utilização das TIC ao longo da última década, levando a níveis relativamente altos de adoção da banda larga, a extensão do uso pelo governo, e disponibilidade de serviços on-line locais. O país beneficiou-se de sua localização geográfica e já é servida por dois cabos. Cabo Verde ocupa o quarto lugar entre os países Africanos ao longo do Índice de Desenvolvimento das TIC (IDI), no entanto, está atrás

FIGURA 44A. Indicadores de infraestruturas de comércio, 2017

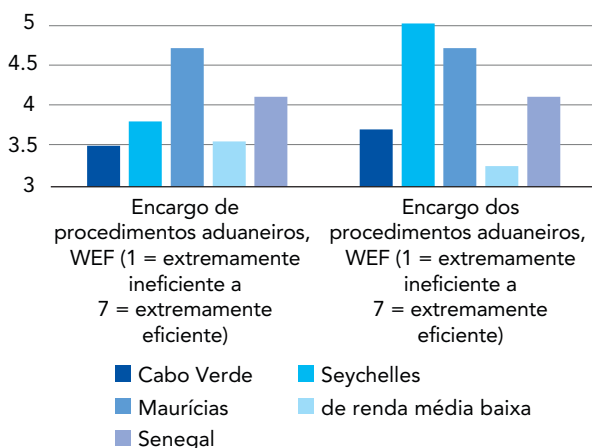
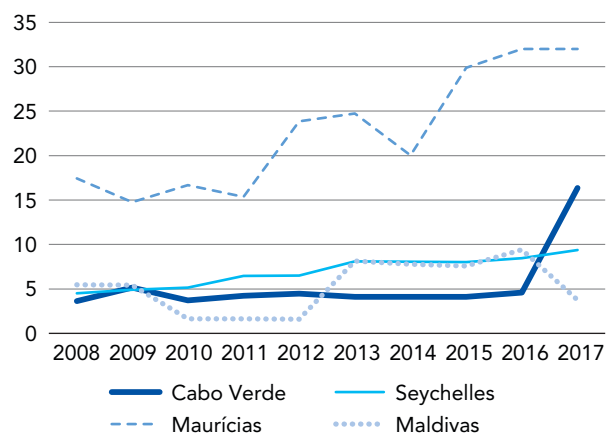


FIGURA 44B. Índice de conectividade do transporte marítimo, anual, 2004–2015



da África do Sul e seus pares desejáveis das Maurícias e as Seychelles. Tal como mencionado, a banda larga por cada utilizador da Internet é relativamente baixa, 17.000 bits por segundo,¹⁴ e um dos seus dois cabos está atualmente em plena capacidade. O cabo Ella-link do Brasil para Portugal (agendado para entrar em serviço até o final de 2019), está previsto para ligar a Cabo Verde e uma vez realizado, vai ajudar a resolver a crescente demanda por capacidade internacional no país e reduzir a dependência atual em um cabo submarino.

Tal como mencionado, uma dificuldade chave para o desenvolvimento das TIC em Cabo Verde é a fraca aplicação do regime de regulamentação das TIC, o que prejudica a competitividade internacional. Isso levou a práticas competitivas desleais do operador verticalmente integrado, criando um ambiente operacional particularmente desafiador para outros participantes do setor privado no mercado. Há indicações de que os desenvolvimentos recentes podem ameaçar os ganhos da liberalização alcançados nos últimos doze anos, o que comprometerá a sustentabilidade do ambiente de negócios das TIC. A viabilidade de desenvolver Cabo Verde como um centro das TIC é adicionalmente prejudicada por um planeamento inadequado e má gestão do setor de energia, o que contribui para os altos custos energéticos; a qualidade relativamente baixa do ensino; e problemas de ligação de transportes.

A curto prazo, o sector das TIC deverá provavelmente concentrar-se no reforço do seu apoio a outros sectores, como a modernização da prestação de serviços de ensino e de saúde, em todo o arquipélago assim como o desenvolvimento da logística e do turismo. Para avaliar ainda mais o potencial para concretizar a visão de Cabo Verde como um centro das TIC, é necessária uma análise mais aprofundada sobre como o ambiente favorável para tal pode ser melhorado. Este SCD identifica as TIC como um constrangimento (ver Capítulo 4) em vez de uma oportunidade, mas quando as principais barreiras políticas forem superadas, isso pode ser revertido e o setor de TIC pode tornar-se num pilar fundamental na estratégia de desenvolvimento do país.

PRODUÇÃO

A produção pode ser um importante veículo de transformação estrutural, levando as pessoas de setores

primários de baixa produtividade, para os setores de maior produtividade. Tem sido um dos principais impulsores do sucesso das Maurícias, seguindo uma política industrial direcionada que inclui a reforma trabalhista, zonas de processamento de exportação com acesso isento de impostos para insumos importados, incentivos fiscais, um mercado de trabalho segmentado e garantia de acesso preferencial a produtos finais.¹⁵ Para Cabo Verde, o setor dos serviços tem sido o principal motor do seu crescimento, mas como o crescimento económico parou nos últimos anos, a questão é saber se a produção—que é a escada tradicional de crescimento para as economias em desenvolvimento—será um fator importante de crescimento em Cabo Verde daqui para frente. O setor industrial representa atualmente 15% do PIB e, em 2009–2016, cresceu em média apenas 0,3% ao ano, comparado a 1,7% do setor de serviços.

Para Cabo Verde alcançar o sucesso de produção das Maurícias, seria necessário aumentar a competitividade da sua infraestrutura comercial, as competências dos seus trabalhadores e a sua capacidade a nível nacional e local para dialogar com o setor privado. As políticas industriais podem desempenhar um papel central na promoção da produção e fornecimento de terras industriais económicas, instalações portuárias e importação isenta de impostos de materiais e equipamentos para a produção de exportação. Embora Cabo Verde possa desenvolver estas instalações, enfrenta dificuldades específicas em termos da qualidade dos seus serviços de infraestrutura básica, incluindo a conectividade em termos de transporte marítimo e aéreo, bem como na eletricidade, água potável e TIC. O seu ambiente regulatório geral do setor privado precisará de ser fortalecido, e a melhoria da formação vocacional será fundamental para reduzir os custos de formação que os possíveis investidores privados enfrentarão.

As intervenções políticas devem aprender com o seu atual setor de produção—principalmente a exportação de peixe enlatado e congelado—e avaliar a restrição que essas empresas enfrentam e abordá-las. A implementação de políticas industriais deve ser descentralizada tanto quanto possível para aumentar a proximidade com os empreendedores, melhorar a responsabilização e fomentar a competição entre os governos locais. Será essencial aprender com outras iniciativas piloto e implementar mecanismos eficazes de monitorização e avaliação, para rever e melhorar regularmente as intervenções em progresso. Manter

um ambiente macroeconómico estável e propício e assegurar que os recursos naturais sejam bem geridos, são condições adicionais para o crescimento no setor manufatureiro.

Oportunidades Específicas das Ilhas

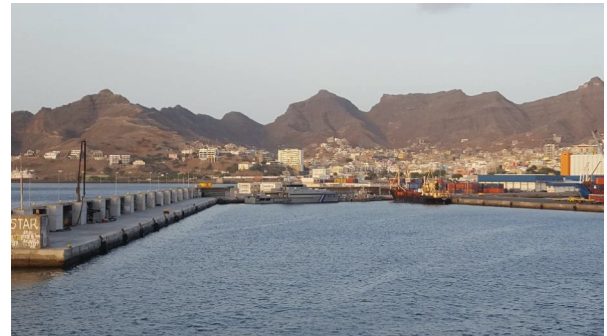
As nove ilhas habitadas de Cabo Verde variam em termos de tendências demográficas, características sociais e agro-ecológicas, geografia e vantagem comparativa para diferentes produtos turísticos, apresentando assim uma gama de oportunidades. Abaixo, resumimos brevemente essas informações para seis das principais ilhas que cobrem mais de 90% da população.

Santiago. Santiago é de longe a maior ilha em termos de tamanho e população. Em 2015, 57 por cento da população vivia nesta ilha, em comparação com 54 por cento em 2001. A maioria vive na Praia, que agora contém 28 por cento da população do país, contra 22 por cento em 2001, e que tem de longe a maior aglomeração de pessoas no país. Mais da metade dos extremamente pobres vivem em Santiago, com a maior parte deles em áreas rurais. As estradas melhoraram substancialmente nos últimos anos e várias barragens foram construídas em vales, juntamente com esquemas de irrigação de pequena escala. A água é cara e normalmente aplicada usando técnicas de irrigação gota-a-gota. A produção hortícola expandiu-se nos últimos anos, proporcionando ao mercado urbano crescente de Praia, um fornecimento constante de frutas e legumes. Alguns comerciantes também levam os seus

Santiago



Mindelo (Sao Vicente)



produtos para os centros turísticos nas ilhas do Sal e da Boa Vista. Existe um potencial considerável para expandir ainda mais a produção hortícola, mas isso exigiria a reciclagem de águas residuais e a expansão da dessalinização de baixo custo da água do mar. O potencial económico de Praia consiste principalmente no negócio de turismo, logística e navios de cruzeiro.

São Vicente. A ilha de S. Vicente é a segunda maior do país em termos de população, contribuindo com cerca de 15 por cento e que vem se mantendo estável desde 2001. Cerca de 9 por cento dos pobres do país e 11 por cento dos extremamente pobres, estão localizados nesta ilha. A maior parte da população da ilha vive em Mindelo, a capital cultural do país, que também tem um grande porto de águas profundas e um estaleiro para reparação de barcos e fábricas de processamento de pescado. A ilha tem terras cultiváveis limitadas e seu potencial agroecológico é baixo. As oportunidades de crescimento e aumento da prosperidade partilhada consistem em expandir ainda mais o turismo cultural e outras atividades



baseadas na economia azul, além de visitas a navios de cruzeiro. A expansão das pescas depende da proteção e gestão sustentável dos *stocks* pesqueiros e do possível desenvolvimento da aquicultura. O PEDS também identifica o potencial para expandir o abastecimento de embarcações e pátios de navios.

Santo Antão. Cerca de um décimo dos cabo-verdianos vivem atualmente na ilha montanhosa de Santo Antão, que registou números abaixo dos 14 por cento, em 2001. Há muito que é a ilha mais pobre, entretanto, a extrema pobreza baixou mais rapidamente aqui do que em qualquer outro lugar em Cabo Verde, caindo espetacularmente de 48 por cento em 2001 para 17 por cento em 2015. Os investimentos em infraestrutura, como estradas e barragens, alguma expansão de produtos agrícolas de nicho como queijo de cabra e grogue, turismo de *trekking* e a emigração provavelmente contribuíram para o aumento do bem-estar. A ilha é conhecida pela sua beleza natural e tem montanhas íngremes e vales profundos e recebe mais chuvas do que as outras ilhas. O seu potencial de desenvolvimento consiste em expandir a produção de produtos de nicho agrícola e o turismo de *trekking* e comunitário.

Santo Antão



Fogo. O Fogo contém atualmente cerca de 6,6 por cento da população de Cabo Verde, comparativamente a 8,8 por cento em 2001; a emigração tem sido relativamente alta. Atualmente, tem a maior taxa de pobreza extrema: 20%, que é o dobro da média nacional. Cerca de 12,5% dos extremamente pobres moram aqui. A ilha é caracterizada por sua grande e antiga cratera vulcânica, onde várias erupções através de novos e pequenos sub-crateras ocorreram nos últimos 50 anos e recentemente em

2014. As fontes importantes de rendimento, incluem o turismo, a produção de vinho e café nas encostas da cratera assim como a produção de queijo de cabra. O potencial para o desenvolvimento consiste em expandir o turismo, incluindo o da diáspora e a produção agrícola.

Fogo



Sal e Boa Vista. Estas ilhas tinham pequenas populações até que o boom do turismo e a expansão dos *resorts all-inclusive* atraíram um número substancial de trabalhadores turísticos de outras ilhas. As ilhas têm pouca terra arável e recebem pouca chuva. As praias atraentes em combinação com centros de biodiversidade constituem ativos importantes. O desenvolvimento urbano permaneceu atrás da demanda, levando a moradias e instalações de saneamento precárias para os trabalhadores. Os empregadores não investiram no desenvolvimento de moradias para os seus funcionários. O potencial de desenvolvimento consiste principalmente em diversificar ainda mais o turismo, incluindo os desportos aquáticos, a pesca marítima e o bio-turismo.

Boa Vista



NOTAS

1. Unidade Nacional de Implementação, Quadro Integrado Reforçado, e MTIE 2013.
2. Unidade Nacional de Implementação, Quadro Integrado Reforçado, e MTIE 2013.
3. PwC 2014.
4. Banco Mundial 2013c.
5. Banco Mundial 2013c.
6. Ver, por exemplo, o relatório do Banco Mundial sobre a Economia Azul (Banco Mundial e Nações Unidas 2017).
7. São mantidos poucos registros da produção de produtos frescos, entretanto as entrevistas com especialistas confirmam esta conclusão. O crescimento do setor agrícola global.
8. Unidade Nacional de Implementação, Quadro Integrado Reforçado, e MTIE 2013.
9. Ministério da Agricultura e Ambiente et al. 2017.
10. Unidade Nacional de Implementação, Quadro Integrado Reforçado, e MTIE 2013.
11. Unidade Nacional de Implementação, Quadro Integrado Reforçado, e MTIE 2013.
12. Save the Children e Ministério da Agricultura 2017c.
13. Ver, por exemplo, o relatório do Banco Mundial sobre a economia azul (Banco Mundial e as Nações Unidas 2017); a Carta de Cabo Verde a favor da Promoção do Crescimento Azul e FAO organizaram uma conferência sobre o crescimento azul/economia de Cabo Verde (Mindelo) (FAO 2017).
14. ITU de 2016.
15. Banco Mundial 2014c.

Resumo dos Constrangimentos Vinculativos e das Lacunas Restantes de Conhecimento

O capítulo anterior resumiu as oportunidades de Cabo Verde para revitalizar o crescimento, reduzir ainda mais a pobreza e fortalecer a inclusão social. Nesta seção final, fornecemos um resumo das restrições de vinculação apresentadas anteriormente, juntamente com os condutores das restrições e as evidências. Discutimos também, as lacunas de conhecimento remanescentes.

Este capítulo reúne os vários desafios de desenvolvimento enfrentados por Cabo Verde ao abrigo de cinco restrições vinculativas abrangentes. O SCD identifica as oportunidades e obstáculos mais importantes para redução da pobreza e melhoria da prosperidade partilhada em Cabo Verde. Com base nas evidências existentes apresentadas nos capítulos anteriores, mais de um terço da população é pobre. Isto se deve, em parte, ao baixo capital humano e à governação e aos desafios fiscais, que, quando combinados com a dispersão económica, limitam as oportunidades económicas. A Tabela 4 resume as restrições de ligação e descreve os seus condutores. A Figura 45 apresenta a relação dos mesmos com a estrutura analítica apresentada no Capítulo 4.

Processo de priorização

O diagnóstico e priorização das restrições de desenvolvimento é o resultado de um processo de três etapas. A primeira etapa resultou nos resultados da análise abordados nos capítulos anteriores. Isto inclui o *benchmarking* de Cabo Verde contra os seus pares desejáveis—Seychelles, Maurícias e outros pequenos estados em desenvolvimento relativamente avançados—ao longo de uma série de indicadores de desempenho para identificar as áreas onde o país está atrasado. Foram usadas

entrevistas a especialistas, relatórios disponíveis, análises de dados estatísticos para avaliar os principais impulsionadores do crescimento económico e da redução da pobreza, e os fatores limitantes que levaram à paragem do crescimento, para a identificação das restrições remanescentes para o progresso. As evidências desses processos levaram a uma lista de 10 restrições prioritárias.

A segunda etapa envolveu consultas no país com funcionários do governo, membros da sociedade civil, indivíduos no setor privado e académico, bem como aqueles na comunidade de doadores. As consultas iniciais foram realizadas em 2016 para enquadrar o conceito e as hipóteses. A segunda rodada de consultas foi realizada na Praia, Santo Antão, São Vicente e Boa Vista de 24–30 de Outubro de 2017, como uma verificação da consistência dos constrangimentos restritivos que foram identificados. A apêndice F apresenta as consultas no país em Cabo Verde mais detalhadamente. A terceira rodada foi realizada em 21 de Janeiro de 2018, com representantes da diáspora em Roterdão, Holanda. Houve um amplo suporte das evidências sobre as realizações, desafios, oportunidades e constrangimentos prioritários. Os participantes tomaram nota dos resultados, muitos dos quais apoiaram o Plano Estratégico para o Desenvolvimento Sustentável (o PEDS) recentemente aprovado.

A terceira etapa consistiu em consultas com a Equipa Nacional do Banco Mundial para Cabo Verde, durante a qual as restrições vinculativas foram discutidas e modificadas. Os membros da equipa do país classificaram as restrições usando uma planilha que resumia a justificação e a evidência para cada restrição. Eles então classificaram as restrições de 1 a 10 ao longo de dois critérios: o impacto da pobreza na remoção da restrição e a força da evidência.

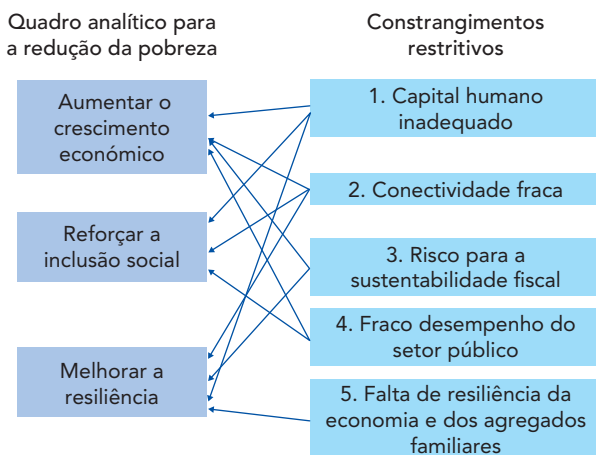
TABELA 4. Resumo das restrições vinculativas

	Limitação	Descrição dos condutores de restrição
1	Capital humano inadequado	<u>Altas taxas de abandono escolar no ensino secundário e a qualidade insuficiente do ensino</u> , levam a uma força de trabalho que não possui as competências necessárias para uma economia de serviços, diversificada e dinâmica.
2	Ligações fracas	<u>O transporte inter-ilhas é caro e pouco confiável</u> , o que afeta a integração dos mercados domésticos de mão-de-obra e bens. <u>A infraestrutura inadequada das TIC</u> e os acordos institucionais fracos, impedem um progresso mais rápido nessa espinha dorsal essencial da economia de serviços. <u>O fraco planeamento e a fraca gestão</u> do setor energético, afeta o abastecimento de eletricidade e água a menos custo e mais confiável para o consumo e a irrigação.
3	Riscos para a estabilidade macroeconómica e a sustentabilidade fiscal	<u>A dívida pública elevada</u> está a impedir a capacidade do governo de investir em infraestrutura essencial, particularmente nos setores de energia e transporte. Isso, em conjunto com a <u>alta vulnerabilidade económica</u> devido à forte dependência do turismo com tudo incluído e dos turistas de um pequeno número de países europeus, pode comprometer a estabilidade macroeconómica.
4	Fraco desempenho do setor público	O governo <u>não é suficientemente eficaz</u> em termos de implementação das reformas políticas necessárias, com uma fraca prestação de contas da concretização de resultados. Isso afeta negativamente a criação de um clima de investimento mais favorável para o setor privado nacional e a geração de uma força de trabalho bem qualificada. A colaboração público-privada é inadequada para desenvolver um setor de serviços mais diversificado e para tornar os investimentos em infraestrutura mais produtivos. A <u>descentralização</u> é incompleta, e a capacidade local e os esforços de duplicação podem prejudicar a realização de resultados no terreno com boa relação custo-eficácia.
5	Falta de resiliência	A crescente <u>exposição a choques climáticos</u> é uma restrição importante para sustentar o progresso do desenvolvimento, uma vez que isso prejudica a resiliência das famílias e da economia. O ambiente natural de Cabo Verde é insuficientemente protegido, e o seu desempenho ao longo de indicadores relacionados com as suas políticas e instituições para a sustentabilidade ambiental tem desfasado nos últimos anos e são relativamente baixos.

Principais Lacunas de Conhecimento

Este SCD foi informado por uma revisão de mais de 50 estudos, por análises de dados primários, entrevistas com especialistas e consultas aos intervenientes. Embora isso tenha facultado uma vasta gama de

informações, ainda assim foram identificadas várias lacunas. As principais fontes de informação do país para este SCD, foram dados das contas nacionais, inquérito sobre os agregados familiares domiciliares, inquéritos sobre a força de trabalho e outros indicadores macroeconómicos e sociais de fontes governamentais e secundárias. O *Doing Business and Enterprise Surveys do WBG* foi usado para captar as preocupações do clima de negócios. Este SCD identifica as lacunas de conhecimento e oferece um direcionamento para pesquisas futuras, pois ultrapassam o âmbito deste SCD. Estes são os seguintes:

FIGURA 45. Estrutura Analítica e restrições de vinculação

- **Competências.** Realização de trabalho adicional sobre as competências, do ponto de vista da empresa, para entender melhor e até que ponto a falta de competências está a inibir investimentos em melhorias de processos e tecnologias (ou vice-versa). A análise também poderia especificamente ver como o setor privado está a lidar com a falta de competências superiores, quais os modelos liderados pela demanda podem ser considerados para expansão e reprodução e que dimensões específicas das capacidades das PME, são as menos desenvolvidas (gestão de produção, vendas e comercialização), gestão de pessoal, etc.

TABELA 5. Restrições vinculativas e um resumo das evidências

	Limitação	Sub-constrangimento	Evidência
1	Capital humano inadequado	Taxa de abandono do ensino secundário	<i>Benchmarking:</i> Cabo Verde fica atrás de seus pares desejáveis em termos de escolarização secundária líquida (ver figura 25a), e a retenção de alunos é relativamente baixa, e sem sinais de melhorias (ver figura 25b). <i>Outras evidências:</i> Alta proporção de jovens que não estão na escola, não estão a trabalhar (IDRF 2015).
		Competências insuficientes	<i>Benchmarking:</i> A proporção de empresas que indicam que uma força de trabalho inadequadamente educada é um grande constrangimento, é maior do que seus pares desejáveis (ver figura 32a). Longa distância de fronteira da eficiência do ensino (ver figura 32b). <i>Outra evidência:</i> Baixas pontuações para as Provas de Aferição em matemática e Português, 37% dos professores não possuem nenhum certificado.
2	Ligações fracas	Transporte inter-ilhas problemático	<i>Benchmarking:</i> Cabo Verde fica atrás de seus pares desejáveis no índice da qualidade de infraestruturas do WEF (ver figuras 33a e 33b), especialmente em relação à qualidade da infraestrutura portuária e do transporte aéreo (ver figura 33b). <i>Outra evidência:</i> Entrevistas com especialistas sugerem que os transportes marítimos e aéreos não são confiáveis.
		Infraestrutura das TIC fraca	<i>Benchmarking:</i> A ITU classifica Cabo Verde atrás de seus pares desejáveis em termos de desenvolvimento das TIC. A utilização da Internet (ver tabela 2) e a banda larga por usuário de Internet, também são mais baixas do que os países de pares desejáveis. Cabo Verde tem um <i>ranking</i> global baixo (103) no índice de e-governança das NU. <i>Outra evidência:</i> Entrevistas com especialistas revelaram um regime regulamentar inadequado e falta de capacidade de cabo.
		Altos custos energéticos	<i>Benchmarking:</i> Cabo Verde tem maior custo de energia e de água potável dessalinizada comparativamente aos seus países pares. As perdas de energia são mais elevadas do que a média para o ASS. <i>Outra evidência:</i> Perdas comerciais elevadas da ELECTRA.
3	Riscos para a estabilidade macroeconómica e a sustentabilidade fiscal	Dívida elevada	<i>Benchmarking:</i> O rácio da dívida em relação ao PIB é superior aos dos pares (ver figura 29b); as taxas de risco macroeconómicas são mais altas do que as Maurícias (semelhante às Seychelles) (ver figura 33a). <i>Outra evidência:</i> O valor atual da dívida está acima do limite de sustentabilidade.
		Vulnerabilidade económica alta	<i>Benchmarking:</i> Volatilidade Superior de crescimento do PIB relativamente aos seus pares desejáveis.
4	Fraco desempenho do setor público	Concretização insuficiente das reformas	<i>Benchmarking:</i> Pontuações mais baixas do WGI na “eficácia do governo” e “qualidade regulatória” em comparação com os países pares desejáveis (ver figuras 26c e d); nível global mais baixo do que os pares aspirantes na <i>Doing Business</i> (ver a tabela 3), e o <i>ranking</i> está a cair. Massa salarial pública mais alta do que os pares. <i>Outra evidência:</i> Estudos de economia política sugerem que o sistema político bipartidário paralisa a sociedade civil e os grupos de pressão (Costa 2013).
5	Falta de resiliência	Baixa resiliência das famílias	<i>Benchmarking:</i> Maior frequência de secas e tempestades do que os seus pares; classificação mais baixa no que diz respeito à vulnerabilidade em comparação com os seus pares; propriedade da terra altamente desigual, com os pobres detendo uma proporção baixa de terrenos (ver figura 41) (Save the Children 2017abc).
		Falta de proteção do ambiente natural	<i>Benchmarking:</i> Classificação baixa na aplicação de regulamentos ambientais no Índice de Competitividade de Viagens & Turismo. Cabo Verde é um dos centros de biodiversidade mais ameaçados do mundo. <i>Outra evidência:</i> os resultados do CPIA para Cabo Verde são mais baixos na sustentabilidade ambiental.

- **Abandono escolar.** As taxas de abandono escolar do ensino secundário são um obstáculo essencial ao progresso de Cabo Verde. Várias causas possíveis foram mencionadas neste relatório. No entanto, as evidências são limitadas e pouco se sabe como isso difere entre áreas e grupos populacionais e quais os fatores que estão a influenciar estes.
- **Eficiência da despesa escolar.** Embora Cabo Verde tenha alocado recursos orçamentários substanciais para o ensino nos últimos 15 anos, o sistema de ensino poderia gerar poupanças, por meio da utilização mais eficiente dos recursos. O custo unitário por estudante nos níveis secundário e terciário é alto em comparação com os *benchmarks* internacionais, mas os resultados são significativamente menores. O salário médio dos professores em Cabo Verde é 15% mais alto do que as posições que exigem qualificação equivalente no mercado de trabalho. O pessoal não docente representa 29 por cento do número total de funcionários no Ministério da Educação e os seus salários correspondentes representam 25 por cento do total das despesas com a educação. O sistema de ensino de Cabo Verde beneficiaria de um melhor direcionamento das despesas sociais, ao mesmo tempo que aumentaria os recursos nas despesas pedagógicas.
- **Integração do mercado.** O grau de integração dos mercados de bens e serviços, é desconhecido e importante para entender os principais requisitos para melhorar a logística e a integração do mercado. Uma análise das tendências de preços dos bens em todo o arquipélago deve esclarecer isso.
- **Descentralização.** A fraca prestação de serviços a nível local em termos de planeamento urbano e o desenvolvimento de sistemas de habitação e saneamento e desenvolvimento de irrigação são uma limitação fundamental. Até que ponto a capacidade, a eficiência e a responsabilização dos municípios são restrições para a realização eficiente desse serviço não são conhecidas, mas parece essencial para melhorar a eficiência dos investimentos.
- **Restrições quanto ao melhor envolvimento da diáspora.** Com a remessa desempenhando um papel importante no desenvolvimento económico em Cabo Verde, uma nova análise sobre o perfil de um remetente, bem como o impacto das remessas no rendimento e no comportamento dos agregados familiares, pode ser útil para explicar o desemprego e a pobreza. Isto poderia incluir a avaliação de um melhor envolvimento da diáspora, na contribuição para o desenvolvimento de Cabo Verde.
- **Economia política da reforma das empresas públicas.** Este SCD é limitado em termos da discussão sobre a economia política das reformas em Cabo Verde. Por exemplo, o setor das empresas estatais tem sido um ator importante na prestação de serviços públicos em Cabo Verde, mas as reformas para melhorar o seu desempenho e a gestão, não produziram os resultados desejados. Recentemente, foram introduzidos os contratos baseados em desempenho, mas nunca aplicados. Uma área que pode ser melhorada, é a recolha e declaração das dívidas de todas as empresas estatais.

REFERÊNCIAS

- AfDB (African Development Bank). 2012. *Cape Verde: A Success Story*. <https://www.afdb.org/fileadmin/uploads/afdb/Documents/Project-and-Operations/Cape%20Verde%20-%20A%20Success%20Story.pdf>.
- Afrobarometer. “Online Data Analysis Tool.” R5 2011/2013 and R6 2014/2015. <http://www.afrobarometer.org/online-data-analysis/analyse-online>.
- Ahmed, S. Amer, Maurizio Bussolo, Marcio Cruz, Delfin S. Go, and Israel Osorio-Rodarte. 2017. “Global Inequality in a More Educated World.” Policy Research Working Paper 8135, World Bank, Washington, DC.
- Alves, Manuel António. 2014. “Delinquência Juvenil e Criminalidade na Cidade da Praia Uma pesquisa em torno do fenómeno ‘Thug’ e Violência Urbana.” Master’s thesis, Universidade de Cabo Verde/Universidade Federal do Pará.
- Atchoaréna, D., P.D. Da Graça, and J.M. Marquez. 2008. “Strategies for Post-Primary Education in Small Island Developing States (SIDS): Lessons from Cape Verde.” *Comparative Education* 44 (2): 167–85. <http://dx.doi.org/10.1080/03050060802041076>.
- Batista, Catia, Aitor Lacuesta, and Pedro Vicente. 2012. “Testing the ‘Brain Gain’ Hypothesis: Micro Evidence from Cape Verde.” *Journal of Development Economics* 97 (1): 32–45. <https://doi.org/10.1016/j.jdeveco.2011.01.005>.
- Brito, João António Furtado de. 2015. “Determinantes do Crescimento Económico. Uma Aplicação a Países Pequenos, com especial referência para Cabo Verde.” PhD thesis, Universidade de Coimbra.
- Brueckner, M. 2013. Background paper for Latin America and the Caribbean’s study on the determinants of economic growth: Econometric analysis. Background paper, World Bank, Washington, DC.
- Calderón, C., E. Moral-Benito, and L. Servén. 2011. “Is Infrastructure Capital Productive? A Dynamic Heterogeneous Approach.” Policy Research Working Paper 5682, World Bank, Washington, DC.
- Calderon, C., M. Kubota. 2011. “Sudden Stops: Are Global and Local Investors Alike? <https://openknowledge.worldbank.org/bitstream/handle/10986/3336/WPS5569.pdf?sequence=1&isAllowed=y>
- Center for Systemic Peace. 2016. “The Polity Project.” <http://www.systemicpeace.org/polityproject.html>.
- Centro de Políticas Estratégicas. 2015. “Praia Business Environment Reforms for Cabo Verde Transformation.” Technical note for Cabo Verde 2030 forum. http://www.cpe.gov.cv/home_en/.
- Costa, Suzano. 2013. “Sociedade Civil, Estado e Qualidade da Democracia em Cabo Verde: Entra Letargia Cívica e a Omnipresença do Leviatha.” In *Entre África e a Europa: Nação, Estado e Democracia em Cabo Verde*, edited by Cristina Montalvão Sarmento and Coimbra, Portugal: Almedina.
- Dias, José Jorge. 2015. “A delinquência juvenil em Cabo Verde: da caracterização do fenómeno à contextualização sociocultural.” PhD thesis, Universidade do Minho.
- Doing Business Indicators (database). 2018. Economy data for Cabo Verde, Mauritius, and Seychelles. World Bank, Washington, DC. <http://www.doingbusiness.org/data>.
- Fisher Associates. 2011. “Inter-Island Transport Study, Cape Verde Islands.” <https://www.fisheradvisory.com/portfolio/inter-island-transport-study-cape-verde-islands>.
- Flyvbjerg, Bent. 2009. “Survival of the Unfittest: Why the Worst Infrastructure Gets Built—and What We Can Do about It.” *Oxford Review of Economic Policy* 25 (3): 344–67. <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.2229768>.
- FAO (Food and Agriculture Organization). 2015. “FAO Provides Urgent Assistance to Drought-Stricken Cape Verde.” <http://www.fao.org/news/story/en/item/278021/icode/>.
- . 2017. “Conference Dialogue on Blue Growth and Economy—Sharing Perspectives and Experiences for Africa.” <http://www.fao.org/africa/events/detail-events/en/c/854323/>.
- Freedom House. 2011. *Cabo Verde*. <https://freedomhouse.org/report/freedom-world/2011/cape-verde>.

- Gable, S., H. Lofgren, and I. Osario-Rodarte. 2014a. "Trajectories for Sustainable Development Goals: Framework and Country Applications". World Bank, Washington, DC.
- Gebregziabher, F., 2015. "Adjustment and long-run economic performance in 18 African countries." *Journal of international development*. Chichester: Wiley, ISSN 0954-1748, ZDB-ID 27253x. - Vol. 27. p. 170–196
- Government of Cabo Verde. (2016). Avaliação Final do Documento da Estratégia de Crescimento e Redução da Pobreza 2012–2016 (DECRP III). <https://www.mf.gov.cv/index.php/legislacao-new/doc.../719-decrp-iii-final-en>
- Hall, R., and Charles Jones. 1999. "Why Do Some Countries Produce So Much More Output Per Worker Than Others?" *The Quarterly Journal of Economics* Vol. 114, No. 1, pp. 83–116.
- Hausmann, R., L. Pritchett, and D. Rodrik. 2005. "Growth Accelerations." *Journal of Economic Growth* 10 (4): 303–29. <http://link.springer.com/article/10.1007/s10887-005-4712-0>.
- Imam, Patrick A. and Gonzalo Salinas. 2008. "Explaining Episodes of Growth Accelerations, Decelerations, and Collapses in Western Africa." IMF Working Paper 08/287. International Monetary Fund, Washington, D.C.
- Inforpress. 2017. "HIV/SIDA: Dados de 2016 revelam que Cabo Verde mantém taxa de prevalência abaixo de 1% (por cento)." April 19. <http://www.inforpress.publ.cv/hivside-dados-de-2016-revelam-que-cabo-verde-mantem-taxa-de-prevalencia-abaixo-de-1-por-cento/>.
- Institute for Health Metrics and Evaluation. 2012. *Global Burden of Disease Study 2010 (GBD 2010) Results by Cause 1990–2010*. Seattle: Institute for Health Metrics and Evaluation (IHME).
- INE (Institute of National Statistics). 2012. "Inquerito Multi-objectivo Continuo 2012 relatório do Modulo use de tempo e Trabalho Nao Remunerado em Cabo Verde 2012."
- . 2013. "Inquérito Multi-objectivo Contínuo 2013." <http://ine.cv/publicacoes/inquerito-multi-objectivo-continuo-2013/>.
- . 2015a. "Inquerito Multi-objectivo Continuo—2015. Módulo Sector Informal. Apresentação dos principais resultados." http://bdmi.ine.cv/actualise/destaques/files/465811020112015Apresenta%C3%A7%C3%A3o_dados_SI_2014.pdf.
- . 2015b. *Anuário Estatístico 2015*. http://www.ine.cv/wp-content/uploads/2017/02/anuario-estatistico_cv-2015.pdf
- . 2016. *Anuário Estatístico: Cabo Verde, 2016*. <http://ine.cv/wp-content/uploads/2017/12/aecv-2016-1.pdf>.
- . 2017a. "Inquerito Multi-objectivo Continuo 2016. Estatísticas do emprego e mercado do Trabalho." Cabo Verde labor market statistics for 2016.
- . 2017b. "Inquérito às Despesas e Receitas Familiares (IDRF) 2015: resultados definitivos"
- . 2018. "Evolução e estatísticas do turismo por ilhas, 1999 a 2017." <http://ine.cv/quadros/evolucao-de-estabelecimentos-capacidade-e-possual-ao-servico-1999-a-2015/>.
- Instituto Cabo-Verdiano Igualdade e Equidade de Género (ICIEG). 2014. *National Plan to Combat Gender Based Violence*.
- International Labor Office. 2012. "A proteção social em Cabo Verde: situação e desafios." Social Protection Expenditure Review, Projecto STEP, Portugal. http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_protect/---soc_sec/documents/publication/wcms_213165.pdf.
- International Monetary Fund. 2018. Cabo Verde -Staff Report for the 2018 Article IV Consultation. <http://www.imf.org/en/Publications/CR/Issues/2018/04/18/Cabo-Verde-2018-Article-IV-Consultation-Press-Release-Staff-Report-and-Statement-by-the-45803>
- . 2013. Cape Verde, Namibia, and Kingdom of Swaziland : Selected Issues Paper on the Challenges of Small Middle-Income Countries in Sub-Saharan Africa. <http://www.imf.org/en/publications/cr/issues/2016/12/31/cape-verde-namibia-and-kingdom-of-swaziland-selected-issues-paper-on-the-challenges-of-small-40949>
- ITU (International Telecommunications Union). 2016. "Statistics." <http://www.itu.int/en/ITU-D/Statistics/Pages/stat/default.aspx>.
- Jones, B.F., and B.A. Olken. 2008. "The Anatomy of Start-Stop Growth." *Review of Economics and Statistics* 90 (3): 582–87.
- Lederman, Daniel and Justin T. Lesniak. 2017. "Open and Nimble: Finding Stable Growth in Small Economies." Summary, World Bank, Washington, DC. <https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/26304>.
- Longenecker, Emily Irene, and Anthony Justin Barnum. 2017. "The Problem of Secondary Education

- Completion: The Case Study of Cape Verde, a Small Island Developing State.” *International Journal of Educational Development* 53: 48–57.
- Lumumba, Shabaka. “Transformation of ‘Old’ Slavery into Atlantic Slavery: Cape Verde Islands, c. 1500–1879.” PhD thesis, Michigan State University, 2013.
- Marone, Heloisa. 2016. “Demographic Dividends, Gender Equality, and Economic Growth: The Case of Cabo Verde.” IMF Working Paper 16/169, International Monetary Fund, Washington, DC. <https://www.imf.org/external/pubs/ft/wp/2016/wp16169.pdf>.
- Medina, E. 2016. “Political History of Cabo Verde.” Background note for the SCD, World Bank, Washington, DC.
- Ministério da Agricultura e Ambiente, INE, FAO, and AfDB. 2017. “Recenseamento Geral Da Agricultura 2015: Resultados.”
- Ministério da Educação e Desporto and UNFPA/UNICEF. 2014. *Anuário da Educação 2013/2014*. http://www.minedu.gov.cv/index.php?option=com_jdownloads&task=download.send&id=908&catid=4&m=0&Itemid=574.
- Ministério da Juventude. 2013. “Emprego e desenvolvimento dos recursos humanos.” Programme de Lutte contre la Pauvreté en Milieu Rural (PLPR). Rapport d’achèvement. IFAD.
- Ministério das Finanças e Planeamento. 2015. *Relatório ODM Cabo Verde 2015*. Millennium Development Goal report. <https://www.un.cv/files/Relatorio%20ODM%20Julho%202015.pdf>.
- . 2016. “Avaliação Final do Documento da Estratégia de Crescimento e Redução da Pobreza 2012–2016 (DECRP III).”
- Ministry of Economy Growth and Competitiveness. 2010. *Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Turismo em Cabo Verde (2010–2013)*.
- Ministry of Health. 2015. *Analysis of Health Care Service Provision, including Sexual and Reproductive Health of Men, Women, and Teenagers in Cabo Verde’s Health Centers*.
- National Implementation Unit, Enhanced Integrated Framework, and Ministry of Tourism, Industry, and Energy (MTIE). 2013. *Cape Verde Diagnostic Trade Integration Study Update, 2013*. <http://www.enhancedif.org/en/document/cape-verde-diagnostic-trade-integration-study-update-2013>.
- OECD (Organisation for Economic Co-operation and Development) and WTO (World Trade Organization). 2013. “Aid, Trade, and Development Indicators for Cape Verde,” in *Aid for Trade at a Glance 2013: Connecting to Value Chains*. Geneva: WTO; Paris: OECD Publishing. http://dx.doi.org/10.1787/aid_glance-2013-24-en.
- Panapress. 2015. “Cape Verde: Rate of Teenage Pregnancy Drops in Cape Verde.” January 27. <http://www.panapress.com/Cape-Verde—Rate-of-teenage-pregnancy-drops-in-Cape-Verde—12-630421116-25-lang2-index.html>.
- Pescatori, A., D. Sandri, and J. Simon. 2014. “Debt and Growth: Is There a Magic Threshold?” IMF Working Paper 14/34, International Monetary Fund, Washington, DC.
- Poverty and Data Portal (database), World Bank, Washington, DC. <http://povertydata.worldbank.org/poverty/home/>.
- PwC. 2014. *Plano Estratégico de Turismo de Cruzeiros em Cabo Verde*. Draft for discussion.
- Ram, Rati. 2013. “Income Elasticity of Poverty in Developing Countries: Updated Estimates from New Data.” *Applied Economic Letters* 20 (6): 554–58.
- Rascon-Ramirez, Ericka G. 2012. *Mapping Poverty in Cape Verde*. Washington, DC: World Bank: Praia, INE.
- Ribeiro, A., J. Loureiro, and M. Martins. 2008. “Cabo Verde—Portugal: An Assessment of the Exchange Rate Cooperation Agreement.” Ministério das Finanças e Administração Pública.
- Rodriguez, Frederica. 2017. “Perfil Migratório de Cabo Verde.” Draft report prepared for the International Organization for Migration (IOM).
- Sachs, J., G. Schmidt-Traub, C. Kroll, D. Durand-Delacre, and K. Teksoz. 2017. *SDG Index and Dashboards Report 2017*. New York: Bertelsmann Stiftung and Sustainable Development Solutions Network (SDSN).
- Sanchez, Dana. 2015. “Drought-Stricken Cape Verde to Get Urgent UN Agriculture Aid.” AFKInsider, February 19. <http://afkinsider.com/89044/drought-stricken-cape-verde-get-urgent-un-agriculture-aid/>.
- Santos, J.C. 2017. “British Foreign Office Bans Travel to Cape Verde, Here’s Why.” Travelers Today, May 8. <http://www.travelerstoday.com/articles/46971/20170508/british-foreign-office-bans-travel-cape-verde-due-crime-activity.htm>.
- Save the Children and Ministry of Agriculture. 2017a. “Perfil da Linha de Base dos Meios de Subsistência de Ilha de Santiago, Cabo Verde: Zona de Milho, Feijões e Pecuária (CV01).” (“Rural Livelihoods

- Baseline Study, Santiago Island, Cabo Verde: Maize Beans and Livestock Zone (CV01).”
- . 2017b. “Perfil da linha de base dos meios de subsistência, Ilha de Santiago, Cabo Verde: Zona de Meios de Subsistência hortícolas, banana e Papaia (CV02).” (“Rural Livelihoods Baseline Study Santiago Island, Cabo Verde: Irrigated Horticulture Banana and Papaya Zone (CV02).”) Draft.
- . 2017c. “Perfil da linha de base dos meios de subsistência, Ilha de Santiago, Cabo Verde: Zona de Meios de Pesca (CV03).” (“Rural Livelihoods Baseline Study Santiago Island, Cabo Verde: Fisheries Zone (CV03).”) Draft.
- Schwab, Klaus, ed. 2016. *Global Competitiveness Report, 2015–2016*. World Economic Forum. http://www3.weforum.org/docs/gcr/2015-2016/Global_Competitiveness_Report_2015-2016.pdf.
- Skoufias, Emmanuel, Mariano Rabassa, and Sergio Olivieri. 2011. “The Poverty Impact of Climate Change: A Review of the Evidence.” Policy Research Working Paper 5622, World Bank, Washington, DC. <https://ssrn.com/abstract=1803002>.
- UNICEF (United Nations Children’s Fund). 2013. *Early Learning Assessment: Children Entering Primary Education in Cabo Verde*. http://www.un.cv/files/Rapport_Cabo%20Verde_web%20En.pdf.
- . 2015. “Éléments d’analyse sectorielle de L’éducation à Cabo Verde: Des services plus efficaces et plus équitables au service de la croissance et de l’emploi.” https://www.un.cv/anuncios/Analyse%20Sectoriel_Final.pdf.
- UNDP (United Nations Development Programme), AfDB, and OECD. 2014. “Cabo Verde Economic Outlook.” In *African Economic Outlook 2014*. http://www.africaneconomicoutlook.org/sites/default/files/content-pdf/AEO2014_EN.pdf.
- UNDP and International Policy Centre for Inclusive Growth. 2014. “Um Programa de Transferencia de Renda para combater a vulnerabilidade social em Cabo Verde.”
- United Nations Education, Scientific, and Cultural Organization (UNESCO) Institute for Statistics. “Expenditure on Primary as % of Government Expenditure on Education (%).” World Bank DataBank (accessed on September 14, 2017). <https://data.worldbank.org/indicator/SE.XPD.PRIM.ZS?locations=CV>.
- . “Expenditure on Secondary as % of Government Expenditure on Education (%).” World Bank DataBank (accessed on September 14, 2017). <https://data.worldbank.org/indicator/SE.XPD.SECO.ZS?locations=CV>.
- . “Expenditure on Tertiary as % of Government Expenditure on Education (%).” World Bank DataBank (accessed on September 14, 2017). <https://data.worldbank.org/indicator/SE.XPD.TERT.ZS?locations=CV>.
- . “Government Expenditure on Education, Total (% of GDP).” World Bank DataBank (accessed on September 14, 2017). <https://data.worldbank.org/indicator/SE.XPD.TOTL.GD.ZS?locations=CV>.
- United Nations University Institute for Environment and Human Security (UNU-EHS). 2016. *World Risk Report 2016*. <http://weltrisikobericht.de/wp-content/uploads/2016/08/WorldRiskReport2016.pdf>.
- University of Notre Dame. 2018. “Country Index.” Notre Dame Global Adaptation Initiative. <http://index.gain.org/ranking/vulnerability>.
- US Department of State. 2017. *Cabo Verde 2017 Crime & Safety Report*. March 13. <https://www.osac.gov/pages/ContentReportDetails.aspx?cid=21439>.
- World Bank. 2010. *Cape Verde: Initial Assessment of the Formal Labor Market*. <http://documents.worldbank.org/curated/en/231831468006264483/Cape-Verde-Initial-assessment-of-the-formal-labor-market>.
- . 2013a. “Addressing the Challenges of a Middle-Income State.” Country Economic Memorandum (CEM).
- . 2013b. “Cabo Verde—Transport Sector Reform Project.” <http://projects.worldbank.org/P126516/cape-verde-transport-sector-project?lang=en>.
- . 2013c. “Tourism Development in Cabo Verde—Is It Time to Abandon the All-Inclusive Resorts Model?”
- . 2014a. “Cabo Verde: Agriculture Sector Assessment.” Draft.
- . 2014b. “Cape Verde: Improving the Performance of the State: Governance and Public Management.”
- . 2014c. *Mauritius: Systematic Country Diagnostic*.
- . 2016a. “Cabo Verde: Tourism Value Chain Analysis.”
- . 2016b. *World Development Report 2016: Digital Dividends*. <http://www.worldbank.org/en/publication/wdr2016>.
- . 2017. *World Development Report 2017: Governance and the Law*. <http://www.worldbank.org/en/publication/wdr2017>.

- . 2018. *Global Economic Prospects: Broad-Based Upturn, but for How Long?* <http://www.worldbank.org/en/publication/global-economic-prospects>.
- World Bank and United Nations. 2017. *The Potential of the Blue Economy: Increasing Long-Term Benefits of the Sustainable Use of Marine Resources for Small Island Developing States and Coastal Least Developed Countries*. <https://openknowledge.worldbank.org/bitstream/handle/10986/26843/115545.pdf?sequence=1&isAllowed=y>.
- World Bank Group. 2017. *Assessing Africa's Policies and Institutions: 2016 CPIA Results for Africa*.
- . Enterprise Surveys (website). www.enterprisesurveys.org.
- World Development Indicators (database), World Bank Databank, Washington, DC. <http://databank.worldbank.org/>.
- World Economic Forum. 2015a. *Global Competitiveness Report, 2015–2016*. <http://reports.weforum.org/global-competitiveness-report-2015-2016>.
- . 2015b. *Travel & Tourism Competitiveness Report 2015*. http://www3.weforum.org/docs/TT15/WEF_CapeVerde.pdf.
- . 2017. *Global Competitiveness Report, 2017–2018*. <https://www.weforum.org/reports/the-global-competitiveness-report-2017-2018>
- WHO (World Health Organization). 2016. “Cabo Verde at a Glance.” Country Cooperation Strategy brief. http://apps.who.int/iris/bitstream/10665/137143/1/ccsbrief_cpv_en.pdf.
- World Trade Organization. 2015. “Trade Policy Review: Cabo Verde.” https://www.wto.org/english/tratop_e/tpr_e/g322_e.pdf.
- World Travel and Tourism Council. 2017. *Travel and Tourism Economic Impact 2017: Cape Verde*. <https://www.wttc.org/-/media/files/reports/economic-impact-research/countries-2017/capeverde2017.pdf>.

Definição de Países Pares

O SCD de Cabo Verde apresenta um exercício de *benchmarking* sistemático, utilizando uma lista pré-identificada de países pares estruturais e aspirantes. O desempenho do país também é comparado com os grupos de países de rendimento médio e baixo e com a ASS. Os pares foram selecionados usando o Kit de ferramentas FMF *Find My Friends* da seguinte maneira:

Pares Estruturais

Selecionamos países com características económicas semelhantes a Cabo Verde usando os seguintes critérios:

- Ser um país de rendimento médio-baixo.
- Ter um recibo de turismo internacional (em percentagem do total das exportações) superior a 18 por cento.
- Ter uma população de menos de 1,5 milhões de pessoas.

- Ter a dívida pública bruta acima de 50 por cento do PIB nominal.

Pares aspirantes e regionais

Segundo esta classificação, nós permitimos níveis mais elevados de desenvolvimento. Os critérios utilizados são:

- Ser um pequeno estado insular.
- Ter uma população inferior a 1,5 milhões de pessoas.
- Ser um país de rendimento médio-superior a elevado.
- Ter um recibo de turismo internacional (em percentagem do total das exportações) superior a 25 por cento.
- Ter um rácio da dívida em relação ao PIB superior a 50 por cento.

TABELA A.1. Pares estruturais e pares aspirantes de Cabo Verde

País	Classificação por rendimento	Região	População (milhões)	As receitas do turismo em % do total das exportações	A dívida pública bruta em % do PIB nominal	Investimento, % de PIB nominal	CPIA	RNB de 2016 per capita, US \$
Cabo Verde	MIC mais baixo	ASS	0,5	53,0	110,0	39,0	3.8	2.970
Pares estruturais								
Butão	MIC mais baixo	SAR	0,8	19,0	94,0	57	3.7	2.510
São Tomé e Príncipe	MIC mais baixo	SSA	0,2	64,0	74,0	29,4	3.1	1.730
Samoa	MIC mais baixo	EAP	0,2	65,0	55,0	—	4.0	4.100
Pares aspirantes								
Maurícias	MIC superior	SSA	1.3	27,0	56,0	19,0	4,6	9.760
Seychelles	Alto rendimento	SSA	0,1	35,0	68,8	32,9	3,6	15.410
Santa Lúcia	MIC superior	LACA	0,2	58,0	80,2	20,5	3.7	7.670
St. Kitts & Nevis	Alto rendimento	LACA	0,1	34,0	82,9	30,0	3,6	15.860
St. Vincent e Granadinas	MIC superior	MIC LACA	0,1	47,0	77,9	25,1	3.7	6.790

Fontes: MFM Find My Friends Toolkit e Indicadores de Desenvolvimento Mundial.

Dados de Bem-Estar

Foram realizados três inquéritos a agregados familiares nos últimos 17 anos: o IDRF 2001–2002, o QUIBB 2007 e o IDRF 2015. Apesar de os inquéritos de 2001–2002 e 2015 usarem questionários de consumo muito semelhantes, utilizando ambos um diário de consumo de alimentos do agregado de 15 dias, divergiram apenas na forma como os bens de consumo duráveis são valorizados. O inquérito de 2001–2002 valorizou os bens duráveis pelo seu valor de compra, enquanto os inquéritos de 2015 e 2007 aplicaram os valores do usuário. O inquérito QUIBB 2007 não tinha um diário de consumo doméstico e, em

vez disso, usou um método de registo baseado num questionário mais curto com um conjunto menos abrangente de itens de consumo. O inquérito de 2001–2002 poderia, assim, ter superestimado a desigualdade e, possivelmente, o consumo, enquanto o inquérito de 2007 provavelmente subestimou o consumo. Uma comparação estritamente válida do agregado de consumo do inquérito de 2001–2002 e do inquérito de 2015 exigiria o ajuste da avaliação do consumo de bens duráveis no agregado de consumo do inquérito de 2001–2002. Isso não foi feito para a análise apresentada neste SCD.

Explicando a Transição do Crescimento em Cabo Verde

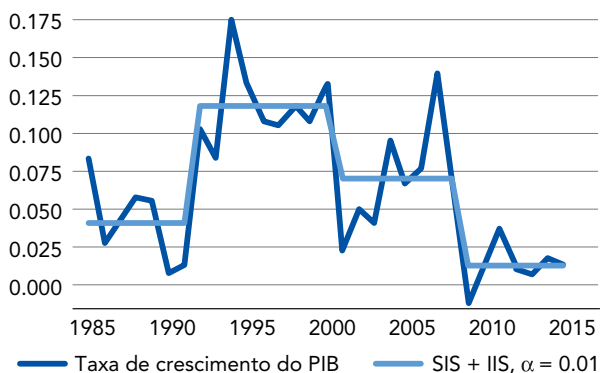
Uma revisão das transições de crescimento económico foi realizada e abrange o período de 1985–2015. Isto inclui as seguintes variáveis: políticas económicas domésticas (investimento, exportações, importações, taxa de câmbio efetiva real, termos de comércio, inflação), circunstâncias políticas (o índice de política, um indicador para mudanças de regime), e o ambiente externo (termos de comércio). A escolha de variáveis é parcialmente justificada pelas conclusões de alguns estudos recentes (Hausmann et al. (2005); Imam e Salinas (2008)) que mostra que as inversões crescentes estão associadas a aumentos no investimento e no comércio, depreciações na taxa de câmbio real e mudanças de regime. A ligação das mudanças com os termos de comércio, é fraca. Especificamente, a análise utiliza uma abordagem de quebra estrutural para responder às seguintes questões: (1) A economia de Cabo Verde registou mudanças sustentáveis nas taxas de crescimento desde meados da década de 80? (2) Quais as políticas ou outros correlatos que estão provavelmente associados a acelerações ou desacelerações do crescimento?

Semelhante ao trabalho realizado por Hausmann et al. (2005), Jones e Olken (2008), e Gebregziabher (2015) um algoritmo em busca de quebras estruturais desenvolvido por Doornik et al. (2013) é usado para determinar a existência, o momento e a significância das quebras nas taxas de crescimento de longo prazo. As mudanças sustentadas nas taxas de crescimento são definidas seguindo Hausmann et al. (2005): (1) Para que uma mudança na taxa média de crescimento seja categorizada como uma taxa de crescimento, ela deve ser mantida por pelo menos 8 anos e a mudança na taxa de crescimento deve ser de pelo menos 2 pontos percentuais; (2) Pode haver mais de uma instância de retorno de crescimento, desde que as datas tenham mais de 5 anos de diferença; (3) As quebras de tendência foram selecionadas com um tamanho alvo de 1 por cento (isto é, $= 0,01$). O tamanho alvo determina

o nível de significância abaixo do qual uma quebra não é mantida no modelo (ver Doornik et al. 2013).

O crescimento do PIB de Cabo Verde registou três momentos de viragem nas últimas três décadas: 1992, 2001 e 2009 (ver figura C.1). As evidências económicas indicam a presença de uma decolagem do crescimento em 1992 e desacelerações do crescimento em 2001 e 2009. Elas estão associadas a eventos extraordinários (económicos e institucionais). Durante 1975–1991, o governo seguiu as políticas económicas lideradas pelo Estado e manteve um setor público dominante. A economia cresceu a um ritmo sólido de quase 5% nos anos 80. A partir do início dos anos 90, Cabo Verde introduziu medidas ambiciosas de liberalização económica e descentralização destinadas a revigorar o crescimento. Como resultado, a economia mudou para engrenagens superiores, com o crescimento real do PIB aproximando-se a dois dígitos em 1992–2000. No entanto, o crescimento económico diminuiu durante o início dos anos 2000, devido à fraca gestão fiscal—aumento do deficit fiscal—, provocando uma queda nos fluxos internacionais de capital, incluindo o apoio de doadores. O último ponto de viragem, em 2008–2009, coincide com o início da desaceleração do crescimento que se seguiu à crise da Zona Euro, que teve um forte impacto na economia de Cabo Verde ao reduzir os fluxos de IDE e a procura turística. O crescimento do PIB foi de apenas 1,3%, em média, em 2009–2015, comparado a 7,4% em 2001–2008.

A desaceleração do crescimento desde 2008–2009 coincide com um declínio acentuado nas taxas de crescimento dos investimentos e das importações (ver tabela C.1). Em contraste, as mudanças nas taxas de crescimento das exportações, bem como os determinantes restantes, não estão significativamente ligadas à desaceleração do crescimento após 2008–2009. Da mesma forma, as condições externas e as mudanças institucionais (ou de regime)

FIGURA 1. Cabo Verde: Taxa de crescimento real do PIB

Nota: Linha vermelha: taxa de crescimento real do PIB. Linha azul: linha ajustada derivada do teste estatístico em Doornik et al. (2013). Quebras estruturais determinadas pela Saturação do Indicador de Etapa (SIS) e pela Saturação do Indicador de Impulso (IIS) (com quebras selecionadas no tamanho do alvo $\alpha = 0,01$). O tamanho do alvo determina o nível de significância abaixo do qual uma quebra não é mantida no modelo.

foram consideradas determinantes insignificantes da mudança descendente na trajetória de crescimento. O crescimento médio anual no investimento (bruto) situou-se em 16 por cento durante 2003–2008 e caiu drasticamente para $-0,02$ por cento no período pós-2009. Da mesma forma, o crescimento das importações teve uma média de 11% em 2003–2008, mas contraiu fortemente para uma média de $-4,6\%$ durante 2008–2015. Isso reflete essencialmente o forte declínio nas importações de bens de capital resultante de um investimento menor. No entanto, a taxa de crescimento de longo prazo das exportações experimentou apenas um ligeiro declínio. A desagregação do investimento bruto, mostra que as taxas

TABELA C.1. Cabo Verde: Taxas de crescimento a longo prazo de variáveis macroeconômicas

Var.	δ_{11}^{1992}	δ_{11}^{2001}	δ_{11}^{2009}
Δy_t	0,084 (5,97)***	-0,048 (-3,72)***	-0,057 (-4,11)***
Δinv_t	0,021 (0,16)	0,081 (1,78) *	-0,153 (-2,46)***
Δex_t	0,127 (2,53)***	-0,008 (-0,18)	-0,025 (-0,51)
Δim_t	0,046 (0,97)	0,024 (0,55)	-0,132 (-3,33)***
$\Delta reer_t$	0,002 (0,07)	0,007 (0,446)	-0,006 (0,398)
Δinf_t	-1,09 (-0,56)	2,49 (1,33)	-2,11 (-1,05)
Δtot_t	0,00 (0,00)	0,006 (0,07)	0,018 (0,28)
ΔFDI_t	—	—	-0,272 (-1,68)**

Notas: valores-t entre parênteses; δ_{11} é a taxa de crescimento de longo prazo das macro-variáveis; $\delta_{11} \wedge yy$ mede a mudança nas taxas de crescimento de longo prazo que acompanharam os eventos extraordinários no ano yy. Alguns dos coeficientes são estatisticamente insignificantes devido a flutuações substanciais nas taxas de crescimento anuais, o que parece ter aumentado os erros padrão dessas estimativas.

de crescimento do investimento público e privado diminuíram acentuadamente. No entanto, a queda no crescimento do investimento público foi mais pronunciada, de 12% em 2003–2008 para -15% em 2008–2015. Os resultados também mostram que a forte desaceleração do crescimento também esteve ligada à contração significativa dos fluxos de IDE, de 25% para -8% entre esses dois períodos.

Análise da Subsistência Rural

De Outubro a Dezembro de 2016, uma avaliação dos meios de subsistência das três principais zonas de subsistência foi realizada em Santiago, a principal ilha de Cabo Verde e onde vive cerca de metade da população do país. Os dados foram recolhidos por meio de abordagens quantitativas e qualitativas. Embora as conclusões não sejam necessariamente representativas para a população em cada uma dessas zonas, os dados foram recolhidos a partir de uma série de localidades contrastantes, consideradas como ilustrações das diferentes situações em cada zona. Os resultados foram apresentados num relatório em português. Abaixo apresentamos resumos dos resultados para cada uma das três zonas da ilha de Santiago: a Zona de Meios de Subsistência de Milho, Feijão e Pecuária (CV01), a Zona de Subsistência de Vegetais, Banana e Papaia (CV02) e a Zona de Subsistência de Criação de Porcos, Cabras e das Pescas (CV03)¹.

Zona de Subsistência de Milho, Feijão e Gado (CV01)

DESCRIÇÃO

A zona de subsistência de milho, feijão e gado abrange aglomerados populacionais no interior da ilha e na zona costeira dedicados à agricultura de sequeiro, com ênfase no cultivo de milho e diferentes variedades de feijão, e na criação de diferentes espécies de animais (bovinos, caprinos, suínos e aves de capoeira). As comunidades da ilha de Santiago que fazem parte desta zona de subsistência incluem as dos municípios de São Domingos, Santa Cruz, Santa Catarina, Ribeira Grande de Santiago, São Miguel e Tarrafal. A densidade populacional é de cerca de 297 pessoas por metro quadrado.

O clima é caracterizado por duas estações climáticas bem demarcadas: a “estação seca” mais fria de Dezembro a Junho e a “estação chuvosa” mais quente, que

vai de Agosto a Outubro. A precipitação média anual varia de 200 a 400 mm, e a temperatura média é de 28 a 35°C. A agricultura de sequeiro é mais comum nesta zona e é praticada tanto em encostas íngremes com solos rasos como em encostas mais moderadas com solos mais profundos. As atividades económicas domésticas, estão relacionadas com a produção de culturas e animais para consumo próprio e para venda, comércio diverso (incluindo produção e venda de bebidas de cana-de-açúcar), vendas de palha e trabalho agrícola.

As famílias cultivam milho e várias espécies de feijão, muitas vezes cultivadas em conjunto com variedades de abóbora. As famílias de todos os diferentes grupos sociais normalmente têm animais, mas os números e tipos diferem. A maioria mantém números pequenos devido ao espaço limitado e escassez de pasto e água. Bovinos, ovinos e caprinos são alimentados com resíduos de colheita nos estábulos, ou levados para áreas específicas de pastagem comum. Os suínos e aves de capoeira são alimentados a partir do restante das refeições das famílias, e as galinhas e os patos recebem grãos. De Dezembro a Junho, quando os animais são levados para as áreas de pastagem, eles bebem água nos riachos e nas torneiras nas áreas de pastagem. Os homens são responsáveis pelo gado, ovelhas e cabras, enquanto as mulheres são responsáveis pelo cuidado de porcos e aves.

As famílias mais pobres só têm acesso a terras de baixa qualidade, pertencentes ao Estado, ou alugam terras marginais a preços baixos de residências privadas. As famílias de riqueza média alugam terras de melhor qualidade a preços mais altos. As famílias mais ricas têm plena propriedade da terra que cultivam. A força de trabalho consiste principalmente de membros da família e, por vezes, de trabalho assalariado. As sementes de milho e feijão são adquiridas localmente, armazenadas pelos agregados familiares e usadas ano após ano. As famílias mais ricas também têm algumas terras irrigadas e produzem vegetais destinados principalmente, ao mercado.

Todas as comunidades têm acesso a água potável, seja canalizada ou fornecida por caminhões-cisterna. A empresa de eletricidade e água de Cabo Verde, Electra SARL, é responsável pela produção, transporte e distribuição de eletricidade e água dessalinizada em Santiago. Para a água encanada, o pagamento é feito mensalmente após o consumo. A energia elétrica também está disponível em todas as comunidades.

Todas as residências usam casas de banho convencionais ou quase convencionais, em compartimentos adjacentes a casas ou dentro de suas casas. As instituições públicas de saúde básica, com poucos medicamentos e com apenas técnicos básicos de saúde, estão presentes na maioria das comunidades. No entanto, os agregados familiares viajam muitas vezes para comunidades onde é possível encontrar melhores cuidados de saúde, como um centro de saúde com um médico.

MERCADOS

Uma estrada de asfalto em excelente estado liga as principais cidades da região. A partir do escritório dos Conselhos municipais, onde os principais mercados estão localizados, a maioria das comunidades pode ser alcançada através de estradas que variam de boas (a maioria delas) a razoáveis. Na estação das chuvas, o acesso ao mercado é difícil para certas comunidades, especialmente onde as estradas não são pavimentadas.

O movimento de pessoas entre as principais cidades desta zona é geralmente feito por miniautocarros (Toyota Hiace). Das cidades às comunidades, o transporte é realizado principalmente pelas carrinhas Toyota Hilux ou Toyota Dyna, convenientemente preparadas para diferentes tipos de transporte, incluindo o transporte de crianças para a escola.

Todas as comunidades possuem lojas onde alimentos e produtos básicos podem ser comprados durante todo o ano, incluindo arroz importado que é tipicamente comprado pelas famílias em grandes quantidades. O milho é vendido a um preço inferior. Essas lojas têm frigoríficos e a maioria permite comprar a crédito, também para as famílias muito pobres. As famílias também podem comprar artigos dos vendedores de rua, que visitam as comunidades duas a três vezes por semana em pequenas carrinhas. As ferramentas

agrícolas e insumos agrícolas estão disponíveis apenas na Praia e na Assomada.

Do número de pessoas que encontraram trabalho remunerado no ano de referência de 2015/16, cerca de 95% encontraram trabalho temporário na área (80% em áreas rurais e 15% em áreas urbanas), principalmente nas obras, e 5% em áreas urbanas fora da área (Praia, principalmente), o que normalmente acontece de Março a Julho.

A possibilidade do consumo de milho, feijão e outras culturas de sua própria produção, permite as famílias reduzirem as suas despesas com alimentos. Junho a Agosto são os meses em que as famílias muito pobres e pobres, têm dificuldade em obter alimentos porque durante esse período há escassez de produtos próprios e os preços são altos. Durante esse período, os membros dessas famílias intensificam a sua procura por trabalho temporário. Para famílias muito pobres, a venda de animais ajuda no pagamento das despesas escolares e na compra de alimentos.

GRUPOS DE RIQUEZA

Os participantes do estudo dividiram as famílias da comunidade em quatro grupos de riqueza usando os seus próprios critérios de riqueza. Quatro grupos foram distinguidos: “muito pobre”, “pobre”, “riqueza média” e “rico”. As diferenças de riqueza são caracterizadas pelo tipo de posse da terra, quantidade de terra cultivada para a produção agrícola e pecuária, e a existência de fontes de rendimento não-agrícola.

Todos os agregados familiares praticam a agricultura de sequeiro, enquanto apenas algumas famílias ricas praticam a horticultura irrigada em pequenas porções de terra. As famílias de médio rendimento e as mais abastadas, possuem a terra que cultivam e também arrendam terras. As famílias muito pobres praticam o cultivo ou o arrendamento de terras estatais. Apenas agregados familiares de média riqueza e os agregados familiares em melhor situação têm gado, enquanto todos têm cabras, ovelhas e aves de capoeira. Os agregados familiares da categoria muito pobre e pobre dependem fortemente de empregos incertos e temporários, enquanto os agregados familiares das outras categorias têm fontes de rendimento mais constantes, como os salários.

Os agregados familiares muito pobres (27%) e pobres (38%) representam, em conjunto, quase dois terços dos agregados familiares na área, enquanto os agregados familiares de média riqueza (24%) e os mais abastados (11%) constituem o resto. As famílias mais ricas dão preferência aos membros das famílias mais pobres da mesma comunidade, quando procuram trabalhadores agrícolas. A diferença de riqueza entre os grupos de riqueza é enorme. As famílias muito pobres nesta área têm dificuldades em continuar os seus estudos e concluir o ensino secundário se não receberem apoio para o pagamento de despesas escolares.

FONTES DE ALIMENTOS

Todas as famílias dependem fortemente do mercado para comprar os seus alimentos. Os agregados familiares em melhor situação cultivam grandes porções de terra e, portanto, têm uma maior contribuição das suas próprias culturas para o consumo alimentar. Eles também têm um maior número de gado, que lhes fornece leite. Os agregados familiares mais pobres têm menos terra e animais e têm de comprar mais alimentos para compensar as lacunas na sua capacidade de produção.

No ano de referência, uma família típica muito pobre produzia cerca de 220 kg de milho, um agregado familiar pobre até 320 kg e famílias médias e ricas produziam 400 kg e 440 kg, respetivamente. Para feijões, estas quantidades são 90 kg, 140 kg, 160 kg e 200 kg, respetivamente. Nesta zona, não é típico vender colheitas de parcelas de sequeiro, pois todos os alimentos são autoconsumidos ou usados para presentes. Os agregados familiares muito pobres obtinham 26% do seu consumo de calorías a partir da produção própria, enquanto isto era de 52% para os mais abastados. O arroz importado é o alimento básico mais importante para as famílias de todos os grupos de riqueza e preenche 20% a 25% de suas necessidades mínimas de calorías. As famílias muito pobres e pobres nem sempre conseguem obter os alimentos de que necessitam e dependem de merendas escolares e presentes de vizinhos e familiares, num total de 5%.

RENDIMENTO MONETÁRIO

No ano de referência, o rendimento em dinheiro das famílias pobres nesta área é cerca de um sexto

do rendimento das famílias mais abastadas e existe considerável desigualdade na distribuição da riqueza na área em análise. Os empregos assalariados são importantes para os dois grupos mais ricos, enquanto as vendas de produtos de origem animal são uma importante fonte adicional de renda para os mais ricos. Para os agregados familiares muito pobres e pobres, as fontes de rendimento mais importantes são as doações/remessas, seguidas das fazendas sazonais e do trabalho não agrícola (Figura D1).

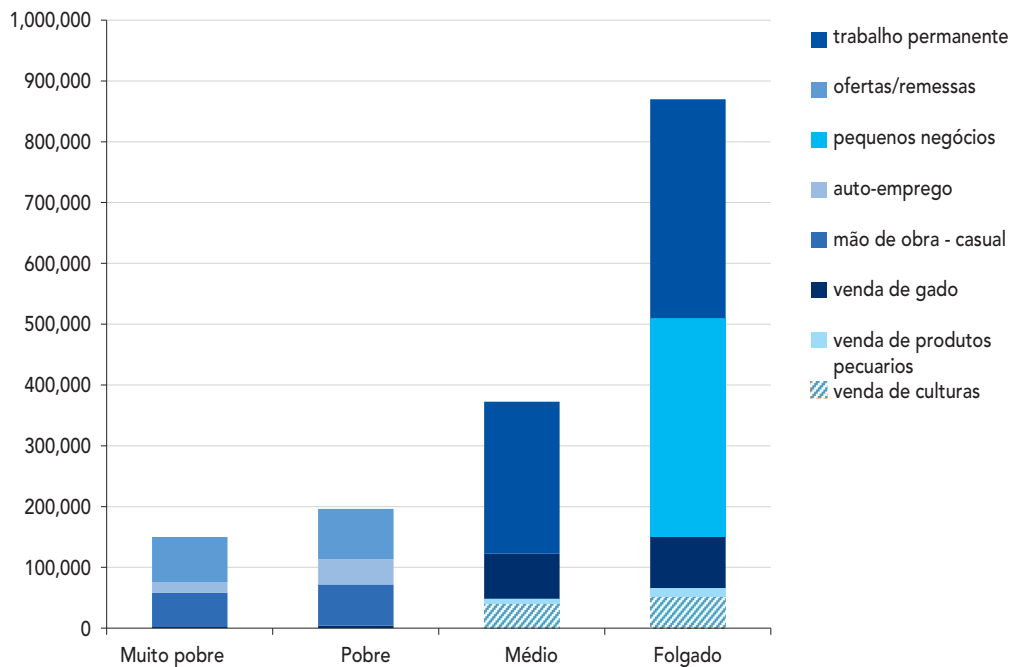
DESPESAS

A despesa alimentar representa mais de 50% da despesa total dos dois grupos mais pobres. Mesmo num ano médio como o ano de referência, os agregados familiares muito pobres utilizavam cerca de 28% do seu rendimento para a compra de arroz. Eles gastaram uma percentagem similar de rendimento na compra de alimentos não básicos, que incluíam milho, farinha de trigo, feijão, pão, açúcar, óleo, carne de porco, frango e peixe. Todos os grupos de riqueza gastaram entre 4000 e 24.000 ECV (US\$50–250) para pagamento de água para consumo humano. Para as famílias mais pobres, o gasto com água representa 3% da despesa anual total e 1% da despesa anual total para os mais ricos.

As despesas escolares incluem propinas escolares, uniformes, economato e transporte, que para os agregados familiares pobres representam 7 – 8% do total de despesas e rendimentos, enquanto que para os agregados familiares médios e em melhor situação representa 6% e 3% do seu rendimento total. Os agregados familiares muito pobres têm muitas vezes dificuldade em enviar os seus filhos para a escola primária, enquanto os que se encontram na extremidade superior da escala de riqueza enviam-lhes mais facilmente para o ensino secundário. No que diz respeito aos custos de saúde, as famílias nesta área procuram tratamento nas unidades de saúde fora da comunidade, sempre que necessário.

RISCOS

Há vários choques que afetam essa área regularmente. O principal e mais devastador perigo periódico são as chuvas não confiáveis ou inconsistentes, ocorrendo uma vez a cada três anos, e levando a sérios declínios na produção agrícola. Os ventos afetam a

FIGURA D.1. Fontes de rendimento dos diferentes grupos de riqueza

Fonte: Avaliação de meios de subsistência rural Outubro 2016

comercialização de produtos na estação seca. Durante a estação das chuvas, o acesso a certas comunidades é prejudicado devido às inundações que afetam o comércio e o movimento das pessoas.

Outros perigos que afetam as atividades económicas são: cães vadios, que atacam o gado, reduzindo os rebanhos e desencorajando os criadores, e pragas e doenças nas plantações, como os gafanhotos verdes. Para os animais, destacam-se doenças como a peste Africana, com grande mortalidade de porcos. Os conflitos ocasionais ocorrem quando bovinos e caprinos invadem a terra de sequeiro.

MECANISMOS DE DEFESA

Em resposta a choques e anos de fraca produção, os agregados familiares tentam satisfazer as necessidades alimentares mínimas e as necessidades de tesouraria através de uma série de estratégias. Estes incluem: Primeiro (i) aumentar a venda de produtos de origem animal, como porcos. As famílias mais ricas podem aumentar as vendas de leite. Os grupos mais pobres podem aumentar as vendas de cabras e ovelhas, apesar de não possuírem muitas. Segundo (ii) todas as famílias tentam reduzir as despesas com alguns itens não

essenciais ou caros, como café, açúcar, óleo e feijão, e usam esse dinheiro para comprar mais quilos de arroz. Terceiro (iii) os agregados familiares mais pobres procuram trabalho agrícola temporário, incluindo a colheita e venda de resíduos de colheitas, ou realizam pequenas atividades comerciais informais nas comunidades próximas ou mais distantes. As famílias com parentes em áreas mais distantes podem aumentar o seu pedido de apoio em dinheiro ou em espécie (comida).

Zona de Subsistência de Legumes, Banana e Papaia (CV02)

A zona de subsistência de vegetais, banana e papaia localiza-se em terras planas ao longo dos vales húmidos da região montanhosa dos municípios de São Domingos, Santa Cruz, Santa Catarina, Tarrafal e São Miguel, na ilha de Santiago. A densidade populacional é de cerca de 297 pessoas por metro quadrado. Como esta zona é caracterizada pelo acesso à água de irrigação, ela tem o maior potencial para o desenvolvimento agrícola.

Esta zona estende-se pelas quatro zonas agro-ecológicas de Santiago, com maior predominância nas zonas

sub-húmidas. Estes estão localizados a uma altitude entre 400 e 600 metros, com uma precipitação entre 400 e 600 mm por ano. Esta área é rica em recursos hídricos. A maior parte dos perímetros irrigados está localizada nas áreas costeiras, a jusante das bacias hidrográficas, e alimentada por represas e nascentes fluviais. Solos aluviais e colúviais predominam nos vales. A agricultura de sequeiro é praticada em terrenos inclinados ou em terraços onde os solos são de estrutura mais pobre e menos férteis.

Os meios de subsistência das famílias consistem em dois pilares principais: produção e venda de culturas irrigadas e, ocasionalmente, trabalho agrícola ou não-agrícola. Este último é de particular importância para os agregados familiares mais pobres. A produção agrícola em terras chuvosas também é praticada, juntamente com a criação de gado. As famílias muito pobres têm apenas porcos e pássaros, enquanto as famílias pobres e médias têm cabras, porcos e pássaros, e as famílias ricas também têm gado.

Em terras irrigadas, as famílias das fazendas cultivam vários vegetais, geralmente de ciclo curto (variando de 75 a 120 dias), como tomate, cenoura, batata, repolho, abóbora, melancia, pepino e alface. A cana-de-açúcar, a mandioca, a banana, a papaia e outros também são cultivados. Os agricultores dividem as suas terras em pequenas parcelas e várias hortaliças são cultivadas uma ao lado da outra. Em terras alimentadas pela chuva, as famílias cultivam milho e variedades de feijão e abóbora, de Julho a Outubro.

Os poços e furos são administrados principalmente pelo município e alguns por associações de agricultores locais. A irrigação é feita por sistemas de irrigação por inundação ou por gotejamento. Os agricultores devem pagar pela água de irrigação e o preço depende do tipo de irrigação praticada.

Existem jardins de infância e escolas primárias nas comunidades, mas as crianças devem percorrer longas distâncias para frequentar as escolas secundárias. Alguns agregados familiares beneficiam de subsídios de transportes e programas de bolsas de estudo para enviar crianças para o ensino secundário. As escolas primárias oferecem almoços escolares para todas as crianças, financiados pela FICASE (Fundação de Ação Social e Escolar de Cabo Verde). Estes são de grande importância para as crianças das famílias mais pobres.

As fazendas são pequenas e, na maioria, familiares, mas os fazendeiros ricos geralmente contratam trabalhadores membros de famílias pobres, por 1.000 CVE por dia (cerca de US\$11 por dia). As famílias mais abastadas também contratam trabalhadores para trabalhar na cana-de-açúcar e processar os derivados da cana (grogue).

O trabalho não agrícola é importante para as famílias pobres e inclui o comércio informal e a construção de moradias. Os trabalhos de construção atingem o máximo quando os emigrantes retornam ao país para férias. Quase todos os lares têm telemóveis e todos têm acesso à Internet—principalmente através de seus telemóveis—exceto os mais pobres.

MERCADOS

Embora a estrada nacional de asfalto que liga as principais cidades esteja em excelentes condições, algumas comunidades permanecem difíceis de alcançar, especialmente durante a estação chuvosa.

A comercialização de produtos hortícolas é feita principalmente por *rabidantes*, que compram os produtos das parcelas dos agricultores, com este último tendo que colocar o produto onde ele pode ser alcançado por transporte.

As culturas hortícolas são cultivadas nas parcelas irrigadas ao longo do ano. No entanto, os agregados familiares muito pobres cultivam com menos frequência, uma vez que nem sempre dispõem de recursos suficientes para comprar as sementes, o que pode ser dispendioso.

Maior a Agosto são os meses em que as famílias muito pobres e pobres têm mais dificuldade em comprar alimentos, já que os preços são mais altos do que o esperado. Eles, portanto, procuram um trabalho mais casual nessa época.

GRUPOS DE RIQUEZA

As discussões de grupos focais com líderes comunitários foram usadas para identificar os critérios para as diferenças de riqueza locais e para definir os grupos de riqueza com base nesses critérios. Os grupos de riqueza são determinados primeiro pelo

tamanho da terra irrigada e pelo investimento feito naquela terra. As famílias ricas são proprietárias das parcelas que cultivam e têm meios de comprar insumos e tecnologias, além de pagar pelo trabalho em tempo integral ou temporário. Eles têm os maiores terrenos. As famílias muito pobres frequentemente dividem a terra dos ricos, enquanto famílias pobres e de rendimento médio costumam alugar terras. As famílias muito pobres também têm menos animais.

As famílias muito pobres (35%) e famílias pobres (35%) somam mais da metade dos agregados familiares da região. Os agregados de rendimento médio (20 por cento) e ricos (10 por cento) combinados, representam menos de um terço da população. A diferença entre os muito pobres e pobres em comparação aos médios e ricos é enorme, e mesmo entre os muito pobres e pobres, ou entre médios e ricos, a diferença é grande. A agricultura irrigada requer capital para investir em terra, tecnologia e insumos adequados. Muitas vezes, apenas as famílias ricas têm esses meios.

Os agregados familiares mais ricos, por vezes, fornecem aos mais pobres vários tipos de alimentos, incluindo milho, frutas e, por vezes, refeições prontas. Eles dão preferência a membros da mesma comunidade quando procuram por trabalhadores.

FONTES DE ALIMENTOS

No ano de referência para a avaliação (Outubro de 2015 a Setembro de 2016), os agregados familiares muito pobres produziram cerca de 250 kg de milho, enquanto as famílias ricas produziram cerca de 350 kg. As famílias muito pobres colheram cerca de 100 kg de feijão enquanto outras produziram 150 kg. Nesta zona estes são apenas para consumo doméstico. Os agregados familiares conseguem tipicamente obter cerca de 32 a 39% das calorias mínimas exigidas da sua própria produção. O resto da comida é comprada. As famílias muito pobres geralmente não conseguem obter todas as calorias necessárias. O deficit é preenchido pela “ajuda alimentar” fornecida através de refeições escolares e ofertas de vizinhos e familiares.

FONTES DE RENDIMENTO MONETÁRIO

No ano de referência, o rendimento monetário das famílias ricas foi quase oito vezes superior ao das famílias muito pobres. As famílias muito pobres obtêm

menos de 50% do seu rendimento da produção agrícola. Para elas, o trabalho temporário (na agricultura e no trabalho autónomo) é mais importante como fonte de obtenção de dinheiro. Na ano de referência, as famílias ricas tiveram menores lucros por unidade de terra cultivada do que as famílias muito pobres.

PADRÃO DE DESPESAS

As famílias mais pobres gastaram uma maior parcela do seu *cash* anual, apenas para atender às suas necessidades alimentares. Mesmo num ano médio, as famílias muito pobres gastam cerca de um quarto de seu rendimento com o arroz. Em termos absolutos, uma maior percentagem de agregados familiares gastou cerca de 60 vezes mais em insumos produtivos do que os agregados familiares muito pobres.

Todos os grupos de riqueza gastaram uma quantia relativamente grande de dinheiro em água para consumo humano, para regar animais e irrigar plantações, com as famílias mais pobres gastando cerca de 9.500 a 15.000 (US\$ 100–160) por mês em água enquanto isso gira em torno de 25.000 a 80.000 (US\$ 300–900) por ano para as famílias ricas. As despesas com água representaram entre 6 e 8% do total das despesas anuais para cada categoria de riqueza.

Os agregados familiares na categoria de riqueza mais alta gastaram cerca de oito vezes mais no ensino do que os agregados familiares na categoria muito pobre. Os agregados familiares muito pobres conseguem, em geral, enviar os seus filhos somente para a escola primária. A escola secundária torna-se acessível a estas famílias, somente se tiverem acesso a programa de subsídios. Os gastos com a saúde variaram de 1,0 a 4,2% do total de gastos. As famílias procuram tratamento nas unidades de saúde fora da comunidade, quando necessário.

RISCOS

O principal e mais devastador perigo periódico, são as chuvas pouco fiáveis ou inconsistentes, ocorrendo uma vez a cada três anos, e levando a sérios declínios na produção agrícola. Os ventos e tempestade fortes afetam a comercialização de produtos durante a estação seca, e durante a estação chuvosa impede o acesso a certas comunidades. As colheitas e os animais, são afetadas por uma variedade de pragas e doenças.

COMBATE À POBREZA

O tamanho da terra árida e irrigada é diretamente proporcional à riqueza das famílias. A propriedade da terra está relacionada com a capacidade financeira das famílias em algum momento da sua vida para adquirir terras. O preço de uma parte da terra é alto e as famílias muito pobres não têm capacidade de negociar e adquirir terras irrigadas.

A produtividade da terra de sequeiro não varia muito entre as famílias, à medida que usam a mesma tecnologia, o mesmo cultivo manual e técnicas, limitando o investimento nas ferramentas de produção, como enxadas.

As famílias mais ricas cultivam áreas de terra árida de acordo com as necessidades da família, e exploram também toda a extensão da terra, direcionando uma grande parte do capital que possuem para a compra de insumos e tecnologias mais lucrativas e para pagar pelo trabalho em tempo integral ou temporário. As famílias mais pobres que não conseguem obter rendimento satisfatório dos terrenos que exploram, não conseguem assim, acumular e manter uma reserva de recursos

PRODUTIVIDADE DE MERCADORIAS/ATIVOS

Os agregados familiares mais ricos fazem mais investimentos na terra irrigada do que as mais pobres, seja pela compra de mais insumos e de melhor qualidade; através da aquisição, utilização e manutenção de equipamentos de irrigação por gotejamento; ou contratando trabalho. Os sistemas de irrigação por gotejamento são mais económicos em termos de custos de água, mas que as famílias mais pobres não conseguem pagar. A produtividade da terra irrigada, portanto, difere entre as categorias de riqueza: As famílias na categoria mais rica, apresentam uma maior produtividade de suas parcelas irrigadas (o dobro) em comparação com as mais pobres. Ao mesmo tempo, os agregados familiares muito pobres e médios, gastam entre 13 e 18 por cento do seu rendimento em insumos agrícolas, enquanto os do grupo mais rico gastam mais de metade do seu rendimento nisso.

Ao serem questionados sobre as suas necessidades tendo em vista a saída da pobreza, os agregados familiares da categoria de riqueza mais pobre, indicaram que os sistemas de irrigação por gotejamento e os

animais para reprodução e a melhoria das condições de comercialização—por exemplo, reabilitação das estradas de acesso e garantia de mercado para produtos, são prioridades. Também foi mencionada a mobilização da água para certas áreas irrigadas pela chuva, para um maior número de parcelas irrigadas. Foram também mencionados os custos mais baixos da água e da eletricidade para as bombas de água, as linhas de crédito para aquisição de animais, a construção de infraestruturas para agricultura intensiva e o controlo dos cães vadios.

Zona de Subsistência de Pescas, Criação de Caprinos e Suínos (CV03)

A zona de subsistência de pescas, criação de caprinos e suínos consiste em bolsas populacionais onde a renda anual é obtida principalmente através de atividades ligadas à pesca devido ao seu acesso ao mar. As comunidades encontram-se nas áreas planas dos Municípios de Santo Domingo, Santa Cruz, Santa Catarina, Ribeira Grande de Santiago e Tarrafal (na Ilha de Santiago). A população está estabelecida em pequenos aglomerados ao longo da costa e a vegetação consiste no tipo de estepe herbácea. Esta zona faz parte da Zona Agroecológica (ZAE), localizada a uma altitude entre 0 e 200m, caracterizada por um clima árido com precipitação anual inferior a 300mm. As áreas costeiras são pobres em recursos hídricos e têm solos rasos.

A economia doméstica é baseada em várias atividades de trabalho autónomo, ligadas à venda de peixes. A produção agrícola e criação de animais (bovinos, caprinos, suínos e aves) são também praticadas, fornecendo às famílias, alimentos e rendimentos. A pesca é uma atividade fundamental que oferece rendimento monetário a pescadores (da atividade de pesca ou venda de peixe). É também uma fonte de emprego para os grupos mais pobres.

A pesca é artesanal, usando principalmente barcos a remo de 4–5 m e/ou motores de popa de 5–8 HP, e barcos com redes (barcos de 5–6 m e 15 m HP) ou pesca à linha (na costa sobre as rochas). As atividades de pesca são realizadas junto às comunidades ou em áreas de pesca afastadas da comunidade e por vezes em outras ilhas (como Maio e a Boavista).

As famílias mais pobres possuem também, geralmente, terrenos de sequeiro, usando terras pertencentes ao estado ou arrendadas a casas particulares. Estas terras estão localizadas longe das residências e algumas vezes fora da zona de pesca. As famílias mais ricas possuem a terra que cultivam.

MERCADOS

Uma estrada nacional de concreto que está em excelente estado liga as principais cidades da ilha. A partir da sede do conselho municipal, onde estão localizados os principais pontos de comércio, é possível chegar a todas as comunidades através de estradas de boa qualidade.

A zona pode ser facilmente acessível por meio do transporte garantido pelos veículos Toyota Hiace para fazer compras, ir à escola ou para o local de trabalho. Por conseguinte, os produtos para venda estão disponíveis nas zonas duas a três vezes por semana em pequenas carrinhas, normalmente a Toyota Hilux. O custo da viagem por passageiro varia, dependendo da distância.

GRUPOS DE RIQUEZA

As famílias rurais foram divididas em quatro grupos de riqueza, ou seja, muito pobres, pobres, *médio-rico* e em melhores condições, utilizando critérios definidos durante as discussões de grupos focais com a comunidade e com base na sua compreensão das diferenças entre os vários grupos de riqueza. A riqueza dos diferentes grupos é determinada pela posse de equipamentos de pesca que influenciam o tipo de pesca realizada e também está relacionada ao acesso a capital. As famílias em melhor situação possuem navios de 5m, usando motores de 5HP ou 8HP. As famílias *médio-rico* possuem barcos de 5 m que são movidos por remos, por falta de meios para comprar motores. As famílias pobres pescam nas encostas e nas rochas, usando linhas e ganchos. Os agregados familiares muito pobres não estão propriamente envolvidos na captura dos peixes, uma vez que não dispõem de equipamento de pesca, mas conduzem outras atividades relacionadas com a pesca, como atividades de vendas.

A diferença no acesso a alimentos e renda em dinheiro, entre os diferentes grupos de riqueza é grande. Os grupos muito pobres e pobres realizam trabalho

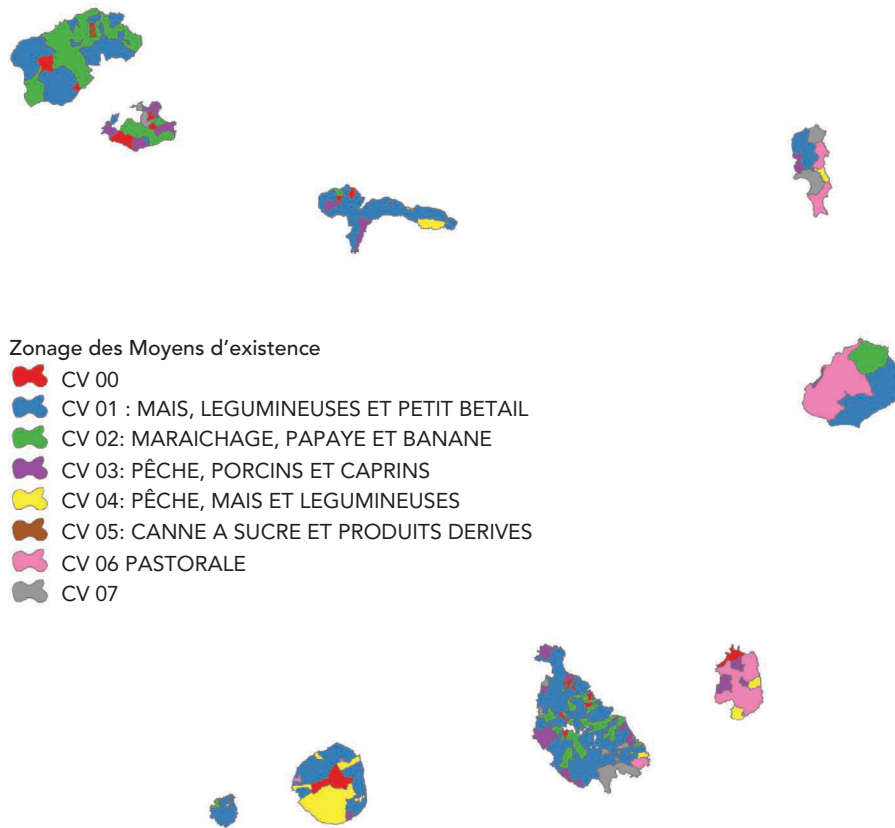
temporário e representam mais da metade dos agregados familiares que vivem na zona de subsistência CV03. Os *rico-médios* e os que se encontram em melhores condições, compõem menos de um terço dos agregados familiares. Há uma interdependência entre esses grupos: sem o trabalho dos grupos mais pobres, os mais ricos enfrentariam dificuldades na realização das suas atividades pesqueiras. Da mesma forma, sem o rendimento monetário ganho com o trabalho de pesca, os agregados familiares mais pobres não podem sobreviver e teriam de sair da zona para procurar oportunidades de trabalho. As crianças das famílias muito pobres têm dificuldades em continuarem na escola ou na conclusão do ensino secundário se a família não receber apoio para pagar as propinas.

FONTES DE ALIMENTOS

A maioria dos alimentos necessários para o agregado familiar provém do mercado: a contagem é de 81 a 95% dos requisitos mínimos no ano de referência, aumentando com a riqueza das famílias. O arroz, o cereal mais caro depois da farinha de milho, é o mais importante para os agregados familiares em todos os grupos de riqueza (37–40% dos requisitos mínimos de caloria). O óleo vegetal contribui com 21–25% e o pão com 4–9% das necessidades mínimas de calorias. Outros alimentos comprados, como o milho ou a farinha de trigo, feijão, açúcar, carne bovina, frango e peixe contribuíram 17% a 23% das necessidades mínimas de calorias.

FONTES DE RENDIMENTO

No ano de referência, os agregados familiares muito pobres recebem pouco mais que metade do rendimento monetário dos pobres. Os agregados familiares *médio-ricos* ganham um rendimento em dinheiro ligeiramente superior à metade do rendimento ganho pelo grupo em melhor situação. Os mais ricos ganham cinco vezes mais dinheiro do que os muito pobres. Para as famílias ricas e às pertencentes à categoria média-rico, as vendas de peixe representam mais de 95% do seu rendimento monetário total. Os agregados familiares muito pobres recebem cerca de 85% da sua renda da venda de peixe e cerca de 10% do seu rendimento total de diferentes tipos de trabalho temporário e trabalho autónomo. Todas as categorias vendem animais, mas a proporção

FIGURA D.2. Zonas de subsistência em Cabo Verde

é mais importante para os agregados familiares muito pobres, para os quais isto representa cerca de 5% do rendimento anual total. Durante o ano de referência, os membros de agregados familiares muito pobres e pobres trabalham em atividades temporárias, como a venda de vários produtos, a extração e venda de areia para construção, totalizando cerca de 10% e 3% do rendimento anual do agregado familiar. Esta fonte adicional de renda é importante para as famílias.

RISCOS

O risco principal e mais devastador, à subsistência, é a inconsistência das chuvas com baixas precipitações que acontecem a cada três anos e levam a um sério declínio da produção agrícola. Os ventos e as tempestades fortes também afetam a atividade pesqueira e as vendas desses produtos na estação seca. Durante a estação chuvosa, o acesso a certas comunidades é complicado, com impacto no comércio e no deslocamento das pessoas.

PRODUTIVIDADE DOS BENS E ATIVOS

Para os agregados familiares que vivem na zona de subsistência CV03, os principais recursos produtivos são o equipamento de pesca e o trabalho familiar. E, para certas famílias, as terras de sequeiro são também recursos produtivos. As famílias muito pobres têm baixa produtividade agrícola. Isso pode ser explicado pela força de trabalho que nem sempre está disponível em determinados períodos de tempo e para atividades específicas (monda), pois algumas vezes dedicar-se a outras atividades onde ganham mais. As famílias pobres geralmente cultivam as terras mais pobres, pois não têm dinheiro suficiente para arrendar terras melhores ou pagar os custos de transporte para ter acesso a terras melhores fora da área.

COMBATE À POBREZA

As famílias mais pobres têm poucos recursos para melhorar as suas condições de vida por si mesmas. Na área agrícola, elas indicaram que precisam de melhores animais para reprodução, o acesso a

melhores instalações para manter adequadamente os seus animais e melhorar a comercialização de seus produtos através da reabilitação das estradas e um acesso melhorado entre as comunidades, mercados e praias. Essas famílias procuram soluções externas para a educação de seus filhos, para quando crescerem, possam encontrar emprego seguro. Além disso, elas procuram opções para mudarem longe de suas casas para procurar rendimento alternativo. Essas famílias pobres gostariam de ver maiores oportunidades de trabalho a serem desenvolvidas nas proximidades de suas comunidades.

Os agregados familiares mais ricos solicitam as mesmas intervenções que os mais pobres, como o apoio à educação, empregos permanentes, animais e intervenções para melhorar as suas principais atividades de rendimento dessa área ligada à pesca. Todos os agregados familiares procuram soluções que beneficiem a comunidade em geral, e não apenas os seus grupos de riqueza ou agregado familiar.

NOTA

1. Ver: Save the Children e Ministério da Agricultura 2017a, 2017b e 2017c para os relatórios completos.

Simulação de Melhorias na Produtividade através dos Níveis de Escolaridade

Em Cabo Verde, o sistema educativo é o elemento chave para garantir um percurso com maior produtividade que ajudaria na transição para uma economia de maior valor acrescentado, que possa oferecer e exportar produtos e serviços mais sofisticados. Cabo Verde tem um sistema forte de ensino básico obrigatório, e está a fechar a lacuna no ensino secundário e superior como outros países com rendimentos per capita semelhantes.¹ Durante a última década, Cabo Verde conseguiu um acesso quase universal ao ensino básico. A conclusão primária bruta alcançou 98%, enquanto a matrícula secundária bruta foi de 92,6%; 8 e 18,8 pontos percentuais acima dos países com rendimentos per capita semelhantes.

Apesar do progresso recente no ensino básico, o nível secundário é o elo fraco do sistema de ensino: estima-se que 87,5% dos jovens tenham acesso ao ensino médio, mas apenas 45% o concluem. A baixa retenção de alunos pode ser causada por (1) resultados de aprendizagem insuficientes no nível primário, especialmente na matemática;² (2) currículo inadequado e práticas de professores no nível secundário; e (3) uma baixa qualidade do serviço educativo em geral. A percentagem de repetentes no secundário inferior é alta—23,3%—enquanto a taxa de sobrevivência até o último grau do secundário inferior é de apenas 76,6%, quase 8% abaixo dos padrões internacionais.

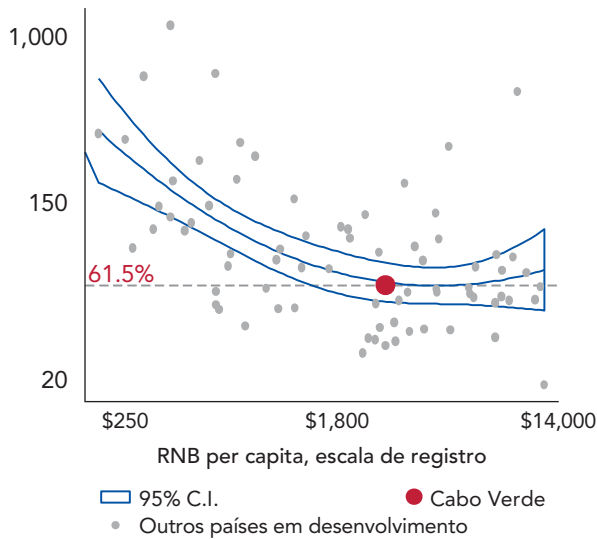
Atualmente, cerca de 27 por cento da população, ou perto de 137.600 estudantes, estão inscritos no sistema de ensino. A taxa de alunos inscritos foi de 47,9 no ensino primário, 36,0 no secundário, e 8,9 por cento no ensino superior.³ Em 2030, prevê-se que a população em idade escolar não vai aumentar em termos absolutos, mas a sua participação no total da população vai diminuir 35,7–28,6 por cento. Enquanto isso, a população com idade superior a 22 anos e inferior a 65 anos irá crescer 47,1–55,6 por cento da população total.

Até agora, o setor público assumiu a liderança no ensino obrigatório, enquanto o setor privado tem suportando os níveis mais altos do ensino. O setor público cobre 99,1% das matrículas no nível primário, mas a participação do setor privado aumentou gradualmente, atingindo 17,7% e 65% no secundário-médio e ensino superior, respetivamente. No ensino superior, a inscrição passou de 2% para 23% entre 2000 e 2014, com o aumento no padrão de vida sendo o principal fator que determina a inscrição no ensino superior. Os jovens provenientes do quintil mais pobre, representam apenas 9% do ensino superior, enquanto os jovens do quintil mais rico representam 31%.

Esta seção cobre os principais resultados de um cenário de modelagem que permite um aumento conservador na oferta de mão-de-obra semiquificada e qualificada em relação à mão-de-obra não qualificada, com base na premissa de uma taxa de inscrição constante (CER *-acrónimo em inglês*). No cenário de referência, presume-se que a composição de competência entre a mão-de-obra não qualificada, semiquificada e qualificada permanece constante em 60, 30 e 10% da população total em idade ativa, respetivamente. Nesse cenário, o crescimento na oferta de mão-de-obra mais qualificada provém meramente da demografia—à medida que os trabalhadores mais velhos se aposentam e gerações mais jovens e mais instruídas os substituem. Até 2030, as premissas da CER permitiriam o aumento da oferta de mão-de-obra semiquificada e qualificada para 17,0 e 18,2%, em relação à referência.

A despesa total do Governo no ensino é ajustada em função do aumento na demanda. A despesa com o ensino foi de 5,0 por cento do PIB⁴ em 2013, com 15,8 por cento desse montante destinado ao ensino superior.⁵ Em 2030, projeta-se que 16,7 por cento do orçamento do governo gasto no ensino será utilizado no ensino superior, como resposta ao aumento da procura para este tipo de serviço de ensino. Para

FIGURA E.1. Despesas do ensino em % do PIB per capita



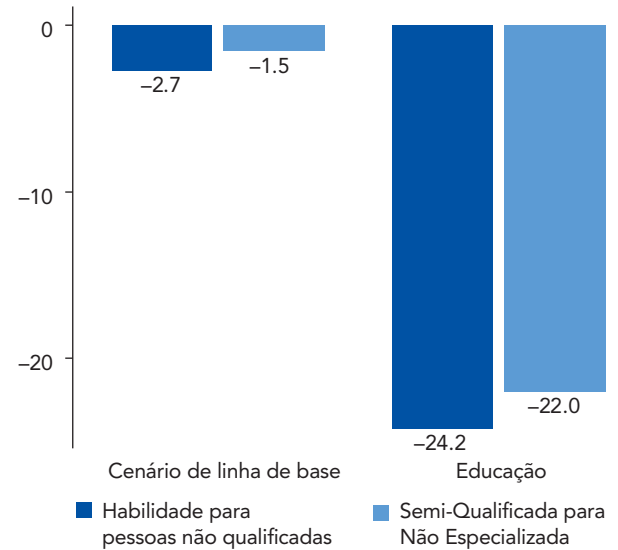
Fontes: Indicadores de Desenvolvimento Mundial.

permitir o custo do ensino manter o ritmo com as normas internacionais, a despesa por aluno cresce, em média, 4,3 pontos percentuais anualmente. Isto irá manter a despesa por estudante como percentagem do PIB per capita em 67,4 por cento em 2030, um aumento de 5,9 pontos percentuais comparativamente ao seu nível em 2013.⁶ Sob o cenário alternativo, a despesa pública com o ensino em percentagem do PIB aumentaria 5,0–5,3 por cento até 2030.

Para o governo, elevar a fasquia em termos do ensino por estudante, compensa à medida que o investimento leva a uma força de trabalho mais produtiva. Apesar do aumento da despesa governamental no ensino em 0,3 pontos percentuais como proporção do PIB, o saldo fiscal geral do governo manteria a sua postura fiscal em relação à referência, em –6,5% do PIB. Um efeito fiscal neutro é causado por aumentos mais rápidos nas receitas diretas (0,3%) e indiretas (0,1%), do que as despesas totais do governo (1,2%). O aumento da receita do governo é causado principalmente por um aumento geral da atividade económica, particularmente no setor de serviços. Por exemplo, no cenário alternativo, o PIB seria 0,2 pontos percentuais mais altos até 2030, enquanto o valor agregado nos serviços seria 0,5% maior e as exportações de serviços 1,3%.

Apesar do crescimento maior, nem todos os setores beneficiariam igualmente. A composição setorial do

FIGURA E.2. Mudanças nos prémios salariais por cenário, 2017–2030



Fonte: simulações do Banco Mundial.

novo valor agregado variaria significativamente em todos os setores, beneficiando atividades económicas que dependem mais intensamente do que outras, na mão-de-obra semiespecializada. Entre os serviços, dois deles—(1) atividades de consultoria, atividades técnicas, científicas e similares e veterinárias; e (2) alojamento, restaurantes e lojas de bebidas—são os setores que gerariam uma parcela maior do novo valor agregado, 36,3 e 14,2%, respetivamente. No setor industrial, o valor adicionado de eletricidade, gás, vapor, ar condicionado, armazenamento de água, tratamento e distribuição representaria 7,1% do novo valor agregado, em relação à referência. A maior produtividade da força-de-trabalho seria refletida num rendimento familiar de 0,3% mais alto. De acordo com os pressupostos atuais, uma proporção crescente da força-de-trabalho qualificada e semiespecializada, reduzirá os seus salários em relação aos de mão-de-obra não qualificada, tudo o resto igual. De 2018 a 2030, as reduções nos prémios salariais para trabalhadores não qualificados seriam 21,5 pontos percentuais abaixo no cenário alternativo do que nas condições de referência. Os aumentos no nível de escolaridade tenderiam a ter um aumento positivo no PIB com consequências distributivas progressivas gerais, conforme foi testado num modelo global de equilíbrio de Ahmed et al. (2017). Para o caso de Cabo Verde, os aspetos distributivos desta política ainda não foram vistos, uma vez que dependeriam em

grande medida, de quem pode aceder aos sistemas de ensino secundário e superior. Se o acesso ao ensino superior continua a ser largamente determinado pelo *status* de renda, então os efeitos gerais, embora permaneçam positivos no agregado, ainda podem ser mais desvantajosos para os pobres.

NOTAS

1. Uma descrição mais detalhada dessa metodologia pode ser encontrada em Gable, Lofgren e Osorio-Rodarte 2015.
2. De acordo com a prova de Aferição, uma avaliação nacional do ensino em larga escala realizada em 2010, metade dos alunos da 6TM Ano em 2010 teve um nível de resultados de aprendizagem que poderia ser qualificado como preocupante e apenas 27% teriam resultados

de aprendizagem satisfatórios. O sistema de TVET de Cabo Verde é fraco em termos quantitativos e qualitativos. Apesar de muitos jovens saírem do ensino secundário sem qualificação e enfrentarem dificuldades no mercado de trabalho, a TVET tem baixa cobertura e contabiliza apenas 5% das inscrições do ensino secundário.

3. As percentagens correspondem ao ano escolar de 2013–2014. O sistema de ensino de Cabo Verde é composto por quatro níveis com idades escolares oficiais correspondentes: primário (6–11), secundário (12–17) e (18–22) níveis terciários. A escolaridade obrigatória começa na escola primária e dura 10 anos, até meados de da escola secundária.
4. UNESCO 2017, “Government Expenditure on Education, Total (% of GDP).”
5. UNESCO 2017, “Expenditure on Primary as % of Government Expenditure on Education (%);” UNESCO 2017, “Expenditure on Secondary as % of Government Expenditure on Education (%);” UNESCO 2017, “Expenditure on Tertiary as % of Government Expenditure on Education (%).”
6. Usando dados do banco de dados do Banco Mundial WDI.

Consultas Nacionais para o SCD

Várias rodadas de consultas no país foram realizadas em 2016 e 2017 como parte do processo de preparação do SCD. A última rodada de consultas aconteceu de 24 a 30 de Outubro de 2017 e incluiu visitas a quatro das nove ilhas habitadas—Santiago, Santo Antão, São Vicente e Boa Vista. A grande equipa interdisciplinar foi liderada pelo Diretor do GBM para Cabo Verde e composta pelo gestor de práticas para a pobreza, especialistas setoriais da pobreza, desenvolvimento social, macro fiscal, comércio e competitividade, energia, transporte e IFC. A escolha das ilhas apresentou oportunidades para alcançar uma ampla seção transversal da população, com Santiago sendo a capital comercial, São Vicente, o centro cultural e pesqueiro, Boa Vista, um mercado turístico em rápido crescimento, e Santo Antão para agricultura e alta incidência da pobreza. O outro objetivo foi explorar as questões de conectividade e prestação de serviços em todo o arquipélago.

O objetivo dessas consultas foi de apresentar o diagnóstico inicial desenvolvido pela equipa do GBM e recolher *feedback* dos intervenientes. No geral, o diagnóstico foi bem recebido, com um amplo reconhecimento da relevância das hipóteses subjacentes de que o modelo de desenvolvimento, por trás da transformação da economia para o estatuto de renda-médio, havia parado de funcionar devido a (1) deficiências no capital humano; (2) desafios de conectividade; (3) um ambiente macro fiscal fraco; (4) diminuição da eficácia do governo; e (5) limitações de resiliência.

A equipa reuniu-se com representantes dos setores público e privado e da sociedade civil para apresentar

as conclusões iniciais do SCD e explorar hipóteses. Foram realizadas sessões mais pequenas com os representantes do parlamento e setores selecionados, incluindo financeiro, TIC e turismo. Fora de Santiago, os governos locais facilitaram o convite de grupos grandes e diversificados de intervenientes e visitas a empresas privadas, centros de colheita, serviços públicos e operadores de turismo, entre outros. Foram realizadas consultas separadas com representantes da comunidade de doadores.

Vários participantes levantaram preocupações específicas. A questão da conectividade deficiente (transporte—aéreo e marítimo—e Internet) foi levantada repetidamente nas ilhas, como grandes impedimentos para impulsionar o crescimento do agronegócio e como uma limitação do potencial de crescimento do turismo. As associações de mulheres levantaram questões relacionadas às dificuldades no desenvolvimento de suas atividades geradoras de rendimento, devido à falta de acesso à terra e ao financiamento externo. O nível de endividamento no país foi levantado muitas vezes no contexto da necessidade de encontrar formas de criar espaço para uma maior participação do setor privado na economia. Nas ilhas visitadas, o desencontro de competências foi visto como um grande desafio para a redução da pobreza. De igual importância, foram as perguntas sobre alguns dos investimentos realizados pelo governo no passado recente, e o fato de que a maioria dos agricultores ainda dependia das chuvas, já que o sistema de irrigação para ligar os agricultores às barragens nem sempre é desenvolvido em toda a extensão. Em Santiago e São Vicente, a qualidade do ambiente de negócios e da estrutura de governação, também recebeu atenção substancial nas discussões.

APÊNDICE
G

Mapa de Cabo Verde



